

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GESTÃO 2021/2022

Defender Direitos,
Fazer Antropologia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

portal.abant.org.br

SUMÁRIO

QUEM SOMOS	04
APRESENTAÇÃO	13
EVENTOS	16
WEBINÁRIOS DA ABA	16
CURSOS DE EXTENSÃO.....	53
DEMAIS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ABA	57
EVENTOS APOIADOS PELA ABA.....	58
REPRESENTAÇÕES DA ABA	61
ATUAÇÕES JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO	78
ATUAÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO	85
33ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	91
PRÉ-EVENTOS	91
Reinventar o Brasil: perspectivas sobre o bicentenário da independência brasileira	91
Webinar "Religiões e questões indígenas no Brasil: desafios e perspectivas"	92
Webinar "Pandemia e etnografia: um balanço das pesquisas realizadas em contextos digitais e em tempos extremos.....	92
Prêmio Pierre Verger	93
CERIMÔNIA DE ABERTURA	94
CONFERÊNCIAS	94
EXPOSIÇÕES	95
REUNIÕES DE TRABALHO	96
ESTATÍSTICAS	97
COMUNICAÇÕES DA ABA	100

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS	100
2021	100
2022	109
NOTAS APOIADAS PELA ABA	118
MOÇÕES	123
TV ABA E REDES SOCIAIS	124
BOLETINS INFORMATIVOS	129
2021	129
2022	130
ASSOCIADOS	133
1ª CHAMADA 2021	133
2ª CHAMADA 2021	133
1ª CHAMADA 2022	135
2ª CHAMADA 2022	135
PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES	137
MEDALHA ROQUETTE PINTO	137
PRÊMIO ABA DE ENSINO DE ANTROPOLOGIA	137
PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS	138
PRÊMIO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....	139
PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES	140
PRÊMIO LÉLIA GONZÁLEZ	141
PRÊMIO LÉVI-STRAUSS	142
PRÊMIO PIERRE VERGER	143
PUBLICAÇÕES DA ABA	145
E-BOOKS	145
VIBRANT	152
NOVOS DEBATES	153
PROJETO FORD	155

RELATÓRIOS DE COMITÊS E COMISSÕES	160
COMISSÕES	160
Assuntos Indígenas	160
CELCA.....	170
Direitos Humanos	172
Educação, Ciência e Tecnologia	183
Laicidade e Democracia	192
COMITÊS	198
Antropólogas/os Negras/os	198
Antropologia e Saúde.....	205
Antropologia Visual	208
Comunicação e Divulgação Científica.....	214
Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas	224
Gênero e Sexualidade	228
Inserção Profissional do/a Antropólogo/a	240
Laudos Antropológicos	245
Migrações e Deslocamentos	255
Patrimônios e Museus	260
Quilombos	272

QUEM SOMOS

Presidente

Patrícia Birman (UERJ)

Vice-Presidente

Cornelia Eckert (UFRGS)

Secretária Geral

Carla Costa Teixeira (UnB)

Secretária Adjunta

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Tesoureira

Andréa de Souza Lobo (UnB)

Tesoureiro Adjunto

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Diretora

Fabio Mura (UFPB)

Diretora

João Frederico Rickli (UFPR)

Diretora

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Diretora

Patricia Maria Portela Nunes (UEMA)

Comissão de Assuntos Indígenas – CAI

Coordenador: Ricardo Verdum (Laced/MN)

Vice-coordenador: Fabio Mura (UFPB)

Secretária: Elaine Moreira (UnB)

Beatriz de Almeida Matos (UFPA)

Braulina Aurora (UnB)

Edviges Marta Ioris (UFSC)

Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB)

Jozileia Daniza J. I. Jacodsen (UFSC)

Luís Roberto de Paula (UFABC)

Pablo Tibor Quintero Mansilla (UFRGS)
Stephen G. Baines (UnB)
Tonico Benites (UFRJ)

Comissão de Direitos Humanos

Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF)
Patrice Schuch (UFRGS)
Taniele Rui (Unicamp)
Ana Paula da Silva (UFF)
Débora Allebrandt (UFAL)
Flavia Melo (UFAM)
Flavia Medeiros (UFSC)
Juliane Bazzo (UFGD)
Helder Ferreira (UFDPAr)
Marianna Holanda (UnB)
Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Coordenador: Guillermo Vega Sanabria (UFBA)
Alexandre Ferraz Herbetta (UFG)
Carla Ramos Munzanzu (Ufopa)
Edilma do Nascimento Souza (Univasf)
Flávia Ferreira Pires (UFPB)
Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA)
Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)
Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa).

Comissão de Ética

Coordenadora: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)
Lia Zanotta Machado (UnB)
Maria Filomena Gregori (Unicamp)

Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA)

Coordenador: Carlos Alberto Steil (UFRGS)
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Bernardo Fonseca Machado (USP)
Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)
Rodrigo Toniol (UFRJ)
Tânia Welter (UFSC)

Comissão Editorial de Periódicos Científicos da ABA (CEPCA)

Coordenação: Laura Moutinho (USP) e Carlos Dullo (UFRGS)

Andrea Lobo (UnB)
Angela Facundo (UFRN)
Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

María Elvira Díaz Benitez (MN/UFRJ)
Mariane da Silva Pisani (UFT)
Sergio Luis Carrara (UERJ)
Suely Aldir Messeder (UNEB)
Vinicius Kaue Ferrera (UERJ)

Comissão Laicidade e Democracia

Coordenador: Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)
Vice Coordenadora: Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)

Christina Vital da Cunha (UFF)
Emerson Alessandro Giumbelli (UFRGS)
Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)
Fátima Weiss (UFAM)
Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)
Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)
Marcelo Tavares Natividade (UFCE)
Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)
Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp/Cebrap)
Tatiane dos Santos Duarte (UnB)

Comitê Antropologia e Saúde

Coordenação colegiada: Ana Claudia Rodrigues (UFPE), Ceres Victora (UFRGS), Carlos Guilherme do Valle (UFRN), Martinho Silva (IMS/UERJ), Mónica Franch (UFPB) e Soraya Fleischer (UnB)

Coordenação ampliada: Cristina Dias da Silva (UFJF), Daniela Riva Knauth (UFRGS), Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (UFRN/UFPB), Ednalva Maciel Neves (UFPB), Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA), Jane Felipe Beltrão (UFPA), Jaqueline Teresinha Ferreira (UFRJ), José Miguel Nieto Olivar (USP), Marcos Antonio Pellegrini (UFRR), Maria Paula Prates (UFCSPA), Nádia Elisa Meinerz (UFAL), Octavio Andrés Ramón Bonet (UFRJ), Rozeli Maria Porto (UFRN), Sônia Weidner Maluf (UFSC/UFPB), Tatiane Vieira Barros (UFCE), Waleska de Araujo Aureliano (UERJ), Wilke Torres de Melo (SESAI/PE), Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UnB).

Comitê Antropologia Visual

Coordenadora: Denise Machado Cardoso (UFPA)
Coordenadora: Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro (UERJ)

Aina Guimarães Azevedo (UFPB)
Anelise Gutterres (MN/UFRJ)
Bárbara Andréa da Silva Copque (UERJ)
Guilherme Moura Fagundes (UnB)
Jesus Marmanillo Pereira (UFMA)
Lilian Sagio Cezar (UENF)
Lisabete Coradini (UFRN)
Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Vi Grunvald (UFRGS)

Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal

Coordenação: Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ) e Gabriel de Santis Feltran (UFSCAR)

Daniel Veloso Hirata (UFF)
Fabio Mallart Moreira (IMS/UERJ)
Fabio Magalhães Candotti (UFAM)
Jania Perla Diógenes de Aquino (UFC)
Juliana de Farias Mello e Lima (Cidades/UERJ)
Juliana Gonçalves Melo (UFRN)
Karina Biondi (UEMA)
Luciane de Oliveira Rocha (Kennesaw State University)
Natália Bouças do Lago (Pagu/Unicamp)
Rachel Barros de Oliveira (Cidades/UERJ)
Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho (UFPB)

Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Coordenador: Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)
Vice coordenadora: Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab)

Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)
Ana Paula da Silva (UFF)
Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ/ Harvard University)
Edilma do Nascimento Souza (Univasf)
Flavia Medeiros Santos (UFSC)
Gilson José Rodrigues Júnior (IFRN)
Juliana Cintia Lima e Silva (MN/UFRJ)
João Batista de Jesus Felix (UFT)
Luciana de Oliveira Dias (UFG)
Maíra Samara de Lima Freire (MN/UFRJ)
Nathália Dothling Reis (UFSC)

Comitê de Antropologxs Indígenas

Rute Morais Souza (Povo Anacé/CE)
Eriki Aleixo (Povo Wapichana/RR)
Felipe Cruz (Povo Tuxá /BA)
Kuawá Kapukaya – M. de Fátima N. Urruth (Povo Apurinã/AM)
Ywmuniry-Francisco de Moura Cândido (Povo Apurinã/AM)
Jozileia Daniza Jagso Kaingang – Jozileia Daniza Inácio Schild (Povo Kaingang/SC)
Hipamaalhe – Braulina Aurora (Povo Baniwa /AM)
Luiz Henrique Eloy Amado (Povo Terena/MS)
Tonico Benites (Povo Guarani Kaiowá /MS)
Putira Sacuena – Eliene dos Santos Rodrigues (Povo Baré/AM)

Comitê de Comunicação e Divulgação Científica

Coordenadora: Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Gestão de TI: Roberto Pinheiro (ABA)

Designer: Anderson Marques

Gestão das redes sociais: Matheus Gonçalves França (UFG) e Carol Parreiras (USP)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carolina Parreiras Silva (USP)

Edilson Sandro Pereira (UFRJ)

Eva Lenita Scheliga (UFPR)

Felipe Magalhaes Lins Alves (ISER)

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Jesus Marmanillo Pereira (UFMA)

João Frederico Rickli (UFPR)

Laura Lowenkron (UERJ)

Matheus Gonçalves França (UFG)

Rogério Lopes Azize (UERJ)

Comitê de Relações Internacionais

Coordenador: Renato Monteiro Athias (UFPE)

Angela Maria de Souza (UNILA)

Cristiana Lage David Bastos (Universidade de Lisboa)

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB)

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

Kelly Cristiane da Silva (UnB)

Leonardo Schiocchet (Academia de Ciência da Áustria)

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE)

Andrea Fachel Leal (UFRGS)

Carlos Guilherme

Octaviano do Valle (UFRN)

Érica Quinágua Silva (UnB)

Fábio Reis Mota (UFF)

Hully Guedes Falcão (Fiocruz)

Putira Sacuena – Eliene dos Santos Rodrigues (Povo Baré/AM, UFPA)

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ)

Rui Massato Harayama (UFOPA)

Comitê Deficiência e Acessibilidade

Coordenadora: Anahi Guedes de Mello (Anis – Instituto de Bioética)

Vice-coordenadora: Olivia von der Weid (UFF)

Anna Paula Vencato (UFMG)
Carolina Branco de Castro Ferreira (Unicamp)
Clarice Monteiro Machado Rios (IMS/UERJ)
Eudenia Magalhães Barros (UECE)
Helena Moura Fietz (UFRGS)
Íris Morais Araujo (Unicamp)
Julian Simões Cruz de Oliveira (Unifesp)
Kathryn Eliza Williamson (Washington University in St. Louis)
Leonardo Carbonieri Campoy (PUC-PR)
Monica da Silva Araújo (UFPI)
Pedro Lopes (Escola da Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)
Valéria Aydos (UFRGS)
Valéria Aydos (UFRGS)

Comitê Estudos Africanos

Coordenador/as: Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ), Luiz Henrique Passador (Unifesp), Laura Moutinho (USP) e Gilson José Rodrigues Junior (IFRN).

Aline Beatriz Miranda da Silva (IPHAN e UnB)
Andrea de Souza Lobo (UnB)
Antonádia Monteiro Borges (UFRRJ)
Denise Moraes Pimenta (Fiocruz/BA)
Juliana Braz Dias (UnB)
Sara Santos Moraes (IPHAN)
Thais Henriques Tiriba (USP)
Vinícius Venâncio de Sousa (UnB)

Comitê Gênero e Sexualidade

Coordenadora: Regina Facchini (Unicamp)
Vice Coordenadora: Ana Paula da Silva (UFF)

Alinne de Lima Bonetti (UFSC)
Anna Paula Vencato (UFMG)
Camilo Albuquerque de Braz (UFG)
Carlos Eduardo Henning (UFG)
Fátima Weiss de Jesus (UFAM)
Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)
Heloisa Buarque de Almeida (USP)
Isadora Lins França (Unicamp)
Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)
Júlio Assis Simões (USP)
Kuawá Kapukaya Apurinã Maria de Fátima Nascimento Urruth (UFF e ABIA)
Lia Zanotta Machado (UnB)
María Elvira Díaz Benítez (MN/UFRJ)

Michele Escoura (UFPA)
Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA e UFPA)
Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)
Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)
Roberto Marques (URCA e UECE)
Rozeli Maria Porto (UFRN)
Sérgio Luís Carrara (UERJ)
Vi Grunvald (UFRGS)

Comitê Inserção Profissional do/a Antropólogo/a

Coordenação: Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Darlan Neves da Rocha (PPGSA/UFRJ)
Diana Dianovsky (IPHAN)
Eriki Aleixo (PPGA - UFAM)
Januária Pereira Mello (INCRA)
Julia Marques Dalla Costa (INCRA)
Luís Guilherme Resende de Assis (MPF)
Renata Curcio Valente (Museu Nacional)

Comitê Laudos Antropológicos

Coordenadora: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)
Vice-coordenador: Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)
Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
Fabio Mura (UFPB)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Katiane Silva (UFPA)
Sérgio Góes Telles Brissac (MPF-CE)

Comitê Migrações e Deslocamentos

Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Vice-coordenador: Igor José de Renó Machado (UFSCar)
Adriana Piscitelli (Pagu/Unicamp)
Alexandre Branco-Pereira (UFSCar)
Ángela Facundo (UFRN)
Denise Jardim (UFRGS)
Handerson Joseph (UFRGS)
Liliana Sanjurjo (UERJ)
Marcia Anita Sprandel (Senado Federal)
Natália Corazza Padovani (Pagu/Unicamp)

Comitê Patrimônio e Museus

Coordenação: Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Vice-coordenadora: Luciana Carvalho (Ufopa)

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/Iphan)
Francisco Reginaldo da Silva Santos (Unilab)
Geslline Giovana Braga (UFPR)
Izabela Maria Tamaso (UFG)
José Maria da Silva (Unifap)
Juliana Cintia Lima e Silva (MN)
Julie Antoinette Cavignac (UFRN)
Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi)
Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)
Mario de Souza Chagas (Museu da República)
Neivalda Freitas de Oliveira (UNEB)
Patricia Silva Osorio (UFMT)
Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)
Renato Monteiro Athias (UFPE)
Simone Pondé Vassallo (UFF)

Representações estaduais: Alexandre Gomes (UFPE), Antônio Motta (UFPE), Danielle Maia Cruz (UNIFOR), Flávio Ferreira (IFRN), Francisco Reginaldo da Silva Santos (Unilab), Helder Ferreira de Sousa (UFDF), Julia Vilaça Goyatá (UFMA), Julie Antoinette Cavignac (UFRN), Lucas Neiva Peregrino PB, Luciana Barroso Costa França (UFOPA), Luciana Chianca (UFPB), Luiz Antônio de Oliveira (UFPI), Marilande Martins Abreu (UFMA), Neivalda Freitas de Oliveira (UNEB), Ordep Serra (UFBA), Rachel Rocha de Almeida Barros (UFAL), Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL), Renato Athias (UFPE), Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB), Ulisses Neves Rafael (UFS), Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Carlos Alexandre Barbosa (UNB), Flávia Carolina da Costa (UFMT), Heloísa Afonso Ariano (UFMT), Izabela Tamaso (UFG), João Miguel Manzolillo Sautchuk (UnB), José do Nascimento Junior (Fiocruz Brasília), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Patrícia Osório (UFMT), Joana Ramalho Ortigão Corrêa (pesquisadora independente MG), Regina Abreu (UNIRIO), Guilherme Eugênio Moreira (doutorando PPGA-UFF), Sandro José da Silva (UFES), Silvana Barbosa Rubino (Unicamp), Simone Vassallo (UFF), Alvatir Carolino da Silva (IFAM), Estêvão Rafael Fernandes (UNIR), José Maria da Silva (Unifap), Lucia Van Velthem (Museu PEG), Luciana Carvalho (Ufopa), Marisa Barbosa Araújo (UFRR), Rosângela Britto (UFPA), Alicia Castells (UFSC), Flávia Rieth (Ufpel), Geslline Braga (pesquisadora independente PR), Jennifer Cuty (UFGRS), Maria Eunice Maciel (UFRS), Maria Helena Sant'Ana (Museu Antropológico RS).

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Coordenadora: Andréa Zhouri (UFMG) e Deborah Bronz (UFF)

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES)

Henyo Trindade Barretto Filho (UnB)
Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)
Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior (UFMG)
Ricardo Cid Fernandes (UFSC)
Rumi Regina Kubo (UFRGS)
Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)
Stephen Grant Baines (UnB)
Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE)
Whodson Robson da Silva (UFMG)

Comitê Quilombos

Coordenação: Cynthia Carvalho Martins (PPGCSPA)
Vice-Coordenação: Raquel Mombelli UFSC)

Aderval Costa Filho (UFMG)
Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)
Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB),
Cíntia Beatriz Muller (UFBA),
Davi Pereira Júnior (UT- Austin)
Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA),
Mariana Balen Fernandes (UFRB)
Oswaldo Martins de Oliveira (UFES),
Ricardo Cid Fernandes (UFPR),
Sandro José da Silva (UFES)
Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Consultores:

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA UEMA-UEA/UFAM), Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA, UEMA), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) Ilka Boaventura Leite (UFSC).

APRESENTAÇÃO

Caras associadas e caros associados,

Estamos apresentando a vocês o Relatório de Atividades da Associação Brasileira de Antropologia, Gestão 2021/2022. De início, queremos afirmar a sua continuidade com as diretorias que nos antecederam. Ao longo da sua história a ABA afirmou seus valores e cristalizou muitos de seus eixos de trabalho. O seu reconhecimento pelas associações científicas nacionais e internacionais, bem como a sua legitimidade frente a variadas instituições do Estado, foi alcançado pelo esforço permanente e bem-sucedido de suas gestões. Ressaltamos que a ABA se firmou como um interlocutor legítimo frente a variadas instituições do Estado, como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e outras como governos estaduais, prefeituras etc. A relevância pública da ABA como associação científica, reconhecida nacional e internacionalmente, facilitou o nosso empenho em resistir ao quadro político-institucional de ataques à democracia, às minorias, ao trabalho científico, e às universidades. Foi difícil e exigiu muito de nós participar de resistências múltiplas diante das violações dos Direitos das populações indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, fortemente atacadas nesse período. Momento de grandes perdas e imensos desafios.

Foi um tempo difícil que esteve longe de ser o primeiro que a ABA enfrentou grandes desafios, bem sabemos. Lembremos que vigorou e ainda não se desfez inteiramente um período de particular virulência relativo às instituições e práticas democráticas. Sabemos que as dificuldades impostas pela pandemia e pelo quadro político não foram inteiramente debeladas, ao menos em suas imensas e devastadoras consequências. Lembrar rapidamente essas fortes marcas do tempo nos orienta a um horizonte mais esperançoso que começa a acontecer, além de reforçar o trabalho positivo da nossa memória institucional. A nossa homenagem a todos os desaparecidos e a todos os severamente atingidos nesse processo.

Faremos um breve relato para destacar os aspectos centrais de nossas atividades. O fortalecimento da ABA como associação científica e a valorização de seus princípios programáticos foram o eixo estruturante das práticas institucionais e interinstitucionais. Buscamos incentivar as atividades dos comitês e comissões da ABA, inclusive a formação de alguns novos – em especial os comitês de negras e negros e o comitê de antropólogos indígenas, e a reconfiguração de alguns outros igualmente relevantes.

Causou em nós uma forte percepção da extraordinária riqueza de conhecimento e de saberes teóricos e práticos que os associados cultivam e disponibilizam por meio dos comitês e comissões à ABA. Muitos, há muito tempo, se colocam à disposição da Diretoria da ABA e de seus Conselhos, contribuindo em permanência para intervenções pontuais. A formação do comitê de antropólogos indígenas e o comitê de antropólogas/os negras/os inaugurou, com um gesto de reparação, a associação e o vínculo institucional permanentes com interlocutores fundamentais do trabalho antropológico. Em conjunto, houve um amplo processo de reconfiguração dessas atividades dos comitês, buscando assegurar o apoio de especialistas em diferentes áreas de atuação. Foi o caso dos comitês de Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, do Comitê de Laicidade e Democracia, dos comitês Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA e da Comissão Editorial de Periódicos Científicos da ABA, do Comitê de Saúde, de Educação e outros.

A totalidade das nossas intervenções foram alvo de investimentos trabalhosos do Comitê de Comunicação, que se fez presente transversalmente no cotidiano da associação. Intensificou-se a participação da ABA nas mídias não convencionais, como Instagram e Twitter, na dinâmica dos webinários, nas reuniões, no site e tudo o mais. Há um desafio crescente que está se impondo para o mundo contemporâneo relativo às transformações em curso, como por exemplo, a inteligência artificial que está no horizonte das reflexões atuais.

Ao observarmos o conjunto dos comitês e comissões, percebemos que a ABA possui uma capilaridade abrangente por intermédio de seus comitês, com vínculos variados em diferentes regiões do país e em áreas diversas de atuação. O objetivo que se impôs foi o incentivo às interlocuções conquistadas no sentido de ampliar e incentivar um horizonte igualitário e de fortalecimento das diferenças.

Em um período com tantos revezes políticos e institucionais, foi um grande desafio elaborar atividades de resistência ao quadro político-institucional vigente. Buscamos atuar estrategicamente em defesa de direitos e de conquistas programáticas importantes em todos os fóruns possíveis: em defesa das cotas, da ciência, da liberdade de cátedra, das terras indígenas, dos direitos da população LGBTQIA+, dos quilombolas e assim por diante.

Demos início ao trabalho de revisão do Estatuto e do Código de Ética com ampla participação de associados, coordenado pela Comissão de Ética, sob a direção da ex-presidente Lia Machado e condução de Henyo Barretto Filho. Seus resultados se encontram em processo de finalização. A 33ª RBA ocorreu na UFPR, em Curitiba, realizada de modo remoto. Apesar das dificuldades técnicas de organização e transmissão de um evento de grande porte, esse transcorreu de modo excelente, com grande participação dos associados.

Orientamos, pois, nossos esforços no sentido de cultivar nas interlocuções da ABA o nosso horizonte de igualdade e democracia. A parceria com a SBPC, a associação científica de maior reconhecimento em nosso país, deu um novo alcance às iniciativas da ABA e às suas parcerias. Foram anos de colaboração intensa que se consubstanciaram em numerosas atividades, orientadas, principalmente, pelo compartilhamento das dificuldades impostas às instituições científicas e as crescentes violações da autonomia universitária e dos Direitos das populações. O fortalecimento de ações conjuntas com as demais associações se beneficiou de modo extraordinário pelo convênio celebrado pela gestão anterior, que deu origem ao coletivo A4 (associações das ciências sociais: ANPOCS, SBS e ABCP) Democracia e Resistências Acadêmicas, financiado pela Fundação Ford.

Os meios de que dispúnhamos para enfrentar esses tempos ameaçadores foram fortemente alargados e aprimorados com a fixação institucional dessas parcerias. O Congresso Nacional transformou-se em um lugar estratégico para nós, como um fórum de pautas conservadoras e muitas anticonstitucionais que buscamos combater. Coordenadas por Carla Teixeira, as atividades de acompanhamento sistemático dessa Casa foram estratégicas para a defesa de nossas pautas, como a questão das cotas, do financiamento da ciência, que se concretizaram também por uma intensa participação em audiências públicas. Essas se multiplicaram com a participação dos nossos especialistas que se debruçaram sobre meio ambiente, territórios indígenas e quilombolas, Marco Temporal, pesquisa das Ciências Sociais e a defesa das cotas, entre outras. A assistência jurídica garantida pelo convênio com o A4, somadas aos nossos poucos recursos, tem garantido a defesa da ABA e de associados com muita disposição e solidariedade do nosso advogado.

A ABA se manteve ativa no plano internacional, particularmente por meio dos fortes elos já constituídos ao longo de sua história. Largamente beneficiada pelas excelentes relações cultivadas por muitos dos nossos ex-presidentes, membros ativos de associações internacionais, buscamos intensificá-las com o apoio permanente do Comitê de Relações Internacionais. Conseguimos elaborar um novo projeto para a Fundação Ford cujos termos foram estabelecidos pela Direção atual da ABA o que nos garante, por algum tempo, o fôlego para ampliarmos nossas relações com outras instituições de fomento.

Patrícia Birman

Presidente da ABA (Biênio 2021/2022)

EVENTOS

EVENTOS REALIZADOS PELA ABA

Webinários da ABA



The banner features the ABA logo in the top left corner. The main text is centered and reads: 'Webinário Basta! Enfrentamento à crise sanitária e resistência política no Brasil hoje'. Below this, the names and affiliations of the speakers are listed: Deisy Ventura (USP, Presidente da ABRI), Paulo Sérgio Pinheiro (USP, Comissão Arns), Luciana de Oliveira Dias (UFG, ABA), Eliene Rodrigues Putira Sacuena (UFPA, ABA), and Patrícia Birman (UERJ, Presidente da ABA). The date and time are given as '3 de fevereiro 2021' and '14 horas'. At the bottom, there is a red play button icon followed by the text 'Transmissão pela TV ABA no Youtube'.

1) Webinário “Basta! Enfrentamento à crise sanitária e resistência política no Brasil hoje

03/02/2021
TV ABA

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/live/QYfsWkm9dTo?feature=share>

DEMOCRACIA

E RESISTÊNCIA

EM DEFESA DA VIDA

Edna Maria Ramos de Castro (UFPA e SBS)
Ildu de Castro Moreira (SBPC)
Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA e UEMA)
Gilberto Hochman (Fiocruz)

8 de fevereiro de 2021 às 17 horas
no canal SBS TV no YouTube

2) Webinário "Democracia e Resistência em Defesa da Vida"

08/02/2021

Canal da SBS (YouTube)

Organização:

Associação Brasileira de Antropologia
Associação Brasileira de Ciência Política
Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Ford Foundation
Sociedade Brasileira de Sociologia



Link: <https://www.youtube.com/live/ixaFqw3xNog?feature=share>

RODA DE CONVERSA
Indígenas mulheres pesquisadoras da ABIA e conhecimentos ancestrais

ELISA PANKARARU PPGA/UFPE	JOSILEIA KANGANG PPGAS/UFSC	ANA MANUELA KARIPUNA PPSA/UFPA	OLGA MACUXI OMIRI E PPGAS/UFAM
CHERUVINA PARESI PPGAS/MN-UFRI	LIANA KEMAFIARABA PPGA/UFPA	JACIARA BOBADI ANTROPOLOGIA UFOPA	IBANI TERENA PPGSA/UFCS-UFRI
PIETRA APURUNA PPGA/UFV	TAILY TERENA MEDIAÇÃO ABIA PPGAS/MN-UFRI	BRASILINA BANIIWA MEDIAÇÃO ABIA PPGAS/UNB	

12 DE MARÇO
19H ÀS 20H | HORÁRIO DE BRASÍLIA

ORGANIZAÇÃO:
TV ABA
YouTube
Comitê de Antropólogos Indígenas
ABA
ABIA

3) Roda de Conversa "Indígenas Mulheres pesquisadoras das ABIA e conhecimentos ancestrais"

12/03/2021

TV ABA

Organização: Comitê de Antropólogos Indígenas da ABA, Comissão de Comunicação da ABIA, Braulina Baniwa, Eriki Aleixo Wapichana, Tarrisson (Awa) Nawa, Taily Terena, Yara Macuxi, Cássio Xukuru-Kariri

Link: <https://www.youtube.com/live/wbZ8cqi-eBw?feature=share>



4) Roda de Conversa “Construindo gênero, sexualidade e experiências desde o território: indígenas LGBTQIA+, vivências, (r)existência e potências

19/03/2021
TV ABA

Organização: Comitê de Antropólogos Indígenas da ABA, Comissão de Comunicação da ABIA, Braulina Baniwa, Eriki Aleixo Wapichana, Tarisson (Awa) Nawa, Taily Terena, Yara Macuxi, Cássio Xukuru-Kariri

Link: <https://www.youtube.com/live/NX7zKxgqu4g?feature=share>



5) Roda de Conversa: “Mulheres indígenas da ABIA dialogam: Direito & Saúde”

26/03/2021
TV ABA

Organização: Comitê de Antropólogos Indígenas da ABA e Comissão de Comunicação da ABIA: Braulina Baniwa,

Eriki Aleixo Wapichana, Tarisson (Awa) Nawa, Taily Terena, Yara Macuxi, Cássio Xukuru-Kariri.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=rMEeG-3H2qY&list=PLrqsUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=14&ab_channel=TV_ABA



6) Lançamento do livro: "Família, Gênero e Memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil"

14/04/2021
TV ABA

Organização: Miriam Grossi, Leandro Ultramari e Vinicius Ferreira.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=EGsqq0ZW8pQ>



7) Webinário Desmorte dos Direitos Humanos

16/04/2021
Canal da Anpocs (YouTube)

Organização: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-

Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=WqWUoR3PnV8>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Migrações e Deslocamentos
Comissão de Assuntos Indígenas
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Roda de Conversa: Fronteiras militarizadas
Criminalização e racialização de imigrantes e
populações/povos transfronteiriços



8) Webinário "Fronteiras militarizadas: Criminalização e racialização de imigrantes e populações/povos transfronteiriços"

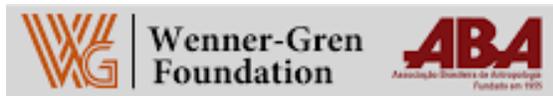
17/04/2021
TV ABA

Organização: Comitê Migrações e Deslocamentos (ABA) e Comissão de Assuntos Indígenas (ABA)



Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=4Lf5ShU3680&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhYRhb4yDP&index=13>



Workshop ABA e WENNER GREN
Data: 20 de abril 2021 (terça feira)
Horário (Brasil): 18 horas (6 pm)

Escrevendo propostas para a Fundação Wenner-Gren:
Apresentação do Programa de Subsidio de
Pesquisa por Engajamento

Proposal Writing for the Wenner-Gren Foundation:
Introducing the Engaged Research Grant Program

Este workshop terá legendagem CART,
tradução simultânea em português e espanhol

Conferencista: Danilyn Rutherford, President
Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research

Coordenação: Patricia Birman, presidente da ABA

Os/As interessados/as em participar do workshop, favor acessar
https://us22web.zoom.us/join/register/WN_QAH7dua5Q0ysu8xMMT784w

9) Workshop ABA e WENNER-GREN

20/04/2021
Transmissão via Zoom

Organização: Associação Brasileira de Antropologia e Wenner-Green Foundation for Anthropological Research

WEBINÁRIOS DA
Comitê Patrimônios e Museus **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Museu Nacional

Um presente para o futuro das exposições
antropológicas



Renata Valente
(Museu Nacional)



Rafael de Andrade
(PPGAS/Museu Nacional)



**Thais Mayumi
Pinheiro**
(PPGMS/UNIRIO)



**Coordenação
Regina Abreu**
(UNIRIO)

Mediação com o público
Adriana Russi
(UFF/UNIRIO)

20/05/21
15h - 17h

You
Tube TV ABA

10) Webinário "Museu Nacional: um presente para o futuro das exposições antropológicas"

20/05/2021

TV ABA

Organização: Comitê Patrimônios e Museus (ABA)

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=RvHA9u5VWrQ&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=12>

WEBINÁRIOS DA
Comitê de Comunicação **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Fazer etnográfico, ambientes digitais e tecnologias

desafios, dilemas e possibilidades



**Organização
Carolina Parreiras**
Unicamp



Eliane Tânia Freitas
UFRN



Laura Graziela Gomes
UFF



**Mediação
Ramon Reis**
Composição Curadoria



Letícia Cesarino
UFSC



Jean Segata
UFRGS

27/05/21
16h - 18h

You
Tube TV ABA

11) Webinário "Fazer Etnográfico, ambientes digitais e tecnologias: desafios, dilemas e possibilidades".

27/05/2021

TV ABA

Organização: Comitê de Comunicação (ABA)

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=Hyn4ojtZaPs&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=11>



12) Webinário "Importância da Convenção OIT 169 para a proteção dos direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais".

01/06/2021
Canal MPF (YouTube)

Realização: Ministério Público Federal (MPF)
Apoio: Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=FEQx0JJSn9k>



ABA na Semana do Meio Ambiente

Conferência de Abertura
O anti-ambientalismo no Brasil
da violência lenta à violência nua

Conferencista



Andrea Zhouri
UFMG

Apresentação



Deborah Bronz
UFF

13) Webinário "O anti-ambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua"

05/06/2021
TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais,
Meio Ambiente e Grandes Projetos (ABA)

Conferência: Andrea Zhouri (UFMG)

05/06/21
17h - 19h

You
Tube TV ABA

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=zVBxCBqt2G0&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=10>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Povos Tradicionais, Associação Brasileira de Antropologia, Meio Ambiente e Grandes Projetos

A nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental:
A mãe de todas as boiadas

Mediação


Deborah Bronz
UFF


Maria Tereza Corujo
MovSam


Maurício Guetta
ISA

Debate


Henyo Trindade Barreto Filho
UnB


Raquel Oliveira
UFMG


Thais Santi Cardoso da Silva
MPF

07/06/21
15h30 - 18h

You Tube TV ABA

14) Webinar "A nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. A mãe de todas as boiadas"

07/06/2021
TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (ABA)

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=SUVzOb5Rqdc&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhYRHb4yDP&index=9>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Povos Tradicionais, Associação Brasileira de Antropologia, Meio Ambiente e Grandes Projetos

A gestão das UCs na mira dos negócios verdes

Mediação


Rumi Regina Kubo
UFRGS


Felisa Anaya
Unimontes


Gisele Daltrini Felice
Fundação Museu do Homem Americano / Univasf

Debate


Sonia Magalhães
UFPA


Leandro Mitidieri
MPF


Tatiana Cardoso
Assoc. Moradores da Enseada Baleia, Ilha do Cardoso, Cananéia/SP

09/06/21
15h30 - 18h

You Tube TV ABA

15) Webinar "A gestão das Unidades de Conservação (UC's) na mira dos negócios verdes"

09/06/2021
TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (ABA)

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=jddtF9fJTxc&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhYRHb4yDP&index=8>



WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Mineração, Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos no Serro/MG

Mediação


Raquel Oliveira
UFMG


Ana Flávia Santos
UFMG


Matheus Leite
PUC Minas

Debate


Luciana Carvalho
UFOPA


Joana Corrêa
Movimento Pelas Águas
FEPEC-MG


Valderes Quintino Silva
Quilombo Queimadas / MAM

11/06/21
15h30 - 18h

You Tube TV ABA

16) Webinar “Mineração, Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos no Serro/MG”

11/06/2021
TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=aVnBI8fG38o&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=7>




CIÊNCIAS SOCIAIS
ARTICULADAS

Fronteiras da Devastação

A defesa da vida em territórios indígenas e de favelas no Brasil atual

16/6
17h - 19h

Eloy Terena (APIB)
Joziléia Kaingang (UFSC)
Rachel de Barros (CIDADES/UERJ)
Roberta Gondim (FIOCRUZ)

Coord: Luciana de Oliveira Dias (UFG/ABA)

Transmissão pela **TV ABA** (YouTube)

    Associação Brasileira de Ciências Políticas

17) Webinar “Fronteiras das Devastações: comunidades indígenas e comunidades de favelas no Brasil atual”

16/06/2021
TV ABA

Organização: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCPC), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Ay3TInjPVrA>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê de Comunicação

Antropologias com som: podcasts, divulgação científica e educação

Mediação



Paula Lacerda
UERJ e Campo Podcast



Hugo Menezes Neto
UFPE e Museológicas Podcast



Patrícia Pinheiro
Unila e Observantropologia



Rafael Noieto
UFPEL e Antropóis Podcast



Soraya Fleischer
UnB e Mundaréu



Thiago Coacci
UFMG e Larvas Incendiadas

Organização:
Carolina Parreiras
Unicamp e Campo Podcast

Thiago Oliveira
USP e Observantropologia

25/06/21
10h - 12h



18) Webinário "Antropologias com som: podcasts, divulgação científica e educação"

25/06/2021
TV ABA

Organização: Comitê de Comunicação (ABA)

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=L8UL9YeGWeE&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhYRHb4yDP&index=5>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Gênero e Sexualidade

LGBTI+, desafios e cidadania em tempos de pandemia

Mediação



Amanda Palha
AMORTRANS / ANTRA



Gloria Careaga
UNAM



Lucas Bulgarelli
USP, OAB-SP e Instituto Matizes



Luiz Mello
Ser-Tão/UFV



Regina Facchini
Pagu/Unicamp



Roberto Marques
UECE/URCA



Samuel Araujo Gomes da Silva
UFMG / Vote LGBT

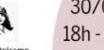


Sílvia Aguião
CLAM/UERJ e AFRO/CEBRAP



Sérgio Carrara
CLAM/UERJ

Organização
Regina Facchini, Carolina Parreiras e Sérgio Carrara



30/06/21
18h - 20h30



19) Webinário "LGBTI+, desafios em tempos de pandemia"

30/06/2021
TV ABA

Organização: Comitê Gênero e Sexualidade (ABA)

Link:

https://www.youtube.com/watch?v=IS0zulh_DiQ&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhYRHb4yDP&index=4



WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Patrimônios e Museus
Comitê Deficiência e Acessibilidade

20) Webinar “Museus, acessibilidade e inclusão em tempos de pandemia”

Museus, acessibilidade e inclusão em tempos de pandemia

07/07/2021
TV ABA



Anahí Guedes de Mello
Anis - Instituto de Bioética
CODEA/ABA



Diego Bevilaqua
ICOM Brasil / Fiocruz



Coordenação
Renata de Sá Gonçalves
UFF / Comitê Patrimônios e Museus (ABA)



Katia Fonseca
RMVI-Brasil



Mário Chagas
Museu da República



Debate
Regina Abreu
UNIRIO / Comitê Patrimônios e Museus (ABA)

07/07/21
15h-17h

You Tube TV ABA

Organização:

Comitê Patrimônio e Museus (ABA)
Comitê Deficiência e Acessibilidade (ABA)

Recurso de acessibilidade: estenotipia
(transcrição em tempo real)

Link: <https://youtu.be/tFyI8L5ePYs>



WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Patrimônios e Museus
Comitê Quilombos

21) Webinar: Quilombos e estratégias de mobilização e inclusão em tempos de pandemia

Quilombos e estratégias de mobilização e inclusão em tempos de pandemia

09/07/2021
TV ABA



José Alex B. Mendes
CONAQ/RS



Magno Nascimento
Malungu/PA



Coordenação
Luciana Carvalho
Comitê Patrimônios e Museus (ABA) / Ufopa



Valdecir Amorim
FENAQ/MS



Vanda Gomes Pinedo
MNU/SC



Cynthia Carvalho Martins
Comitê Quilombos (ABA)
UEMA

09/07/21
15h-17h

You Tube TV ABA

Organização:

Comitê Quilombos (ABA)
Comitê Patrimônio e Museus (ABA)

Recursos de acessibilidade: Libras e estenotipia
(transcrição em tempo real)

Link: <https://youtu.be/uU7qqF24XIo>



Direitos Humanos, genocídio e pandemia: + de 500 mil vidas interrompidas



Daniela Alarcon
FIOCRUZ



Edilma Nascimento
UFRN



Felipe Tuxá
UNEB



Nadia Meinerz
UFAL



Paula Lacerda
UERJ



Mariana Holanda
UnB

Mediação

Organização
Taniele Rui (Unicamp/CDH-ABA)
Flavia Medeiros (UFSC/CDH-ABA)

14/07/21

14h30-17h

You
Tube TV ABA

Link: <https://youtu.be/a1UgfrZpSWM>

22) Webinário: Direitos Humanos, genocídio e pandemia: + de 500 mil vidas interrompidas

14/07/2021

TV ABA

Organização:

Comissão de Direitos Humanos (ABA)



73ª
REUNIÃO
ANUAL
DA SBPC



SB
PC ufjf
ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Mesa-redonda

SABERES E FAZERES NAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (SBPC Afro e Indígena)

19 de julho - 14h

.....

Palestrantes:



Thula R. de Oliveira Pires
PUC-RIO



Wanderson Flor do
Nascimento
UnB



Alexandra E. V. Alencar
UFSC

Coordenadora:



Luciana de Oliveira Dias
UFG

Participe!
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/TVABA](https://www.youtube.com/tvaba)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ANm8OnfclMA>

23) Mesa-Redonda "Saberes e fazeres nas pesquisas sobre relações étnico-raciais em perspectiva interdisciplinar".

19/07/2021

TV ABA

Organização:

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Apoio: Sociedade Brasileira para o Progresso
da Ciência (SBPC)



73^A
REUNIÃO ANUAL DA SBPC

SBPC ufjf

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Painel
A COVID-19, A SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO (SBPC Afro e Indígena)

20 de julho - 14h

Palestrantes:

- Ailson dos Santos APOINME
- Ana Lucia Pontes FIOCRUZ
- Maria de Lourdes B. de Alcântara USP
- Sofia B. M. de Mendonça UNIFESP
- Jozileia Kaingang UFSC

Coordenador:
Ricardo Verdum CAI/ABA

Participe!
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/TVABA](https://www.youtube.com/tvaba)

24) Painel "A Covid-19, a saúde dos povos indígenas e as políticas de enfrentamento"

20/07/2021
TV ABA

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Apoio:
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=qP1i5-rqDK0>



WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Estudos Africanos Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

From below:
novas políticas da juventude em África

Mediação

- Alcinda Honwana
Firoz Lalji Institute for Africa
London School of Economics
and Political Science
- Sara Moraes IPHAN/UnB
- Vinicius Venancio UnB

21/07/21
14h - 16h30
You Tube DAN/UnB

ECO A | Associação de Ecologia em Curitiba | UnB | DAN | PPGAS

25) Webinar "From Below: novas políticas da juventude em África"

21/07/2021
Canal do Departamento de Antropologia da UnB

Organização:
Comitê de Estudos Africanos (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=F22vfZhzQqk>



Mesa-redonda
AS ESCOLAS E A COVID-19: ENTRE O "NOVO NORMAL" E AS VELHAS DESIGUALDADES
21 de julho - 14h

Palestrantes:



Maria Elisa Máximo
Faculdade Ielusc

Carla Ramos Munzanzu
UFOPA

Silvio Salej Higgins
UFMG

Guillermo V. Sanabria
UFBA

Coordenador:

Participe!
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/TVABA](https://www.youtube.com/tvaba)

26) Mesa-Redonda "As escolas e a Covid-19: entre o 'novo normal' e as velhas desigualdades"

21/07/2021

TV ABA

Organização:

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Apoio:

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Link: <https://youtu.be/qg6IMC0FOPw>



Painel
SONS, VOZES E PERFORMANCES NEGRAS: DIÁLOGOS ENTRE ETNOMUSICOLOGIA E ANTROPOLOGIA
23 de julho - 14h

Palestrantes:



Pedro Fernando Acosta da Rosa
UFRGS

Jacqueline de Oliveira e Silva
UFMG/Sesc Paraty

Carlos Benedito Rodrigues da Silva
UFMA

Maria Andrea dos Santos Soares
UNILAB

Coordenadora:

Participe!
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/TVABA](https://www.youtube.com/tvaba)

27) Mesa Redonda "Sons, vozes e performances negras: diálogos entre etnomusicologia e antropologia"

23/07/2021

TV ABA

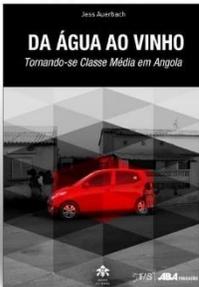
Organização: Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET)

Apoio: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=EHVO1GavrNM>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA

LANÇAMENTO DE LIVRO
Da água ao vinho
tornando-se classe média em Angola



Autora
Jess Auerbach
North West University

Debate
Frederico Policarpo de Mendonça Filho
UFF
Iracema Dulley
UFSCar
Leticia Cesarino
UFSC

Mediação
Nathanael Araújo
Unicamp

28/07/21
11h-13h30

You Tube TV ABA

28) Lançamento de livro: Da água ao vinho – tornando-se classe média em Angola”, de Jess Auerbach.

28/07/2021
TV ABA

Organização:
Comissão Editorial de Livros Científicos em Antropologia (CELCA/ABA)

Link: <https://youtu.be/wxssM6tTXTU>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê de Antropólogas/os Negras/os

CONVERSA COM PREMIADAS
na 1ª edição do Prêmio Lélia Gonzalez



Naiane Jesus Pinto
UNILAB



Pâmela Iris Mello da Silva
UFRGS



Roseane Rodrigues de Almeida
UFF

Mediação
Vera Regina Rodrigues da Silva
UNILAB

30/07/21
15h-17h30

You Tube TV ABA

29) Webinário: Conversa com premiadas na 1a edição do Prêmio Lélia Gonzalez

30/07/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Antropólogas/os Negras/os (ABA)

Transmissão: TV ABA

Link: <https://youtu.be/E0YyMr8JhBk>



WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA

Lançamento de Livro
IPEA
etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos

Autores
Carla Costa Teixeira UnB Sérgio Castilho UFF

Debate
Andréa Lobo UnB
Antonio Carlos de Souza Lima Museu Nacional/UFRJ
Celina Souza UFBA
Roberto Pires IPEA

Mediação
Bernardo Fonseca Machado Unicamp

25/08/21
10h-12h

You Tube TV ABA

30) Lançamento Livro "IPEA – Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos" Carla Costa Teixeira e Sérgio Castilho

25/08/2021
TV ABA

Organização:
Comissão Editorial de Livros Científicos em Antropologia (CELCA/ABA)

Link: https://youtu.be/P_rbOvLKr10

31) Webinário “Estudos de folclore e cultura popular na antropologia e o patrimônio cultural”

27/08/2021
TV ABA

Organização: Comitê Patrimônios e Museus (ABA)

Transmissão: TV ABA

Link: <https://youtu.be/iQxeHGjLsss>



WEBINÁRIOS DA **ABA**
Revista Novos Debates
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

32) Lançamento do volume 7, número 1 (2021), da Revista Novos Debates



Lançamento Localizando a antropologia brasileira

Contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento

Novos Debates, v7.n1 (2021)

Com a presença de autores/as e da equipe editorial

30/08/2021

TV ABA

Organização: Revista Novos Debates

Link: <https://youtu.be/DuoMVkYQXY8>

SEÇÕES

Novas Pesquisas | Fórum | Pedagógicas | Ofício | Ensaio | Resenhas

30/08/21

16h-18h



WEBINÁRIOS DA **ABA**
Comissão de Direitos Humanos
Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal
Comitê Gênero e Sexualidade
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

33) Webinário "Antropologia, activismos e direitos: Controle e gestão dos corpos"

Antropologia, activismos e direitos:

controle e gestão dos corpos



Elisa Aníbal
FMPE/Grupo Curumim



Fabio Candotti
InfoCadeia/AM (UFAM)



Mediadora
Ana Paula da Silva
UFF, CDH/ABA



Lia Zanotta Machado
UnB



Maria Linhares
Agenda pelo
Desencarceramento



Debatadora
Natália Lago
Unicamp

08/09/2021

TV ABA

Organização: Comitê de Gênero e Sexualidade (ABA)

Link: <https://youtu.be/XQa6iv0pTOU>

08/09/21

14h-16h



WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão de Direitos Humanos
Comitê Cidadania, Violência e
Gestão Estatal
Comitê Gênero e Sexualidade

**Antropologia, ativismos e direitos:
controle e gestão de territórios**

 <p>Eliene Vieira Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ</p>	 <p>Hélder Ferreira de Sousa UFPI</p>	 <p>Mediadora Flavia Medeiros UFSC, CDH/ABA</p>
 <p>Ivo Cipio Aureliano Conselho Indígena de Roraima</p>	 <p>Monique Cruz UFRJ, Fórum Social de Manguinhos</p>	 <p>Debatedor Roberto Efreim Filho UFPB/UFPE</p>

10/09/21
14h-16h

You Tube TV ABA

34) Webinário "Antropologia, ativismos e direitos: Controle e gestão de territórios" (Parte 2)

10/09/2021
TV ABA

Organização:
Comissão de Direitos Humanos (ABA)
Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal (ABA)
Comitê Gênero e Sexualidade (ABA)

Link: <https://youtu.be/X4NUXd-snJl>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Patrimônios e Museus
Comitê de Antropólogas/os
Negras/os

**Reinvenções patrimoniais:
perspectiva Afrobrasileira**

 <p>Juliana Cintia PPGAS/Museu Nacional</p>	 <p>Mário Chagas Museu da República / UNIRIO</p>
 <p>Marco Antonio Teobaldo Ilê Omulu e Oxum Museu Memorial Yah Dávina</p>	 <p>Mediação Alexandra Alencar UFSC</p>

20/09/21
15h-17h

You Tube TV ABA

35) Webinário "Reinvenções Patrimoniais a partir da perspectiva Afrobrasileira"

20/09/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Patrimônios e Museus (ABA)
Comitê de Antropólogas/os Negras/os (ABA)

Link: <https://youtu.be/1kTTM3XNKJg>

WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA

Lançamento de Livro

Tempo e memória ambiental

etnografia da duração das paisagens citadinas



Autoras/es

Ana Luiza Carvalho da Rocha UFRGS	Cornelia Eckert UFRGS
Cydney Seigerman UGA (EUA)	Donald Nelson UGA (EUA)
Fernanda Rechenberg UFAL	Guillermo Gómez UFRGS
Flávio da Silveira UFPA	Pedro Paulo Soares UFPA
Margarete Nunes FEEVALE	Raul Basílio UGA (EUA)
Rafael Devos UFSC	Viviane Vedana UFSC

Mediação

Nathanael Araújo (Unicamp)

22/09/21
10h-12h



36) Lançamento do Livro "Tempo e memória ambiental – etnografia da duração das paisagens citadinas"

22/09/2021
TV ABA

Organização: CELCA/ABA

Link: https://youtu.be/5ZUbu_9zIRw

WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Educação em movimento

populações em situações de itinerância



Jucelmo Dantas da Cruz
Cigano da etnia Calon / UEFS



Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo
Cigana Calin
SME Sousa / PB



Isabela Camini
MST/RS - Setor de Educação

Coordenação



Suzana Cavalheiro de Jesus
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (ABA) / Unipampa

Mediação



Edilma Monteiro
PPGAS/UFMA e DESOC/UFMA

24/09/21
15h-17h



37) Webinário "Educação em Movimento - Populações em situações de itinerância"

24/09/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Antropólogos/as Negras/os (ABA)

Link: <https://youtu.be/PB6LefPuSj0>



Direitos humanos e educação sob ataque



Aline Kerber
Associação de Mães e Pais
pela Democracia



Anna Paula Vencato
UFMG



Coordenador
Paulo Victor Leite Lopes
UFRN, CDH/ABA



Braulina Baniwa
Laboratório Matula e
PPGAS/UnB



Gilson Rodrigues
IFRN



**Rosiane Rodrigues
de Almeida**
INCT-INEAC/UFF



Debatedor
Fernando Cássio
UFABC

38) Direitos humanos e educação sob ataque

01/10/2021
TV ABA

Organização: Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/LtWJy0B67uI>



29 anos do massacre do Carandiru e a vida que pulsa



Mary Jello
Por Nós: Coletivo de Mulheres
Sobreviventes do Cárcere



Maurício Monteiro
Sobrevivente do massacre
do P. 9

39) Webinário "29 anos do massacre do Carandiru e a vida que pulsa"

05/10/2021
TV ABA

Organização: Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/JPZyvHuQW2w>

Coordenação e mediação:

Fábio Mallart (UERJ) e Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal - ABA)
Natália Corazza Padovani (Unicamp e Comitê Migrações e Deslocamentos - ABA)





WEBINÁRIOS DA 
Comissão de Direitos Humanos

40) Semana de Visibilidade dos Povos Ciganos (abertura - ciganos em Portugal)

Semana de visibilidade dos Povos Ciganos

Abertura Ciganos em Portugal



Olga Magano
CIES-ISCTE/IUL

Mediação



**Maria Patrícia
Lopes Goldfarb**
UFPB

06/10/2021

TV ABA

Organização: Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/aeQ3IP0uGzw>

06/10/21
14h-16h

 **TV ABA**



WEBINÁRIOS DA 
Comissão de Direitos Humanos

41) Webinário "Territorialidades ciganas no Brasil: demandas e tensões"

Territorialidades ciganas no Brasil: demandas e tensões



Helena Dolabela L. Pereira
UFMG



Luciano Mariz Maia
UFPB e Subprocurador
Geral da República



Sheila Brasileiro
UFBA; ANAI/BA / Perita/MPU



Felipe Berocan Veiga
UFF

Mediador

07/10/2021

TV ABA

Organização: Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Transmissão: TV ABA

Link: <https://youtu.be/d9dhxdhY2pw>

07/10/21
15h-17h

 **TV ABA**

WEBINÁRIOS DA **ABA**
Comissão de Direitos Humanos
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Ciganos no Brasil:
trajetórias, campos de atuação e desafios


Vória Stefanovsky
Castelo Branco Soria
Doutora em Literatura (UnB)


Elisa Costa
AMSK/Brasil e IRU/Brasil,


Jucelmo Dantas da Cruz
Cigano da etnia Calon, Professor
Titular da UFES, Dr em Zoologia


Mediador
Cleiton M. Maia
PPCIS/UERJ

08/10/21
15h-17h

You
Tube TV ABA

42) Webinário "Ciganos no Brasil: trajetórias, campos de atuação e desafios"

08/10/2021

TV ABA

Organização: Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/rEbScAe8f1U>

WEBINÁRIOS DA **ABA**
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Lançamento de Livro
Vinte anos de diálogos:
os esportes na antropologia brasileira



Autoras/es

Wagner Xavier de Camargo UFSCar	Mariane da Silva Pisani UFT
Luiz Fernando Rojo UFF	Carmen Rial UFSC
Edison Gastaldo Centro de Estudos de Pessoal - Forte Duque de Caxias / RJ	Lia Ferrero Universidad Nacional de La Plata
Leonardo Turchi UNIFAL	Luiz Henrique Toledo UFSCar
Marília Bandeira UFRGS	Victor Melo UFRJ

Mediação
Nathanael Araújo (Unicamp)

11/10/21
10h-12h30

You
Tube TV ABA

43) Lançamento do Livro "Vinte anos de diálogos: Os esportes na antropologia Brasileira"

11/10/2021

TV ABA

Organização: Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/azkwTel7W10>



WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão de Direitos Humanos
Comissão de Educação,
Ciência e Tecnologia
Comitê de Acessibilidade

44) Evento "Aprendendo e ensinando antropologia na pandemia"

Aprendendo e ensinando antropologia durante a pandemia:
dilemas, desafios e oportunidades

13/10/2021
TV ABA

CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE RESUMOS

Prazo para submissão de resumos
13 de agosto de 2021

Divulgação do aceite de resumos e grupos de trabalho
03 de setembro de 2021

Data do evento
13 de outubro de 2021

Comissão Organizadora

Guillermo Vega Sanabria (UFBA)
Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)
Juliane Bazzo (UFGD)
Leonardo Campoy (PUC-PR)
Lucrecia Greco (UFBA)
Paride Bollettin (UFBA)

Organização:
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (ABA)
Comitê Deficiência e Acessibilidade (ABA)
Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/OC-8GfCfJn0>

Lançamento de Livro
Arte e Religião:
passagens, cruzamentos, embates

WEBINÁRIOS DA ABA
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA

45) Lançamento do Livro "Arte e Religião: passagens, cruzamentos, embates"



Autoras/es

Emerson Giumbelli UFRGS	Fernanda Arêas Peixoto USP
Christina Vital da Cunha UFF	Edilson Pereira UFRJ
Jorge Scola Gomes UFRGS	Júlia Vilaça Goyatá UFMA
Leonardo Almeida UFC	Paola Lins de Oliveira UFRJ
Renée de la Torre CIESAS	Taylor de Aguiar UFRGS

Mediação

Bernardo Fonseca Machado (Unicamp)

13/10/2021
TV ABA

Organização:
CELCA/ABA

Link: <https://youtu.be/KbEUQqrG4m4>

13/10/21
14h-16h

You
Tube TV ABA

WEBINÁRIOS DA ABA
Comitê Migrações e Deslocamentos

Criminalização e desumanização de migrantes e refugiados na fronteira Estados Unidos-México



Eduardo Domenech
Universidad Nacional de Córdoba



Handerson Joseph
UFRGS



Mediadora
Bela Feldman-Bianco
Unicamp



Bruno Miranda
Universidad Nacional Autónoma de México



Amarela Varela Huerta
Universidad Autónoma de la Ciudad de México



Debatedor
Omar Ribeiro Thomaz
Unicamp

14/10/21
16h-18h (horário de Brasília)



46) Webinário “Criminalização e Desumanização de Migrantes e Refugiados na Fronteira Estados Unidos-México”

14/10/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Migrações e Deslocamentos (ABA)

Link: <https://youtu.be/LGiGVpbGeNA>

RACISMO E/NO ENSINO SUPERIOR: COTIDIANO, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS SOB A PERSPECTIVA DOCENTE

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

22 OUT 2021 15h às 17h

webinários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955
AO VIVO YouTube

Participantes



Rosilene Cataá Tuxá
(UNIFAP)



Ana Claudia Gomes de Souza
(UNILAB)



Zélia Amador de Deus
(UFPA)



Claudia Nunes Santos
(UFS)



Joziléia Daniza Jaçso Kaingang
(UFSC)



Aluizio de Azevedo
(Flacraz - RJ)

Coordenadoras
Edilma Monteiro (UFMA/ UFRN)
Inara do Nascimento Tavares (UFRR)
Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)

47) Webinário “Racismo e/no Ensino superior: cotidiano, experiências e desafios sob a perspectiva docente”

22/10/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Link: <https://youtu.be/vvziHCZQp0Q>

ANTROPOLOGIA DOS PATRIMÔNIOS: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS

25 OUT 2021 15h às 17h

webnários da **TV ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

AO VIVO YouTube

Comitê Patrimônios e Museus

Participantes

Coordenação

Mirna Kambeba Omáguia Yetê Anaquiri (IFG)

Izabela Tamaso (UFG)

Debatadora

Silvana Rubino (Unicamp)

Márcia Chuva (UNIRIO)

Simone Vassalo (UFF)

48) Webinário "Patrimônios e decolonialidade - Antropologia dos patrimônios: perspectivas decoloniais"

25/10/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Patrimônios e Museus (ABA)

Link: <https://youtu.be/eE9xean8IY>

DESCOLONIZAR A ANTROPOLOGIA. POR QUE E COMO FAZÊ-LO?

Comitê de Relações Internacionais

03 NOV 2021 14h às 16h

webnários da **TV ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

AO VIVO YouTube

Coordenador

João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ)

Luciane Rocha (Kennesaw State University)

Pablo Quintero (UFRGS)

Laura Moutinho (USP)

Gustavo Lins Ribeiro (UNAP/UnB)

49) Descolonizar a Antropologia. Por que e como fazê-lo?

03/11/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Relações Internacionais (ABA)

Link: <https://youtu.be/QPt-HZxEKUE>



PATRIMÔNIOS LGBTQIA+ - COMO ESTAMOS?
Comitê Patrimônios e Museus

08 NOV 2021 15h às 17h30

webnários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955
AO VIVO YouTube

Coordenador

Thiago Barcelos Soliva
(UFSB / Museu Bujuba)

Debatedor

Hugo Menezes Neto
(PPGA/UFPE)

Participantes


Sandro Ka
(FRS/Campus Alvorada)


Tony Boita
(IBRAM)


Kyara Almeida
(UFERSA)


Caio Maia
(PPGAS/MN)

50) Webinário "Patrimônios LGBTQIA+: como estamos?"

08/11/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Patrimônios e Museus (ABA)

Link: <https://youtu.be/615Zxp2U>



EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE ACERVOS LGBTQIA+
Comitê Patrimônios e Museus

10 NOV 2021 15h às 17h30

webnários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955
AO VIVO YouTube

Coordenadora e debatedora

Rita Colaco Rodrigues
(Museu Bujuba)

Participantes


Leonardo Arouca
(Museu da Diversidade Sexual - MDS)


Marco Aurélio Máximo Prado
(NUU/UFMG)


Márcio Caetano
(UFPEI/ Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas)


Alberto Schmitz
(Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Nott Grupo Dignidade)


Joana Ziller
(NUU/UFMG)


Bruno Brulon
(UNIRIO)

51) Webinário "Experiências de preservação e comunicação de acervos LGBTQIA+"

10/11/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Gênero e Sexualidade (ABA)

Link: <https://youtu.be/AVxftoJ8OyI>

RACISMO E/NO ENSINO SUPERIOR: COTIDIANO, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS SOB A PERSPECTIVA DISCENTE

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

12 NOV 2021
15h30 às 17h30

webinários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955
AO VIVO YouTube

Palestrantes:

- Bruna Vaz** (PPGA/UFPA e ABIA)
- Edilene Alves** (Pedagogia/Unicamp)
- Larisse Pontes** (PPGAS/UFSC)
- Suênia Soares** (PPGSC/UFPE)
- Maria Jane Soares** (ASCODIC; CEPPIR-PB; COEPIR-CE; CNPIR; CNPCT; CONSEPIR-RR)
- Urânia Munzanu** (PPGA/UFBA)

Coordenadoras:
Edilma Monteiro (UFMA/UFRN)
Inara do Nascimento Tavares (UFRR)
Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)

52) Webinário “Racismo e/no Ensino superior: cotidiano, experiências e desafios sob a perspectiva discente”

12/11/2021
TV ABA

Organização:
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (ABA)

Link: <https://youtu.be/HaRsp8rn37Y>

Seminário Internacional sobre os 50 anos da Declaração de Barbados: A virada política e epistemológica da Antropologia na América Latina

Seminario Internacional sobre los 50 años de la Declaración de Barbados: El giro político y epistemológico de la Antropología en la América Latina

Comissão de Assuntos Indígenas

15 NOV 2021
10h às 12h30

webinários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955
AO VIVO YouTube

Organizadores:
Edviges M. Ioris
NEPI/UFSC

Participantes:

- Georg Grünberg**
Universidade de Viena (Austria)
- Miguel Alberto Bartolomé**
INAH (México)
- João Pacheco de Oliveira**
MN/UFRRJ (Brasil)
- Ricardo Verдум**
CAU/ABA

53) Seminário Internacional sobre os 50 anos da Declaração de Barbados: A virada política e epistemológica da Antropologia na América Latina

15/11/2021
TV ABA

Organização:
Comissão de Assuntos Indígenas (ABA)

Link: <https://youtu.be/C5OVDXPKDPQ>

LANÇAMENTO
BIOTECNOLOGIAS, TRANSFORMAÇÕES CORPORAIS E SUBJETIVAS: SABERES, PRÁTICAS E DESIGUALDADES

Organizado por
Fabiola Rohden, Chiara Pussetti e Alejandra Roca

17 NOV 2021
16h às 18h

Mediador
Nathanael Araújo
(Unicamp)

ABA PUBLICAÇÕES

Autores
Fabiola Rohden (UFRGS)
Chiara Pussetti (Universidade de Lisboa)
Alejandra Rosario Roca (UNPAZ)
Jane Russo (UERJ)
Marina Nucci (UERJ)
Daniela Tonelli Manica (Unicamp)
Brunno S. T. Pereira (Unicamp)
Janaína Freitas (UFRGS)
Maria Concetta Lo Bosco (Universidade de Lisboa)
Débora Allebrandt (UFAL)
Francesca De Luca (Universidade de Lisboa)
Cecilia Rustoyburu (CONICET)
Camila Silveira Cavalheiro (UFRGS)
Isabel Pires (Universidade de Lisboa)
Jéssica Brandt da Silva (UFRGS)
Marcelle Schmitt (UFRGS)
Glaucia Maricato (Universidade de Berlim)
Tatiane Pereira Muniz (UFRGS)

54) Lançamento do Livro "Biotechnologias, transformações corporais e subjetivas: saberes, práticas e desigualdades"

17/11/2021
TV ABA

Organização:
CELCA (ABA)

Link: <https://youtu.be/gxpJkIU10JA>

webinários da
ABA
Associação Brasileira de Antropologia

24 NOV 2021
15h às 17h30

AO VIVO YouTube

Arquivos e Antropologia (Audio)Visual

Participantes:

Jamile Borges (UFBA)
João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)
Renato Athias (UFPE)
Paula Morgado Dias Lopes (USP)

Mediação:

ABA Comitê de Antropologia Visual

55) Webinar "Arquivos e Antropologia (Audio)visual"

24/11/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Antropologia Visual (ABA)

Link: <https://youtu.be/k8i5uMLwXLg>



56) Webinário "Artes Visuais, Antropologia (Audio)visual e Contracoloniaisidades"

26/11/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Antropologia Visual

Transmissão: TV ABA
Link: <https://youtu.be/A5ULxDdi1Qg>



57) Webinário "Encruzilhadas transatlânticas: negras antropologias na diáspora africana e em África"

29/11/2021
TV ABA

Organização:
Comitê de Antropólogas/os Negras/os
Comitê Estudos Africanos

Link: <https://youtu.be/m5dYpNPLkN8>

webinários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia

Montagem: Obras do artista cubano/haitiano-americano Félix González Torres (1937-1996) Focadas por descobertas da Aids.

01 DEZ 2021 às 15h30

AO VIVO YouTube

HIV/AIDS EM TEMPOS DE CRISE: (RE)TOMANDO AÇÕES, (RE)PENSANDO POLÍTICAS

Mediadora: **Vi Grunwald** (UFRGS)

Palestrantes: **Voriano Torto** (ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids), **Carlos Guilherme do Valle** (UFRN), **Lucas Melo** (USP)

Debaterora: **Mônica Franch** (UFPB)

ABA Comitê Gênero e Sexualidade
Comitê de Antropologia e Saúde

58) Webinar “hiv/aids em tempos de crise: (re)tomando ações, (re)pensando políticas”

01/12/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Gênero e Sexualidade (ABA)
Comitê de Antropologia e Saúde (ABA)

Link: <https://youtu.be/gew6EC4I00c>

webinários da **ABA**
Associação Brasileira de Antropologia

06 DEZ 2021 às 18h

AO VIVO YouTube

CONGRESSO NACIONAL EM FOCO!
PL do licenciamento ambiental, novo código da mineração e regularização fundiária.

Abertura: **Patrícia Birman** (Presidente da ABA)

Mediação: **Andréa Zhouri** (Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA)

Participantes: **Edna Castro** (Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS), **Wilson Cabral de Souza Jr** (Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA), **Joênia Wapichana** (Deputada Federal - Rede-RR. A confirmar), **Suely Araújo** (Observatório do Clima)

Juliana Baptista (Instituto Socioambiental - ISA)

Marcus Wittmann (GT Licenciamento Ambiental da Sociedade Brasileira de Arqueologia - SBA)

Marco Antonio Delfino (Ministério Público Federal em Dourados, MS)

Charles Trocate (Movimento Pela Soberania Popular na Mineração - MAM)

Joceli Andrioli (Movimento dos Altíquidos por Barragens - MAB)

ABA ANPOCS - SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - ABCP Associação Brasileira de Ciência Política

59) Webinar “Congresso Nacional em Foco! PL do licenciamento ambiental, novo código da mineração e regularização fundiária”

06/12/2021
TV ABA

Organização:
A4 – Ciências Sociais articuladas

Link: <https://youtu.be/jWJoAriAH6I>



60) Webinário "Antropologia e Direitos Humanos: 20 anos em perspectiva"

07/12/2021
TV ABA

Organização:
Comissão de Direitos Humanos (ABA)

Link: <https://youtu.be/u0ZkVd6EdJk>



61) Centenário do Nascimento de Paulo Freire. A crítica do autoritarismo brasileiro: Freire ontem e hoje.

09/12/2021
TV ABA

Organização:
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (ABA)

Link: <https://youtu.be/EteFCESca0o>



62) Lançamento do livro Antropologia e Direitos Humanos 9 e Edital X Prêmio Antropologia e Direitos Humanos

10/12/2021
TV ABA

Organização:
CELCA (ABA)

Link: <https://youtu.be/EWmHMcqqaSHo>



63) Webinar “Direitos em disputa: religião, política, gênero e sexualidade”

13/12/2021
TV ABA

Organização:
Comitê Gênero e Sexualidade (ABA)

Link: <https://youtu.be/S417aWn5pB8>



webinários da ABA
Associação Brasileira de Antropologia

29 MAR 2022 14h às 16h

AO VIVO YouTube

**Antropologia Brasileira:
Caminhos para Internacionalização**

Organizadores:
Leonardo Schiocchet (ISA/ÖAW)
Kelly Silva (UnB)

Participantes:
Angela Facundo (UFRN)
Bruno Reinhardt (UFSC)

Angela Torresan (University of Manchester)
Handerson Joseph (UFRGS)

ABA Comitê de Relações Internacionais

64) Webinar “Antropologia Brasileira: caminhos para internacionalização”

29/03/2022

TV ABA

Organização:

Comitê de Relações Internacionais (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=HQkq9dPXeRM>



LANÇAMENTO DO LIVRO

**VIOLÊNCIAS
VERSUS
RESISTÊNCIAS:
DESIGUALDADES DE
LONGA DURAÇÃO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA**

**Violências versus Resistências:
desigualdades de longa duração
na Amazônia Brasileira**

Participantes:
Apresentadores:
Jane Beltrão (UFPA)
José Batista Afonso (CPT)
Igor Rolemberg (EHESS e PPGAS/MN/UFRJ)
Vinicius da Silva Machado (UFPA)

Mediadora:
Paula Lacerda (UERJ)

13 ABR 2022 15h30 às 17h30

AO VIVO YouTube

ABA Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA

65) Lançamento de Livro: “Violências versus Resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia Brasileira”

13/04/2022

TV ABA

Organização:

CELCA/ABA

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=o7TA4k7NTNE>



66) Webinar “Ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: o sistema CEP/CONEP em perspectiva”

20/05/2022

TV ABA

Organização:

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=SpIGnMEoPdM>



67) Evento Pré-RBA: “Centenário do ‘Argonautas’ e ‘Nanook’: diálogos possíveis entre imagens e narrativas audiovisuais no campo da Antropologia”

01/05/2022

TV ABA

Organização:

Comitê de Antropologia Visual (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=rniUlqgEzuc>

68) Palestra "Contexto do financiamento da educação e da ciência no Brasil"

21/06//2022

TV ABA

Organização:

Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Yfb9KZZdwCY>

The poster features a background image of a river scene with people. The text 'webnários da' is visible in the top right. The main title 'PRÉRBA 2022' is prominently displayed. Below it, the event details are listed: 'Religiões e questões indígenas no Brasil: desafios e perspectivas', 'AO VIVO', '07 JUL 2022 17h às 19h30'. The list of participants and organizers is provided at the bottom, along with the ABA logo and the text 'Organização: Comissão Laicidade e Democracia'.

69) Evento Pré-RBA: Religiões e questões indígenas no Brasil: desafios e perspectivas"

07/07/2022

TV ABA

Organização:

Comissão Laicidade e Democracia (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=5TPL71nRSZ4>

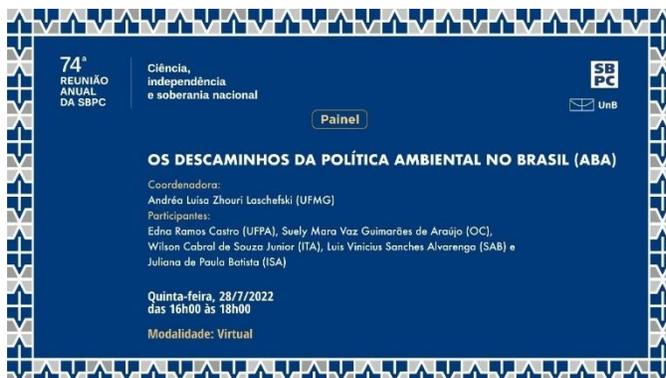


70) Atividade da ABA na Reunião da SBPC: "Saberes Antropológicos sobre Gênero e Sexualidade: ciência e conservadorismos no Brasil atual"

26/07/2022
TV ABA

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0e19IKPr7do>



71) Atividade da ABA na Reunião da SBPC: "Os descaminhos da política ambiental no Brasil"

28/07/2022
TV ABA

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://www.youtube.com/watch?v=0-_mjGNi-2U

PRÉ RBA
2022

**Pandemia e etnografia:
um balanço das pesquisas
realizadas em contextos digitais
e em tempos extremos**

Organizadora e Debatadora: **Carolina Parreiras (Unicamp)**
Organizadora e Participante: **Patricia Pavesi (UFES)**
Participante: **Carla Barros (UFF)**
Participante: **Horacio Sivori (UERJ)**
Participante: **Larisse Louise Pontes Gomes (UFSC)**
Participante: **Mayane Batista (UFAM)**
Organização: **Comitê de Comunicação e Divulgação Científica**

05 AGO 2022 14h
às 16h
AO VIVO

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

**72) Webinar “Pandemia e etnografia:
um balanço das pesquisas realizadas
em contextos digitais e em tempos
extremos”**

05/08/2022
TV ABA

Organização:
Comitê de Comunicação e Divulgação
Científica (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0yEgus7dyXc>

webinários da
ABA
Associação Brasileira de Antropologia

07
Nov 15h
2022 às 17h30

AO VIVO YouTube

**A ética e a ciência por decreto:
perspectivas sobre o PL 7082/2017**

Este evento tem como objetivo discutir os principais desafios e problemas do Projeto de Lei 7082/2017, em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria um sistema de revisão ética em pesquisa para a pesquisa clínica, mas que coloca as Ciências Humanas e Sociais em seu escopo.

Participantes:

Mediadora: Hully Guedes Falcão (Icict/Fiocruz)	Palestrante: Frederico Fernandes (UEL/FCHSSALLA)	Palestrante: Rosana Castro (UERJ)
--	--	---

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

**73) Webinar “A ética e a ciência por
decreto: perspectivas sobre o PL
7082/2017”**

07/11/2022
TV ABA

Organização:
Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências
Humanas (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=iZfdZG1Dxil>



74) Webinario "Diálogos Etnográficos entre África e Caribe"

20/05/2022
TV ABA

Organização:
Comitê Estudos Africanos (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=wkJpbQDKSU0>

CURSOS DE EXTENSÃO

Curso de Extensão "Pandemia e Territórios – a nova cartografia social em face do acirramento dos conflitos vividos por povos e comunidades tradicionais"

Organização:
Comitê Quilombos (ABA)
Direção Norte (ABA)
PPGCSPA/UEMA

Transmissão: Zoom ABA (Ambiente privado)

Resumo: O curso de extensão ocorreu durante dez semanas com uma carga horária de 30 horas, reunindo pesquisadores de diferentes instituições para debater o tema proposto. As sessões foram divididas em 2 blocos temáticos, e contaram com a participação de agentes sociais que contribuíram e participaram da produção do livro "pandemia e território". As aulas foram expositivas e dialogadas no sentido que os participantes e representantes de povos e comunidades tradicionais possam

compartilharam seus relatos sobre suas experiências, apresentar suas reflexões e dúvidas a respeito dos temas debatidos.

Objetivos Geral: Abordar, a partir das experiências registradas na coletânea Pandemia e Territórios, os efeitos diferenciados da pandemia COVID 19 nos territórios e para os diferentes agentes sociais identificados como povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, pescadores, extrativistas) e as ações de autodefesa mediante mecanismos e dispositivos de controle de poder do Estado.

Objetivos específicos:

- Analisar o conceito polissêmico de território (território tradicional, território da morte, território da cultura, territórios de guerras, etc).
- Identificar as dimensões de conflitos mediante dispositivos da biopolítica nos territórios dos povos tradicionais;
- Refletir sobre as formas de construção das barreiras sanitárias locais; as subnotificações dos contágios e sobre os saberes tradicionais referidos aos cuidados de si;
- Discutir os diferentes significados e apropriações por agentes sociais de termos decorrentes da pandemia, tais como: quarentena, isolamento, distanciamento social, imunização, dentre outros;
- Identificar as ações e omissões do Estado, o cerceamento das comunidades pelo evento epidemiológico e os dispositivos de regulamentação para “combater” a pandemia;
- Analisar leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, instruções normativas e resoluções com efeito em face aos direitos territoriais
- Reflexão sobre a ciência da vida, como parte do trabalho de investigação em tempos de pandemia;
- Compreender os obituários como registro necrológico reverso da biografias como instrumento para refletir sobre “territórios da morte”;
- Analisar iconografias como formas de registros de resistências no enfrentamento da pandemia;
- Descrever o processo de produção de dados pelos próprios agentes sociais como sujeitos na produção sobre a versão destes fatos.

Eixo 1 – Mobilizações e atos de Estado

Eixo 2 – Experiências etnográficas

Curso de Extensão “Metodologias, políticas, técnicas e contenciosos do digital – uma introdução”

Organização:

Comitê de Comunicação e Divulgação Científica (ABA)

Transmissão: Zoom ABA e TV ABA

Objetivos: Introduzir os/as participantes às discussões sobre alguns dos principais temas contemporâneos nos estudos sobre tecnologia e internet, especialmente relacionados às políticas e tessituras das tecnologias de comunicação e informação (TICs) e aos processos desiguais de acesso e uso dessas tecnologias. São de especial interesse as temáticas relativas às metodologias e técnicas para estudos para o digital, bem como as discussões éticas daí suscitadas. Conjuntamente, é essencial levar à frente o debate relativo às bases técnicas da internet e toda a matemática por detrás daquilo acessível ao usuário. Nesse sentido, serão abordadas as temáticas de segurança, controle, privacidade, plataformas, *machine learning*, inteligência artificial e o amplo conceito de *fake*.

Ementa: A proposta deste curso é refletir e debater sobre as implicações e os usos que as pessoas fazem do aparato tecnológico e, para tal, levar em consideração uma perspectiva multidisciplinar e abordagens qualitativas e quantitativas. Nesse sentido, o objetivo é introduzir as/os participantes aos principais debates neste campo tomando como base a matemática e as bases técnicas que conformam o digital. Assim, as aulas vão se dividir nos seguintes eixos: teoria, método, ética e segurança -, pensando em como a internet se conforma como campo, como contexto e como ferramenta de pesquisa, além de fornecer subsídios para lidar com segurança e privacidade online. Algumas temáticas abordadas serão: metodologia e técnicas de pesquisa; ética e estudos digitais; algoritmos e estratégias para pensa-los de uma perspectiva sócio-antropológica; big data; privacidade, controle e vigilância; plataformização. A cada aula será indicado um texto base, que guiará os debates e textos complementares que ajudarão a aprofundar as discussões realizadas.

Aula 1 – Metodologia e ética de pesquisa para o digital

Data: 27/10/2021

Link:

https://www.youtube.com/watch?v=5em1n3s_PrQ&list=PLrqSUafHHXyZIV3EsJ9vOoq5FUfNUblpw&index=1

Aula 2 – Big data e política dos algoritmos: conceituação e principais dilemas

Data: 03/11/2021

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=fOPXBbOZsPM&list=PLrqSUafHHXyzIV3EsJ9vOoq5FUfNUblpw&index=2>

Aula 3 – A vida plataformizada: implicações teóricas, políticas e metodológicas

Data: 10/11/2021

Link:

https://www.youtube.com/watch?v=wsE04rh_bbE&list=PLrqSUafHHXyzIV3EsJ9vOoq5FUfNUblpw&index=3

Aula 4 – Fakes: estatutos, implicações e contenciosos

Data: 17/11/2021

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=IKCyKYDzXN4&list=PLrqSUafHHXyzIV3EsJ9vOoq5FUfNUblpw&index=4>

Aula 5 – Controle, vigilância e privacidade

Data: 24/10/2021

Link:

https://www.youtube.com/watch?v=dNFrwZEq8cY&list=PLrqSUafHHXyzIV3EsJ9vOoq5FUfNUblpw&index=5&ab_channel=TVABA

Curso de Extensão “Questões fundamentais nos laudos antropológicos”

Organização:

Comissão de Assuntos Indígenas (ABA)

Comitê Laudos Antropológicos (ABA)

Comitê Laudos Antropológicos (ABA)

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (ABA)

Transmissão: Zoom ABA (Ambiente privado)

Objetivo: aportar conteúdos relacionados com o tema e a atuação antropológica no atual contexto de pressão política e econômica visando a desconstituição dos direitos dos povos indígenas no país, estabelecidos e desenvolvidos a partir da Constituição Federal de 1988.

Aula 1 – Introdução aos laudos: laudos sobre Povos e Terras Indígenas

Data: 12/11/2021

Aula 2 – Laudos tendo indígenas como acusados/réus

Data: 16/11/2021

Aula 3 – Os impactos ambientais de projetos de infraestrutura e/ou exploração econômica

Data: 24/11/2021

Aula 4 –

Data: 02/12/2021

Aula 5 –

Data: 07/12/2021

DEMAIS EVENTOS ORGANIZADOS PELA ABA

1) Workshop ABA e Wenner Gren

Data: 20/04/2021

Zoom

Organização:

ABA e Wenner Gren

Coordenação: Patrícia Birman (ABA)
Conferencista: Danilyn Rutheford, Presidente da Wenner-Gren.

2) 20º Congresso Brasileiro de Sociologia

Data: 15/07/2021

Fórum Especial organizado pela Articulação ABA, ABCP, ANPOCS e SBS (A4)

FR03 - Fórum Especial Desafios atuais das Ciências Sociais no contexto de crises

Coordenação: Jacob Carlos Lima (UFSCAR; Presidente da SBS)

André Pereira Botelho (UFRJ; Presidente da ANPOCS)

Patrícia Birman (UERJ; Presidente da ABA)

Luciana Veiga (UNIRIO; Presidente da ABCP)

Fernanda Fonseca Sobral (UnB; Vice-presidente da SBPC)

3) Disability in Brazil – experiences, arts, activisms

Data: 11/04/2022

Transmissão via Zoom

Participantes: Anahí Guedes de Mello, Marco Gavério, Retratos Defiças, Fábio Passos.

Organização: Washington University e ABA.

4) Oficinas – Deficiência e Acessibilidade em Museus

Data: 2º semestre 2022

Execução: ABA e Conatus.

EVENTOS APOIADOS PELA ABA

1) Fronteiras e Migrações

Data: 17/03/2021

Realizado via Zoom

Organização:

Fórum Social Europeu das Migrações

Mediação: Lindomar Albuquerque (UNIFESP)

Participantes: Edileny Tomé da Mata (Universidade Pablo de Olavide), Clara Piazza (Universidade de Utrecht), Grace Arango (ONG Migrante de los Rios), Handerson Joseph (UFRGS).

2) Correspondência Intelectual de Celso Furtado

Data: 15/04/2021

YouTube MuseuAstronomia

Mediação: Priscila Faulhaber (MAST)

Participantes: Rosa Freire D'Aguiar, Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ), Inês Patrício (UFF).

3) Seminário-Taller: Museos, Educación e Inclusión em contextos multiculturales.

Data: 18/04/2021

Transmissão via Facebook – 'BanrepculturalLeticia'

Organização:

La Red Cultural del Banco de la República em Colombia

Conferencia: La cosmovisión Tikuna en los objetos rituales (Priscila Faulhaber).

4) Cerimônia de Lançamento Observatório das Escolas Militarizadas

Data: 24/05/2021

Transmissão via página do Observatório no Facebook (<https://cutt.ly/nbBQ0tM>)

Organização: Observatório das Escolas Militarizadas.

5) I Diálogos em "Religião, políticas públicas e Direitos Humanos".

Tema: Religião e LGBTIfobia: onde estamos nessa luta?

Data: 28/06/2021

Transmissão pelo YouTube do NEPP/DH/UFRJ

Organização: Alexandre Nabor França, Marcelo Natividade e Sérgio Luiz Baptista da Silva.

6) Curso "Memórias Indígenas no Seridó e do Sertão – Rio Grande do Norte".

Data: 01/09 a 03/11/2021.

Organização: PPGAS/UFRN

7) IV Reunião de Antropologia da Saúde

Participação de Patrícia Birman na Mesa de Abertura.

Data: 22/09/2021.

8) Dia Internacional dos Museus & Centros de Ciência – processos museológicos indígenas e o marco temporal.

Data: 10/11/2021

YouTube MuseuAstronomia

Palestrante: Renato Athias (UFPE)

Debatedora: Priscila Faulhaber (UNIRIO/MAST)

9) Desafios Contemporâneos da Associação Brasileira de Antropologia: diálogos com estudantes de antropologia do Centro-Oeste brasileiro

Data: 28/03/2022

Transmissão: Canal do PPGAS/UFG

Palestrantes: Patrícia Birman e Cornelia Eckert

Mediação: Luciana de Oliveira Dias

Organização: PPGAS/UFG

REPRESENTAÇÕES DA ABA

1) Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena

A partir da posse do novo executivo federal no início de 2019, todas as decisões tomadas foram na direção de seguir o processo de esvaziamento da FUNAI e outros organismos de políticas indígenas, como a extinção da SECADI. Processo que culminou com o cancelamento da reunião da CNEEI para o 1o semestre de 2019 e em 11 de abril de 2019, a publicação do Decreto no 9759, o qual extingue e estabelece diretrizes para as Comissões Federais.

- **No biênio 2021/2022 não tivemos nenhuma reunião e nenhuma articulação da CNEEI, pois se trata de um conselho federal e depende de dotação orçamentária para seu funcionamento.**
- Neste período, no âmbito da Educação Escolar Indígena, segue em atividade o movimento social, a partir da continuidade do FNEEI – Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, espaço de militância e representatividade do movimento de professores/as indígenas e apoiadores, cuja última reunião ocorreu neste mês de dezembro/2022 em Brasília, para subsidiar o GT de transição.
- Existe a indicação de retomada das atividades da CNEEI no próximo governo. Dessa forma, a representatividade da ABA nesta instância federal ficou prejudicada, tendo em vista o contexto político totalmente adverso aos povos indígenas.

2) Participação no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

Nurit Bensusan

Nesses dois anos, a representação da ABA junto ao CGen envolveu a participação nas reuniões do CGen e nas das câmaras setoriais da academia e dos detentores de conhecimentos tradicionais. Essas em geral precedem as reuniões do CGen e acontecem na véspera ou dois dias antes. Além disso, também houve a participação na Câmara Temática de Características Distintivas Próprias. Essa última trata da estrutura da avaliação para a determinação de propriedades de características distintivas adquiridas no país em variedades introduzidas utilizadas em atividades agrícolas. Foram realizadas nove reuniões que culminaram com uma minuta de resolução a ser aprovada pelo plenário do CGen.

Abaixo, listo apenas a datas das reuniões ordinárias nas quais participei pois devido ao esvaziamento do poder deliberativo do conselho pouco foi debatido nesses dois anos. Optei por abordar os assuntos de uma forma transversal ao invés de discorrer sobre a pauta de cada uma das reuniões. Assim, nas páginas seguintes é possível encontrar um resumo das questões que vieram a tona nesses anos e que ainda pendem de decisões, de esclarecimentos ou até mesmo de modificações.

31° reunião ordinária do CGen em 23 de novembro de 2022
30° reunião ordinária do CGen em 24 de agosto de 2022
29° reunião ordinária do CGen em 14 de junho de 2022
28° reunião ordinária do CGen em 16 de fevereiro de 2022
27° reunião ordinária do CGen em 2 de dezembro de 2021
26° reunião ordinária do CGen em 25 de agosto de 2021
25° reunião ordinária do CGen em 28 de abril de 2021
24° reunião ordinária do CGen em 24 de fevereiro de 2021

Para além dessas participações, foram realizadas diversas conversas tanto com os representantes de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares, bem como representantes da SBPC.

Diagnóstico das questões críticas ligadas ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional sob a égide da Lei 13.123/2015 e do Decreto 8.772/2016

Instrumentos existentes:

CGen: Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, órgão deliberativo que deve cuidar de todas as questões relativas ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. Definido por lei conta com uma composição de 60% de órgãos do governo e 40% da sociedade, divididos igualmente entre academia, setor privado e detentores de conhecimento tradicional. No momento, os representantes da academia são a SBPC, a ABC (Associação Brasileira de Ciências) e a ABA (Associação Brasileira de Antropologia); do setor privado a CNA e a CNI (ocupando três vagas) e uma representação dos povos indígenas, uma dos PCTs e uma dos agricultores familiares. Essas representações foram definidas pelo decreto.

FNRB: Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, fundo que recebe os recursos advindos da repartição de benefícios monetária derivada do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. É gerido por um comitê gestor composto, segundo o decreto, por oito representantes de órgãos governamentais, sete de detentores de conhecimento tradicional e um da SBPC.

SisGen: Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional, sistema online que recebe o cadastro obrigatório do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. Trata-se de um sistema auto-declaratório e é a única ferramenta para rastrear o uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional.

Questões:

- As limitações do SisGen

O SisGen foi disponibilizado aos usuários em 6 de novembro de 2017, momento em que as regras da Lei 13.123 de 2015 passaram a ser obrigatórias, incluindo a abertura de prazo para regularização de atividades de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associadas realizadas de forma irregular durante a Medida Provisória 2.186/2001. O sistema, porém, apresenta inúmeras falhas operacionais, em especial a falta de parametrização com as atividades realizadas há mais de 20 anos, impossibilitando o cumprimento da Lei e gerando insegurança jurídica e técnica a todos. Trata-se um sistema engessado, sem flexibilidade de mudança e que depende de recursos externos (GEF-ABS PNUD) para sua atualização. Hoje, o MMA não tem nem autonomia, nem independência operacional para atualizar e modernizar o SisGen.

Vale mencionar que o MCTI criou um sistema paralelo de cadastro para a pesquisa básica (Decreto 10.844 de 25 de outubro de 2021), distinção que não existe na lei e que vem criando dificuldades para o controle social e para a rastreabilidade em especial por parte dos detentores de conhecimentos tradicionais.

- O pouco acesso ao conhecimento tradicional

Um levantamento no SisGen mostrou que apenas 13% dos cadastros se referem a conhecimentos tradicionais. Os outros 87% tratam exclusivamente de acesso ao patrimônio genético. Tal cenário revela que há pouco acesso ao conhecimento tradicional no Brasil, apesar de seu potencial de geração de inovação e da possibilidade da repartição de benefícios ser positiva para as comunidades detentoras desses conhecimentos. Uma possibilidade de explicação para esse cenário é que os usuários parecem acreditar que o acesso ao conhecimento tradicional é complicado e há uma certa insegurança jurídica em torno dele.

- A questão da associação com entidade nacional para pesquisa de estrangeiros

Em função de alguns dos vetos acolhidos na Lei 13.123/2015, a regra sobre o formato de cadastro de acesso realizado por instituição estrangeira sem cooperação científica com instituição nacional acabou distorcida na regulamentação dada pelo Decreto 8.772/2016. Assim, segundo a regra atual, as pesquisas realizadas no exterior só podem ser por uma instituição nacional e a instituição estrangeira deve se "associar" a uma instituição nacional para fazer isso, mesmo que sua pesquisa não tenha nenhum vínculo com alguma instituição nacional. O que cria uma situação absurda e distorcida da norma, prejudicando o interesse de pesquisa com a biodiversidade brasileira por instituições estrangeiras, inclusive classificação de novas espécies e depósitos em coleções no exterior.

- A repartição de benefícios e suas dificuldades

Estima-se que já existem 22 milhões de reais disponíveis em repartição de benefícios, sendo aproximadamente cinco milhões no FNRB e dezessete milhões descritos em projetos protocolados que até hoje não foram destinados aos beneficiários da repartição de benefícios.

Para o desembaraço desses recursos bastaria a assinatura desses Acordos de Repartição de Benefícios já protocolados junto ao MMA.

Outra questão é a Portaria 144/2021, editada sem o aval do CGen, que burocratizou e criou regras diferentes da Lei 13.123 de 2015 para a destinação de recursos da repartição de benefícios.

- A patinação do FNRB

Até o momento, o FNRB não começou a funcionar. Além de um Manual de Operações elaborado sem a devida participação ampla do Comitê Gestor, esse enfrenta problemas para nomeação de seus membros. Os detentores de conhecimento tradicional devem, de acordo com o Decreto, ser nomeados por órgãos que não existem mais, como o CNPI e o Condráf, colocando o Fundo numa situação de inoperância e os detentores de conhecimento tradicional numa situação tutelar. É urgente a discussão e a aprovação das diretrizes do FNRB, garantindo a destinação de recursos para coleções e instituições de pesquisa, bem como do respectivo Manual de Operações.

- O esvaziamento do poder deliberativo do CGen

Após a tentativa frustrada de cancelar a existência deste Conselho, impossibilitada pelo fato de que foi o CGen criado por Lei, a atual gestão tornou a existência dele meramente informativa, retirando dele toda sua competência e tratando dos temas pertinentes à gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional de forma unilateral dentro da Secretaria de Biodiversidade do MMA. Além de ser ilegal, tal cenário não corresponde a ampla participação que esse tema deve ter na sociedade e entre os mais afetos, como pesquisadores, empresas usuárias e detentores de conhecimentos.

- A questão do conhecimento tradicional de origem não identificável

A Lei 13.123/2015 criou uma situação especial para os conhecimentos cuja origem não pode ser identificada para evitar injustiças. Trata-se de saberes que são de amplo conhecimento (por exemplo, poder anestésico do jambu, de colorir tecidos humanos do jenipapo, do urucum e do açaí, calmante do maracujá, entre muitos outros) em que não seria justo designar apenas um receptor para a repartição de benefícios, sendo então todo o montante destinado ao FNRB. O Decreto, porém, distorceu essa situação ao afirmar que qualquer população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva determinado conhecimento é considerado a origem desse conhecimento. O que leva, na prática, à situação onde não exista conhecimento de origem não identificável e seu eventual acesso cause injustiças.

- A questão do conhecimento tradicional de origem secundária

As normas vigentes deixam claro que os conhecimentos tradicionais de fonte secundárias quando acessados, ou seja utilizados para pesquisa ou desenvolvimento tecnológico, devem ser alvo de consentimento prévio informado e de repartição de benefícios. Os instrumentos, porém, para rastrear esse uso e fazer o controle social do consentimento prévio e da repartição de benefícios não existem.

- Regularização do passivo

Trata-se da finalização dos processos de regularização iniciados em 2018. Enquanto empresas, principalmente as multinacionais, não finalizarem suas regularizações, com quitação do passivo e cancelamento das multas anteriores, não conseguem liberação de recursos para voltar a investir com inovação no Brasil. A finalização desses processos é essencial para atrair investimentos, internos e externos, bem como para trazer credibilidade e segurança.

- Insuficiência numérica da equipe

O número de pessoas trabalhando nesse tema no MMA sempre foi insuficiente pois há muito o que fazer. Na gestão atual, porém, isso atingiu níveis críticos pois além da insuficiência numérica, havia poucos técnicos que entendessem do assunto. Não haverá avanços nesse tema sem uma equipe maior e melhor capacitada.

- A necessidade de respeito ao conhecimento tradicional como corpo autônomo de conhecimento

O conhecimento tradicional segue sendo tratado com um conhecimento subsidiário e subalterno à ciência, que continua desempenhando um papel de chanceladora desses conhecimentos. O reconhecimento da autonomia desses saberes, mediante parcerias mais equitativas entre a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e os conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais, é essencial e deve se dar dentro do sistema de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional.

- A questão do fomento e da necessidade do estabelecimento de linhas de pesquisa de médio e longo prazo para inovação a partir da biodiversidade brasileira

A pesquisa acerca do patrimônio genético e do conhecimento tradicional e o eventual desenvolvimento tecnológico derivado deve ser alvo de linhas de fomento das agências públicas para que seja possível, a médio e longo prazo, gerar inovação a partir da biodiversidade brasileira e dos conhecimentos associados a ela. O estabelecimento, dentro do sistema de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, de parcerias mais equitativas entre detentores de conhecimentos tradicionais e pesquisadores e usuários privados pode, também, impulsionar a geração de inovação.

- A necessidade de formação sobre esse tema

O tema do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional dialoga com muitos outros como a manutenção da integridade territorial, a persistência de modos de vida, a pesquisa sobre a biodiversidade, a política de biotecnologia, o planejamento do fomento à pesquisa, as estratégias de geração de inovação nos diversos setores como farmacêuticos, cosméticos, química fina, agricultura, entre vários outros. Assim, é necessário formar pessoas com capacidade de planejar políticas nesse setor, bem como pesquisadores, usuários e detentores de conhecimento tradicional que possam fazer funcionar e aprimorar o arcabouço legal, incluindo todos seus instrumentos.

3) Reunião com Dr. Marcelo Maffra, promotor da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, realizada em 03 de março de 2021, em Belo Horizonte, na Sede da Coordenadoria.

Ana Flávia Moreira Santos

A reunião contou com a participação de: Charles Moraes de Lima, representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – FEDPCB, entidade que demandou a reunião, da qual a ABA participa, com representação no Fórum Nacional e no Fórum em Minas Gerais; Matheus de Mendonça Goncalves Leite, professor da PUC/Minas e advogado da Associação Quilombola de Minas Gerais, N’Golo; Júlia Alana Hilário França, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em Minas Gerais – IAB/MG; Carolina Ruoso, pela Associação Nacional de Pós-Graduação em História – ANPUH; além de eu mesma como representante da Associação Nacional de Antropologia – ABA.

Após uma rodada de apresentações, a palavra foi passada a Charles Moraes de Lima, representante do Fórum, o qual colocou a extrema preocupação da entidade com a possibilidade da instalação de um projeto minerário no Serro, considerando a importância do patrimônio cultural localizado naquele município, cujo conjunto arquitetônico é tombado, a nível nacional, desde 1938; pontuou que, pelas informações que chegaram ao fórum, o empreendimento seria localizado a cerca de 5 km do conjunto tombado. A instalação de uma atividade econômica extremamente predatória, como a mineração, também poderia inviabilizar no futuro processos econômicos mais duradouros e sustentáveis, como o desenvolvimento do turismo, atividade de relevância no município. Indicou que o Fórum considerava de suma importância a atuação e o contato com o Ministério Público Estadual, e observou a relevância da presença de todas as entidades ali representadas, em especial do Prof. Matheus, pelo mesmo acompanhar de perto as comunidades do Serro e as iniciativas envolvendo o projeto minerário.

A palavra foi passada então ao Prof. Matheus, que fez um relato historiando o caso desde a negativa, em 2015, da declaração de conformidade à Anglo American, então detentora dos direitos minerários, por decisão unânime do CODEMA do Serro. Que o

empreendimento de fato se situa próximo ao conjunto urbano tombado pelo IPHAN (cerca de cinco quilômetros ou até menos em alguns pontos), e que a Comunidade Quilombola de Queimadas se encontra a cerca de 1 km do local onde se instalará o empreendimento. O projeto, segundo o Prof. Matheus, necessariamente afetará de forma danosa o patrimônio, pois atinge diretamente uma das serras que compõe a paisagem que circunda o conjunto arquitetônico, paisagem incluída no tombamento federal. Que o EIA-RIMA apresentado pela Anglo em 2015 deixava claro que haveria impactos nas águas do Rio do Peixe, manancial que abastece a cidade, principal motivo da decisão do CODEMA em 2015, sendo a questão hídrica uma questão sensível ao município. O prof. Matheus também relatou os desdobramentos do caso, com a venda dos direitos minerários à empresa Herculano Mineração, que vem atuando junto aos Poderes Municipais e cooptando entidades da sociedade civil no Serro. Segundo o prof. Matheus, a Herculano apresentou um documento técnico de "reformulação" do Projeto Serro, no qual alega que não mais haverá interferência no Rio do Peixe - embora o documento não apresente quaisquer diagnósticos acerca dos impactos ambientais decorrentes da proposta. Com base no documento, a Herculano obteve anuência do CODEMA e respectiva carta de anuência da Prefeitura do Serro, em um processo marcado por inúmeras irregularidades, entre as quais a manipulação dolosa de dados no referido documento técnico, identificada por especialistas vinculados à UFMG e ratificada por perito do MPMG. Relatou as ações já propostas pela Federação N'Golo, que estariam sendo 'travadas' em seu curso pela atuação parcial do desembargador Peixoto Henriques, que não submete ao colegiado suas decisões monocráticas, e sobre o qual a Federação foi obrigada a interpor um pedido de suspeição. Além de manifestar preocupação com o patrimônio cultural e com as comunidades quilombolas, em especial a comunidade de Queimadas, o prof. Matheus enfatizou a necessidade de que o MPMG atuasse em prol de um fortalecimento institucional dos promotores que atuam na Comarca, que estariam sofrendo fortes pressões no contexto de sua atuação no caso, mas também na construção de um posicionamento institucional quanto à atuação da diretoria e técnicos da empresa Herculano, a propósito da deliberada manipulação/falseamento de dados, e em face da questionável atuação do citado desembargador. Posteriormente, indagado a respeito, o Prof. Matheus pontuou que o Ministério Público Federal também vem atuando no caso, através do Dr. Felipe, que estaria acompanhando a situação das comunidades quilombolas envolvidas e também a questão do patrimônio, em virtude de se ter um tombamento em esfera federal.

Aberta a palavra para eventual manifestação dos presentes, eu me manifestei enfatizando a extrema preocupação não apenas da Presidência da ABA, como dos três Comitês de Trabalho envolvidos no acompanhamento do Projeto Serro: Comitê de Patrimônio e Museus; Comitê de Quilombos; Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. Que essa preocupação se relacionava ao importantíssimo lugar do Serro em termos do Patrimônio Cultural Brasileiro, tanto material como imaterial, assim como para a formação histórica do Estado de Minas Gerais. Enfatizei que esse patrimônio inclui a diversidade sociocultural manifesta pela presença, no território, não só de Queimadas, como de outras cinco comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, além de outras comunidades tradicionais – como as de Apanhadoras de Sempre-Vivas –, posto que não necessariamente tais comunidades

apresentam um marcador étnico. Também observei que, como pesquisadora do GESTA/UFMG, acompanhei por anos a implantação do Projeto Minas-Rio, nos municípios vizinhos de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, pontuando que os danos causados pela mineração às comunidades tradicionais e ao patrimônio cultural têm sido graves e irreversíveis, compreendendo conflitos familiares, intra e intercomunitários, pela ruptura dos regimes possessórios praticados nos lugares; e a perda das condições de reprodução dos modos de vida, em virtude de vários danos ambientais, incluindo, de forma importante, a perda das águas (por poluição, assoreamento, destruição ou diminuição da vazão em nascentes ou corpos d'água). Assinalei a existência de estudos que já indicam, inclusive, prejuízo ao patrimônio representado pelo modo artesanal de fazer o queijo do Serro. Relatei a preocupação desta Associação com notícias acerca de pedidos paralelos de autorização (para desmates, outorgas de uso das águas), quando ainda não há estudos ambientais que diagnostiquem e avaliem o conjunto dos danos socioambientais a serem causados pelo empreendimento, e na ausência de um licenciamento formalizado. Disse que a preocupação da Associação com a obtenção dessas autorizações de forma fragmentária, seria não só o prejuízo à avaliação global dos impactos, mas a possibilidade de que a empresa, quando formalizar o licenciamento, tente adiantar o processo e atropelar as discussões, prejudicando a participação da sociedade e o exercício do contraditório. Relatei também que a ABA já expediu ofícios a diversos órgãos solicitando informações sobre a existência formal de processos ou pedidos de autorização.

Retomando a palavra, o Promotor Dr. Marcelo Maffra relatou que já há uma articulação interna ao MPMG para acompanhar o caso do Serro, envolvendo os promotores da Comarca local e a Coordenadoria de Patrimônio Cultural; a Coordenadoria de Mineração, através do Dr. Felipe; e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação – CAOMA, através do Dr. Carlos Eduardo. Pontuou que eles estão cientes da importância de fortalecer os representantes do órgão que atuam na comarca local; que o Ministério Público considera importante essa atuação conjunta, de modo a poder abarcar as múltiplas dimensões envolvidas no processo (e não só, por exemplo, o patrimônio cultural, de forma isolada). Demonstrou interesse pela atuação do Ministério Público Federal, de forma a que ambos os órgãos venham futuramente a alinhar e articular suas atuações. Saudou também a iniciativa e a presença de todos na reunião, ressaltando a importância das instituições ali representadas para o MPMG, solicitando-nos empenho no sentido de manter a instituição o mais informada possível acerca da situação local; e eventualmente de poder contar com nossa expertise técnica, uma vez que o Ministério Público possui um corpo técnico diminuto, o que muitas vezes impossibilita que as análises abarquem todas as dimensões necessárias. Acerca de outros pontos levantados pelos presentes, argumentou que qualquer proposição de ação no âmbito criminal – a propósito de falseamento de dados, etc - teria que ser muito bem fundamentada tecnicamente; e, quanto à possibilidade de a Herculano obter autorizações ainda fora do licenciamento, observou que o MP já marcou reuniões com o IPHAN e o IEPHA para saber o que existe formalmente nesses órgãos, se possuem e quais informações eles possuem sobre o empreendimento.

O representante do Fórum em Defesa do Patrimônio Cultural, Charles, observou que um dos motivos para a iniciativa da reunião era justamente a abertura de um canal de interlocução com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e que as entidades constituintes do Fórum e implicadas nesse diálogo poderiam sim contribuir para uma análise técnica que viesse a subsidiar o MP. O promotor observou a importância dessa interlocução e de uma futura contribuição técnica, ponderando, não obstante, que se teria que avaliar estrategicamente o momento de sua apresentação. A preocupação seria a de não adiantar as críticas, antecipação que poderia favorecer, por parte do empreendedor, uma narrativa "mais arredondada" quando da formalização do licenciamento. Por isso ele considera importante a oficialização de um EIA-RIMA.

A representante da ANPUH, Profa. Carolina, observou a importância simbólica do Serro e de Minas Gerais para a defesa do Patrimônio Cultural no Brasil. Assinalou que o Serro, primeiro conjunto arquitetônico tombado no país, e Minas Gerais, pela representatividade de seu patrimônio histórico e cultural, estavam no coração da política de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, e a afetação do Serro viria a simbolizar, para essa política, um golpe mortal, impactando-a de modo profundo.

Por fim, o Promotor Marcelo Maffra destacou que o MPMG estaria aberto e atento às entidades ali presentes, ressaltando a importância de mantermos a interlocução iniciada.

3) Relatório sobre participação e apoio técnico em reuniões do projeto "territórios vivos", no Ministério Público Federal nos dias 17 de março de 2022 (reunião virtual) e 24 e 25 de março de 2022 (reuniões presenciais).

Stephen Grant Baines.

OBJETIVOS DO PROJETO "TERRITÓRIOS VIVOS"

O Projeto "Territórios Vivos" é uma iniciativa fruto da cooperação Internacional Brasil-Alemanha e está sendo implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ (Agência de cooperação alemã para o desenvolvimento), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O projeto tem como objetivo apoiar o desenvolvimento, a disseminação e a consolidação da Plataforma de Territórios Tradicionais, bem como fortalecer as lideranças tradicionais para defesa de seus direitos e alcance das metas da Agenda 2030. A Associação Brasileira de Antropologia – ABA faz parte das instituições que integram o Comitê Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais, conforme Portaria PGR/MPF no 167 de 8 de março de 2019, contemplando, entre outras, as atribuições de realizar análise técnica inicial das fontes que serão submetidas ao Conselho Gestor, bem como, elaborar pareceres técnicos para auxiliar as deliberações do Conselho Gestor.

Conforme seu próprio site, a Plataforma de Territórios Tradicionais resulta de projeto finalístico do Ministério Público Federal, desenvolvida em parceria com o Conselho

Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e apoiada por diversas entidades governamentais e não-governamentais, com o objetivo de disponibilizar amplo acervo de dados georreferenciados acerca das áreas ocupadas tradicionalmente por esses povos e comunidades. De acordo com o Decreto no 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os Territórios Tradicionais são “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”, os quais é dever do Estado proteger por obrigação decorrente da Constituição Federal e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a exemplo da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho.

Um objetivo da disponibilização de informações georreferenciadas sobre Territórios Tradicionais é de contribuir para a prevenção ou mitigação de violações a direitos humanos, reduzindo o nível de litigiosidade resultante da atuação de agentes públicos e privados na condução, por exemplo, das políticas de ordenação fundiária e na implantação de infraestruturas de expansão das atividades econômicas. Coordenada pelo Ministério Público Federal, a Plataforma tem um Conselho Gestor, criado pela Portaria PGR/MPF no 167/2019, composto por 26 membros (7 com direito a voto, dos quais 6 indicados pelo CNPCT), com atribuição, entre outras, de analisar e validar as fontes de informações, bem como definir a necessidade e os procedimentos para consulta às comunidades. A Plataforma de Territórios Tradicionais conta ainda com um Comitê Técnico composto por representantes de instituições acadêmicas e da sociedade civil, responsável por subsidiar o Conselho Gestor sobre as fontes de informações e outros temas.

REUNIÕES: Reunião do Comitê Técnico para Análises dos Pedidos de Cadastramento na Plataforma de Territórios Tradicionais.

Dia 17/03/2022, das 09:00 horas às 16:00 horas, (reunião virtual preparatória), do Comitê Técnico com explicação sobre os procedimentos a serem adotados na gestão da Plataforma, por meio do ambiente Microsoft Teams; Dias 24 e 25 de março de 2022, das 08:00 às 18:00 horas, e das 09:00 às 16:30 horas reunião (presencial) do Comitê Técnico de dois dias no auditório da PGR/MPF, em Brasília – DF, objetivando treinamento para operar a Plataforma como usuário técnico, bem como um exercício prático de análises dos pedidos de cadastramentos existentes na Plataforma.

Atendendo solicitação da direção da ABA, como membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e membro da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, venho acompanhando os trabalhos de desenvolvimento e operação da Plataforma de Territórios Tradicionais desde a última gestão da ABA. Fui consultado pela direção atual da ABA sobre a possibilidade de continuar colaborando como membro do Comitê Técnico do Projeto "Territórios Vivos", o que aceitei, e fui nomeado membro do Comitê Técnico Plataforma de Territórios Tradicionais representando a ABA em 03 de março de 2022.

As reuniões foram presididas pelo Procurador da República, Dr. Eduardo Henrique de Almeida Aguiar, Diretor Adjunto do Projeto, com a presença, também, do Procurador da República Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis, e uma equipe com técnicos e representantes da PGR/MPF, da GIZ e do CNPCT. Essas reuniões objetivaram a análise de pedidos de cadastramentos de 154 territórios na Plataforma, com membros do Comitê Técnico da Plataforma, representantes de dezesseis instituições e uma equipe de técnicos do MPF, GIZ e CNPCT.

Participantes: Membros do Comitê Técnico da Plataforma

1. ABA (Associação Brasileira de Antropologia)
2. CAA (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas)
3. CNPCT (Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)
4. CPDA/UFRRJ (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)
5. IBGE/Grupo de Trabalho de PCTs
6. IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)
7. IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)
8. ISA (Instituto Socioambiental)
9. ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza)
10. Lapig/UFG (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento)
11. MESPT/UnB (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a PCT)
12. MMA/Dex (Departamento de Extrativismo)
13. NESAM/UEA (Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia)
14. Núcleo Educa Memória/Furg (Universidade Federal do Rio Grande)
15. OTSS (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina)
16. PPGCSPA/UEMA (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia)

4) Relatório sobre o seminário “Cartografia da Diferença: a experiência da plataforma de territórios tradicionais”, realizado nos dias 05 e 06 de maio de 2022, no auditório JK da Procuradoria Geral da República (PGR), Ministério Público Federal (MPF), Brasília.

Stephen Grant Baines

O Seminário “CARTOGRAFIA DA DIFERENÇA: A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS” foi organizado pelo Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (MESPT/UnB), em parceria com o 6a CCR/MPF, a GIZ e a Rede PCTs. Trata-se de uma atividade realizada no âmbito do projeto Plataforma de Territórios Tradicionais: Busca ativa de dados, liderado pelo MESPT com financiamento da Climate and Land Use Alliance (CLUA).

PROGRAMAÇÃO: 05/05/2022 MANHÃ

7h30 - 9h00 Credenciamento e Teste Covid

8h30 Mesa de abertura

Cristiane Portela (MESPT), Ana Tereza Reis da Silva (MESPT), Raíssa Ferreira (CLUA), Carlos Alberto Pinto dos Santos (CNPCT), Friederike Brinkmeier (GIZ), Sandra Akemi Shimada Kishi (MPF), Eliane Peres Torelly de Carvalho (6aCCR/MPF) Daniel Lobo (SSPEA/MPF)

9h **Mesa 1** - A história e o estado da arte da plataforma de territórios tradicionais Wilson Rocha Fernandes de Assis (MPF), Eduardo Henrique de Almeida Aguiar (MPF), Cláudia de Pinho (Rede PCTs), Kátia Castro Matteo (GIZ), Ana Carolina Lucas dos Santos de Albuquerque (MPF), Mediação: Saulo Pequeno (MESPT)

11h – **Mesa 2** - Projeto PTT: busca ativa de dados

Wilson Rocha Fernandes de Assis (MPF), Ana Tereza Reis da Silva (MESPT), Saulo Pequeno (MESPT), Alessandro Roberto de Oliveira (MESPT), Stephanie Nasuti (MESPT), Sergio Sauer (MESPT), Mediação: Saulo Pequeno (MESPT)

05/05 TARDE

O PROTAGONISMO POLÍTICO E EPISTÊMICO DOS PCTS NA PRODUÇÃO DE DADOS IDENTIFICADORES DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

14h **Mesa 1**

Emerson Saw Munduruku (MESPT), Jeferson Pereira (MESPT), Silvana Bastos (Projeto Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática – ISPN),

16h **Mesa 2**

Célia Regina Nunes das Neves (Rede PCTs), Adriana de Souza Lima (Rede PCTs), Antonio Castrillon (Cartografia Social), Mediação: Stephanie Nasuti (MESPT)

06/05 MANHÃ

FORMAS DE CONFERIR VISIBILIDADE POSITIVA A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: MAPEANDO ALTERNATIVAS

9h **Mesa 1**

Luciene Pohl (Formar Territórios Vivos - IEB), Kátia Favilla (Tô no Mapa - Rede Cerrado), Ane Alencar (Tô no Mapa - IPAM), Isabel Figueiredo (Tô no Mapa - ISPN), Mediação: Alessandro Roberto de Oliveira (MESPT)

11h **Mesa 2**

Taata Konmannanjy (Rede PCTs), Samuel Leite Caetano (Rede PCTS), Juliana Simões (TICCAS – SIPAM), Girolamo Domenico Treccani (Clínica de Direitos, UFPA), Mediação: Alessandro Roberto de Oliveira (MESPT)

06/05 TARDE

ANALISE DE CONJUNTURA: A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM QUESTÃO E O FUTURO DA PTT

14h

Carlos Alberto Pinto dos Santos (Presidente do CNPCT), Alfredo Wagner Berno de

Almeida (Cartografia Social), Débora Duprat (Subprocuradora-Geral da República aposentada), Mediação: Cláudia de Pinho (Rede PCTs)
17h Encerramento

RESUMO DO SEMINÁRIO:

O seminário reuniu entidades parceiras da Plataforma Territórios Tradicionais com os seguintes objetivos: 1) iniciativas voltadas para a produção e o cadastramento de dados identificadores de territórios tradicionais na Plataforma; 2) o protagonismo político-epistêmico de povos e comunidades tradicionais na gestão e governança da Plataforma, bem como na produção e cadastramento de dados; 3) projetos e metodologias inovadoras que podem oferecer importantes contribuições à Plataforma; 4) conjuntura política do país e perspectivas de futuro para a Plataforma. Foi informado que, desde o início de abril de 2022, sessenta e sete territórios habitados por povos e comunidades tradicionais do Brasil já estão catalogados de forma georreferenciada na Plataforma de Territórios Tradicionais, uma ferramenta colaborativa que busca incentivar os próprios integrantes a inserirem informações sobre os modos de ser e de viver de seus grupos. As comunidades cadastradas estão localizadas nos biomas Amazônia (20), Cerrado (18), Mata Atlântica (18), Caatinga (9), Pantanal (1) e Pampa (1). O número está crescendo, pois informações sobre outros 162 territórios estão em processo de validação.

A apresentação de dados foi realizada no dia 05/05. A plataforma faz parte do projeto Territórios Vivos, realizado pelo Ministério Público Federal (MPF), em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Agência Alemã de Cooperação (GIZ). A maior parte dos dados inseridos na ferramenta, até o momento, é resultado do trabalho de pesquisa realizado pelo Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília (UnB), com o apoio da Clua (Climate and Land Use Alliance). O sistema utiliza georreferenciamento para reunir e disponibilizar, de forma interativa, informações de diversas fontes sobre as áreas habitadas pelas populações tradicionais do Brasil, como localização, estimativas populacionais, imagens, dissertações, vídeos, e outros materiais. O objetivo é mapear a ocupação das áreas, bem como traçar diagnóstico das necessidades desses grupos. Conforme a diretora do projeto, procuradora regional da República Sandra Akemi Shimada Kishi, a plataforma propõe, de forma inovadora e diversificada, valorizar o direito à autodeclaração e à autodeterminação, por meio de um processo de construção colaborativa, em que cada um vai ter a responsabilidade e o dever de colocar o melhor, angariando o conhecimento que depositou para conformar todo o processo de defesa de interesses e direitos dos povos e comunidades tradicionais.

O diretor adjunto do projeto, o procurador da República Eduardo Henrique Aguiar, avaliou que um dos pontos mais importantes da iniciativa é o caráter participativo da plataforma. A ideia é que os próprios habitantes dos territórios tradicionais registrem informações no sistema sobre suas comunidades para, depois, serem validadas por membros de um

Comitê Técnico (formado pelo CNPCT e por outras 16 instituições públicas e privadas ligadas ao tema). Depois, os dados seguem para análise do Conselho Gestor - composto por seis representantes de diferentes povos e comunidades tradicionais indicados pelo CNPCT e um integrante do MPF -, a quem cabe, por maioria simples, homologar a inclusão do grupo e a disponibilização dos conteúdos para consulta.

Os dados validados são classificados em dois tipos, os de visibilidade restrita - disponíveis apenas para procuradores do MPF que trabalham com a temática, integrantes do Conselho Gestor e do Comitê Técnico da plataforma - e os dados públicos, disponíveis a todos que acessam a plataforma. A segunda fase é a inserção de informações na base de dados e sua interoperabilidade com outros sistemas já existentes, o que vai permitir o cruzamento com dados sobre rodovias, ferrovias, recursos hídricos, qualidade de água, escolas e postos de saúde. O procurador da República Eduardo Henrique Aguiar ressaltou que isso permitirá que não só o Ministério Público Federal, mas os governos em nível municipal, estadual e federal, terão a condição de melhor trabalhar as políticas públicas e de melhor buscar a concretude dos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais.

O procurador da República Wilson Rocha Fernandes de Assis, que representa o MPF no Conselho Gestor, chamou atenção para o fato de povos e comunidades tradicionais historicamente sofrerem com a expropriação de seus territórios, o que reflete o racismo arraigado na sociedade e evidencia o fechamento institucional para os saberes oriundos dessas populações. A ideia da plataforma é servir de instrumento para mudar esse quadro, ao jogar luz sobre os povos tradicionais para que políticas sejam desenvolvidas de acordo com o perfil e necessidade de cada grupo. Segundo o mesmo procurador da República, a Plataforma será uma ferramenta que trará como novidade a percepção de que não é apenas a demarcação que garante o território, visando avançar no processo de demarcação, que é o instrumento estatal de garantia dos direitos territoriais. Frisou que a demarcação pelo governo não é a única forma de reconhecimento desses territórios, pois as Terras Indígenas que não estão demarcadas continuam sendo terras indígenas, porque as pessoas estão lá e têm uma relação com esses territórios. Este seminário representa uma continuação dos trabalhos da Plataforma de Territórios Tradicionais criada e inaugurada por iniciativa do MPF.

5) Rede Nacional de Estudos e Pesquisas Feministas, Transfeministas, Antirracistas, Transdisciplinares e Decoloniais.

Data: 13/05/2021.

Local: YouTube da Rede Caleidoscópio

Representação: Regina Facchini (Comitê Gênero e Sexualidade).

6) Audiência Pública sobre a participação dos povos e comunidades tradicionais no processo de elaboração dos planos de manejo das seguintes unidades de

conservação: Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, Parque Estadual Mata Seca, Parque Estadual Verde Grande e Reserva Biológica Serra Azul, realizados pelo IEF e pela Arcadis.

Data: 18/05/2022

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Representação da ABA: Felisa Anaya

7) RELATÓRIO SOBRE A 2ª REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DA PTT, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022

Stephen Grant Baines

O Projeto "Territórios Vivos" é uma iniciativa fruto da cooperação Internacional Brasil-Alemanha e será implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ (Agência de cooperação alemã para o desenvolvimento), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O projeto tem como objetivo apoiar o desenvolvimento, a disseminação e a consolidação da Plataforma de Territórios Tradicionais, bem como fortalecer as lideranças tradicionais para defesa de seus direitos e alcance das metas da Agenda 2030.

A 2ª Reunião do Comitê Técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais as instituições que integram o Comitê Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais, conforme Portaria MPF n. 167/2019, contemplando, entre outras, as atribuições de realizar análise técnica inicial das fontes que serão submetidas ao Conselho Gestor, bem como, elaborar pareceres técnicos para auxiliar as deliberações do Conselho Gestor.

Reunião técnica de alinhamento, no dia 25/10/2022, às 15:00hs (reunião virtual), por meio do ambiente Zoom, com o objetivo de apresentar o atual cenário da Plataforma e os alinhamentos sobre o Projeto:

A reunião foi presidida por Ana Carolina L.S. Albuquerque, MPF, Assessoria de Governança de Dados – AGD. Secretária de Perícia, e Katia Matteo, GIZ, sendo uma reunião técnica de alinhamento realizada 15:00 e 16:30 horas. Após uma apresentação dos objetivos, a situação atual, dificuldades enfrentadas pelo Comitê Técnico, a necessidades de realizar reuniões bimensais híbridas presenciais, e virtuais no caso de participantes que residem fora do DF, melhorias e ajustes. Foi deliberada a realização de reuniões bimensais a partir desta data, e uma reunião semestral incluindo a presença do comitê gestor. Outra recomendação foi a melhoria da Plataforma por meio da contratação de uma empresa por oito meses a partir desta data.

A situação atual da Plataforma inclui 170 pedidos de inclusão, dos quais 100 já foram incluídos na Plataforma, 2 pedidos foram recusados por falta de informações, 9 estão em

análise técnica, e outros aguardando pareceres técnicos. Ao longo dos últimos seis meses foram realizadas oficinas em três estados-pilotos: Goiás, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul, tendo havido uma oficina junto aos Kalungas, quilombolas de Goiás, outra oficina junto a povos de terreiros em Mato Grosso e outra oficina em Itumbiara para povos ciganos. Houve também treinamentos em Brasília com a participação de representantes das comunidades tradicionais, uma semana com 30 PCTs e outras oficinas programadas.

8) ATIVIDADES DA ABA NAS REUNIÕES ANUAIS DA SBPC:

Mesa Redonda: Saberes e fazeres nas pesquisas sobre relações étnico-raciais em perspectiva interdisciplinar;

Painel: A Covid-19, a saúde dos povos indígenas e as políticas de enfrentamento;

Mesa Redonda: As escolas e a Covid-19: entre o "novo normal" e as velhas desigualdades;

Mesa Redonda ABA/ABET: Sons, vozes e performances negras: diálogos entre etnomusicologia e antropologia.

Mesa Redonda: Saberes antropológicos sobre gênero e sexualidade: ciência e conservadorismos no Brasil atual;

Painel: Os descaminhos da política ambiental no Brasil;

Webminicurso: Divulgação científica, humanidades e tecnologias: possibilidades e desafios do uso dos podcasts.

9) ATIVIDADES DA ABA NOS ENCONTROS ANUAIS DA ANPOCS

Colóquio: Formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas

Colóquio: Arquitetura da destruição? Diálogos interinstitucionais sobre assédio institucional e violações às liberdades acadêmicas

10) RELAÇÕES INTERNACIONAIS

World Council of Anthropological Associations (WCAA)

Bela Feldman-Bianco - Organizing Committee, Delegates and Advirosy Committee
Carmen Rial - Coordenadora do Editorial Group

Asociación Latinoamericana de Antropología

Cornelia Eckert - Vocal de 2020-2023, representando a ABA

Franz Boas Award for Exemplary Service to Anthropology / American Anthropological Association

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

Workshop ABA e Wenner-Gren

Proposal Writing for the Wenner-Gren Foundation: Introducing the Engaged Research Grant Program, com Danilyn Rutherford, Presidente da Fundação Wenner-Gren para a Pesquisa Antropológica (Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research), e Patricia Birman (ABA)

Apoio da Fundação da Wenner-Gren ao Prêmio Pierre Verger (PPV)

VII REA – Reunião Equatorial de Antropologia - Migração, Deslocamentos e Diásporas: violações de direitos. Universidade Federal de Roraima. Abril de 2022

EMBRA – Encontro Mexicano Brasileiro de Antropologia –UFSC – Setembro de 2022

ATUAÇÕES JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO

A renovação da assessoria jurídica tem sido fundamental no cotidiano da Associação nas respostas a ofícios-demandas oriundos de instâncias do Judiciário e do Ministério Público; e na construção de estratégias junto ao Judiciário, em contraponto ao cerceamento dos direitos fundamentais. Neste período, a ABA participou de audiências no Supremo Tribunal Federal e manteve-se o termo de cooperação com a 6ª Câmara do MPF. No mesmo período deu-se continuidade às tratativas com o Conselho Nacional de Justiça, com vistas 1) a contribuir com a implementação da Resolução CNJ nº 287, de 25/07/19; e 2) tratar dos termos de uma nova resolução do CNJ para estabelecer procedimentos e diretrizes para assegurar os direitos dos povos indígenas perante o Poder Judiciário.

Listamos abaixo as iniciativas e os trabalhos da gestão nessa esfera:

1) AUDIÊNCIA COM A EQUIPE DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (DMF) DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – QUALIFICAÇÃO DA APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNJ No 287/2019, QUE ESTABELECE PROCEDIMENTOS AO TRATAMENTO DAS PESSOAS INDÍGENAS ACUSADAS, RÉS, CONDENADAS OU PRIVADAS DE LIBERDADE, E DÁ DIRETRIZES PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DESSA POPULAÇÃO NO ÂMBITO CRIMINAL DO PODER JUDICIÁRIO – 29 de março de 2021.

Presidida por: Natália Dino (Diretora Executiva do DMF/CNJ)

Representantes: Patrícia Birman (Presidente da ABA), Cornelia Eckert (Vice-Presidente ABA), Alexandra Barbosa da Silva e Andrey Cordeiro Ferreira (Comitê de Laudos Antropológicos ABA), Ricardo Verdum, Fábio Mura e Elaine Moreira (Comissão de Assuntos Indígenas ABA), Brulina Aurora, Kwawá e Eriji Aleixo (Comitê de Antropólogos Indígenas ABA).

Resultados: Concordância em termos de colaboração para oferta de cursos para magistrados e de um instrumento para indicação de peritos antropólogos pela ABA. Solicitamos a assinatura de um ACT entre ABA e CNJ, bem como a participação no GT do CNJ estabelecido para discussão das questões indígenas e laudos/perícias. Ambas ficaram de ser pensadas, a ser dada resposta pelo CNJ.

2) AUDIÊNCIA PÚBLICA ORGANIZADA PELA COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS (CEDDPI) DA OAB – DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS – 16 de abril de 2021.

Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (CEDDPI) da OAB: Paulo Machado Guimarães

Representante: Ricardo Verдум (Comissão de Assuntos Indígenas – ABA)

Em sua fala, Ricardo Verдум destacou que a ABA mantém convênio de cooperação com o MPF e caminha para estabelecer mecanismo semelhante com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relacionado à implementação da Resolução nº 287/2019. Também se dispôs a colaborar com a OAB para avançar na implementação de linhas de ação para a vacinação de povos indígenas. Apontou, ainda, um conjunto de graves medidas tomadas pela administração pública federal nos últimos 27 meses, como o Projeto de Lei nº 191/2020, a Resolução nº 4/2021 e a Instrução Normativa nº 9/2020, ambas da FUNAI, e a Normativa Conjunta nº 01/2021 da FUNAI e do IBAMA. Ricardo Verдум trouxe ainda para o debate os PL 3.729/2004 (Lei Geral de Licenciamento Ambiental), 490/2007 (que transfere a competência da demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional) e 6.764/2002, que trata dos chamados "crimes contra o Estado Democrático de Direito".

Contribuição da CAI encaminhada ao Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (CEDDPI), Paulo Machado Guimarães, como subsídio à audiência: http://www.abant.org.br/files/20210427_6088050bd2178.pdf.

Link para a audiência pública:

https://www.youtube.com/watch?v=rElnKMV11F4&ab_channel=OABNacional

3) AUDIÊNCIA PÚBLICA – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – ADPF 635 - entre 16 e 19 de abril de 2021

Presidida por: Ministro Edson Fachin

Representantes da Associação Brasileira de Antropologia participaram de audiência pública, no Supremo Tribunal Federal, sobre o problema da letalidade policial no Rio de Janeiro, objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, a ADPF das Favelas. Convocada pelo ministro Edson Fachin, relator da ADPF 635, a audiência pública objetivou então ouvir especialistas nas discussões sobre violência policial e segurança pública, reunindo assim tanto familiares de vítimas, integrantes de movimentos sociais, instituições de pesquisa e organizações de Direitos Humanos envolvidos na proposição da ação quanto agentes de Estado, do Ministério Público e de associações de policiais.

Membros do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e do Comitê de Antropólogas(os) Negras(os) da ABA participaram da audiência pública, integrando o conjunto de pesquisadores e acadêmicos que colaboraram com as discussões.

Link para os vídeos da ADPF 635 na TV ABA:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLrqSUafHHXYxzpffCCEuYqVU1oTzINEA7>

3) AUDIÊNCIA COM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) PARA ELABORAÇÃO DE MINUTA DE ACT, COM PROPOSTA DA ABA SER MEDIADORA NOS PROCESSOS PARA A INDICAÇÃO DE PERITOS/AS ANTROPÓLOGOS/AS – 07 de maio de 2021.

Presidida por: Natália Dino (DMF/CNJ)

Representante: Alexandra Barbosa e Elaine Moreira (Comitê de Laudos Antropológicos ABA) e Elaine Moreira (Comissão de Assuntos Indígenas ABA).

Resultado: Ambas propostas bem recebidas, com a ABA ficando com a incumbência de elaborar a minuta (OBS: minuta esta que foi elaborada pelo Comitê de Laudos e a CAI, com a assessoria de Paulo M. Guimarães. A minuta foi entregue e estamos aguardando retorno do CNJ).

4) AUDIÊNCIA COM A 6ª CÂMARA DO MPF/PGR PARA APRESENTAÇÃO DA NOVA GESTÃO DA ABA E CONHECIMENTO DA DRA. ELIANA TORELLY, E PARA RETOMAR A COOPERAÇÃO ENTRE A ABA E A 6ª CÂMARA, COM O ACT ENTRE AMBAS TENDO SIDO RENOVADO EM 2020 - 10 de maio de 2021.

Presidida por: Eliana Torelly (Coordenadora da 6ª Câmara MPF/PRG)

Representantes: Patrícia Birman (Presidente da ABA), Cornélia Eckert (Vice-Presidente ABA), Carla Teixeira (Secretária Geral ABA), Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos Antropológicos), Ricardo Verdum, Fabio Mura e Elaine Moreira (Comissão de Assuntos Indígenas ABA).

5) WEBINÁRIO ORGANIZADO PELA CÂMARA DE POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – “IMPORTÂNCIA DA CONVENÇÃO CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS” – 01 de junho de 2021.

O evento tem o objetivo de discutir a convenção, que cria o instituto da consulta prévia, livre e informada e é considerada um marco na proteção e defesa de povos indígenas e tradicionais. O encontro também vai tratar do Projeto de Decreto Legislativo nº 177/2021, que está em tramitação e autoriza o presidente da República a denunciar a convenção.

Participaram do webinar, como expositores, Joênia Wapichana, deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas Jefferson Pereira, advogado quilombola da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq); Alfredo Wagner de Almeida, representante da ABA; José Francisco Calí Tzay, relator especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas; e Martin Hahn, diretor do Escritório da OIT no Brasil. A abertura teve a presença de Eliana Torelly, subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, e de Patrícia Birman, presidente da ABA. Participam como debatedores Ubiratan Cazetta, procurador da República e presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), e Ricardo Verdum, da ABA.

<https://www.youtube.com/watch?v=FEQx0JJSn9k>

6) AUDIÊNCIA COM O MINISTRO EDSON FACHIN (STF), REFERENTE AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 1017365 – 24 de junho de 2021.

Presidida por: Ministro Edson Fachin.

Representantes: Patrícia Birman (Presidente da ABA), Otávio Guilherme Velho (ABA), Manuela Carneiro da Cunha (ABA), João Pacheco de Oliveira (ABA), Alfredo Wagner Berno de Almeida (ABA), Fabio Mura (Comissão de Assuntos Indígenas e Diretoria ABA), Alexandra Barbosa da Silva (Comitê Laudos Antropológicos ABA), Elaine Moreira Comissão de Assuntos Indígenas ABA).

7) AUDIÊNCIA COM O MINISTRO DIAS TOFFOLI (STF), REFERENTE AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.017.365, QUE DISCUTE REINTEGRAÇÃO DE POSSE MOVIDA CONTRA O POVO XOKLENG, EM SANTA CATARINA. – 28 de junho de 2021

Audiência solicitada por Paulo M. Guimarães, advogado da ABA (na condição de autora de Memorial, como Amicus Curiae no processo a ser julgado pelo STF), com a presença conjunta da SBPC e da ABC.

Presidida por: Ministro Dias Toffoli.

Representantes: Patrícia Birman (Presidente da ABA), Otávio Guilherme Velho (ABA), Manuela Carneiro da Cunha (ABA), João Pacheco de Oliveira (ABA), Alfredo Wagner Berno de Almeida (ABA), Fabio Mura (Comissão de Assuntos Indígenas e Diretoria ABA), Alexandra Barbosa da Silva (Comitê Laudos Antropológicos ABA), Elaine Moreira Comissão de Assuntos Indígenas ABA), Paulo Machado Guimarães (Advogado da ABA).

8) AUDIÊNCIA COM ASSESSORAS DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO – 16 de agosto de 2021

RE 1017365, ocasião em que foi entregue Memorial da ABA sobre o RE 1017365.

9) AUDIÊNCIA COM ASSESSORA DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO – 24 de novembro de 2021

ADPF 635 - ocasião em que a assessoria jurídica da ABA externou a seguinte posição, em nome da ABA, subsidiado pelo Professor Daniel Hirata, que foi registrado pela Assessora do Ministro do Luís Roberto Barroso, nos seguintes termos: *“que seja deferida o Plano de Redução da Letalidade Policial, constante na condenação do Estado do Rio de Janeiro pela CIDH/OEA, no julgamento pelo TJ do Rio de Janeiro no caso da ACP da Maré e sua supervisão judicial com participação da sociedade civil, pelo Observatório Judicial da Polícia Cidadã, como consta no voto do ministro relator Edson Fachin, que por sua vez espelha de forma brilhante o mecanismo democrático da audiência pública que foi feita este ano e, portanto, em nossa avaliação deve ser seguido integralmente”*.

O Relatório de Pesquisa do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos, da Universidade Federal Fluminense – RJ e o Datalog Fogo Cruzado, coordenado pelo Prof. Daniel Hirata, intitulado: *Por um Plano de Redução da Letalidade Policial e sua supervisão pelo Observatório Judicial sobre a Polícia Cidadã*; foi encaminhado ao Ministro Barroso, aos cuidados de sua Assessoria.

10) EFETIVAÇÃO DE DIREITOS AOS/ÀS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE “CONFLITO COM A LEI”

Dando continuidade às tratativas com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de julho para cá tratamos principalmente, e em colaboração com o Comitê de Laudos Antropológicos (CLA), dos termos de um acordo de cooperação técnica a ser firmado entre a ABA e o CNJ.¹ O acordo estará orientado pelo objetivo geral de contribuir com a criação e o desenvolvimento das condições necessárias à implantação e implementação da Resolução CNJ nº 287, de 25 de junho de 2019, em nível nacional. Tal Resolução estabelece, entre outras coisas, a atuação de antropólogos e antropólogas em procedimentos relativos às pessoas autodeclaradas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário. É aqui onde se insere a atuação da ABA, por meio da CAI e da CLA, quem estariam à frente da implementação das ações e atividades previstas no acordo.²

¹ Nossa principal interlocutora no CNJ é a senhora Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ.

² A Resolução CNJ nº 287/2019 está disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959>. Complementando há Resolução, para tornar seu texto mais compreensivo aos operadores do Direito e ao público em geral, o CNJ elaborou o Manual Resolução 287/2019, disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-Resolu%C3%A7%C3%A3o-287-2019-CNJ.pdf>. Nesse esforço de fazer avançar os instrumentos do Judiciário, em agosto deste ano ocorreu o lançamento da denominada *Rede de Altos Estudos em Direitos Indígenas*, fruto de um acordo de cooperação técnica firmado em 10/08 entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que tem entre outros objetivos a capacitação da magistratura, técnicos e outros

Também participamos de uma reunião com integrantes do *GT Direitos Indígenas: Acesso à Justiça e Singularidades Processuais* do CNJ para tratar dos termos de uma nova resolução do CNJ, que “Estabelece procedimentos e diretrizes para assegurar os direitos dos povos indígenas perante o Poder Judiciário e orientar a interpretação das normas processuais conforme os valores e normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988”.³

Atualmente a ABA tem recebido muitas solicitações para indicação de peritos em processos judiciais, seja criminais ou direitos territoriais. Isso tem indicado a necessidade de criarmos instrumentos organizacionais internos para facilitar tais consultas junto aos associados. CAI e Comitê Laudos vêm discutindo estes instrumentos, eles serão necessários tanto para o acordo de cooperação técnica, como para as demandas que chegam a partir de diversos Tribunais.

11) MOBILIZAÇÃO EM FAVOR DA NÃO APROVAÇÃO DO “MARCO TEMPORAL” PELO STF

Foram realizadas duas audiências junto aos ministros do STF. Para as audiências foram mobilizados ex-presidentes da ABA, como João Pacheco, Otavio Velho, Manuela Carneiro da Cunha, Alfredo Wagner, além da CAI e Alexandra Barbosa do Comitê de Laudos e o advogado Paulo Guimarães.

12) CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE INCIDÊNCIA DA ABA NAS DISCUSSÕES SOBRE COTAS ETNORACIAIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) E NO SERVIÇO PÚBLICO

A CAI tem participado das reuniões (a primeira ocorrida em 08/09) e dos encaminhamentos definidos e decididos no âmbito do grupo de trabalho (GT) constituído no âmbito da ABA com objetivo de incidir no processo de revisão da legislação que trata do acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O GT é coordenado pelo colega Guillermo Vega Sanabria, coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA.

integrantes do Poder Judiciário. A cerimônia de lançamento da Rede de Altos Estudos encontra-se disponível no canal do CNJ no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=nunjVFEQ9Y&t=1034s>). Em setembro a Rede realizou um webinar, disponível em <https://www.cnj.jus.br/capacitacao-e-caminho-para-sensibilizar-magistrados-sobre-realidade-dos-povos-indigenas/>

³ O GT Direitos Indígenas foi constituído pela Portaria CNJ nº 63 de 25/02/2021 (<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3757>). É composto por lideranças indígenas, membros do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, professores e pesquisadores.

A política é legalmente viabilizada pela Lei nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012. Nela está previsto que no prazo de dez anos a contar da data de publicação da Lei, será promovida sua revisão (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).

Além de integrantes da ABA, as reuniões têm contado com a participação de assessores parlamentares no Congresso Nacional e outros convidados julgados úteis no processo de entendimento e na definição de estratégia de ação.

13) QUEIXA-CRIME

- Processo membro do Comitê Quilombos;
- Queixa-crime contra Edward Luz

14) Judiciário Federal e Estadual

13 demandas relativas à indicação de antropólogos respondidas.

ATUAÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO

Em maio de 2021, a Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) colocou em prática um plano de acompanhamento e contribuição com a discussão e tramitação de matérias legislativas no Congresso Nacional em temáticas que historicamente interessam à entidade (tais como questões ambientais, territórios e populações tradicionais e educação, ciência e tecnologia). Embora a ABA nunca tenha se furtado a se posicionar em relação às discussões urgentes no parlamento, o referido projeto estabelece um plano de trabalho contínuo junto à agenda do Congresso, que não apenas reaja, mas que proponha e se antecipe a momentos decisivos de discussões de interesse público, como produção do conhecimento científico, autonomia da prática de pesquisa e docência, direitos de povos tradicionais e indígenas, meio ambiente e defesa do Estado democrático de direito.

No âmbito dessa iniciativa, a ABA contratou uma assessoria de relações institucionais para acompanhar a tramitação de matérias e mobilizar ações com o objetivo de incidir sobre a pauta legislativa. Este trabalho foi feito sob coordenação da Secretária Geral da ABA, Carla Costa Teixeira. Em resposta à demanda de acompanhamento, foi criado um quadro de monitoramento das matérias que tramitam no Congresso Nacional, projetos de lei, projetos de emenda constitucional e decretos legislativos relacionados aos temas de interesse da Associação. Esse quadro foi alimentado constantemente com a colaboração de associados e de parceiros que acompanham a agenda da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Como ação vinculada ao objetivo de influenciar a agenda, a assessoria trabalhou junto aos comitês e comissões de especialistas da ABA e assessoria de imprensa, com o intuito de produzir notas técnicas e posicionamentos institucionais a partir do conhecimento científico produzido, com destaque para a produção da antropologia social brasileira. Visou-se, ainda, circular entre parlamentares e assessores documentos que intervenham de forma qualificada e científica nos debates em torno dessas agendas, com base na atuação científica e acadêmica de membros das comissões e dos comitês da ABA em temas variados de relevância para a defesa dos direitos humanos, da ciência e da educação.

Do grupo de tramitações acompanhadas no Congresso Nacional, destacam-se as seguintes matérias e os desdobramentos apresentados:

1) CÓDIGO DA MINERAÇÃO

A matéria vem sendo discutida por um Grupo de Trabalho criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. O Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia produziu uma nota técnica sobre a proposta de reformulação do código, destacando um conjunto de alterações que representa um retrocesso à legislação ambiental e uma ameaça aos direitos de povos e comunidades tradicionais e ao meio ambiente.

O Documento pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:
<https://cutt.ly/kYcjePL>

2) LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O projeto de lei que define o novo conjunto do marco regulatório do licenciamento ambiental encontrava-se, durante a gestão, no Senado Federal, identificado como PL 2.159 de 2021.

Estabelecida a articulação com assessorias dos parlamentares e das comissões, a presença da ABA foi ratificada na audiência pública realizada em 16 de setembro de 2021, promovida conjuntamente pelas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente do Senado Federal e presidida pelo senador Jacques Wagner. A Associação foi representada por Andrea Zhouri, do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. A participação pode ser conferida no endereço eletrônico:
https://youtu.be/njm_nFbou_A

O parecer técnico-científico pode ser conferido no seguinte endereço eletrônico:
<https://cutt.ly/4YcjWvZ>

3) REVISÃO DA LEI DE COTAS

Um grupo de trabalho formado pela Diretoria, por Comissões, Comitês e pela Assessoria de Relações Institucionais da ABA foi estabelecido para discussão e encaminhamentos sobre matérias legislativas que preveem a revisão da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades federais e outras instituições de ensino superior e técnico de nível médio. Em um primeiro momento, a partir do mapeamento de todas as matérias relacionadas à reserva de vagas em instituições de Ensino Superior que tramitavam no Congresso Nacional, foi criado um quadro de monitoramento (o quadro pode ser acessado no endereço <https://bityli.com/136yhC>).

Após elencar os projetos com maiores possibilidades de tramitação, os Comitês e as Comissões se reuniram com assessorias de parlamentares envolvidos com a temática e

organizaram considerações técnicas. A nota técnica com o posicionamento da ABA pode ser acessada em: http://www.abant.org.br/files/20211210_61b385d247d26.pdf

Estabelecida a articulação com assessorias dos parlamentares e da comissão, a ABA integra o grupo de convidados para Audiência Pública com a Finalidade de instruir o PL 4656/2020, do senador Paulo Paim, que “altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências”. A audiência será promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a ABA será representada por Luciana Oliveira Dias (Diretora da ABA).

Quadro de monitoramento dos projetos de lei sobre cotas: <https://cutt.ly/KYczTxg>

Comissões e Comitês da ABA que compuseram o GT:

Comitê de Antropólogas/os Negras/os
Comitê Quilombos e o Comitê de Antropologxs Indígenas
Comitê Gênero e Sexualidade
Comitê Migrações e Deslocamentos
Comissão de Assuntos Indígenas
Comissão de Direitos Humanos
Comitê Deficiência e Acessibilidade
Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

4) ÉTICA EM PESQUISA

O PL 7082/2017, que dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos, vem sendo acompanhado pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da ABA e pela Assessoria de Relações Institucionais com bastante atenção por (i) atentar direitos de participantes de pesquisas e (ii) remeter às pesquisas humanas e sociais critérios regulatórios das pesquisas biomédicas e próprios da pesquisa clínica. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados e está pronta para ser pautada no Plenário.

A nota produzida pelo comitê pode ser acessada pelo site da ABA: http://www.abant.org.br/files/20210824_6124f6d12c5f9.pdf.

As atividades do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) centraram-se, principalmente, em aprofundar e traçar estratégias para modificar o texto do Projeto de Lei 7082/2017, que tinha o objetivo de regular a pesquisa clínica com seres humanos e instituir o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos no Brasil. No entanto, a versão aprovada em agosto de 2021 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), e que seguirá para o plenário, não possui a palavra “clínica” em seu texto, que acaba por incluir novamente as Ciências Humanas e Sociais em seu escopo. Nesse sentido, a articulação junto às entidades representativas da comunidade acadêmica e científica das CHS e aos parlamentares continua em negociação.

GT Reformulação do Código de Ética

Sob a responsabilidade da Comissão de Ética.

Coordenação: Lia Machado (pela Comissão), com a participação de Henyo Barreto Filho;

Consultas externas: Dr. Paulo Guimarães, Dra. Deborah Duprat e Dr. José Godoy Bezerra de Souza; Este grupo de trabalho foi composto por representantes de 11 Comitês/Comissões da ABA. Comissão de Ética; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Comitê de Antropólogos/os Negras/os; Comissão de Assuntos Indígenas –CAI; Comitê Laudos Antropológicos; Comitê de Antropólogos Indígenas; Comissão de Direitos Humanos; Comitê Migrações e Deslocamentos; Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal; Comitê Quilombos.

5) EXPOSIÇÃO DE ANDRÉA ZHOURI NA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE MA DO SENADO FEDERAL PARA DEBATER SOBRE A NOVA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

<https://www.youtube.com/watch?v=2WEbnqt1FaM>

6) EXPOSIÇÃO DE RAQUEL OLIVEIRA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA ORGANIZADA PELA PFDC SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (PNAB)

<https://www.youtube.com/watch?v=Gc8CILNUfk8&t=11937s>

7) PARTICIPAÇÃO DE VÂNIA FIALHO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA ORGANIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH) DO SENADO. A AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATEU A IMPLANTAÇÃO DE UMA USINA NUCLEAR NO MUNICÍPIO DE ITACURUBA (PE). FOI TAMBÉM DISCUTIDA A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.897. A AUDIÊNCIA FOI REQUERIDA PELO SENADOR HUMBERTO COSTA (PT-PE).

<https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/comissao-de-direitos-humanos-e-legislacao-participativa/2021/09/cdh-debate-a-implantacao-de-usina-nuclear-em-itacuruba-pe>

8) PLATAFORMA DIGITAL DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS. MPF, 6A CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. STEPHEN GRANT BAINES. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES VIRTUAIS DA PLATAFORMA DIGITAL DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS, MPF AO LONGO DO ANO DE 2021.

9) NOTA PRODUZIDA SOBRE O PL 490/2017, QUE TRATA SOBRE A MUDANÇA DO ESTATUTO DO ÍNDIO, ENTRE OUTRAS IMPLICAÇÕES REFERENTES AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E A REGULAMENTAÇÃO DO MARCO TEMPORAL.

O Documento foi direcionado às assessorias dos deputados, dos partidos e, por meio da deputada Joênia Wapichana, foi levado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, antes do parecer do PL ir à votação na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

10) O PARECER TÉCNICO CIENTÍFICO PRODUZIDO SOBRE O PL 3729/2004, QUE DEFINE UM NOVO CONJUNTO REGULAMENTÁRIO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, FLEXIBILIZANDO UMA SÉRIE DE NORMAS E LEIS.

O documento produzido foi encaminhado aos parlamentares, assessorias, lideranças de partidos e às mesas diretoras, sendo citado pela deputada Talíria Petrone em discurso no Plenário da Câmara dos Deputados. Ao seguir para o Senado Federal, o parecer foi enviado a todos os senadores e encaminhado às assessorias dos parlamentares que tem relação com o tema. Após a apresentação de requerimento para realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, a assessoria institucional encaminhou nomes de associados especialistas para compor a mesa de discussões.

11) PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA – O DESAFIO DO SETOR DIREITOS HUMANOS - DE 7 DE ABRIL DE 2021, ÀS 14:30 NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidida pelo presidente da Comissão, deputado Carlos Veras

Representante: Carla Costa Teixeira (Secretária Geral – ABA)

<https://youtu.be/wj39NBIKvBs>

12) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - IMUNIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS CONTRA COVID - DE 19 DE ABRIL DE 2021, ÀS 14:30

Presidida pelo deputado Carlos Veras

Representante Elaine Moreira – CAI/ABA

<https://youtu.be/MMZO-NdKGTs>

13) AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH) PARA DISCUTIR O ASSÉDIO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO

Representante: Carla Costa Teixeira

14) AUDIÊNCIA PÚBLICA - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados – perseguição a pesquisadores por parte do governo federal

Proposição do debate: Deputados Nilto Tatto (PT-SP), Merlong Solano (PT-PI), Vander Loubet (PT-MS), Leo de Brito (PT-AC), Beto Faro (PT-PA), Rui Falcão (PT-SP), Luiza Erundina (PsoL-SP) e Gustavo Fruet (PDT-PR).

Representante ABA: Maria Filomena Gregori (Presidente da ABA na gestão 2019/2020 e membro da Comissão de Ética da ABA)

https://youtu.be/7dU9y_1CRTc

15) AUDIÊNCIA PÚBLICA com a finalidade de instruir o PL 4656/2020, do senador Paulo Paim, que “altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências”.

A audiência foi promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, e a ABA foi representada por Luciana Oliveira Dias (Diretoria da ABA).

https://youtu.be/7dU9y_1CRTc

16) Audiência Pública com o Deputado Bira do Pindaré sobre o PL 3422 promovida pela Fundação Perseu Abramo. A Associação foi representada por Vera Regina Rodrigues da Silva, do Comitê de Antropólogas/os Negras/os

17) Reunião com o relator do PL 7082/2017, que submetia as Ciências Humanas e Sociais aos referenciais da pesquisa biomédica Reunião com o Deputado Hiran Gonçalves (PP/MA), que relatará o projeto no plenário.

O mesmo relatou o projeto em sua passagem pela Comissão de Seguridade Social e Família -CSSF. Estiveram presentes: Luís Roberto Cardoso de Oliveira (ABA) Fernanda Sobral (vice-presidente da SBPC) Frederico Augusto Garcia Fernandes (Coordenador do Fórum de Humanidades –FCHSSALLA) Mariana Mazza (Assessora Parlamentar da SBPC)

32ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

PRÉ-EVENTOS

Reinventar o Brasil: perspectivas sobre o bicentenário da Independência

A importância da comemoração da independência política do país e a oportunidade de sua coincidência com a realização da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia levaram à organização de um pré-evento voltado para a reflexão sobre o que se desenha ante a nação em um momento tão crítico de sua história. Reinvenção e perspectivas são palavras de estímulo para uma antropologia segura de sua responsabilidade como um saber sempre imerso na trama da sociedade e da cultura, alerta e consciente do que significa compreender para poder projetar. Serão quatro mesas envolvendo pontos nevrálgicos da vida nacional contemporânea: Meio ambiente, economia e populações tradicionais; Patrimônio, museus e cultura; Religião, democracia e esfera pública; Estado, violência e gênero – interseccionalidades.

Sessão 1: Meio ambiente, economia e populações tradicionais

08 de agosto, 9h30 Davi Pereira (University of Texas - Austin)

Diógenes Cariaga (UEMS), Henyo Barreto Filho (UnB), Myriam Sá Leitão Barbosa (UFOPA), Andrea Zhoury (UFMG - debatedora).

Link: <https://www.youtube.com/live/seQGONihjvw?feature=share>

Sessão 2: Religião, democracia e esfera pública

08 de agosto, 14h30

Eduardo Dullo (UFRGS), Marcelo Camurça (UFMG), Thiago Oshino (UFPR), Patricia Birman (UERJ - debatedora).

Link: <https://www.youtube.com/live/uCxDROUwkcU?feature=share>

Sessão 3: Estado, violência, gênero - interseccionalidades

09 de agosto, 09h30

Ana Claudia Rodrigues da Silva (UFPE) Fabiano Gontijo (UFPA) Juliana Farias (Unicamp) Marco Martínez Moreno (UFRJ) Ana Paula da Silva (UFF - debatedora)

Link: <https://www.youtube.com/live/P8FddXQdMCQ?feature=share>

Sessão 4: Patrimônio, museus e cultura

09 de agosto, 14h30

Hugo Menezes Neto (UFPE) Manuel Ferreira Lima Filho (UFG) Reginaldo Kanindé (UFC/UNILAB – Escola Indígena Manuel Francisco dos Santos) Thainá Castro Costa (UFSC) Laura Perez Gil (UFPR - debatedora)

Link: <https://www.youtube.com/live/7ppzuVRitQY?feature=share>

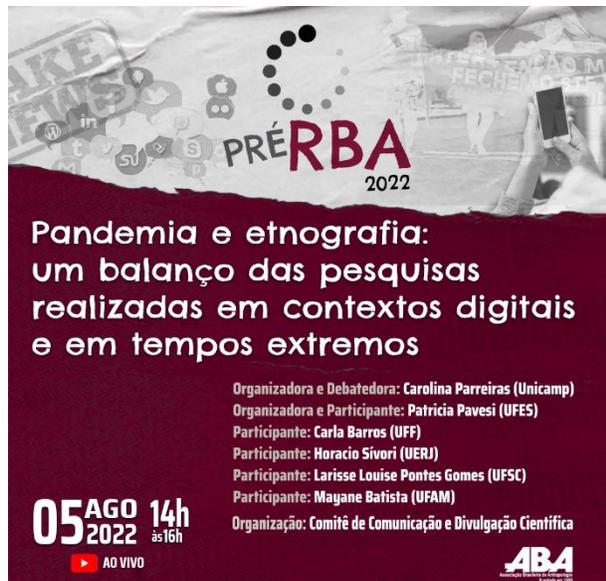


Evento Pré-RBA: Religiões e questões indígenas no Brasil: desafios e perspectivas”

07/07/2022
TV ABA

Organização:
Comissão Laicidade e Democracia (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=5TPL71nRSZ4>



Webinário “Pandemia e etnografia: um balanço das pesquisas realizadas em contextos digitais e em tempos extremos”

05/08/2022
TV ABA

Organização:
Comitê de Comunicação e Divulgação Científica (ABA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0yEgus7dyXc>

Prêmio Pierre Verger 2022

O *Prêmio Pierre Verger* (PPV), promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), é um dos principais festivais competitivos de obras fílmicas, fotográficas e gráficas produzidas no âmbito de pesquisas antropológicas na América Latina. Através destas linguagens artísticas e políticas de difusão do conhecimento, suas mostras exploram, registram, expressam e interpelam diferentes contextos e experiências socioculturais.

Em cada edição do prêmio, é aberto um edital com regras de submissão do material que, posteriormente, constituirá a Mostra de Filmes Etnográficos, Mostra de Ensaios Fotográficos e agora também Mostra de Desenho do PPV. Neste sentido, para além de uma premiação no sentido estrito do termo, trata-se também da apresentação e reconhecimento de produções fílmicas, fotográficas e gráficas que tenham pertinência antropológica e expressem qualidades heurísticas, estéticas e político-reflexivas, promovendo o diálogo entre linguagens visuais/audiovisuais e a antropologia. Assim como festivais antropológicos em outras partes do mundo, o PPV foi e segue sendo de fundamental importância para a consolidação do valor acadêmico da produção de imagens e sons na disciplina.

A partir de edital aberto e divulgado pela ABA, a Comissão Organizadora do PPV recebe filmes, ensaios fotográficos e desenhos que, após selecionados, são encaminhados a um júri independente e de renome internacional, convidado para esse fim, para deliberação e atribuição de prêmios e menções honrosas daquela edição. Para esta edição de 2022, a Comissão Organizadora recebeu um total de 109 obras, tendo selecionado 34 filmes etnográficos, 12 ensaios fotográficos e 8 ensaios desenhados.

Ademais, pela primeira vez, toda a programação do PPV está disponível também em inglês, possibilitando uma entrada de fato do Prêmio em um circuito internacional de discussões que, como sabemos, apenas raramente fala português. Uma agenda de acessibilidade, também iniciada anteriormente, segue sendo uma de nossas diretrizes, ainda que saibamos estar longe do ideal nesse quesito. De qualquer forma, todas as imagens possuem audiodescrição e todos os filmes e conferências possuem também legenda em português, obrigações já estabelecidas em edital. As mesas redondas, por sua vez, além da interpretação instantânea do inglês, também contarão com legendagem humana em português.

No caminho em direção à uma sociedade mais democrática e inclusiva, outra inovação da edição de 2022 é a adoção de políticas de ação afirmativa com reserva de 20% das obras selecionadas à antropólogos/as negros/as, indígenas, trans e/ou com deficiência.

Paralelamente às mostras, teremos duas conferências magistrais com Prof. Tim Ingold e Prof. Arnd Schneider, duas importantes referências de discussões sobre imagens na Antropologia. Além destas, também ocorrerão cinco mesas redondas sobre questões importantes que têm mobilizado o campo da antropologia visual, audiovisual e/ou multimodal, além de duas mesas redondas de homenagem a pessoas que tiveram

enorme importância no campo e que nos deixaram recentemente, a saber, Marc Henri-Piault e Patrícia Monte-Mór.

Como programação oficial da 33ª RBA, integrantes da Comissão Organizadora do PPV também organizam oficinas cujas propostas são a construção de espaços de interlocução mais detida com realizadores/as que participam das mostras e que conversarão sobre suas obras e processos de produção.

A realização deste evento, bem como essa internacionalização do PPV, não teria sido possível sem o apoio da Wenner-Gren Foundation através de seu edital de conferências e, nesse sentido, expressamos nosso agradecimento pelo trabalho sério e comprometido realizado pela fundação.

Link para o site do PPV 2022: <https://www.ppv2022.abant.org.br/site/capa>

CERIMÔNIA DE ABERTURA

A Cerimônia de Abertura da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia no dia 28/08/2022, na Universidade Federal do Paraná e contou com transmissão via TV ABA, que pode ser vista pelo link:

<https://www.youtube.com/live/agAXYEJjRYw?feature=share>

O clipe de abertura com o Hino Nacional + História para Ninar Gente Grande (Samba-Enredo da Estação Primeira de Mangueira, 2019) pode ser acessado no link:

https://www.youtube.com/watch?v=LWREXIFYSQ&ab_channel=TVABA

CONFERÊNCIAS

Agradecimentos de uma antropóloga

Lila Abu-Lughod (Universidade de Columbia)

29/08/2022: 19h30 às 20h30

Apresentação de Andrea Lobo (UnB)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=SF6n-nJpnGQ>

Os Espíritos da Lei: « Tudo tem dono »

Robert Crépeau (Universidade de Montreal)

30/08/2022: 19h30 às 20h30

Apresentação de Ricardo Cud Fernandes (UFPR) e Rogério Rosa (UFPel)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=gRvIIQ-ip4I>

CF03: Perspectivas subjectivas e humanísticas em contextos de violência
Esmeralda Mariano (Universidade Eduardo Mondlane)

31/08/2022: 19h30 às 20h30

Apresentação de Laura Moutinho (USP)

Link: https://www.youtube.com/watch?v=1vLUYm_IQF4

CF04: Escrever etnografia em tempos conturbados
Paul Stoller (Universidade de West Chester)

01/09/2022: 19h30 às 20h30

Apresentação de Maria Elvira Benitez (MN-UFRJ) e Marcelo Mello (UFBA)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=NzAyJW9EPaI>

EXPOSIÇÕES

A(U)rtistas



Netos de Makunaimi

Link: https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1038

Retomada da Imagem

Link: https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1039

REUNIÕES DE TRABALHO

30/08 | 8h às 10h

RT01. Comitê Quilombos

RT05. Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos Cancelado

RT06. Comitê de Patrimônios e Museus

RT08. International Working Group on Teaching and Learning Anthropology - Inaugural Meeting

02/09 | 8h às 10h

RT02. Comissão de Direitos Humanos [Cancelado]

RT03. Comitê Deficiência e Acessibilidade [Cancelado]

RT04. Comitê de Antropologia Visual

RT07. Fórum dos cursos de Graduação em Antropologia

RT09. Fórum das entidades em defesa do Patrimônio

ESTATÍSTICAS

Atividades:

76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

33ª RBA
ONLINE

Inscrições:

A política de ações afirmativas (autodeclarados/as pretos/as, pardos/as, indígenas, povos ciganos, trans ou pessoa com deficiência) foi inserida em todas as categorias de inscrição.

- **Nº de inscritos/as no sistema:** 2.771
- **Nº de inscrições pagas:** 2.029 (destas 72 foram quitadas com Projeto captado pela ABA, o que possibilitou isentar autodeclarados/as pretos/as, pardos/as, indígenas, povos ciganos, trans ou pessoa com deficiência: Associados/as da ABA nas categorias Aspirantes e Pós-graduandos e Não associados/as alunos de Graduação).
- **Nº de inscrições isentas:** 56
- **Nº de inscrições pendentes:** 686

33ª RBA
ONLINE

Nº de participantes por modalidade de inscrição:

Estudantes de Graduação	238
Estudantes de Pós-Graduação	1.053
Profissionais	1.013
Egressos de Graduação e Pós-Graduação	119
Membros de associações filiadas ao WCAA e membros da AIBR	30
Ouvintes	312
Expositor para Feira Livros	6
Total:	2.771

567 se autodeclararam pretos/as, pardos/as, indígenas, povos ciganos, trans ou PCD; do total de 2.771.

33ª RBA
 ONLINE

Nº de participantes por identidade de gênero:

Mulher cisgênera	1.524	55,0%
Homem cisgênero	915	33,0%
Pessoa não-binária	57	2,1%
Mulher trans/travesti	17	0,6%
Homem trans	5	0,2%
Prefiro não me definir	252	9,1%
Não informado	1	0,0%
Total:	2.771	100,0%

33ª RBA
 ONLINE

Nº de participantes por região:

Região	Inscrições	Percentual
Norte	255	9,2%
Nordeste	618	22,3%
Sudeste	1.029	37,1%
Sul	450	16,2%
Centro-oeste	241	8,7%
(endereço no exterior)	177	6,4%
(sem informação)	1	0,0%
Total:	2.771	100,0%

População do Brasil, estados e regiões brasileiras - Dados do IBGE (2010):

Região	População	Percentual
Norte	16.318.163	8,41%
Nordeste	53.907.144	27,79%
Sudeste	81.565.983	42,06%
Sul	27.731.644	14,30%
Centro-Oeste	14.423.952	7,44%
Brasil	193.946.886	100,00%

33ª RBA
 ONLINE

Nº de participantes brasileiros e estrangeiros:

Brasileiro	2.622	94,6%
Estrangeiro	149	5,4%
Total:	2.771	100,0%

33^ºRBA
ONLINE

COMUNICAÇÕES DA ABA

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

2021

- 1. MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO ROQUE (SC) DIANTE DA PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES “APARADOS DA SERRA” E “SERRA GERAL” – 18 de janeiro de 2021.**
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/01/18/manifestacao-em-defesa-do-territorio-quilombola-sao-roque-sc-diante-da-privatizacao-dos-parques-aparados-da-serra-e-serra-geral/>
- 2. NOTA DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA CONTRA OS INDÍGENAS GAMELA DA COMUNIDADE MORRO D’ÁGUA, NO ESTADO DO PIAUÍ – 20 de janeiro de 2021.**
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/01/20/nota-de-repudio-a-violencia-contr-a-os-indigenas-gamela-da-comunidade-morro-dagua-no-estado-do-piaui/>
- 3. ABA assina Carta da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) INTERESSE PÚBLICO REQUER DERRUBADA DOS VETOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PLP 135/2020 – 21 de janeiro de 2021**
Link: <https://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2493-pela-derrubada-dos-vetos-presidenciais-ao-plp-135-2020>
- 4. NOTA PÚBLICA PELA IMEDIATA INCLUSÃO DOS QUILOMBOLAS NO PLANO DE VACINAÇÃO DA COVID -19 – 26 de janeiro de 2021**
Link:
- 5. BASTA! NOTA DA ABA EM APOIO À CONSTITUIÇÃO, À DEMOCRACIA E À CIÊNCIA – 27 de janeiro de 2021.**
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/01/28/bastanota-da-aba-em-apoio-a-constituicao-a-democracia-e-a-ciencia/>
- 6. NOTA DA ABA EM PARCERIA COM A ABRASCO - Vacinação para todas e todos os indígenas já! – 28 de janeiro de 2021.**
Link: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/vacinacao-para-todas-e-todos-os-indigenas-ja/55805/#:~:text=Diante%20desse%20cen%C3%A1rio%20recomendamos%20que,cont%C3%ADnua%20de%20acesso%20%C3%A0%20vacina.>
- 7. NOTA DA ABA CONTRA A RESOLUÇÃO No 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2021/ FUNAI - 01 de fevereiro de 2021 - Nota conjunta Comissão de Assuntos Indígenas**

(CAI), Comitê de Antropólogos Indígenas, Comitê de Laudos Antropológicos (CLA), e em colaboração com a Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA)

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/02/01/nota-da-aba-contra-a-resolucao-no-4-de-22-de-janeiro-de-2021-funai/>

8. ESTRATÉGIA DE DESINFORMAÇÃO SOBRE A VACINAÇÃO PÕE EM RISCO VIDAS INDÍGENAS – 09 de fevereiro de 2021.

Link: http://www.aba.abant.org.br/files/20210209_6022cf0769842.pdf

9. NOTA DO COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS DA ABA SOBRE A CRISE HUMANITÁRIA ENVOLVENDO MIGRANTES RETIDOS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PERU - 04 de março de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/03/04/nota-do-comite-migracoes-e-deslocamentos-da-aba-sobre-a-crise-humanitaria-envolvendo-migrantes-retidos-na-fronteira-entre-o-brasil-e-o-peru/>

10. ABA ASSINA NOTA DA SBPC – É PRECISO EVITAR O COLAPSO DA CIÊNCIA EM 2021! – 06 de março de 2021.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-recebe-apoio-de-mais-de-90-entidades-em-proposta-para-recuperar-recursos-de-cti-no-ploa-2021/>

11. ABA ASSINA NOTA SOBRE A NECESSIDADE DA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO CONSEMA/SP – 07 de março de 2021.

Link: https://www.adusp.org.br/files/conjuntura/Proam_repr.pdf

12. NOTA EM PARCERIA COM ABRASCO, ANPOCS, SBS, ABCP E SBPC: CUMpra-SE A DECISÃO DO STF! – 08 de março de 2021.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/entidades-pedem-que-decisao-do-stf-seja-cumprida/>

13. ABA ASSINA MANIFESTO DA ABET: MANIFESTO DAS PESSOAS NEGRAS CONTRA O RACISMO NOS CURSOS DE MÚSICA – 04 de março de 2021.

Link: <https://www.abet.mus.br/2021/03/04/manifesto-das-pessoas-negras-contra-o-racismo-nos-cursos-de-musica/>

14. ABA ASSINA NOTA DA SBPC E SBC: A PEC 186/19 é ameaça ao setor de P&D&I em TIC – 10 de março de 2021

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-e-sbc-alertam-para-ameaca-da-pec-186-a-setor-de-pdi-em-tecnologias-da-informacao/>

15. NOTA IMIGRANTES VENEZUELANAS SUBMETIDAS A PROCESSOS ILEGAIS DE DEPORTAÇÃO EM MASSA EM RORAIMA - 22 de março de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/03/22/imigrantes-venezuelanas-submetidas-a-processos-ilegais-de-deportacao-em-massa-em-roraima/>

16. NOTA DE REPÚDIO DA ABA AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL APRESSADO E INDEVIDO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS EM MINAS GERAIS - 25 de março de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/03/25/nota-de-repudio-da-aba-ao-licenciamento-ambiental-apressado-e-indevido-de-empreendimentos-minerarios-em-minas-gerais/>

17. NOTA DA ABA EM DEFESA DO MUSEU NACIONAL E DA UFRJ – 29 de março de 2021.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/03/29/nota-da-aba-em-defesa-do-museu-nacional-e-da-ufrj/>

18. ABA ASSINA NOTA PÚBLICA - ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL AFIRMAM A IMPORTÂNCIA DO CENSO 2021 E QUESTIONAM O GOVERNO SOBRE ORÇAMENTO – 29 de março de 2021.

Link: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/entidades-de-representacao-profissional-e-de-planejamento-urbano-e-regional-afirmam-a-importancia-do-censo-2021-e-questionam-o-governo-sobre-orcamento/57599/>

19. ABA ASSINA NOTA CONJUNTA COM ANPOCS, SBS E ABCP DEMONSTRANDO PREOCUPAÇÃO COM AS CONDIÇÕES PARA A CONTINUIDADE DOS TRABALHOS DAS COORDENAÇÕES DE ÁREAS E DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO RELATIVOS À AVALIAÇÃO EM CURSO – 17 de abril de 2021.

Link: <https://cienciapolitica.org.br/web/noticias/2021/04/nota-sobre-ultimos-acontecimentos-capes>

20. NOTA DE SOLIDARIEDADE - INCÊNDIO NA UNIVERSIDADE DE CAPE TOWN (UCT), ÁFRICA DO Sul - 20 de abril de 2021

Link em português: http://www.abant.org.br/files/20210420_607f1267896e1.pdf

Link em inglês: <https://ar.facebook.com/ABA.antropologia/posts/4083671274987033/>

21. NOTA PÚBLICA CONTRA LA VIOLENCIA Y LOS ATAQUES A LOS DERECHOS HUMANOS EN COLOMBIA - 3 de maio de 2021.

Link em português: http://www.abant.org.br/files/20210504_609135b11173a.pdf

Link em espanhol:

22. POSICIONAMENTO PÚBLICO DO COMITÊ CIDADANIA, VIOLÊNCIA E GESTÃO ESTATAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - DEMANDAMOS RESPOSTA IMEDIATA DAS AUTORIDADES COMPETENTES EM RELAÇÃO À CHACINA DO JACAREZINHO - 06 de maio de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/06/posicionamento-publico-do-comite-cidadania-violencia-e-gestao-estatal-da-associao-brasileira-de-antropologia->

[demandamos-resposta-imediata-das-autoridades-competentes-em-relacao-a-chacina-do-jacar/](#)

- 23. NOTA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA EM REPÚDIO À OPERAÇÃO POLICIAL NA COMUNIDADE DE JACAREZINHO NO RIO DE JANEIRO** - 07 de maio de 2021 - Comissão de Direitos Humanos, Comitê de Antropólogas/os Negras/os e Comitê de Antropologia e Saúde.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/07/nota-da-comissao-de-direitos-humanos-da-associacao-brasileira-de-antropologia-em-repudio-a-operacao-policial-na-comunidade-de-jacarezinho-no-rio-de-janeiro/>

- 24. PARECER TÉCNICO-CIENTÍFICO SOBRE PROPOSTA DE VOTAÇÃO DA NOVA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (Projeto de Lei 3.729/2004)** – 10 de maio de 2021.

Link: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/05/Parecer_Te%CC%81cnico-Cienti%CC%81fico_Comite%CC%82_da_ABA_PL-3.729-2004.pdf

- 25. NOTA COMISSÃO DE LAICIDADE E DEMOCRACIA (CLD) DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA PELA REALIZAÇÃO DO CENSO EM 2021** - 11 de maio de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/12/nota-comissao-de-laicidade-e-democracia-cld-da-associacao-brasileira-de-antropologia-pela-realizacao-do-censo-em-2021/>

- 26. NOTA A NOVA INVESTIDA DO SETOR AGROPECUÁRIO E O ETNOCÍDIO INDÍGENA NO CERRADO** - 19 de maio de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/19/a-nova-investida-do-setor-agropecuario-e-o-etnocidio-indigena-no-cerrado/>

- 27. RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID 19 NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS** – 20 de maio de 2021.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210520_60a6ac463ba98.pdf

- 28. ABA ASSINA NOTA CONJUNTA COM ANPOCS, SBS, ABCP, ABRASCO, CEBRAP E SBPC EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL FRENTE AO ETNOCÍDIO E AO RISCO DE GENOCÍDIO** – 24 de maio de 2021.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/em-defesa-da-vida-e-dos-direitos-dos-povos-indigenas-no-brasil/>

- 29. ABA ASSINA NOTA DA ABIA - ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE INDÍGENAS ANTROPÓLOGES SOBRE A PRESENÇA DE GARIMPEIROS NO TERRITÓRIO INDÍGENA YANOMAMI** – 21 de maio de 2021.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210525_60ace33307e86.pdf

30. NOTA O ASSÉDIO LEGISLATIVO CONTRA OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO PAÍS: A AMEAÇA DE DENÚNCIA DA CONVENÇÃO 169 DA OIT E OUTRAS PROPOSIÇÕES - 24 de maio de 2021 - Nota conjunta Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) e Comitê de Laudos Antropológicos (CLA)

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/24/o-assedio-legislativo-contr-a-os-direitos-dos-povos-indigenas-no-pais-a-ameaca-de-denuncia-da-convencao-169-da-oit-e-outras-proposicoes/>

31. NOTA SOBRE A PRIORIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 - 24 de maio de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/24/nota-sobre-a-prioridade-das-pessoas-com-deficiencia-a-vacinacao-contr-a-covid-19/#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20Defici%C3%AAncia%20e%20Acessibilidade,defici%C3%AAncia%20em%20detrimento%20de%20outras.>

32. NOTA POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS ISOLADAS NO PAÍS SOB RISCO DE GENOCÍDIO - 25 de maio de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/25/povos-e-comunidades-indigenas-isoladas-no-pais-sob-risco-de-genocidio/>

33. ABA ASSINA CARTA DE SOLICITAÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA EM ATENÇÃO À DOCUMENTAÇÃO DAS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM SEM DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA OU DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADAS – 31 de maio de 2021.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210611_60c37a6ccb847.pdf

34. NOTA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA SOBRE O DECRETO Nº 10.673, DE 13 DE ABRIL DE 2021 – 08 de junho de 2021.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/06/09/nota-tecnica-da-associacao-brasileira-de-antropologia-sobre-o-decreto-no-10-673-de-13-de-abril-de-2021/#:~:text=DE%202021%20%7C%20ABA-,NOTA%20T%C3%89CNICA%20DA%20ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20ANTROPOLOGIA%20SOBRE%20O%20DECRETO,13%20DE%2004%20ABRIL%20DE%202021&text=Todas%20as%20UCs%20mencionadas%20no,povos%20ind%C3%ADgenas%2C%20vide%20anexo%201.>

35. NOTA SOBRE OS ATAQUES À VIDA E AOS DIREITOS DOS POVOS YANOMAMI, YE'KWANA E MUNDURUKU - 08 de junho de 2021

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/06/08/sobre-os-ataques-a-vida-e-aos-direitos-dos-povos-yanomami-yekwana-e-munduruku/>

- 36. ABA ASSINA CONJUNTAMENTE COM DIFERENTES ENTIDADES NOTA DE APOIO AOS SERVIDORES, INDÍGENAS E INDIGENISTAS ALVOS DE PERSEGUIÇÕES PELA PRESIDÊNCIA DA FUNAI – 11 de junho de 2021.**
Link: <https://indigenistasassociados.org.br/2021/06/11/nota-de-apoio-aos-servidores-indigenas-e-indigenistas-alvos-de-perseguiacoes-pela-presidencia-da-funai/#:~:text=11%20junho%202021-.Nota%20de%20apoio%20aos%20servidores%2C%20ind%C3%ADgenas%20e%20indigenistas%20alvos%20de,dos%20direitos%20dos%20povos%20ind%C3%ADgenas.>
- 37. NOTA DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS E DE TENTATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO DE LIDERANÇAS QUILOMBO DE SANTA ROSA DOS PRETOS – ITAPECURU-MIRIM (MA) – 11 de junho de 2021.**
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/06/11/nota-de-denuncia-de-violacao-de-direitos-territoriais-e-de-tentativas-de-criminalizacao-de-liderancas-quilombo-de-santa-rosa-dos-pretos-itapecuru-mirim-ma/>
- 38. ABA ASSINA CARTA CONJUNTA AO SENADO COM ANPOCS, SBS E ABCP MANIFESTANDO PREOCUPAÇÃO COM A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2159, JUNHO DE 2021, SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO PAÍS – 21 de junho de 2021.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20210621_60d0da9598e57.pdf
- 39. ABA ASSINA EM CONJUNTO COM A ABRASCO ALERTA SOBRE PRIVATIZAÇÃO E DESVIO DE FINALIDADE DAS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL INDÍGENA – 23 de junho de 2021.**
Link: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/alerta-sobre-privatizacao-e-desvio-de-finalidade-das-aco-es-de-saude-mental-indigena/60475/#:~:text=Alerta%20sobre%20privatiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20desvio%20de%20finalidade%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde%20mental%20ind%C3%ADgena,-24%20de%20junho&text=H%C3%A1%20que%20se%20ressaltar%20que,debate%20com%20os%20povos%20ind%C3%ADgenas.>
- 40. Nota URGENTE! VIDAS INDÍGENAS IMPORTAM! DEFENDA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL! CHAMADA PARA APOIAR OS POVOS INDÍGENAS NO CONGRESSO BRASILEIRO - 25 de junho de 2021**
Link em português: <https://www.apantropologia.org/apa/wp-content/uploads/2021/07/2.-Defenda-as-Populacoes-Indigenas-no-Brasil-Portugues-Final.pdf>
Link em inglês: http://www.abant.org.br/files/20210630_60dc8a99dfad7.pdf
- 41. NOTA FUNAI QUER IDENTIFICAR E DELIMITAR A TI PIRIPKURO COM GRUPO TÉCNICO “CONFIÁVEL” - 24 de junho de 2021 - Nota conjunta Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) e Comitê de Laudos Antropológicos (CLA)**

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/06/25/funai-quer-identificar-e-delimitar-a-ti-piripkuro-com-grupo-tecnico-confiavel/#:~:text=A%20%C3%BA%20iniciativa%20da%20Funai,Terra%20Ind%C3%ADgena%20Piripkura%E2%80%9D%2C%20localizada%20nos>

42. NOTA MORRENDO DE BRASIL: PANDEMIA, GENOCÍDIO E O HORROR DE 500 MIL VIDAS INTERROMPIDAS - 21 de junho de 2021 – Comissão de Direitos Humanos, Comitê de Antropólogas/os Negras/os e Comitê de Antropologia e Saúde.

43. NOTA DA ABA SOBRE INICIATIVAS LEGISLATIVAS QUE BUSCAM IMPEDIR O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO EM/PARA OS DIREITOS HUMANOS – 02 de julho de 2021 – Comitê Gênero e Sexualidade.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210705_60e2fbfdc4d7c.pdf

44. MANIFESTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA) SOBRE O PROCESSO N. 1035763-30.2021.4.01.3400, AÇÃO ANULATÓRIA DA CERTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE QUILOMBOLAS EMITIDA PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES À COMUNIDADE CONCEIÇÃO DE SALINAS (BA) – 15 de julho de 2021 – Comitê Quilombos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210715_60f0421740adc.pdf

45. NOTA DA ABA SOBRE A ASSOCIAÇÃO DOS PROTESTOS INDÍGENAS AO SUPOSTO "TERRORISMO" – 15 de julho de 2021 – Comissão de Assuntos Indígenas (CAI)

Link: http://www.abant.org.br/files/20210715_60f03d849db58.pdf

46. NOTA SAÚDE CIGANA E PANDEMIA COVID 19 – 12 de julho de 2021 – Comitê de Antropologia e Saúde.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210713_60ede25d217d3.pdf

47. NOTA SOBRE A CHACINA EM TABATINGA, NO AMAZONAS – 13 de julho de 2021 – Comissão de Direitos Humanos e Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal

Link: http://www.abant.org.br/files/20210713_60edefd62666e.pdf

48. NOTA ESCALADA DE VIOLÊNCIA E AMEAÇAS CONTRA A COMUNIDADE DA TERRA INDÍGENA TEKOA DJE'Y /RIO PEQUENO – RJ – 12 de julho de 2021 – Comissão de Assuntos Indígenas.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210713_60ed96526266a.pdf

49. INFORME SOBRE AS ETAPAS REGIONAIS NORDESTE, SUDESTE, NORTE E SOBRE A ETAPA NACIONAL – 26 de julho de 2021 – Comitê Migrações e Deslocamentos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20210726_60ff463f4387d.pdf

- 50. POLÍTICA EDITORIAL DE LIVROS DA ABA** – 05 de julho de 2021 – Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210726_60ff63879fb8e.pdf
- 51. NOTA DE REPÚDIO A UMA MANIFESTAÇÃO RACISTA E MISÓGINA NO MEIO ACADÊMICO** – 04 de agosto de 2021 – Diretoria da ABA.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210806_610d18dc3a5e4.pdf
- 52. APOIO À PROFESSORA LUCIANA DIAS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS** – 06 de agosto de 2021 – Comitê de Antropólogos/as Negros/as da ABA.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210806_610dc2d573d35.pdf
- 53. SOLIDARIEDADE COM OS FAMILIARES DE DAIANE E O POVO KAINGANG, E PUNIÇÃO AOS RESPONSÁVEIS** – 08 de agosto de 2021 – ABA, sua Comissão de Assuntos Indígenas e seu Comitê de Antropólogos Indígenas.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210810_61127ab5db799.pdf
- 54. CINEMATECA BRASILEIRA - JULHO 2021** – 03 de agosto de 2021 – Comitê de Antropologia Visual.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210804_610ad1c352164.pdf
- 55. MANIFESTAÇÃO DA ABA A RESPEITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1017365, SOBRE O DESTINO DAS TERRAS DE POVOS INDÍGENAS** – 09 de agosto de 2021 – Diretoria da ABA.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210817_611bf9bcaa174.pdf
- 56. NOTA SOBRE PRÁTICAS DE DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SOBRE CASO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E RETIRADA COMPULSÓRIA DE RECÉM-NASCIDA EM FLORIANÓPOLIS/SC** – 19 de agosto de 2021 – Comissão de Direitos Humanos e os Comitês de Antropólogos/os Negros/os e de Gênero e Sexualidade.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210819_611ecd7c7456d.pdf
- 57. NOTA DE APOIO À PESQUISADORA ALINE PASSOS DE JESUS SANTANA** – 19 de agosto de 2021 – Diretoria da ABA.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210819_611ecde50f24c.pdf
- 58. NOTA DE SOLIDARIEDADE HAITI** – 19 de agosto de 2021 – Comitê Migrações e Deslocamentos.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210819_611ec07ca9791.pdf
- 59. INFORME SOBRE A PRIMEIRA PLENÁRIA NACIONAL SAÚDE MIGRAÇÃO: ETAPA REGIONAL NORTE E ETAPA NACIONAL** – 24 de agosto de 2021 – Comitê Migrações e Deslocamentos.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210824_61250a8adc784.pdf

- 60. NOTA TÉCNICA SOBRE O PROJETO DE LEI 7082/2017** – 20 de agosto de 2021 – Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210824_6124f6d12c5f9.pdf
- 61. NOTA DA DIRETORIA DA ABA E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE PORTADORES DE DIPLOMA EM ANTROPOLOGIA EM PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS PÚBLICOS NA ÁREA DE SOCIOLOGIA** – 14 de setembro de 2021 – Diretoria da ABA e Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210914_6140e86c9780d.pdf
- 62. TERRA INDÍGENA PIRIPKURA URGENTE** – 09 de setembro de 2021 – Comissão de Assuntos Indígenas.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210909_613a541d40344.pdf
- 63. MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO SOBRE A AUDITAGEM DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS** – 03 de setembro de 2021 – Comitê Quilombos
Link: http://www.abant.org.br/files/20210908_6138c5827aa60.pdf
- 64. NOTA DE PESAR PELO ASSASSINATO DO PROFESSOR JOSÉ ACIOLI DA SILVA FILHO E DE REPÚDIO À HOMOFOBIA E CRIMES DE ÓDIO** – 21 de junho de 2021 – ABA, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos, do Comitê de Antropologia e Saúde e do Comitê Gênero e Sexualidade.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210928_61531965ab5b2.pdf
- 65. NOTA EM APOIO AO POVO INY-KARAJÁ DE SANTA ISABEL DO MORRO** – 28 de setembro de 2021 – ABA junto com sua Comissão de Assuntos Indígenas.
Link: http://www.abant.org.br/files/20210917_6144ea8496e4f.pdf
- 66. ABA EM DEFESA DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR** – 04 de outubro de 2021 – Comitê Patrimônios e Museus.
Link: http://www.abant.org.br/files/20211004_615b7ca9cc496.pdf
- 67. A ABA SOLICITA AÇÕES IMEDIATAS DOS PODERES PÚBLICOS PARA CONTER A GRAVE SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA TERRA INDÍGENA SERRINHA, RS** – 18 de outubro de 2021 – Comissão de Assuntos Indígenas.
Link: http://www.abant.org.br/files/20211018_616d7ef6222b6.pdf
- 68. NOTA DA ABA PELA REVOGAÇÃO DAS LICENÇAS IRREGULARES PARA INSTALAÇÃO DE CERVEJARIA EM ÁREA DE UM DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MAIS RELEVANTES DAS AMÉRICAS** – 19 de outubro de 2021 – Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.
Link: http://www.abant.org.br/files/20211019_616ecaa7d60e5.pdf

69. NOTA TÉCNICA SOBRE A PROPOSTA DO NOVO CÓDIGO DA MINERAÇÃO –
22 de novembro de 2021 – Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20211122_619ba83987b67.pdf

70. NOTA CONJUNTA DA CAI, CDH E COMITÊ DE MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DOS GRUPOS WARAO NO BRASIL –
17 de novembro de 2021 – Comissão de Assuntos Indígenas, Comissão de Direitos Humanos e Comitê Migrações e Deslocamentos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20211117_61950ef3eaf04.pdf

71. NOTA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS CONSIGNADAS NA LEI 12.711 DE AGOSTO DE 2012 E ATUALIZADA PELA LEI 13.409 EM DEZEMBRO DE 2016 – 10 de dezembro de 2021 – ABA junto com Comitê de Antropólogas/os Negras/os, Comitê Quilombos, Comitê de Antropologxs Indígenas, Comitê Gênero e Sexualidade, Comitê Migrações e Deslocamentos, Comissão de Assuntos Indígenas, Comissão de Direitos Humanos, Comitê Deficiência e Acessibilidade e Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Link: http://www.abant.org.br/files/20211210_61b385d247d26.pdf

72. É URGENTE QUE O GOVERNO FEDERAL RETIRE OS GARIMPEIROS E GARIMPEIRAS DA TERRA INDÍGENA YANOMAMI E IMPLANTE UM CONSISTENTE PLANO INTERSETORIAL EMERGENCIAL DE ATENÇÃO À SAÚDE E DE CONTROLE TERRITORIAL – 15 de dezembro de 2021 – ABA e ABRASCO.

Link: http://www.abant.org.br/files/20211215_61ba35e0ea508.pdf

2022

73. PELO RESPEITO AO PATRIMÔNIO E AOS DIREITOS CULTURAIS DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS – 10 de janeiro de 2022 – ABA e seu Comitê Patrimônios e Museus.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/10/pelo-respeito-ao-patrimonio-e-aos-direitos-culturais-das-populacoes-afro-brasileiras/>

74. GOVERNO FEDERAL ABANDONA A POPULAÇÃO INDÍGENA À PRÓPRIA SORTE EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO – 12 de janeiro de 2022 – ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/13/governo-federal-abandona-a-populacao-indigena-a-propria-sorte-em-situacoes-de-vulnerabilidade-e-risco/>

- 75. SINAL DE ALERTA – A SIMPLIFICAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OS DESASTRES ANUNCIADOS EM MINAS GERAIS** – 12 de janeiro de 2022 – Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS; Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP; e Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/13/sinal-de-alerta/>
- 76. A QUEM SERVE O “RACISMO REVERSO”?** – 20 de janeiro de 2022 – ABA e Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/20/a-quem-serve-o-racismo-reverso/#:~:text=N%C3%A3o%20h%C3%A1%20liberdade%20de%20opini%C3%A3o,de%20discurso%20sobre%20racismo%20reverso.>
- 77. SOLICITAÇÃO DE SUSPENSÃO IMEDIATA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 111/2021 E SEUS EFEITOS: LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS PELO INCRA** – 26 de janeiro de 2022 – ABA e seu Comitê Quilombos.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/27/solicitacao-de-suspensao-imediata-da-instrucao-normativa-n-111-2021-e-seus-efeitos-licenciamento-ambiental-em-terras-quilombolas-pelo-incra/>
- 78. NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DE PATRÍCIA MONTE-MOR ALVES DE MORAIS** – 28 de janeiro de 2022 – ABA e seu Comitê de Antropologia Visual.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/28/nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-patriciamonte-mor-alves-de-morais-cav-aba/>
- 79. GOVERNO FEDERAL ENTREGA À PRÓPRIA SORTE INDÍGENAS ISOLADOS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO** – 31 de janeiro de 2022 – ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/01/31/governo-federal-entrega-a-propria-sorte-indigenas-isolados-em-situacoes-de-vulnerabilidade-e-risco/>
- 80. NOTA DE REPÚDIO AO ASSASSINATO DE MOÍSE MUGENYI KABAGAMBE, AO RACISMO E À XENOFOBIA, NO BRASIL** – 03 de fevereiro de 2022 – Associação Brasileira de Antropologia (ABA); sua Comissão de Direitos Humanos; seus Comitês de Antropólogas/os Negras/os; de Estudos Africanos; de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; e de Migrações e Deslocamentos.
Links: <https://www.portal.abant.org.br/2022/02/03/nota-de-repudio-ao-assassinato-de-moise-mugenyi-kabagambe-ao-racismo-e-a-xenofobia-no-brasil/>
- 81. MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO E EM APOIO AO QUILOMBO DE CROATÁ/MG** – 08 de fevereiro de 2022 - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-

UNIMONTES), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG), o Escritório Jurídico para a Diversidade Étnica e Cultural (JusDiv-UnB) e o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/10/manifestacao-de-repudio-e-em-apoio-ao-quilombo-de-croata-mg/>

82. NOTA SOBRE O DESRESPEITO A NORMATIVAS RELATIVAS AO USO DO NOME SOCIAL EM ESCOLAS NO BRASIL E SOBRE CASO DE VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTE EM SÃO PAULO – 14 de fevereiro de 2022 – ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade.

Links: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/15/nota-sobre-o-desrespeito-a-normativas-relativas-ao-uso-do-nome-social-em-escolas-no-brasil-e-sobre-caso-de-violencia-contradolescente-em-sao-paulo/>

83. DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS QUILOMBOLAS DO ALTO RIO ACARÁ/PA (BALSA, TURI-AÇU, PALMARES E GONÇALVES) PELA EMPRESA AGROPALMA S/A – 14 de fevereiro de 2022 – ABA e seu Comitê Quilombos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/15/denuncia-de-violacao-de-direitos-humanos-dos-quilombolas-do-alto-rio-acara-pa-balsa-turi-acu-palmares-e-goncalves-pela-empresa-agropalma-s-a/>

84. SOLIDARIEDADE DIANTE DO DESASTRE EM PETRÓPOLIS/RJ – MAIS UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA – 17 de fevereiro de 2022 - Associação Brasileira de Antropologia – ABA; sua Comissão de Direitos Humanos; e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/18/solidariedade-diante-do-desastre-em-petropolis-rj-mais-uma-tragedia-anunciada/>

85. EM DEFESA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL – 21 de fevereiro de 2022 - Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

Link: http://www.abant.org.br/files/20220222_621520c0d9357.pdf

86. NOTA CNPQ SOBRE BOLSAS NO EXTERIOR – 23 de fevereiro de 2022 - Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Link: http://www.abant.org.br/files/20220224_6217996a586c8.pdf

87. NOTA DE SOLIDARIEDADE CONTRA AS GUERRAS EM CURSO – 04 de março de 2022 – ABA e seu Comitê de Relações Internacionais.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/03/04/nota-de-solidariedade-contras-querras-em-curso/>

88. NOTA TÉCNICA: REPÚDIO À FORMA COMO VEM SENDO CONDUZIDO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PELO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS (IEF-MG) – 14 de março de 2022 – ABA e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/03/15/nota-tecnica/>

89. NOTA DE REPÚDIO SOBRE A INCLUSÃO DA ELETROCONVULSOTERAPIA (ECT) COMO TRATAMENTO A PESSOAS AUTISTAS – 16 de março de 2022 – ABA e seu Comitê Deficiência e Acessibilidade.

Link: [http://www.portal.abant.org.br/2022/03/17/nota-de-repudio-sobre-a-inclusao-da-eletoconvulsoterapia-ect-como-tratamento-a-pessoas-autistas/#:~:text=Pesquisar%20por%3A%20Pesquisar-.Nota%20de%20rep%C3%BAdio%20sobre%20a%20inclus%C3%A3o%20da%20eletoconvulsoterapia%20\(ECT,como%20tratamento%20a%20pessoas%20autistas&text=Em%20dezembro%20de%202021%2C%20a,em%20pessoas%20no%20espectro%20autista.](http://www.portal.abant.org.br/2022/03/17/nota-de-repudio-sobre-a-inclusao-da-eletoconvulsoterapia-ect-como-tratamento-a-pessoas-autistas/#:~:text=Pesquisar%20por%3A%20Pesquisar-.Nota%20de%20rep%C3%BAdio%20sobre%20a%20inclus%C3%A3o%20da%20eletoconvulsoterapia%20(ECT,como%20tratamento%20a%20pessoas%20autistas&text=Em%20dezembro%20de%202021%2C%20a,em%20pessoas%20no%20espectro%20autista.)

90. NOTA WARAO RR – 21 de março de 2022 – ABA, sua Comissão de Assuntos Indígenas e seu Comitê Migrações e Deslocamentos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/03/22/nota-warao-rr-nova-versao/>

91. NOTA COMITÊ DE ANTROPÓLOGXS INDÍGENAS (ABA) E ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE INDÍGENAS ANTROPÓLOGES (ABIA) – 17 de março de 2022 - Comitê de Antropólogos Indígenas (ABA), Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA), Comissão de comunicação da ABIA e Comissão de direitos humanos – ABIA.

Link:

92. NOTA TÉCNICA SOBRE A RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDESE/SEMAD N. 01, DE 04 DE ABRIL DE 2022 – 07 de abril de 2022 – Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (ABA), Comitê Quilombos (ABA), Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA/UNIMONTES/MG), O Kaipora – Laboratório de Estudos Bioculturais (UEMG).

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/04/12/nota-tecnica-sobre-a-resolucao-conjunta-sedese-semad-no-01-de-04-de-abril-de-2022/>

93.A ABA MANIFESTA SEU PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DO JURISTA DALMO DALLARI – 10 de abril de 2022 – ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas.

Link:

94. AS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS SE MANIFESTAM CONTRA O ATAQUE AO POVO XIPAYA – 15 de abril de 2022 - Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Sociedade Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/04/16/as-associacoes-cientificas-se-manifestam-contra-o-ataque-ao-povo-xipaya/>

95. NOTA SOBRE A PREOCUPAÇÃO COM A APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO N. 511/2020 – 20 de abril de 2022 – ABA e seu Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/04/20/nota-sobre-a-preocupacao-com-a-aprovacao-do-requerimento-n-511-2020/>

96. PELA PROTEÇÃO DO POVO INDÍGENA PARAKANÃ E CONTRA A ESCALADA DE VIOLÊNCIA QUE SE PREANUNCIA – 17 de maio de 2022 - ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/05/17/pela-protecao-do-povo-indigena-parakana-e-contra-a-escalada-de-violencia-que-se-preanuncia/#:~:text=Manifesta%20tamb%C3%A9m%20grande%20preocupa%C3%A7%C3%A3o%20com,de%20um%20sentimento%20anti%2Dind%C3%ADgena.>

97. NOTA PELO DIREITO À MEMÓRIA E AO LUTO DAS VÍTIMAS DA CHACINA DO JACAREZINHO – 20 de maio de 2022 – ABA, sua Comissão de Direitos Humanos, seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os, seu Comitê de Cidadania, Violência e Gestão Estatal e seu Comitê de Patrimônios e Museus.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/05/23/nota-pelo-direito-a-memoria-e-ao-luto-das-vitimas-da-chacina-do-jacarezinho/>

98. NOTA SOBRE ATAQUES DIGITAIS E SEGURANÇA DE DADOS – 02 de junho de 2022 – ABA e seu Comitê de Comunicação e Divulgação Científica.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/02/nota-sobre-ataques-digitais-e-seguranca-de-dados/>

99. DESAPARECIMENTO NO RIO JAVARI. ONDE ESTÃO BRUNO E DOM? NÃO À IMPUNIDADE, AO DESCASO E À VIOLÊNCIA SOBRE POPULAÇÕES AMAZÔNICAS – 07 de junho de 2022 – Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/07/desaparecimento-no-rio-javari-onde-estao-bruno-e-dom-nao-a-impunidade-ao-descaso-e-a-violencia-sobre-populacoes-amazonicas/>

100. PEDIDO DE VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA DECISÃO JUDICIAL DE SENTENÇA DE NULIDADE DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELO INCRA. DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CÓRREGO DE UBARANAS, MUNICÍPIO DE ARACATI- CEARÁ – 08 de junho de 2022 – ABA e seu Comitê Quilombos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/09/pedido-de-verificacao-da-conformidade-da-decisao-judicial-de-sentenca-de-nulidade-do-processo-de-regularizacao-fundiaria-pelo-incra-da-comunidade-quilombola-corrego-de-ubaranas-municipio-de-ar/>

101. DESPEDIDA PARA BRUNO E DOM, COM GRANDE LAMENTO, TRISTEZA E INDIGNAÇÃO – 16 de junho de 2022 – ABA.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/17/despedita-para-bruno-e-dom-com-grande-lamento-tristeza-e-indignacao/>

102. CARTA DE SOLIDARIEDADE PELAS MORTES DE BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS E EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI – 20 de junho de 2022 – Comitê Inserção Profissional do/a Antropólogo/a e Rede Autônoma Brasileira de Antropologia (RABA).

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/20/carta-de-solidariedade-pelas-mortes-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-e-em-defesa-dos-povos-indigenas-do-vale-do-javari/>

103. MANIFESTAÇÃO DE APOIO AS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DE SALVATERRA (PA) – 23 de junho de 2022 - ABA, seu Comitê Quilombos e seu Comitê de Antropólogos/as Negros/as.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/28/manifestacao-de-apoio-as-liderancas-quilombolas-de-salvaterra-pa/>

104. NOTA SOBRE A DECISÃO DO STJ A RESPEITO DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS: ROL TAXATIVO MATA! – 24 de junho de 2022 - ABA, seu Comitê de Antropologia e Saúde e seu Comitê Deficiência e Acessibilidade.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/28/nota-sobre-a-decisao-do-stj-a-respeito-do-rol-de-procedimentos-da-ans-rol-taxativo-mata/>

105. NOTA DE REPÚDIO AOS ATAQUES ÀS COMUNIDADES KAIOWA E GUARANI DE GUAPO'Y MI TUJURY E DE KURUPI/SANTIAGO KUE, EM MATO GROSSO DO SUL – 28 de junho de 2022 - Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de

Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/06/28/nota-de-repudio-aos-ataques-as-comunidades-kaiowa-e-guarani-de-quapoy-mi-tujury-e-de-kurupi-santiago-kue-em-mato-grosso-do-sul/>

106. APOIO AO TSE EM DEFESA DA DEMOCRACIA – 19 de julho de 2022 – Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/07/20/apoio-ao-tse-em-defesa-da-democracia/>

107. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES – UNISINOS – 22 de julho de 2022 - Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Link:

108. JUSTIÇA E REPARAÇÃO PARA O POVO INDÍGENA PATAXÓ – 26 de agosto de 2022 - ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas.

Link: <https://www.portal.abant.org.br/2022/08/30/justica-e-reparacao-para-o-povo-indigena-pataxo/>

109. SETEMBRO 2022: VIOLÊNCIAS E ASSASSINATOS, QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS? – 13 de setembro de 2022 - ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/09/14/setembro-2022-violencias-e-assassinatos-quem-sao-os-responsaveis/>

110. MANIFESTO EM SOLIDARIEDADE À VIOLÊNCIA SOFRIDA NO QUILOMBO ALPES, PORTO ALEGRE (RS) – 22 de setembro de 2022 - ABA e seu Comitê Quilombos.

Link: <https://www.portal.abant.org.br/2022/09/26/manifesto-em-solidariedade-a-violencia-sofrida-no-quilombo-alpes-porto-alegre-rs/>

111. SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA AOS INDÍGENAS TURIWARA, TEMBÉ E QUILOMBOLAS – 28 de setembro de 2022 - ABA, sua Comissão de Assuntos Indígenas – CAI e seu Comitê Quilombos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/09/29/solidariedade-e-justica-aos-indigenas-turiwara-tembe-e-quilombolas/>

- 112. NOTA DE APOIO AOS SERVIDORAS/ES DO INCRA E ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CONTRA DESMONTE E RETROCESSOS DA POLÍTICA QUILOMBOLA** – 04 de outubro de 2022 - ABA, seu Comitê Inserção Profissional da/o Antropóloga/o e seu Comitê Quilombos.
Link:
- 113. NOTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ABA SOBRE OS SUCESSIVOS BLOQUEIOS ORÇAMENTÁRIOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR** – 11 de outubro de 2022 - ABA e sua Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/10/04/nota-de-apoio-aos-servidoras-es-do-incra-e-as-comunidades-quilombolas-contr-o-desmonte-e-retrocessos-da-politica-quilombola/>
- 114. NOTA DE REPÚDIO À PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E PROFISSIONAL SOFRIDA PELA PROFESSORA MARIA ELISA MÁXIMO E SUA FAMÍLIA, EM JOINVILLE/SC** – 14 de outubro de 2022 – ABA e sua Comissão de Direitos Humanos.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/10/13/nota-de-repudio-a-perseguiacao-politica-e-profissional-sofrida-pela-professora-maria-elisa-maximo-e-sua-familia-em-joinville-sc/>
- 115. NOTA DE APOIO E EM DEFESA DAS ADOLESCENTES, DE SUAS FAMÍLIAS E DE TODA COMUNIDADE VENEZUELANA NO BRASIL** – 21 de outubro de 2022 – ABA e seu Comitê Migrações e Deslocamentos.
Link: <https://www.portal.abant.org.br/2022/10/21/nota-de-apoio-e-em-defesa-das-adolescentes-de-suas-familias-e-de-toda-comunidade-venezuelana-no-brasil/>
- 116. MANIFESTAÇÃO CONTRA OS ATOS DO GOVERNO IRANIANO E EM APOIO AOS PROTESTOS NO IRÃ** – 25 de outubro de 2022 - ABA e seu Comitê de Relações Internacionais.
Link: <https://www.portal.abant.org.br/2022/10/26/manifestacao-contr-os-atos-do-governo-iraniano-e-em-apoio-aos-protestos-no-ira/>
- 117. NOTA DA ABA – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2022** – 03 de novembro de 2022 – Diretoria da ABA.
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/11/03/nota-da-aba-eleicoes-presidenciais-2022/>
- 118. NOTA DA ABA EM SOLIDARIEDADE COM MAMADOU BA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2022 – DIA INTERNACIONAL DA LUTA CONTRA O FASCISMO E O ANTI SEMITISMO** – 09 de novembro de 2022 - ABA, seu Comitê Quilombos e seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os.

Link: <https://www.portal.abant.org.br/2022/11/09/nota-da-aba-em-solidariedade-com-mamadou-ba-em-9-de-novembro-de-2022-dia-internacional-da-luta-contr-o-fascismo-e-o-anti-semitismo/>

119. NOTA DE REPÚDIO CONTRA ATOS TERRORISTAS DIRIGIDOS A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS – 15 de novembro de 2022 – ABA e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/11/17/nota-de-repudio-contr-atos-terroristas-dirigidos-a-povos-e-comunidades-tradicionais-e-defensores-dos-direitos-humanos/>

120. ASSASSINATO E REPETIÇÃO DE VIOLAÇÕES CONTRA O POVO YANOMAMI – 17 de novembro de 2022 - ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas.

Link: <https://www.portal.abant.org.br/2022/11/17/assassinato-e-repeticao-de-violacoes-contr-o-povo-yanomami/>

121. NOTA SOBRE VOTAÇÃO DO PL7082/2017 – 25 de novembro de 2022 – ABA e seu Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/11/28/nota-sobre-votacao-do-pl7082-2017/>

122. NOTA SOBRE A RECORRÊNCIA DE ATAQUES ARMADOS A ESCOLAS BRASILEIRAS – 07 de dezembro de 2022 – ABA e sua Comissão de Direitos Humanos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20221207_6390ca8e02d99.pdf

123. 50% DA POPULAÇÃO YANOMAMI PODE FICAR DE FORA DO CENSO 2022 – 07 de dezembro de 2022 – ABA, Comissão de Assuntos Indígenas – CAI/ABA, Articulação Brasileira de Indígenas Antropologes – ABIA.

Link: http://www.abant.org.br/files/20221207_6390d0c5492ff.pdf

124. NOTA DE REPÚDIO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PROJETO SRN DE MINERAÇÃO DE FERRO MAGNETÍCO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA LAGOAS-PI – 08 de dezembro de 2022 – ABA e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20221208_63920b7fe048f.pdf

125. NOTA SOBRE OS SUCESSIVOS BLOQUEIOS ORÇAMENTÁRIOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – 08 de dezembro de 2022 - ABA e sua Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Link:

- 126. PARECER TÉCNICO - ESTRANHAMENTO DA SENTENÇA DE NULIDADE (DERIVADA DA AÇÃO ORDINÁRIA 81010800097-05.2018.4.05.8101) DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELO INCRA DO QUILOMBO DO CUMBE, CEARÁ, EMBASADO NO LAUDO CONTESTATÓRIO PRODUZIDO POR EDWARD M. LUZ – 19 de dezembro de 2022 – ABA e seus seus Comitês Quilombos, Comitê de Laudos Antropológicos e Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.**
Link:

NOTAS APOIADAS PELA ABA

- 127. APOIO À APROVAÇÃO CÉLERE DO PARECER DO RELATOR, DEPUTADO AUREO RIBEIRO, AO PL 7082/2017 – PESQUISA CLÍNICA COM SERES HUMANOS.**
Autoria: SBPC
Link: http://www.abant.org.br/files/20210715_60f034f19ed44.pdf
- 128. A ABA VEM A PÚBLICO SE SOLIDARIZAR COM A COMUNIDADE CIGANA FORTEMENTE ATINGIDA POR ATENTADOS VIOLENTOS, CONFORME A NOTA PUBLICADA QUE APOIAMOS.**
Autoria: União Cigana do Brasil
Link: http://www.abant.org.br/files/20210721_60f8774ed55f7.pdf
- 129. CNPQ SOFRE NOVO CORTE ORÇAMENTÁRIO DOS RECURSOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE BOLSAS.**
Autoria: ICTP.Br
Link: <https://ictpbr.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Nota-ICTPbr-sobre-cortes-CNPq.pdf>
- 130. REFORMA IMINENTE DO HOSPITAL ESPECIALIZADO OCTAVIO MANGABEIRA, SALVADOR (BA).**
Autoria: DOCOMOMO Internacional
Link: http://www.abant.org.br/files/20210722_60f9c89b9f352.pdf
- 131. PRODUTO DE UMA INICIATIVA DE DEFESA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS.**
Autoria: A4 – Ciências Sociais Articuladas: ABA, ABCP, ANPOCS e SBS
Link: <https://olb.org.br/ciencias-sociais-articuladas-a-producao-legislativa-do-congresso-sobre-povos-tradicionais/>
https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/2021-08_Boletim06.pdf

132. CARTA DE APOIO À AÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CASA DA CIÊNCIA E REVISÃO DO PROJETO VIVA UFRJ.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Brasileiro

Link: http://www.abant.org.br/files/20210810_61128a3edcb28.pdf

133. NOTÍCIA INCÔMODA SOBRE A APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO RELATOR SOBRE A REGULAÇÃO DA ÉTICA NA PESQUISA CLÍNICA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJC DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 3 DE AGOSTO DE 2021.

Autoria: FCHSSALLA

Link: http://www.abant.org.br/files/20210811_611421367f273.pdf

134. CARTA A4 SOBRE PREOCUPAÇÃO COM ATAQUES À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.

Autoria: A4 – Ciências Sociais Articuladas: ABA, ABCP, ANPOCS e SBS

Link: http://www.abant.org.br/files/20210824_6124e97a1af54.pdf

135. ABA ASSINA O MANIFESTO “MISSÃO DO FNDCT E DOS COMITÊS GESTORES DOS FUNDOS SETORIAIS”.

Autoria: ICTP.BR, Academia Brasileira de Ciências, ANDIFES, CONFAP, CONFIES, CONIF, CONSECTI, IBRA CHICS, SBPC

Link: http://www.abant.org.br/files/20210817_611bff2c19f10.pdf

136. COLIGAÇÕES EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS: O MENOR DOS MALES OU VITÓRIA DO “CENTRÃO”?

Autoria: A4 – Ciências Sociais Articuladas: ABA, ABCP, ANPOCS e SBS

Link: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques-2>

137. SUGESTÕES E JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO FNARQ AO PROJETO DE LEI Nº 2789/2021

Autoria: FNArq

Link: http://www.abant.org.br/files/20210914_61408d6e565ee.pdf

138. ABA ENDOSSA SUGESTÕES DA ANPUH AO TEMA DA ALTERAÇÃO DO MARCO LEGAL DA ARQUIVOLOGIA E DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NO BRASIL.

Autoria: ANPUH

Link: http://www.abant.org.br/files/20210901_612fd726e970d.pdf

139. CARTA ABERTA DE INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA EM APOIO ÀS CIDADÃS E CIDADÃOS DA REPÚBLICA DO HAITI.

Autoria: Carta Aberta de Instituições da Sociedade Civil

Link: http://www.abant.org.br/files/20210901_612f889c0e295.pdf

140. CARTA ABERTA CONTRA A PEC 32/2020.

Autoria: SBPC

Link: http://www.abant.org.br/files/20210916_61435b10a5b10.pdf

141. CARTA ABERTA SOBRE A GESTÃO DA CAPES.

Autoria: FCHSSALLA

Link: http://www.abant.org.br/files/20210916_61435c9b3cff7.pdf

142. DEFESA DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Link: http://www.abant.org.br/files/20211005_615c5cdf174af.pdf

143. CARTA AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – MCTI, QUE SOLICITA A RETOMADA DE UM DEBATE QUE É ESSENCIAL PARA A CONDUÇÃO DA GESTÃO DAS ATIVIDADES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, BEM COMO PARA AQUELAS ASSOCIADAS À DIFUSÃO E EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL.

Autoria: EBPC

Link: http://www.abant.org.br/files/20211013_61671b060c217.pdf

144. CORTE INEXPLICÁVEL DE RECURSOS COLOCA CNPQ EM RISCO.

Autoria: EBPC

Link: http://www.abant.org.br/files/20211013_6166ed39f313c.pdf

145. A4 (ABA-ANPOCS-ABCP-SBS) SE MANIFESTA SOBRE A ORDEM DO MÉRITO CIENTÍFICO.

Autoria: A4 – Ciências Sociais Articuladas: ABA, ABCP, ANPOCS e SBS

Link: http://www.abant.org.br/files/20211110_618c0d8d5d46a.pdf

146. ABA ASSINA NOTA EM DEFESA DO ARQUIVO NACIONAL.

Autoria: FNArq

Link: http://www.abant.org.br/files/20211123_619d46a13000e.pdf

147. MANIFESTO EM DEFESA DO IPHAN.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Link: http://www.aba.abant.org.br/files/20200520_5ec5606c8f533.pdf

148. NOTA EM DEFESA DA SAÚDE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Autoria: Diversas instituições

Link: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-em-defesa-da-saude-nas-instituicoes-de-ensino-superior/64231/>

149. MANIFESTO PELA PRORROGAÇÃO DA “LEI DE COTAS” NO CONGRESSO NACIONAL.

Autoria: Diversos.

Link: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/manifesto-prorrogac%CC%A7a%CC%83o-da-lei-de-cotas-\(3\)-202202081851046812170.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/manifesto-prorrogac%CC%A7a%CC%83o-da-lei-de-cotas-(3)-202202081851046812170.pdf)

150. SBF URGE CNPQ E CAPES A AUMENTAREM OS VALORES DAS BOLSAS.

Autoria: Diversos.

Link: <https://sbfisica.org.br/v1/sbf/sbf-urge-cnpq-e-capes-a-aumentarem-os-valores-das-bolsas/>

151. SEM CIÊNCIA NÃO HÁ FUTURO. SEM PÓS-GRADUANDOS, NÃO HÁ CIÊNCIA.

Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sem-ciencia-nao-ha-futuro-sem-pos-graduandos-nao-ha-ciencia/>

152. Nota das entidades científicas: Risco de genocídio na Terra Indígena Yanomami e Ye'kuana- TIYY.

Autoria: Diversas.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/05/11/nota-das-entidades-cientificas-risco-de-genocidio-na-terra-indigena-yanomami-e-yekuana-tiyy/>

153. CONTRA O HOMESCHOOLING.

Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/contra-o-homeschooling/>

154. NOTA DE REPÚDIO CONTRA OS CORTES ILEGAIS NA CIÊNCIA BRASILEIRA.

Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/nota-de-repudio-contra-os-cortes-ilegais-na-ciencia-brasileira/>

155. DESAPARECIMENTO DE BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS.

Autoria: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Link:

156. SBPC COBRA MEDIDAS PARA LOCALIZAR DESAPARECIDOS NA AMAZÔNIA.

Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-cobra-medidas-para-localizacao-de-desaparecidos-na-amazonia/>

157. MANIFESTO DO FÓRUM COM RELAÇÃO AO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO DA SERRA DO CURRAL.

Autoria:

Link: <https://tiraopedaminhaserra.bonde.org/#block-39358>

158. SBPC PROTESTA CONTRA TORMENTO INFLIGIDO A MENINA ESTUPRADA
Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-protesta-contra-tormento-infligido-a-menina-vitima-de-estupro/>

159. SBPC DENUNCIA FOBIA CONTRA AS MULHERES.

Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-denuncia-fobia-contra-as-mulheres/>

160. CARTA DE BRASÍLIA.

Autoria: SBPC.

Link: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-divulga-carta-de-brasilia-a-ciencia-e-a-educacao-nunca-estiveram-tao-ameacadas-no-brasil/>

161. FCHSSALLA SOLICITA A REVISÃO DA APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 11122022.

Autoria: FCHSSALLA.

Link: <https://www.sbenbio.org.br/geral/sbenbio-assinada-carta-solicitando-revisao-da-medida-provisoria-1112-2022-a-chamada-mp-da-sucata/>

162. Pedido de audiência sobre chacinas policiais no Rio de Janeiro (Brasil).

Autoria: Diversos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20220816_62fbe0650e781.pdf

163. REPÚDIO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E CULTURAL.

Autoria: Diversos.

Link: <https://fr-fr.facebook.com/ANPUH/photos/carta-aberta-coletiva-em-rep%C3%BAdio-%C3%A0-intoler%C3%A2ncia-religiosajulho-de-20152015-tem-s/1001200083244858/>

164. GOVERNO FEDERAL SACRIFICA A CIÊNCIA BRASILEIRA.

Autoria: Diversos.

Link: https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/2022-08-Governo-sacrifica-Cincia-brasileira.pdf

165. CARTA À EQUIPE DE TRANSIÇÃO.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Link:

166. POLÍTICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO.

Autoria: Diversos.

Link: http://www.abant.org.br/files/20221122_637d00e6d463b.pdf

167. EM DEFESA DO ESPAÇO CIÊNCIA, EM PERNAMBUCO.

Autoria: SBPC.

Link: <http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=20580>

168. NOTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA (SBPC).

Autoria: SBPC.

Link:

169. DIRETRIZES INTEGRADORAS PARA FUTURAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Link: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/12/13/diretrizes-integradoras-para-futuras-politicas-publicas-de-patrimonio-cultural/>

170. CARTA-MANIFESTO AO GOVERNADOR TARCÍSIO DE FREITAS CONTRA RETROCESSOS NO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA.

Autoria: Diversos.

Link: <https://portal.apqc.org.br/carta-manifesto-ao-governador-tarcisio-de-freitas-contra-retrocessos-no-sistema-ambiental-paulista/>

171. RETIRADA DE PAUTA DO PROJETO DE LEI 1459/2022, QUE DISPÕE SOBRE REGISTRO E USO DE AGROTÓXICOS.

Autoria: Diversos.

MOÇÕES

Moções apresentadas, e aprovadas, durante a 33ª Reunião Brasileira de Antropologia:

1) Moção de apoio à Carta Compromisso pela Saúde de Migrantes e à garantia de equidade no SUS para as populações migrantes, refugiadas e apátridas residentes no Brasil. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

2) Moção por uma internet não-fascista. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

3) Moção em defesa da vida, dos territórios, do meio ambiente, do patrimônio cultural, dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

4) Moção para garantia da efetividade de Ações Afirmativas na aplicação das Leis 12.711/2012 e 12.990/2014 (Cotas Étnico-raciais nas Universidades). Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

TV ABA E REDES SOCIAIS

Relatório elaborado por Carolina Parreiras (USP) e Matheus França (UFG), responsáveis pela gestão dos canais de comunicação entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, vinculados à equipe de comunicação da ABA, coordenada por Carly Machado (UFRRJ).

Introdução

No início de 2021, simultaneamente à criação do Comitê de Comunicação e Divulgação Científica, formalizou-se na Associação uma equipe de comunicação com o objetivo de conduzir e operacionalizar as demandas técnicas de gestão de redes sociais, eventos em formato digital, entre outras questões relativas ao cotidiano digital da ABA, fortemente influenciado pela pandemia de covid-19 que naquele momento ainda se mostrava intensa.

Nesse sentido, tanto as redes sociais como a própria TV ABA passaram a ser geridas por Matheus França, com coordenação de Carly Machado (secretária adjunta); em seguida, Carolina Parreiras somou-se à equipe, também como responsável pela gestão desses recursos digitais. Ambos já lidavam com as redes sociais da ABA por ocasião da realização da 32ª RBA em caráter remoto, e fizeram parte da comissão de tecnologia, informação e comunicação daquele evento. No segundo semestre de 2021, a equipe passou a ser integrada também por Anderson Marques, designer gráfico, que colaborou significativamente para o aprimoramento das artes, dos cards e da identidade visual dos produtos gráficos produzidos pela Associação. Por fim, importa mencionar que Roberto Pinheiro, da secretaria administrativa da ABA, também se somou à equipe.

Ao longo desses dois anos, diversas estratégias foram empregadas pela Associação no sentido de manter formas digitais de comunicação institucional e de estímulo à divulgação científica. Paulatinamente fomos percebendo a potencialidade do Instagram como forma de produção de conteúdo, assim como da TV ABA enquanto veículo de debates, webinários, conteúdos e eventos diversos. Mantivemos o perfil no Facebook, na medida em que há um recorte geracional no uso de redes sociais no Brasil atualmente, sendo ele utilizado por um perfil de seguidores com uma faixa etária diferente, por exemplo, do Instagram, em que há proeminência de faixas etárias mais jovens – majoritariamente entre 18 e 40 anos. As ferramentas de estatística de cada uma dessas redes colaboraram também no sentido de consolidar esses entendimentos.

Em relação especificamente ao perfil do Instagram, faz-se importante pontuar que ele foi criado no início de maio de 2020, visando ser mais um canal de comunicação para divulgação da “marcha para a Ciência” daquele ano. No início foi sendo usado para publicar eventos, palestras, cursos, webinários e editais do interesse dos antropólogos. Após breve interrupção entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, as postagens no Instagram da Associação retornaram em março de 2021, e durante o ano de 2021 compartilhou uma postagem diária com diversos conteúdos na área de Antropologia.

A programação de postagens contava com 6 diferentes linhas de conteúdo, orientadas por meio de hashtags, ferramenta que aumenta o alcance das publicações. São elas: a) #MaisPertoABA, cujo objetivo era postar conteúdos que aproximem a Associação de seus seguidores; #CirandaDeLeituraABA, que realizava dicas de leitura no campo da Antropologia no tema selecionado para a semana; c) #DefenderDireitosABA, que tinha como foco publicações de cunho mais político, explicitando posicionamentos públicos da ABA sobre diversas temáticas atuais; d) #tbtABA, por meio do qual relembramos fatos históricos relacionados ao campo da Antropologia; e) #sextouABA, que compartilhava produções audiovisuais no campo da Antropologia; e f) #VivênciasAntropológicas, cujo foco eram postagens de utilidade pública e de interesse de antropólogos/as em formação e que giravam em torno, por exemplo, de blogs e cursos que compartilham informações e dicas sobre escrita acadêmica, diário de campo antropológico, ferramentas metodológicas, entre outros. Ao longo do primeiro semestre de 2022, a equipe de comunicação da ABA ocupou-se inteiramente em divulgar atividades relacionadas à 33ª Reunião Brasileira de Antropologia. No segundo semestre, deu continuidade às semanas temáticas e divulgação de conteúdos da TV ABA.

No que diz respeito às atividades da TV ABA, operamos com uma extensa agenda de webinários em 2021 (verificar o item “Eventos” deste Relatório de Gestão), com curadoria e participação de membros dos diversos comitês e das comissões da ABA. Ao longo do ano, fomos percebemos relativa queda na audiência dos webinários, ao que atribuímos o fato de que, entre julho e dezembro de 2021, as atividades presenciais foram sendo paulatinamente retomadas em diversas esferas. Tendo em vista esse cenário, optamos por experimentar a realização de cursos de extensão, com realização de inscrições, na tentativa de garantir um público mínimo para esse tipo de atividade formativa.

Ainda que não tenhamos abandonado o formato de webinários como formato primordial de ampliação da ABA no universo digital, a alta demanda por inscrições para os cursos de extensão e o sucesso deles foram indicativos de que a Associação deverá investir com maior afinco nesse tipo de atividade. Igualmente, consideramos que, mesmo superado por completo o isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19, a relevância das atividades em modo remoto permaneceu, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de oferecer conteúdo formativo, de divulgação científica e de troca de

experiências e saberes de forma síncrona para pessoas oriundas de diversas localidades do país. Por fim, estratégias de acessibilidade (por meio de Libras, legendagem em tempo real, autodescrição, entre outros) dos conteúdos produzidos pela ABA, sobretudo no que diz respeito ao que é veiculado na TV ABA, precisam ser cada vez mais incorporadas no cotidiano e na matriz orçamentária da Associação.

Em relação ao perfil no Twitter (@aba_ant), cabe destacar que em abril de 2022 perdemos a conta oficial da ABA nessa rede social, que tinha cerca de dez anos e mais de quatro mil seguidores, em decorrência de uma invasão. Em outras ocasiões a ABA também havia sido alvo de ataques digitais (em especial o Portal da ABA e o perfil no Instagram), mas sempre foi possível recuperar os dados acessados. Infelizmente, o mesmo não ocorreu no Twitter. Assim, criamos uma segunda conta (@aba_antropo) e demos seguimento à política de comunicação para essa rede – principalmente divulgação de notas públicas produzidas pela ABA. Em todo caso, tais episódios de ataques às redes e ao site da Associação têm chamado nossa atenção e nos provocado a refletir cada vez mais sobre segurança digital no cotidiano da ABA, temática que já vem sendo tratada pelo Comitê de Comunicação e Divulgação Científica. Da mesma maneira, aprimoramos os recursos de segurança e privacidade tanto das redes como do próprio site após sua reformulação e atualização.

Informamos, abaixo, alguns dados estatísticos que ajudam a dimensionar o lugar e a abrangência que as atividades de comunicação nas redes sociais e na TV ABA ocuparam nesses dois anos de gestão:

TV ABA – <http://youtube.com/tvaba>

Total de visualizações de vídeos: 114.103

Tempo total de exibição (em horas): 25.661,3

Total de inscritos no período: 3.378

Total de impressões (quantidade de vezes que a “miniatura” dos vídeos da TV ABA foram mostradas aos espectadores): 1.458.444

Instagram - https://www.instagram.com/aba_antropologia

Cerca de 13.000 seguidores em 31/12/2022 (aumento de cerca de 8.000 seguidores entre 2021 e 2022)

Destacam-se, nos conteúdos do Instagram, as Semanas Temáticas, realizadas sempre com a curadoria dos comitês da Associação. Segue a listagem das Semanas Temáticas de 2021:

08 a 13 de março – **Dia Internacional da Mulher** - Responsável pela curadoria: Comitê de Gênero e Sexualidade

29 de março a 02 de abril – **Semana Santa e Cultura Popular** – Responsável pela curadoria: Comitê de Comunicação

19 a 24 de abril - **Semana do Abril Indígena** - Responsável pela curadoria: Comissão de Assuntos Indígenas

17 a 22 de maio - **Semana Nacional de Museus** - Responsável pela curadoria: Comitê Patrimônios e Museus

24 de maio a 29 de maio - **Internet, tecnologias e possibilidades do digital**- Responsável pela curadoria: Comitê de Comunicação

07 de junho a 12 de junho - **Semana Mundial do Meio Ambiente** - Responsável pela curadoria: Comitê de Grandes Projetos, Meio Ambiente e Povos Tradicionais.

14 de junho a 19 de junho - **Antropologia e Arqueologia** - Responsável pela curadoria: Comitê de Comunicação e Sociedade Brasileira de Arqueologia

21 de junho a 26 de junho - **Podcasts em antropologia** - Responsável pela curadoria: Comitê de Comunicação

28 de junho a 03 de julho - **Semana do Dia Internacional do Orgulho LGBT** - Responsável pela curadoria: Comitê Gênero e Sexualidade

12 a 17 de julho – **Processos de escrita e diário de campo** – Responsável pela curadoria: Comitê de Comunicação.

19 de julho a 24 de julho – **ABA na SBPC** – Responsável pela curadoria: Diretoria da ABA.

25 a 30 de julho – **Semana do Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha** – Responsáveis pela curadoria: Comitê Gênero e Sexualidade e Comitê de Antropólogas/os negras/os.

09 a 14 de agosto – **Antropologia digital: desafios teóricos, metodológicos e éticos** – Responsáveis pela curadoria: Comitê de Comunicação e Divulgação Científica.

23 a 28 de agosto – **Antropologia, os estudos de folclore e os patrimônios** - Responsável pela curadoria: Comitê Patrimônios e Museus

20 a 25 de setembro – **Semana de Afro Patrimônios** – Responsável pela curadoria: Comitê Patrimônios e Museus e Comitê de Antropólogos/as Negras/as

04 a 09 de outubro – **Semana de Visibilidade dos Povos Ciganos** - Responsável pela curadoria: Comissão de Direitos Humanos.

25 a 30 de outubro – **Patrimônios e decolonialidades** - Responsável pela curadoria: Comitê Patrimônios e Museus

8 a 13 de novembro – **Acervos e patrimônios LGBTQIA+** - Responsável pela curadoria: Comitê Patrimônios e Museus e Comitê Gênero e Sexualidade.

6 a 11 de dezembro – **Semana de Direitos Humanos** – Responsável pela curadoria: Comissão de Direitos Humanos

Estatísticas:

- Em média, 40% do público que acompanha o Instagram da ABA encontra-se na faixa etária entre 25 e 34 anos e 30% na faixa de 35 a 44 anos. Em termos de gênero, cerca de 60% se declaram mulheres e 40%, homens. Em média, cerca de 10% dos acessos vêm do Rio de Janeiro, 7,8% de São Paulo, 3% de Brasília, 3% de Fortaleza e 2,5% de

Salvador. 95% dos acessos são feitos do Brasil, ainda que haja registro de acesso de outros países, como Portugal, Argentina, França e Estados Unidos (todos com menos de 1% de acesso).

Facebook – <https://www.facebook.com/ABA.antropologia> 61.330 pessoas seguiam a página em 31/12/2022

Entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022 deu-se continuidade na política de gestões anteriores, que direciona essa ferramenta para a divulgação de eventos e notas da ABA, divulgação de eventos e notícias relevantes sugeridas por associadas/os, assim como a divulgação dos Informativos quinzenais da ABA. Em 1º de julho de 2021, a página contava com cerca de 61.000 seguidores e em 31 de dezembro de 2022, com 61.330, apresentando aumento de cerca de 330 seguidores. Atribuímos esse pouco crescimento a dois fatores principais: 1) à maior presença atualmente da ABA em outras redes, tais como YouTube, Instagram e Twitter; 2) a um movimento mais amplo de redução do uso do Facebook.

Twitter – https://twitter.com/aba_ant cerca de 4.300 pessoas seguiam o perfil em 31/12/2021; em 31/12/2021, em novo perfil (@aba_antropo), cerca de 1.000 pessoas seguiam o perfil.

Em março de 2021, a ABA retomou sua presença pública no Twitter. Em um momento inicial, se realizou um trabalho de fortalecimento da relação com outras associações científicas do campo das Ciências Sociais de outros países, assim como com outras associações brasileiras de diversas áreas. Da mesma maneira, buscou-se estreitamento com perfis de periódicos acadêmicos, programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa da área de Antropologia. Esse trabalho contou sobretudo com uma busca ativa de perfis, os quais a ABA passou a seguir.

Em seguida, estabeleceu-se uma estratégia de divulgação de ações e manifestações públicas da ABA, em especial notas de repúdio e notas técnicas a respeito de temáticas urgentes no campo público de debates políticos. Adotou-se também a estratégia de republicar postagens de outras associações, em especial ANPOCS, SBPC, APIB e ABRASCO, que por sua vez passaram também a adotar uma política de dar visibilidade para os conteúdos postados pela própria ABA. Em termos de alcance, o perfil @aba_ant contou com razoável aumento de seguidores (cerca de 550 entre março e julho de 2021 e 706 entre novembro de 2020 e junho de 2021) e aumento expressivo nas interações (por meio de curtidas, comentários e “retweets”) com os conteúdos publicados. Em dezembro de 2021, o perfil contava com 1.112 seguidores. Em abril de 2022, perdemos o perfil @aba_ant devido a um ataque digital, conforme mencionado anteriormente. A partir de então, aos poucos tentamos retomar a rotina de publicações e crescimento nessa rede.

BOLETINS INFORMATIVOS

2021

Informativo n. **01/2021** | 28/01/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/01/29/informativo-no-01-2021-28-01-2021/>

Informativo n. **02/2021** | 11/02/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/02/11/informativo-no-02-2021-11-02-2021/>

Informativo n. **03/2021** | 25/02/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/02/25/informativo-no-03-2021-25-02-2021/>

Informativo n. **04/2021** | 11/03/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/03/11/informativo-no-04-2021-11-03-2021/>

Informativo n. **05/2021** | 25/03/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/03/26/informativo-no-05-2021-25-03-2021/>

Informativo n. **06/2021** | 08/04/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/04/08/informativo-no-06-2021-08-04-2021/>

Informativo n. **07/2021** | 29/04/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/04/29/informativo-no-07-29-04-2021/>

Informativo n. **08/2021** | 13/05/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/05/21/informativo-no-08-2021-13-05-2021/>

Informativo n. **09/2021** | 27/05/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/05/27/informativo-no-09-2021-27-05-2021/>

Informativo n. **10/2021** | 17/06/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/06/17/informativo-no-10-2021-17-06-2021/>

Informativo n. **11/2021** | 30/06/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/06/30/informativo-no-11-2021-30-06-2021/>

Informativo n. **12/2021** | 15/07/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/07/15/informativo-no-12-2021-15-07-2021/>

Informativo n. **13/2021** | 29/07/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/07/29/informativo-no-13-2021-29-07-2021/>

Informativo n. **14/2021** | 12/08/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/08/12/informativo-no-14-2021-12-08-2021/>

Informativo n. **15/2021** | 26/08/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/08/26/informativo-no-15-2021-26-08-2021/>

Informativo n. **16/2021** | 16/09/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/09/16/informativo-no-16-2021-16-09-2021/>

Informativo n. **17/2021** | 30/09/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/09/30/informativo-no-17-2021-30-09-2021/>

Informativo n. **18/2021** | 15/10/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/10/15/informativo-no-18-2021-15-10-2021/>

Informativo n. **19/2021** | 28/10/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/10/28/informativo-no-19-2021-28-10-2021/>

Informativo n. **20/2021** | 11/11/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/11/11/informativo-no-20-2021-11-11-2021/>

Informativo n. **21/2021** | 25/11/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/11/25/informativo-no-21-2021-25-11-2021/>

Informativo n. **22/2021** | 22/12/2021

<http://www.portal.abant.org.br/2021/12/22/informativo-no-23-2021-22-12-2021/>

2022

Informativo n. **01/2022** | 14/01/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/01/14/informativo-no-01-2022-14-01-2022/>

Informativo n. **02/2022** | 27/01/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/01/27/informativo-no-02-2022-27-01-2022/>

Informativo n. **03/2022** | 10/02/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/02/10/informativo-no-03-2022-10-02-2022/>

Informativo n. **04/2022** | 24/02/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/02/24/informativo-no-04-2022-24-02-2022/>

Informativo n. **05/2022** | 18/03/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/03/18/informativo-no-05-2022-18-03-2022/>

Informativo n. **06/2022** | 02/04/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/04/02/informativo-no-06-2022-02-04-2022/>

Informativo n. **07/2022** | 14/04/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/04/14/informativo-no-07-2022-14-04-2022/>

Informativo n. **08/2022** | 03/05/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/05/03/informativo-no-08-2022-03-05-2022/>

Informativo n. **09/2022** | 17/05/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/05/18/informativo-no-09-2022-17-05-2022/>

Informativo n. **10/2022** | 26/05/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/05/27/informativo-no-10-2022-26-05-2022/>

Informativo n. **11/2022** | 13/06/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/06/12/informativo-no-11-2022-13-06-2022/>

Informativo n. **12/2022** | 04/07/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/07/04/informativo-no-12-2022-04-07-2022/>

Informativo n. **13/2022** | 14/07/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/07/14/informativo-no-13-2022-14-07-2022/>

Informativo n. **14/2022** | 01/08/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/08/01/informativo-no-14-2022-01-08-2022/>

Informativo n. **15/2022** | 12/08/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/08/12/informativo-no-15-2022-12-08-2022/>

Informativo n. **16/2022** | 25/08/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/08/25/informativo-no-16-2022-25-08-2022/>

Informativo n. **17/2022** | 16/09/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/09/16/informativo-no-17-2022-16-09-2022/>

Informativo n. **18/2022** | 29/09/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/09/29/informativo-no-18-2022-29-09-2022/>

Informativo n. **19/2022** | 14/10/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/10/14/informativo-no-19-2022-14-10-2022/>

Informativo n. **20/2022** | 27/10/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/10/27/informativo-no-20-2022-27-10-2022/>

Informativo n. **21/2022** | 11/11/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/11/11/informativo-no-21-2022-11-11-2022/>

Informativo n. **22/2022** | 24/11/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/11/24/informativo-no-22-2022-24-11-2022/>

Informativo n. **23/2022** | 08/12/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/12/08/informativo-no-23-2022-08-12-2022/>

Informativo n. **24/2022** | 22/12/2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/12/22/informativo-no-24-2022-22-12-2022/>

BOLETIM CIÊNCIAS SOCIAIS ARTICULADAS - em parceria com Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Boletim n. 01 | Publicado em 25/03/2021

http://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/Boletim_01-Cincias-Sociais-Articuladas.pdf

Boletim n. 02 | Publicado em 14/04/2021

http://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/Boletim_02-Cincias-Sociais-Articuladas.pdf

Boletim n. 03 | Publicado em 12/05/2021

http://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/Boletim3-CS-Articuladas.pdf

Boletim n. 04 | O que esperar da reforma administrativa? | Publicado em 09/06/2021

http://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/2021-06_Boletim04_Ref_adm.pdf

ASSOCIADOS/AS

1ª CHAMADA 2021

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (19 efetivos, 05 colaboradores, 07 pós-graduandos e 03 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria

Efetivos/as - Adriana de Oliveira Silva, Andrea Rizzotto Falcão, Angelo Marcelo Vasco, Binô Maurá Zwetsch, Camila Mainardi, Carlos Eduardo Martins Costa Medawar, Cayo Robson Bezerra Gonçalves, Claudia Inês Parellada, Daiana Travassos Alves, Damiana Bregalda, Denise Ferreira da Costa Cruz, Esmael Alves de Oliveira, Fernando Augusto Fileno, Fábio Alves Araújo, Giovanni Cirino, Jacqueline Moraes Teixeira, Lisandro Lucas de Lima Moura, Maria Carolina de Araujo Antonio, Vinicius José Ribeiro da Fonseca Santos e Weleda de Fátima Freitas;

Pós-graduandos/as - Alexandre Hermes Oliveira Assunção, Alexsandra Ferreira Aquino, Aline Beatriz Miranda da Silva, Ana Luiza Sousa Romeiro, Ana Manoela Primo dos Santos Soares, André Luís Lopes Neves, Andréa Cardoso e Cardoso, Bruna Silva Araújo, Denise Pistilli Rodrigues, Eduardo Teixeira de Lima, Edward Armando Gonzalez Cabrera, Felipe kamaroski, Fernanda Cristina Moreira, Fernanda Santos Santiago, Francisca Jeannie Gomes Carneiro, Ismael Silva dos Santos, Jeulliano Pedroso de Lima, José Moisés de Oliveira Silva, Juliene Pereira dos Santos, Júlia Fregni Lins, Lara Noronha Xavier, Lis Furlani Blanco, Luciane Silva de Souza Prudente, Luís Felipe Cardoso Mont'mor, Malenna Clier Ferreira Farias, Maria da Conceicao Cardoso da Silva, Maria Fernandes Gomide Dutra e Silva, Maximiano Augusto Gonçalves Neto, Maxwell Luiz Pereira Ferreira, Milton Ribeiro da Silva Filho, Rafael de Mesquita Oliveira Ferreira Freitas, Renata Piecha, Rosamaria Santana Paes Loures, Suelen Karini Almeida de Matos, Tiago de Aragão Silva, Valclécia Bezerra Soares e Wilmara Aparecida Silva Figueiredo;

Colaboradores/as - Daniela Sanches Frozi, Eudenia Magalhães Barros, Luísa Reis Castro, Marília Raquel Albornoz Stein e Suely Aparecida Campos Franco;

Correspondentes - Kathryn Eliza Williamson e Martha Patricia Castañeda Salgado;

Aspirante - Bruna Russel Salvador, Débora Luiza Pereira e Robson Eduardo Gibim;

2ª CHAMADA 2021

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (20 efetivos, 05 colaboradores, 02 correspondentes, 37 pós-graduandos e 03 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Adriana de Oliveira Silva, Andrea Rizzotto Falcão, Angelo Marcelo Vasco, Binô Maurá Zwetsch, Camila Mainardi, Carlos Eduardo Martins Costa Medawar, Cayo Robson Bezerra Gonçalves, Claudia Inês Parellada, Daiana Travassos Alves, Damiana Bregalda, Denise Ferreira da Costa Cruz, Esmael Alves de Oliveira, Fernando Augusto Fileno, Fábio Alves Araújo, Giovanni Cirino, Jacqueline Moraes Teixeira, Lisandro Lucas de Lima Moura, Maria Carolina de Araujo Antonio, Vinicius José Ribeiro da Fonseca Santos e Weleda de Fátima Freitas;

Pós-graduandos/as - Alexandre Hermes Oliveira Assunção, Alexsandra Ferreira Aquino, Aline Beatriz Miranda da Silva, Ana Luiza Sousa Romeiro, Ana Manoela Primo dos Santos Soares, André Luís Lopes Neves, Andréa Cardoso e Cardoso, Bruna Silva Araújo, Denise Pistilli Rodrigues, Eduardo Teixeira de Lima, Edward Armando Gonzalez Cabrera, Felipe kamaroski, Fernanda Cristina Moreira, Fernanda Santos Santiago, Francisca Jeannie Gomes Carneiro, Ismael Silva dos Santos, Jeulliano Pedroso de Lima, José Moisés de Oliveira Silva, Juliene Pereira dos Santos, Júlia Fregni Lins, Lara Noronha Xavier, Lis Furlani Blanco, Luciane Silva de Souza Prudente, Luís Felipe Cardoso Mont'mor, Malenna Clier Ferreira Farias, Maria da Conceicao Cardoso da Silva, Maria Fernandes Gomide Dutra e Silva, Maximiano Augusto Gonçalves Neto, Maxwell Luiz Pereira Ferreira, Milton Ribeiro da Silva Filho, Rafael de Mesquita Oliveira Ferreira Freitas, Renata Piecha, Rosamaria Santana Paes Loures, Suelen Karini Almeida de Matos, Tiago de Aragão Silva, Valclécia Bezerra Soares e Wilmara Aparecida Silva Figueiredo;

Colaboradores/as - Daniela Sanches Frozi, Eudenia Magalhães Barros, Luísa Reis Castro, Marília Raquel Albornoz Stein e Suely Aparecida Campos Franco;

Correspondentes - Kathryn Eliza Williamson e Martha Patricia Castañeda Salgado;

Aspirante - Bruna Russel Salvador, Débora Luiza Pereira e Robson Eduardo Gibim;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Pós-graduandos/as) - Leonardo Vieira Silva, Arancha Micaelle dos Santos Pereira, Giovanna Barros Gomes e Alana Pacheco dos Reis Verani;

Mudanças de categoria (Colaborador para efetivo) - Miguel De Nazaré Brito Picanço;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Marianna Assunção Figueiredo Holanda, Rodrigo Fadul Andrade, Jamile Borges da Silva, Márcio Antonio Farias de Freitas, Marcos Flávio Portela Veras, Vinícius Cruz Pinto, Anahi Guedes de Mello, Clarissa Rocha de Melo, Lilian Leite Chaves, Vinicius Mesquita Rosenthal, Jorge Luan Rodrigues Teixeira, Judit Gomes da Silva, Leandro Marques Durazzo, Adiles Savoldi, Meire Adriana da Silva, Mário Eugênio Saretta Pogliá, Viviane Marinho Fernandes e Diógenes Braga Ramos.

1ª CHAMADA 2022

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (05 efetivos, 01 correspondentes, 09 pós-graduandos e 03 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Ana Paula Massadar Morel, Carolina Castellitti, Cristiano Celestino Dourado Borges Amorim, Felipe Mattos Johnson e Paulo Augusto Franco de Alcântara;

Pós-graduandos/as - Aletheya Rhayssa Alves Silva, Larissa Maria de Almeida Guimarães, Marcela Santander Ortensi, Olga Maria Tavares de Souza, Raissa Romano Cunha, Sílvia Maria Poletti, Harryson Junio Lessa Gonçalves, Renan Prestes Muros Genésio e Ulisses José Gabry;

Correspondentes - Bozena Karolina Bielenin Lenczowska;

Aspirante - Francisco Paulino de Oliveira Neto, Márcio Santos Matos e Pitágoras Shahin;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Pós-graduandos/as) - Leonardo Vieira Silva, Arancha Micaelle dos Santos Pereira, Giovanna Barros Gomes e Alana Pacheco dos Reis Verani;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Bruno Ferraz Bartel, Daniela Fernandes Alarcon, Renata Albuquerque de Moraes e Vinicius Kauê Ferreira.

2ª CHAMADA 2022

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (21 efetivos, 01 colaborador, 13 pós-graduandos e 04 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Adriano Santos Godoy, Ana Carolina Caetano Matias, Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, Beatriz Martins Moura, Bruno de Oliveira Rodrigues, Clarisse Marina dos Anjos Raposo, Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade, Denis da Silva Pereira, Dibe Salua Ayoub, Fabio Augusto Nogueira Ribeiro, Hector Rolando Guerra Hernandez, João Francisco Kleba Lisboa, Letícia Marques Camargo, Lilian Alves Gomes, María Rossi Idarraga, Martha Cristina Nunes Moreira, Olívia Bandeira de Melo Carvalho, Patrícia Lânes Araújo de Souza, Paula Balduino de Melo, Thais Chang Waldman e Wladimir Sena Araújo;

Pós-graduandos/as - Antonio João Mendes, Felipe Bandeira Netto, Filipe Seefeldt de César, Gabriela de Carvalho Freire, Gabriela Fraga Fernandez, Hellen Monique dos Santos Caetano, Jorge Augusto Santos das Mercês, Luciana Railza Cunha Alves, Newan Acacio Oliveira de Souza, Priscila Oliveira dos Anjos, Raiana Siqueira Mendes, Virgínia Squizani Rodrigues e Wagner Guilherme Alves da Silva;

Colaborador/a - Mariana Magalhães Pinto Côrtes;

Correspondente - José Maria Gonçalves da Silva Ribeiro;

Aspirante - Aleixo Fonseca, Flávia Lise Garcia, Hannah Lúcia Duarte de Oliveira Conceição e Priscilla Gusmão Pinto Pereira;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Pós-graduandos/as) - Emanuel Luz e Silva e Fabio Cruz da Cunha;

Mudanças de categoria (Colaborador/a para efetivo/a) - Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Andressa dos Santos Alves, Flavia Melo da Cunha, Gekbede Dantas Targino, Helena Moura Fietz, Mariana Gravina Prates Junqueira, Marlise Mirta Rosa, Paola Andrade Gibram, Rosana Maria Nascimento Castro Silva, Socorro de Souza Batalha, Davi Pereira Junior, Fabiano Campelo Bechelany, Gilson José Rodrigues Junior, Guilherme Bemerguy Chêne Neto, Jose Luis Abalos Junior, Marco Julián Martínez Moreno e Matheus Gonçalves França.

PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

AGRACIADOS/AS COM A MEDALHA ROQUETTE PINTO 2022

Profa. Dra. Alcida Rita Ramos;

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida;

Prof. Dr. Antonio Carlos Motta de Lima;

Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano;

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori;

Prof. Dr. Nilma Lino Gomes.

RESULTADO DO PRÊMIO ABA DE ENSINO DE ANTROPOLOGIA

Categoria "Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil"

Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Comissão Julgadora: Luiz Alberto Couceiro (CEC&T, Presidente), Neusa Gusmão (Unicamp) e Andrea Ciacchi (Unila).

Categoria "Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil"

Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute – Universidade de Harvard) pelo trabalho "Vozes Negras na Antropologia".

Menções honrosas:

Juliane Bazzo (UFGD), pelo trabalho "Experimentos sônicos na pandemia de Covid-19 de uma professora de antropologia nas bordas universitárias".

Guilherme Rodrigues de Rodrigues (PPGAnt/UFPel), Renata Tomaz do Amaral Ribeiro (PGDR/UFRGS), Janice Alves Trajano (PPGAnt/UFPel) e Renata Menasche

(PPGAnt/UFPel; PGDR/UFRGS) pelo trabalho “Blogueiras: ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica em Antropologia”.

Comissão Julgadora: Carla Ramos Munzanzu (CEC&T, Presidente), Ana Maria R. Gomes (UFMG) e Tiago Duque (UFMS).

RESULTADO DO X PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Comissão Organizadora: Ana Paula Silva, Flavia Medeiros, Debora Allebrandt, Helder Ferreira, Juliane Bazzo, Lucía Eilbaum, Paulo Victor de Leite Lopes e Taniele Rui.

Graduação

Murilo Cavalcanti (UFPB)

Orientador: Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho

“EU PAGUEI AO ESTADO A BALA QUE MATOU O MEU FILHO: gênero, raça e processos de Estado na audiência pública da ADPF 635”

MENÇÃO HONROSA

Chico Sousa (UnB)

Orientado: Christine de Alencar Chaves

“Se o grileiro vem, pedra vai: redes de solidariedade e suborno na Fazenda Bonito, território Kalunga”

Mestrado

Giulia Escuri de Souza (PPGCS – UFRRJ)

Orientadora: Alessandra de Andrade Rinaldi

“Nossos filhos têm mães!”: as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense

MENÇÃO HONROSA

Bruna Fani Duarte Rocha (PPGCS – UFRM)

Orientadora: Monalisa Dias de Siqueira

“Parto, Memória e Resistência: o (re)conhecimento da dor e da violência obstétrica no cotidiano de mães enlutadas e de “mães especiais”

Bruno Nzinga Ribeiro (PPGAS – Unicamp)

Orientadora: Isadora Lins França

“Unidas pelo fervero, fervidas pelo amor”: notas sobre um coletivo preto, positHIVo e LGBTQ+ na cidade de São Paulo

Doutorado

Vanessa Sander (PPGCS – Unicamp)

Orientadora: Guita Grin Debert e Taniele Rui

“A Ala LGBTQ do sistema prisional mineiro: de política modelo a política em crise”

MENÇÃO HONROSA

Alexandre Branco-Pereira (PPGAS – UFSCar)

Orientador: Igor José de Renó Machado

“Viva o SUS! Viva a ciência!: uma antropologia do esquecimento e dos imigrantes esquecidos da metrópole paulistana durante a pandemia”

Arthur Costa Novo (PPGAS – UFRN)

Orientador: Carlos Guilherme Octaviano do Valle

“Famílias fora do armário”: Emoções e mobilização política em uma associação de mães e pais de filhos LGBTQ

RESULTADO DO I PRÊMIO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA ABA

Comissão Organizadora: Carly Machado (UFRRJ), Eva Scheliga (UFPR), Izabela Tamaso (UFG), Edilson Pereira (UFRJ) e Matehus França (UFG).

Comissão de Avaliação: Carolina Parreiras (USP), Karina Kuschnir (UFRJ) e Eva Scheliga (UFPR).

Categoria: Perfis/Canais em redes sociais e/ou plataformas de streaming e compartilhamento de vídeos

Prêmio: *Webconferências sobre Trajetórias na Antropologia Visual no Brasil*, proposta submetida por Nilson Almino de Freitas (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Cláudia Turra Magni (UFPEl) e Philipi Emmanuel Lustosa Bandeira (UFPE)

Menção honrosa: não há indicação de menção honrosa nesta categoria.

Categoria: Séries de lives (transmissões ao vivo de áudio e vídeo em redes sociais e/ou plataformas de streaming e compartilhamento de vídeos);

Prêmio: *InEAC AO VIVO: Série de Lives na Pandemia (2020-2022)*, proposta institucional submetida por Roberto Kant de Lima (UFF)

Roberto Kant de Lima, Paloma Abreu Monteiro, Claudio Salles e Thaianie Moreira de Oliveira (PPGCOM/UFF/CITe-LAB)

Menção honrosa: *ÍRÓKÒ – Formação em Ecologias Afrodiaspóricas*, proposta coletiva submetida por Emmanuel Duarte Almada (UEMG), Maurício dos Santos, Flávio Henrique de Oliveira Santos e Lucas Rafael Germano Alves

Categoria: Podcasts (arquivos digitais de áudio transmitidos e/ou compartilhados via internet)

Prêmio: *Mundaréu: Antropologias punks para 2022*, proposta submetida por Soraya Fleischer (UnB)

Menção honrosa: *Podcast Antropotretas: divulgação científica em Antropologia*, proposta submetida por Patrícia Pinheiro (UFPB)

Categoria: Blogs e sites autorais ou coletivos

Prêmio: *Vozes Negras na Antropologia*, proposta submetida por Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute, Harvard University)

Menções honrosas:

Enciclopédia de Antropologia, proposta submetida por Fernanda Arêas Peixoto (USP)

Pandemias na Amazônia: plataforma digital de narrativas e conhecimentos sobre a vida, corpo e ambiente, proposta submetida por Thiago Mota Cardoso (UFAM)

RESULTADO DA V EDIÇÃO DO PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES

Pietra Conceição Azevedo (UFRN)

Orientadora: Elisete Schwade (UFRN)

"Cansei da linha mapôa, hoje gosto de chamar atenção, de ser travesti": visibilidades sociais e travestilidades em contextos rurais e interioranos.

RESULTADO DA II EDIÇÃO DO PRÊMIO LÉLIA GONZÁLEZ

Artigos Científicos

Danrlei de Oliveira Moreira (UFRB – Centro de Artes Humanidades e Letras), pelo trabalho “‘Cês acharam que eu ia morrer cedo?’: Narrativas e projetos de vida de jovens homens negros em Cachoeira”.

MENÇÕES HONROSAS:

Julia Vargas Batista, pelo trabalho “Louça, lençol e toalha: a intimidade limitada como repertório de demarcação na relação entre diaristas e suas clientes”

Elaine Borges Sousa, pelo trabalho “Branca é lésbica e preta é sapatona oh o erro?!”: Um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador”

Mestrado

1 Lugar

Keren Fonseca de Lima, pelo trabalho “Negra Sí! Negra Soy! Os impactos do ativismo digital negro-feminista na autodefinição de mulheres negras da Universidade Federal de Alagoas” sob orientação da Professora Doutora Fernanda Rechenberg

2 lugar

William Paulino Rosa, pelo trabalho “Programas de ação afirmativa; Movimentos sociais; Interseccionalidade da Unicamp” sob orientação da Professora Doutora Prof^a. Dr^a. Regina Facchini

3 lugar

Hellen Christina Araujo, pelo trabalho “Transição capilar, autoetnografia, mulher negra da Universidade Federal de Alagoas” com orientação da Professora Doutora Débora Allebrandt

MENÇÕES HONROSAS:

Juliana Silva Chagas, pelo trabalho “Negritude. Moda afro. Diáspora. Afroempreendedorismo” sob orientação do professor doutor Kleyton Rattes Gonçalves

Vinicius Venancio, pelo trabalho “Created in Cabo Verde: Discursos sobre a nação na produção de suvenires genuinamente cabo-verdianos na ilha de Santiago” sob orientação da professora doutora Andréa de Souza Lobo

Tese

Sthephanie Pereira de Lima, pelo trabalho “A gente não é só negro! Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários”

MENÇÕES HONROSAS

Beatriz Martins Moura, pelo trabalho “Mulheres de Axé e Território da Universidade: Encruzilhando Epistemologias e Refundando Pedagogias”

Andressa Lídicy Moraes Lima, pelo trabalho “AZUL PROFUNDO Etnografia das práticas de advocacia feminista e antirracista na Bahia da UNB”

RESULTADO DO IX PRÊMIO LÉVI-STRAUSS

Modalidade Poster

“Quem são os pesquisadores que nos pesquisam? O antropólogo e seus efeitos no trabalho de campo”, de Hugo Virgílio de Oliveira (UFF), sob orientação da Profa. Lucía Eilbaum (UFF).

Ádria Siane Santos Santos (UFPA)

Orientadora: Fernanda Valli Nummer

“Lutas pela igualdade na diferença: uma autoetnografia da deficiência no espaço universitário”

Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú (UFPB)

Orientadora: María Elena Martínez-Torres (CIESAS-México/UFPB)

“Memórias Tapuias: acervo audiovisual da cultura indígena do Vale do Sabugi (PB)”

Maryane Monroe Martins (UFMA)

Orientador: Emmanuel de Almeida Farias Junior

Nova Cartografia Social e a Reinvidicação Política de povos e comunidades tradicionais: comunidades quilombolas de Santa Rita e Itapecuru Mirim

Vinícius Barriga (UNIFAP)

Orientador: Marcus Cardoso

“A mitopraxis policial: uma (n)etnografia das estratégias discursivas de legitimação da violência policial em Macapá-AP”

Modalidade Artigo

Felipe Paes Piva (USP)

Orientadora: Heloisa Buarque de Almeida

“O adoecimento psíquico na graduação e os marcadores sociais da diferença: uma análise antropológica do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas”

Luciano Puccini (UFF)

Orientadora: Lucia Eilbaum.

“O Dilema Policial: Entre Vítima e Herói”

MENÇÃO HONROSA:

Breno Duarte Castro (Ufes)

Orientadora: Nicole Soares Pinto

““Má escolha”de quem? Comentários indígenas acerca dos modos não-indígenas de viver e habitar a terra”

RESULTADO DO PRÊMIO PIERRE VERGER

X edição de Ensaio fotográfico

1º Lugar

Nosso entes: novos vínculos e espaços, de Pablo Pinheiro

2º Lugar

Pé Casado E Olho No Olho Fotoetnografia da Agarrada nos Jogos de Identidade Quilombola, de Felipe Bandeira

3º Lugar

Desenquadrando | Retratos santomenses de Emiliano Dantas

MENÇÃO HONROSA

- **Pavilhão das Sereias** de Vanessa Sander
- **O Invisível fotografado: tambor de mina na abertura do serviço de croa na Tenda Nossa Senhora dos Navegantes do quilombo maranhense de Santa Rosa dos Pretos** de Juliana Loureiro

XIV Edição de Filme Etnográfico

1º Lugar longa-metragem

Auto de Resistência (104'), de Natasha Neri e Lula Carvalho, 2018

2º Lugar longa-metragem

Canto de Família (74'), de Paula Bessa Braz e Mihai Andrei Leaha, 2020

3º lugar longa-metragem

Une maison au bord du monde (74'), de Pascal Cesaro, 2018

MENÇÃO HONROSA

Nũhũ yãgmũ yõg hãm: essa terra é nossa! (71'), de Roberto Romero, Isael Maxakali, Sueli Maxakali e Carolina Canguçu, 2020

1º Lugar média-metragem

Carlos Caps Drag Race (25'), de Mihai Andrei Leaha, 2022.

2º Lugar média-metragem

Trans Nômade – a viagem da minha vida (46'), de Rossana Fraga Ferreira, 2021.

3º lugar média-metragem

Afrosampas (47'), de Rose Satiko Gitirana Hikiji e Jasper Chalcraft, 2020

MENÇÃO HONROSA

Amarrado (28') de Lucas Coelho Pereira, 2021

Maió (35') de João Paulo Araújo e Luís Evo, 2022

1º Lugar curta-metragem

Alágbedé (12') de Safira Moreira, 2021

2º Lugar curta-metragem

Nossos espíritos seguem chegando – Nhe'ẽ kuery jogueru teri (15') de Kuaray Poty (Ariel Ortega) e Bruno Huyer, 2021

3º Lugar curta-metragem

Cybershota (19') de Mihai Andrei Leaha, 2022

Nossas Mãos são Sagradas (20') de Júlia Morim, 2021

II Edição de Desenhos Etnográfico

1º Lugar

Nos mundos da demência: memória, cotidiano e imaginação, de Bárbara Rossin.

2º Lugar

Lameijos da memória: entre as linhas da vida e a doença de Alzheimer, de Flávia Maria Silva Rieth.

3º Lugar

Maracatu desenhado: de sketches e ilustrações, de Marisa Rodrigues.

PUBLICAÇÕES DA ABA

E-BOOKS



1) No Ar: Antropologia – histórias em podcast

Organizadoras:

Daniela Tonelli Manica, Milena Peres e Soraya Fleischer

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-345370>



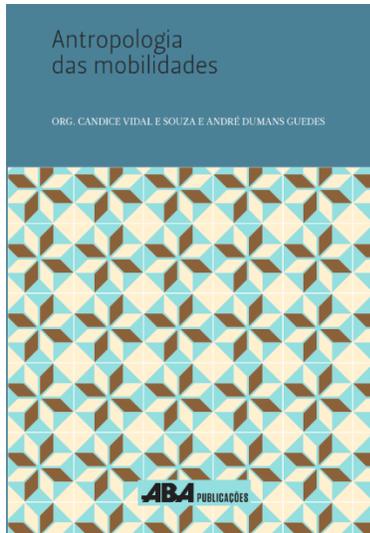
2) Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira

Organizadoras:

Paula Lacerda e Jane Felipe Beltrão

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-503852>



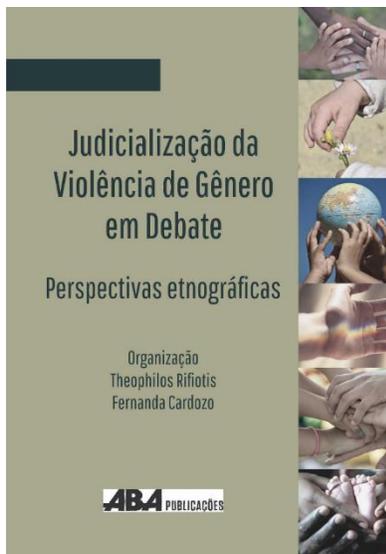
3) Antropologia das Mobilidades

Organização:

Candice Vidal e Souza e André Dumans Guedes

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-072934>



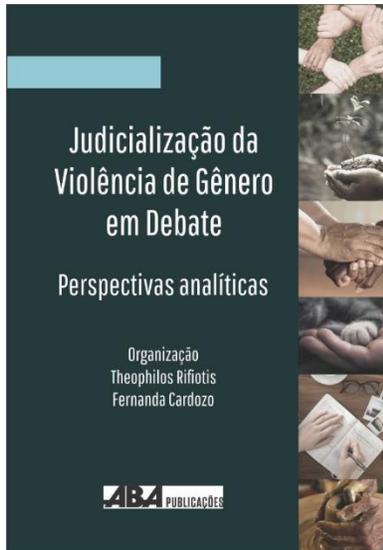
4) Judicialização da violência de gênero em debate: perspectivas etnográficas

Organização:

Theophilos Rifiotis e Fernanda Cardozo

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-448468>



5) Judicialização da Violência de Gênero em Debate: perspectivas analíticas

Organização:
Theophilos Rifiotis e Fernanda Cardozo

Link:
<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-571397>



6) Antropologia e Direitos Humanos 9

Organização:
Lucía Eilbaum, Ana Paula da Silva, Gisele Fonseca Chagas, Hippolyte Brice Sogbossi e Taniele Rui

Link:
<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-007108>



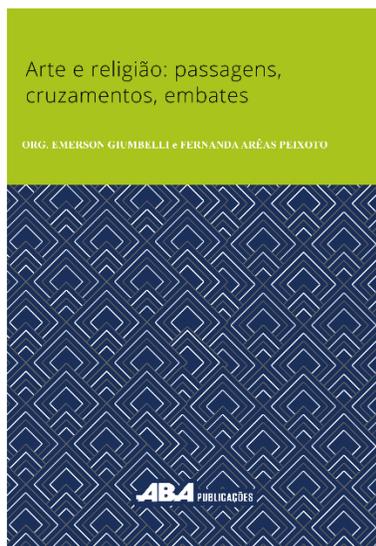
7) Vinte anos de diálogos: os esportes na antropologia brasileira

Organização:

Wagner Xavier Camargo, Mariane da Silva Pisani e Luiz Fernando Rojo

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-431504>



8) Arte e Religião: passagens, cruzamentos, embates

Organização:

Emerson Alessandro Giumbelli e Fernanda Arêas Peixoto

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000162>



9) **Bioteecnologias, transformações corporais e subjetivas: saberes, práticas e desigualdades**

Organizadoras: Fabíola Rohden e Chiara Pussetti

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000163>

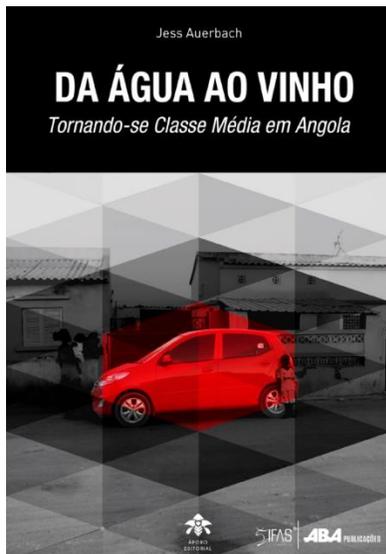


10) **Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas**

Organizadoras: Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000161>



11) Da água ao Vinho. Tornando-se classe média em Angola

Autora: Jess Auerbach

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000160>



12) Ipea - Etnografia de uma Instituição: entre pessoas e documentos

Autor/a:
Carla Costa Teixeira
Sérgio Castilho

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000159>



13) "Família, Gênero e Memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil"

Organizadores/a:

Miriam Pillar Grossi

Leandro Castro Oltramari

Vinicius Kauê Ferreira

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000158>

VIBRANT



1) Vibrant Vol. 18 - 2021

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-18-2021/>

Editor: Antonio Carlos de Souza Lima

Dossier Flows, Circulations And Their Opposites: Ethnographic Perspectives And Theoretical-Methodological Challenges – Places And Circulations

Dossier Indigenous Peoples, tribunals, prisons, and legal and public processes in Brazil and Canada

Dossier Anthropology On Latin America And The Caribbean Today: New Theoretical And Methodological Challenges



2) Vibrant – v. 19 – 2022

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-19-2022/>

Editor: Antonio Carlos de Souza Lima

Global Anthropological Dialogues: Dossier Reflections on Anthropological Practice around the world

Dossier Indigenous Peoples, tribunals, prisons, and legal and public processes in Brazil and Canada

Dossier COVID-19 in Brazil

NOVOS DEBATES



1) Novos Debates – v. 7 n. 1, 2021

<http://novosdebates.abant.org.br/v7-n1-2021/>



Editores:

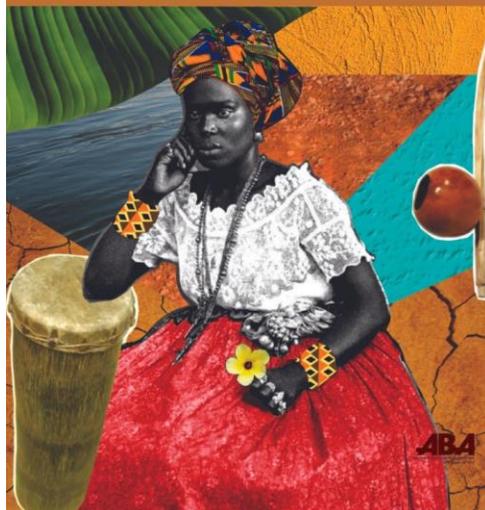
Vinicius Kauê Ferreira
Mariane Silva Pisani
Estevão Rafael Fernandes

Fórum: **Localizando a antropologia brasileira**



2) Novos Debates – v7, n. 2, 2021

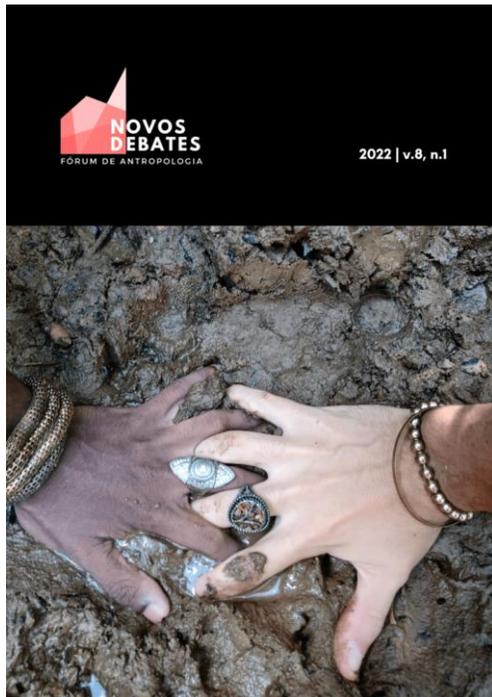
<http://novosdebates.abant.org.br/v7-n2/>



Editores:

Vinicius Kauê Ferreira
Mariane Silva Pisani
Estevão Rafael Fernandes

Número Especial: **Produção de antropólogas/os negras/os**



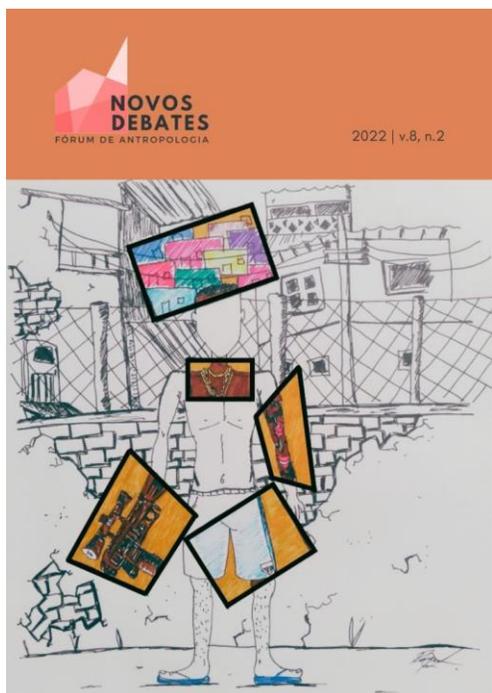
3) Novos Debates – v8, n. 1, 2022

<http://novosdebates.abant.org.br/v8-n1/>

Editores:

Vinicius Kauê Ferreira
Mariane Silva Pisani
Estevão Rafael Fernandes

Fórum: **Artivismos em Performance**



4) Novos Debates – v8, n. 2, 2022

<http://novosdebates.abant.org.br/v8-n2-2022/>

Editores:

Vinicius Kauê Ferreira
Mariane Silva Pisani
Estevão Rafael Fernandes

PROJETO FORD

INTRODUÇÃO

No atual período de doação da Fundação Ford continuou-se as ações e estratégias desenvolvidas no período anterior, visto que o contexto político conservador não se alterou. A ABA manteve o fortalecimento das estratégias de assessoramento jurídico e de comunicação frente aos ataques ofensivos aos antropólogos e a seu trabalho e aos direitos socioculturais no Brasil. Continuou-se também a linhas de ação no Congresso Nacional a fim de oferecer subsídios científicos ao debate de iniciativas legislativas com grande potencial de impactar a sociedade negativamente, destacando-se as propostas de mudança com impactos no meio ambiente e na vida de populações tradicionais, à violência contra populações marginalizadas, ao desmonte dos setores de proteção dos patrimônios culturais, aos ataques à educação, à ciência e à tecnologia, entre outros. Cada uma dessas três frentes de atuação tem sido essencial para apoiar e orientar a preparação de materiais informativos e análises sobre questões relativas à defesa dos direitos fundamentais.

A renovação da assessoria jurídica tem sido fundamental no cotidiano da Associação nas respostas a ofícios-demandas oriundos de instâncias do Judiciário e do Ministério Público; e na construção de estratégias junto ao Judiciário, em contraponto ao cerceamento dos direitos fundamentais. Neste período, a ABA participou de duas audiências com assessoras do Ministro Luis Roberto Barroso (STF): 1) na primeira, foi entregue o Memorial da ABA sobre o Recurso Extraordinário 1.017.365, cuja repercussão geral refere-se à institucionalização do “marco temporal” e 2) na segunda, a ABA externou posição em relação à ADPF 635, conhecida como a “ADPF das Favelas”. Além disso, manteve-se o termo de cooperação com a 6ª Câmara do MPF e no mesmo período deu-se continuidade às tratativas com o Conselho Nacional de Justiça, com vistas 1) a contribuir com a implementação da Resolução CNJ no 287, de 25/07/19; e 2) tratar dos termos de uma nova resolução do CNJ para estabelecer procedimentos e diretrizes para assegurar os direitos dos povos indígenas perante o Poder Judiciário.

O trabalho do Comitê de Comunicação e Divulgação Científica da ABA manteve estratégias de comunicação científica das atividades realizadas pela ABA. Tendo em vista a permanência do contexto de pandemia e da relevância de atividades e interações em meio digital, o trabalho realizado pelo Comitê e pela assessoria de comunicação contratada tem sido fundamental para a visibilidade do trabalho intensivo e cotidiano da ABA. Mantivemos o trabalho nas redes sociais e YouTube, com curadoria de diversos comitês e comissões. Este trabalho seguiu registrando aumento nas taxas de seguidores no Instagram (20%, totalizando cerca de 9.358 seguidores) e no Twitter (12%, totalizando

Relatório de Atividades - Gestão 2021/2022:

“Defender Direitos, Fazer Antropologia”

cerca de 4.300 seguidores). A ABA organizou 44 webinários pela TV ABA, que atingiu 25.061 visualizações no período e 911 inscritos. Nessas atividades, houve expressiva presença de representantes de Associações Científicas, da Sociedade Civil Organizada, Procuradores do MPF, do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e entidades religiosas. Ademais, formatamos e executamos uma nova modalidade de atividade: os cursos de extensão da ABA, que aconteceram entre agosto e dezembro de 2021. Por último, salientamos a reestruturação do site oficial da Associação, conduzida entre agosto e dezembro de 2021, que reformulou tanto a estrutura interna quanto a apresentação estética da página inicial, com o objetivo de torná-lo mais dinâmico, mais acessível e com maior destaque para a publicização das atividades e das publicações da ABA.

No que se refere à assessoria de relações institucionais, manteve-se o monitoramento da agenda legislativa, iniciado no começo de 2021, para assessoria da Associação nas suas iniciativas em torno dos debates legislativos concernentes a pautas sensíveis (tais como questões ambientais, territórios e populações tradicionais e educação, ciência e tecnologia). Visou-se, ainda, circular entre parlamentares e assessores documentos que intervenham de forma qualificada e científica nos debates em torno dessas agendas, com base na atuação científica e acadêmica de membros das comissões e dos comitês da ABA em temas variados de relevância para a defesa dos direitos humanos, da ciência e da educação. No período em foco, destacam-se: 1) produção e ampla circulação de Nota Técnica sobre a proposta do novo código de mineração; 2) permanência da ABA nos debates sobre projeto de lei que define o novo marco regulatório do licenciamento ambiental, ratificada por participação de representante da ABA em Audiência Pública no Senado Federal; 3) constituição de grupo de trabalho na ABA para discutir e encaminhar sobre matérias legislativas no contexto da revisão da lei de cotas em 2022, cuja articulação com assessorias de parlamentares gerou a participação da ABA em Audiência Pública.

APRENDIZADOS

Durante o período que compreende este relatório a Associação Brasileira de Antropologia seguiu atenta ao cenário político e governamental, produzindo manifestações públicas, notas técnicas, encaminhando ofícios, fortalecendo a articulação com outras associações científicas e aumentando a participação da ABA nos ambientes digitais. Percebeu-se a continuidade do aumento de demandas junto à ABA, seja devido ao acirramento negativo da conjuntura política e a multiplicidade de frentes em que os antropólogos têm atuado na cena pública a partir de suas investigações, seja pela continuidade da situação sanitária do país frente à pandemia de Covid-19 e seus impactos sobre o aprofundamento de desigualdades sociais.

Relatório de Atividades - Gestão 2021/2022:
“Defender Direitos, Fazer Antropologia”

Da mesma maneira, a agenda governamental em torno das questões relacionadas ao meio ambiente e às populações tradicionais tem mobilizado esforços conjuntos de diferentes setores da ABA na tentativa de garantir o não aprofundamento da crise ambiental que temos visto se agravar, bem como as tentativas de desmonte de direitos de populações vulneráveis. Em outra esfera, a Associação tem permanecido atenta e se posicionado de maneira ativa frente ao debate sobre a revisão da lei de cotas.

O apoio da Ford para contratação da assessoria jurídica, de comunicação e de relações institucionais continua sendo essencial para dar suporte ao trabalho realizado pela Associação nessas diferentes frentes de defesa de direitos. Nesse sentido, temos aprendido cada vez mais, a partir da atuação da Assessoria Jurídica e da Assessoria Institucional, a mobilizar estratégias de inserção no cotidiano dessas duas esferas, inclusive a partir do aumento de elaboração de notas técnicas e outras formas de divulgação científica, conforme já mencionado.

No plano da Comunicação, percebemos relativa queda na audiência dos webinários, ao que atribuímos o fato de que, entre julho e dezembro de 2021, as atividades presenciais foram sendo paulatinamente retomadas em diversas esferas. Tendo em vista esse cenário, optamos por experimentar a realização de cursos de extensão, com realização de inscrições, na tentativa de garantir um público mínimo para esse tipo de atividade formativa. Ainda que não tenhamos abandonado o formato de webinários como formato primordial de ampliação ABA no universo digital, a alta demanda por inscrições para os cursos de extensão e o sucesso dos mesmos foram indicativos de que a Associação deverá investir com maior afinco nesse tipo de atividade.

Igualmente, consideramos que, uma vez superado por completo o isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19, a relevância das atividades em modo remoto permanecerá, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de oferecer conteúdos formativos, de divulgação científica e de troca de experiências e saberes de forma síncrona para pessoas oriundas de diversas localidades do país. Por fim, estratégias de acessibilidade (por meio de Libras, legendagem em tempo real, autodescrição, entre outros) dos conteúdos produzidos pela ABA, sobretudo no que diz respeito ao que é veiculado na TV ABA, precisam ser cada vez mais incorporadas no cotidiano e na matriz orçamentária da Associação.

MUDANÇAS INTERNAS

Destacamos o processo de consolidação, após institucionalização no início de 2021, do Comitê de Antropólogos Indígenas, do Comitê de Antropologia e Saúde e do Comitê de Comunicação. É digna de nota, a respeito deste último, a mudança de nome para “Comitê de Comunicação e Divulgação Científica”, com vistas à melhor definição do trabalho que tem sido realizado por este Comitê. O período autoritário pelo qual passa a política brasileira trouxe mudanças na organização do Estado, na qual destacamos: a

Relatório de Atividades - Gestão 2021/2022:

“Defender Direitos, Fazer Antropologia”

agenda ultraconservadora do atual presidente, o desmonte e/ou desaparelhamento dos órgãos de Estado que garantiam a proteção do meio ambiente, de direitos indígenas, quilombolas e de minorias diversas. Dado este contexto e o aprofundamento das desigualdades na pandemia por COVID-19, muitas das manifestações e canais de participação que antes encontravam sua expressão em uma política de governo, agora encontram-se represados na sociedade civil.

A atuação da Diretoria da ABA, bem como de suas Comissões e seus Comitês, na produção de manifestações institucionais. Foram 30 notas e pareceres técnicos, seja da ABA com outras Associações, seja da parceria entre Comitês e Comissões. A variedade dos comitês e comissões que participaram das manifestações institucionais mostra o comprometimento da associação com a participação da comunidade de antropólogos/os e o sentimento difuso na comunidade do desmonte dos canais e instâncias democráticos de participação criados nos governos precedentes. Foram 21 notas apoiadas pela ABA que partiram de outras Associações e demais setores da sociedade civil organizada, o que evidencia o compromisso da ABA na busca por diálogo e estabelecimento de pontes com outras organizações.

O apoio da Fundação Ford tem sido e continuará sendo fundamental para o sucesso das ações públicas da ABA em defesa dos direitos fundamentais dos segmentos sociais mais vulneráveis, na defesa do conhecimento antropológico e da liberdade de expressão no meio científico e universitário, assim como na defesa do estado democrático de direito.

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

A ABA tem um compromisso histórico com a busca pela compreensão e promoção da diversidade, e por sua inclusão equânime e autônoma na ordem política, social, econômica e cultural. Os planos de trabalho enviados por vários Comitês e Comissões no início de 2021 expressam esse engajamento com os quais a direção da ABA assume compromisso de trabalhar para sua realização. Desse compromisso, destaca-se o respeito à orientação formalizada em mensagem enviada pela coordenação do Comitê de Comunicação e Divulgação Científica a todos os Comitês e Comissões de que as atividades promovidas pela ABA devem zelar pela diversidade regional, de gênero e étnico-racial em sua composição.

Salientamos que dois dos três cursos de extensão realizados no período tiveram como público-alvo privilegiado sujeitos pertencentes a comunidades tradicionais – no caso do curso de laudos antropológicos, o público foi exclusivamente formado por indígenas e quilombolas. Nos dois casos, seja no curso de laudos antropológicos, seja no curso “pandemia e território”, a preocupação residiu na certeza de que o domínio desta expertise pelos que lidam e sofrem diretamente os abusos com relação aos seus

Relatório de Atividades - Gestão 2021/2022:

“Defender Direitos, Fazer Antropologia”

territórios é de relevância inestimável, em especial, no contexto em que as instituições que deveriam zelar pelos seus direitos encontram-se omissas ou mesmo antagônicas.

Dentre as tratativas em curso, sublinhamos a proposta apresentada pelo Comitê de Antropólogxs Indígenas de criação e lançamento de uma edição de premiação nas Reuniões Brasileiras de Antropologia para pesquisadores e pesquisadoras indígenas. A premiação homenageará o mestre indígena em Antropologia Social do PPGAS/UFAM Ely Macuxi, vítima do COVID-19, com o objetivo de manutenção da memória da/os indígenas que vieram a óbito no contexto da pandemia e de seus conhecimentos ancestrais que se foram. Este prêmio virá a somar-se aos 8 prêmios e medalha já outorgados pela Associação.

Observamos, também, que as discussões sobre intolerância religiosa, violência de estado contra populações marginalizadas urbanas e ciganas ganharam maior visibilidade na ABA nesta crise sanitária e política, tendo em vista a atuação dos Comitês de Laicidade e Democracia; de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; Migrações e Deslocamentos; Gênero e Sexualidade; Patrimônios e Museus; e de Antropologia e Saúde. Em especial no período deste relatório, tivemos uma semana dedicada inteiramente aos povos ciganos no Instagram e na TV ABA, além das semanas temáticas que abordaram a Semana do Dia Internacional do Orgulho LGBT, outra reservada aos patrimônios LGBTQIA+, além de uma semana sobre Afro Patrimônios e outra dedicada exclusivamente às reflexões sobre Direitos Humanos. O mesmo pode ser dito com relação ao Comitê de Deficiência e Acessibilidade, cuja atuação tem propiciado a incorporação crescente da tradução dos eventos em Libras e estenotipia – conforme ocorreu em duas oportunidades ao longo do período. A ABA tem se empenhado em buscar parcerias e recursos para viabilizar esse serviço, uma vez que seus custos não têm permitido até o momento que seja estendido a todas as atividades da Associação.

RELATÓRIOS DE COMISSÕES E COMITÊS

COMISSÕES

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS INDÍGENAS

Coordenador: Ricardo Verдум (Laced/MN)

Vice-coordenador: Fabio Mura (UFPB)

Secretária: Elaine Moreira (UnB)

Beatriz de Almeida Matos (UFPA)

Braulina Aurora (UnB)

Edviges Marta Ioris (UFSC)

Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB)

Jozileia Daniza J. I. Jacodsen (UFSC)

Luís Roberto de Paula (UFABC)

Pablo Tibor Quintero Mansilla (UFRGS)

Stephen G. Baines (UnB)

Tonico Benites (UFRJ)

Agradecimentos

Além dos agradecimentos a todos e a cada um dos e das participantes da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) no biênio 2021-2022, nossos mais sinceros agradecimentos a Patrícia Birman (UERJ) e Cornelia Eckert (UFRGS). Também aos demais integrantes da diretoria, em especial a colega Carla Costa Teixeira (UnB).

Um agradecimento muito especial para Carine Lemos, Roberto Pinheiro e Silvana Xavier. Sua experiência, dinamismo e dedicação na secretaria da ABA foram imprescindíveis no dia-a-dia e nos momentos de maior pressão.

Também queremos agradecer aos colegas das demais Comissões e Comitês temáticos da ABA, em particular o Comitê Laudos Antropológicos, o Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/a, o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e o Comitê de Antropólogos Indígenas.

Por fim, aos colaboradores e participantes das ações e atividades que empreendemos como Comissão de Assuntos Indígenas no período - webinários, reuniões, notas e outros documentos.

Reflexão geral

A gestão da CAI no período 2021-2022 coincidiu com os dois últimos anos da administração Bolsonaro, que como é do conhecimento dos colegas na ABA, foi uma administração explicitamente anti-indígena, com redução do gasto e do investimento nas políticas sociais, omissão no cumprimento da legislação específica e fragilização dos órgãos responsáveis pela garantia e promoção dos direitos constitucionais e infraconstitucionais dos povos indígenas em nosso país⁴.

Um dos principais alvos do governo federal nos últimos quatro anos (2019-2022) foi o direito dos povos indígenas à terra e aos seus territórios. Neste período não foi identificado, demarcado ou homologado um único centímetro de terra indígena (TI). O governo federal restringiu sua ação e responsabilidade às TIs já homologadas, deixando para trás, abandonados à própria sorte, as populações e seus territórios que não chegaram a esta etapa administrativa, além dos grupos indígenas em isolamento⁵.

Mas mesmo no caso das TIs já homologadas, sua ação não foi menos negativa e comprometedoras. O exemplo mais gritante é a situação da população Yanomami e Ye'kwana na TI Yanomami (RR/AM).

O governo Bolsonaro deixa para a atual gestão do governo Lula um passivo de quase 250 terras indígenas não homologadas. 74 contam com portaria declaratória assinada pelo Ministro da Justiça, 43 estão identificadas e 124 estão em processo de identificação. Dessas, cerca de 59% estão localizadas nos estados que compõem a Amazônia Legal, e o estado do Amazonas é onde elas estão em maior número, 164, totalizando 45,800 milhões de hectares⁶.

Por fim, lembremo-nos da pressão exercida pelo governo Bolsonaro sobre os ministros do Supremo Tribunal Federal – STF, onde tramita e está em julgamento o denominado “marco temporal” de demarcação das TIs. Uma decisão que interessa a sua principal base política de apoio, o setor com maior força política articulada dentro do Congresso Nacional - a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA⁷.

⁴ Sobre a política e atuação anti-indígena do governo Bolsonaro no então principal órgão da política indigenista federal, a Fundação Nacional do Índio – Funai, órgão responsável pelo reconhecimento administrativo e a regularização dos territórios indígenas (as denominadas Terras Indígenas), ver a publicação *Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*, elaborada e lançada pelo Indigenistas Associados (INA), associação de servidoras/es da Funai, em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em 13/06/2022. Cf. <https://indigenistasassociados.org.br/2022/06/14/ina-e-inesc-lancam-dossie-sobre-a-atuacao-anti-indigena-da-funai-sob-bolsonaro/>

⁵ Cf. notas produzidas pela CAI.

⁶ Cf. Ricardo Verdum, Sobre a demarcação das terras indígenas, em **Revista Ciência & Cultura** (online), disponível em <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=3333>

⁷ Cf. Recurso Extraordinário (RE) 1017365, em que se discute, à luz dos arts. 5º, incisos XXXV, LIV e LV; e 231 da Constituição Federal, o cabimento da reintegração de posse requerida pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA) de área administrativamente declarada como de tradicional ocupação indígena, localizada em parte da Reserva Biológica do Sassafrás, em Santa Catarina. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5109720&numeroProcesso=1017365&classeProcesso=RE&numeroTema=1031>

Em 2020, a CAI protagonizou e subsidiou a decisão da presidência da ABA de participar como *Amicus Curiae* no processo junto ao STF relativo a denominando Caso Xokleng. O pedido da ABA foi deferido em 18/05/2020. Essa atividade envolveu o apoio do advogado Paulo Machado Guimarães, da comissão de assuntos indígenas da OAB. Além de realizar reuniões com dois ministros do STF, por intermédio da presidência foi articulada uma manifestação em 2021 que contou com a adesão de 63 associações científicas e acadêmicas⁸.

O mesmo setor que está à frente e que por trás impulsiona a aprovação do Projeto de Lei (PL) 490/2007, por meio do qual se pretende transferir para o Congresso Nacional a competência para realizar demarcações de terras indígenas. No caso de ser aprovado o PL, a demarcação de uma terra indígena só ocorreria mediante aprovação de lei específica na Câmara dos Deputados e no Senado⁹.

Em 2021, a COVID-19 seguiu sendo motivo de temor e tensão na população brasileira, em particular e com mais razão entre os grupos social e economicamente mais vulneráveis. Entre a população indígena o quadro teve como agravante o fato de terem sido alvo, em várias regiões, de campanhas mentirosas sobre supostos efeitos adversos da vacina contra COVID-19, que passou a ser aplicada no início daquele ano.¹⁰

Foi na mobilização, na denúncia e nas ações e comportamento das próprias comunidades locais indígenas onde residiu a principal base de resistência e relativa proteção da saúde local. A FUNAI, já controlada pelo “indigenismo bolsonarista”, atuava inclusive contra a auto-organização das comunidades locais e o estabelecimento por elas de barreiras sanitárias nas principais vias de acesso aos seus territórios e comunidades locais.

A Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da COVID-19 abriu espaço para exposições sobre os efeitos da pandemia na população indígena e sobre a atuação dos órgãos do governo federal. Participamos de um GT integrado por assessores parlamentares de diferentes partidos, responsável pela produção de subsídios aos parlamentares aliados. A caracterização de ação genocida do governo federal em relação à população indígena - devidamente fundamentada com dados e documentação consistentes - foi acolhida pela CPI.

A Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos Indígenas, presidida pela deputada federal Joenia Wapixana, seguiu sendo o principal espaço de interlocução da CAI no Congresso Nacional. Ao longo dos dois anos várias reuniões remotas foram realizadas - algumas vezes mais de uma por semana - sobre temas emergentes ou prioritários na defesa dos direitos indígenas. Tivemos canal aberto de interlocução tanto com a deputada quanto com sua assessoria. As Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado foram também espaços de interlocução e articulação, realizando reuniões nas quais participamos e incidimos com aportes antropológicos.

⁸ Cf. <http://www.portal.abant.org.br/2021/08/30/manifestacao-da-aba-a-respeito-do-recurso-extraordinario-no-1017365-sobre-o-destino-das-terras-de-povos-indigenas-63-adesoes-de-associacoes-cientificas-e-academicas/>

⁹ Cf. em <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311>

¹⁰ Cf. nota produzida pela CAI.

A política de educação escolar indígena (EEI), inclusive em nível superior, também foi negativamente afetada. Minguaram os recursos financeiros, desestruturou-se o setor específico e a gestão da política adquiriu um status bem subordinado dentro da estrutura e das decisões políticas e estratégicas do Ministério da Educação - MEC.

Importante destacar ainda que se em governos anteriores já era bastante problemático implementar na prática as premissas presentes na Convenção 169 da OIT sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada para Povos Tribais, sob o Governo Bolsonaro a possibilidade de implementação dos protocolos de consulta praticamente desapareceu junto com o fechamento dos poucos espaços de interlocução governo-movimento indígena existentes anteriormente. Houve inclusive iniciativas dos poderes Executivo e Legislativo de levar o país a denunciar da Convenção 169. Isso levou ABA, por intermédio da CAI e o GT Laudos Antropológicos a organizar webinários sobre o tema em parceria com a 6ª Câmara do Ministério Público Federal – MPF.

Como não poderia deixar de ser, o assassinato do indigenista da FUNAI Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips durante uma viagem pelo Vale do rio Javari, no estado do Amazonas, em junho de 2022, mobilizou uma ampla rede social, exigindo esclarecimentos sobre o que havia ocorrido e a punição dos responsáveis. A CAI foi afetada diretamente, pois Bruno era marido da colega Beatriz Matos, ambos com atuação destacada na promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário.

Os dois Acampamentos Terra Livre – ATL realizados no período sob coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, colocaram ainda mais à vista as transformações e a emergência de “novas” formas do social indígena se fazer político e defender direitos. O desenvolvimento de “novas” formas de enfrentar hegemonias, isto é, de estabelecer laços sociais, correlação de forças e formas de subjetividade e subjetivação. Processo que deverá se fortalecer com a ampliação da presença e a atuação protagonista dos intelectuais indígenas nos três poderes do Estado brasileiro.¹¹

Atendemos várias demandas de associados da ABA, como também respondemos às demandas de manifestação do Ministério Público Federal, e de juízes e procuradores nos estados relativas à direitos indígenas em questões específicas. Inclusive a produção de parecer sobre a atuação de um associado missionário evangélico com atuação “duvidosa” na relação com povos indígenas na Amazônia brasileira.

No que segue complementaremos o exposto até aqui sobre a gestão em 2021 e 2022, complementado com recomendações para a próxima gestão da ABA e da CAI.

¹¹ Cf. Ricardo Verdum (2022). “Momento ruptura e o protagonismo indígena nas políticas institucionais”, em Ricardo Verdum, Luis Roberto de Paula e Antonio Carlos de Souza Lima (orgs.). *Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: Mórula.

Disponível

em:

[https://morula.com.br/wp-](https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf)

[content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf](https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf)

Eventos significativos

Destacamos aqui alguns eventos e atividades realizadas e das quais participamos:

- *Curso de formação para profissionais da saúde do Distrito Federal sobre migração e população Warao* – O curso “Saúde, Migração e População Indígena Venezuelana Warao” foi realizado em janeiro de 2021, com o objetivo de qualificar 25 profissionais que trabalham com a população indígena oriunda da Venezuela, em especial o povo Warao abrigado no Distrito Federal - DF. A atividade foi uma parceria entre a Secretaria de Saúde do Distrito Federal por meio da Gerência de Atenção à Saúde às Populações em Situação Vulnerável - GASPVP, a Organização Internacional para as Migrações - OIM e da Associação Brasileira de Antropologia - ABA¹².
- *Webinário - Importância da Convenção OIT 169 para a proteção dos direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais* - O webinário foi realizado em parceria pela ABA e a 6ª Câmara do Ministério Público Federal, e transmitido ao vivo em 01/06/2021. Na organização do webinários estiveram as coordenações da CAI e do Comitê de Laudos Antropológicos. O evento teve o objetivo de discutir a convenção, que cria o instituto da consulta prévia, livre e informada e é considerada um marco na proteção e defesa de povos indígenas e tradicionais. O encontro também tratou do Projeto de Decreto Legislativo nº 177/2021, que está em tramitação e autoriza o presidente da República a denunciara convenção.¹³
- *Seminário Internacional sobre os 50 Anos da Declaração de Barbados* - O seminário foi realizado em 15/11/2021, organizado por Edviges M. Ioris (UFSC) e Ricardo Verдум. Contou com a participação de Georg Grünberg (Universidade da Viena, Áustria), Miguel Alberto Bartolomé (INAH, México), João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional / UFRJ, Brasil) e Fábio Mura (UFPB, Brasil). Foi transmitido online pela TV ABA e na conta da ABA no Facebook¹⁴.
- *Efetivação de direitos aos/às indígenas em situação de “conflito com a Lei”* - Dando continuidade às tratativas com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de julho de 2021 até o final de 2022 tratamos principalmente dos termos de um acordo de cooperação técnica a ser firmado entre a ABA e o CNJ.¹⁵ A atividade foi desenvolvida em colaboração com o Comitê de Laudos Antropológicos (CLA). O acordo estará orientado pelo objetivo geral de contribuir com a criação e o

¹² Mais informações em <https://brasil.un.org/pt-br/169434-oim-apoia-forma%C3%A7%C3%A3o-para-profissionais-da-sa%C3%BAdede-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-ind%C3%ADgena-warao> Ver também a nota conjunta CAI, Comissão de Direitos Humanos e Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA, publicada em 17/11/2021 e disponível no link <http://www.portal.abant.org.br/2021/11/17/nota-conjunta-da-cai-cdh-e-comite-de-migracoes-e-deslocamentos-sobre-a-situacao-dos-grupos-warao-no-brasil/>

¹³ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/permanencia-do-brasil-na-convencao-169-da-oit-e-fundamental-para-assegurar-direitos-dos-povos-indigenas-e-tradicionais-defende-mpf>

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C5OVDXPKDPQ>

¹⁵ Nossa principal interlocutora no CNJ é a senhora Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ.

desenvolvimento das condições necessárias à implantação e implementação da Resolução CNJ nº 287, de 25 de junho de 2019, em nível nacional. Tal Resolução estabelece, entre outras coisas, a atuação de antropólogos e antropólogas em procedimentos relativos às pessoas autodeclaradas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário. É aqui onde se insere a atuação da ABA, por meio da CAI e da CLA, quem estariam à frente da implementação das ações e atividades previstas no acordo¹⁶.

Também participamos de uma reunião com integrantes do *GT Direitos Indígenas: Acesso à Justiça e Singularidades Processuais* do CNJ para tratar dos termos de uma nova resolução do CNJ, que “Estabelece procedimentos e diretrizes para assegurar os direitos dos povos indígenas perante o Poder Judiciário e orientar a interpretação das normas processuais conforme os valores e normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988”.¹⁷

Atualmente a ABA tem recebido muitas solicitações para indicação de peritos em processos judiciais, seja criminais ou direitos territoriais. Isso tem indicado a necessidade de criarmos instrumentos organizacionais internos para facilitar tais consultas junto aos associados. CAI e Comitê Laudos vêm discutindo estes instrumentos, eles serão necessários tanto para o acordo de cooperação técnica, como para as demandas que chegam a partir de diversos Tribunais.

- *Efetivação dos direitos indígenas no contexto da pandemia do Covid-19*
- Integrantes da CAI participaram do grupo de trabalho formado por integrantes de organizações sociais e assessores parlamentares no Congresso Nacional, com o objetivo de colaborar com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia instalada no âmbito do Senado Federal. A instalação da CPI se deu no dia 27/04/2021. O Relatório Final da CPI foi apresentado pelo relator Renan Calheiros em 20/10 e a votação e sua aprovação ocorreu no dia 26/10.

No Relatório há um capítulo específico que trata da pandemia entre os povos indígenas (p. 571-646). Conclui que “O impacto da covid-19 sobre os povos originários foi grave e desproporcional. Medidas mitigatórias de importância fulcral foram deliberadamente recusadas ou negligenciadas, apesar de ter sido oferecida assistência sob a forma de serviços de saúde e alimentos, missões de assistência

¹⁶ A Resolução CNJ nº 287/2019 está disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2959>. Complementando há Resolução, para tornar seu texto mais compreensivo aos operadores do Direito e ao público em geral, o CNJ elaborou o Manual Resolução 287/2019, disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Manual-Resolu%C3%A7%C3%A3o-287-2019-CNJ.pdf>. Nesse esforço de fazer avançar os instrumentos do Judiciário, em agosto deste ano ocorreu o lançamento da denominada *Rede de Altos Estudos em Direitos Indígenas*, fruto de um acordo de cooperação técnica firmado em 10/08 entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que tem entre outros objetivos a capacitação da magistratura, técnicos e outros integrantes do Poder Judiciário. A cerimônia de lançamento da Rede de Altos Estudos encontra-se disponível no canal do CNJ no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=nunjVFEQ9Y&t=1034s>). Em setembro a Rede realizou um webinar, disponível em <https://www.cnj.jus.br/capacitacao-e-caminho-para-sensibilizar-magistrados-sobre-realidade-dos-povos-indigenas/>

¹⁷ O GT Direitos Indígenas foi constituído pela Portaria CNJ nº 63 de 25/02/2021 (<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3757>). É composto por lideranças indígenas, membros do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, professores e pesquisadores.

e barreirassanitárias em alguns casos. Registre-se, também, que muitas dessas medidas de proteção e apoio somente foram adotadas sob contínua pressão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF nº 709” (p. 635). Também, que “Dada a inexistência do crime de extermínio no Direito brasileiro, conclamamos o Parlamento a aprovar sua tipificação. Paralelamente, conforme disposto no Estatuto de Roma, podemos e devemos recorrer ao Tribunal Penal Internacional para que julgue esse crime, no exercício de sua competência complementar à do nosso Poder Judiciário, ainda impossibilitado de apreciar tais violações” (p. 643-644). Recomendamos a leitura do capítulo na íntegra.¹⁸

- *Saúde indígena: 73ª Reunião Anual da SBPC* - A CAI organizou e coordenou o painel intitulado “A Covid-19, a saúde dos povos indígenas e as políticas de enfrentamento”. O painel aconteceu no dia 20/07/2021, com a participação de Ana Lucia Pontes (Fiocruz/Abrasco), Joziléia Kaingang (UFSC), Maria de Lourdes B. de Alcântara (USP), Sofia B. M. de Mendonça (Unifesp) e de Ricardo Verdum (CAI/ABA) como coordenador / moderador.¹⁹
- *Mobilização em favor da não aprovação do “marco temporal” pelo STF* - Participamos da organização de duas audiências junto aos ministros do STF, a fim de expor o posicionamento institucional da ABA contrário à aprovação do denominado “marco temporal”. Para as audiências foram mobilizados ex-presidentes da ABA, como João Pacheco, Otavio Velho, Manuela Carneiro da Cunha, Alfredo Wagner, além da CAI e Alexandra Barbosa do Comitê de Laudos e o advogado Paulo Guimarães.
- *Contribuição ao processo de incidência da ABA nas discussões sobre cotas étnoraciais em Instituições de Ensino Superior (IES) e no serviço público* - A CAI participou durante 2021 de reuniões (a primeira ocorrida em 08/09) e dos encaminhamentos definidos e decididos no âmbito do grupo de trabalho (GT) constituído no âmbito da ABA com objetivo de incidir no processo de revisão da legislação que trata do acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O GT foi coordenado pelo colega Guillermo Vega Sanabria, coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA. A política é legalmente viabilizada pela Lei nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012. Nela está previsto que no prazo de dez anos a contar da data de publicação da Lei, será promovida sua revisão. Além de integrantes da ABA, as reuniões têm contado com a participação de assessores parlamentares no Congresso Nacional e outros convidados julgados úteis no processo de entendimento e na definição de estratégia de ação.²⁰
- *Curso ABA: Questões Fundamentais nos Laudos Antropológicos* - A CAI participou da concepção e da realização do Curso, implementado nos meses de novembro

¹⁸ O Relatório Final atualizado em 26/10/2021 está disponível para consulta em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/fc73ab53-3220-4779-850c-f53408ecd592>. Mais informações em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441> e <https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia>.

¹⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qP1i5-rqDK0>

²⁰ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/lei/l12711.htm.

e dezembro de 2021. Teve por objetivo aportar conteúdos relacionados com o tema e a atuação antropológica no atual contexto de pressão política e econômica visando a desconstituição dos direitos dos povos indígenas no país, estabelecidos e desenvolvidos a partir da Constituição Federal de 1988. O curso oferecido exclusivamente para indígenas, quilombolas e pessoas pertencentes a outros povos e comunidades tradicionais. O Curso foi uma atividade colaborativa que envolveu o Comitê Laudos Antropológicos, a Comissão de Assuntos Indígenas, o Comitê Quilombos e o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.

- *Simpósio Especial na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia – RBA*. Intitulado “Etnografia, compromisso e colaboração: desafios para uma antropologia contemporânea – SE20”, e coordenado por Ricardo Verdume Edviges Ioris (UFSC), o Simpósio teve como objetivo reunir pesquisadores/as que, a partir de suas investigações, aprofundaram a discussão e trouxeram relevantes contribuições teóricas, metodológicas e éticas ao estudo de processos socioculturais com pessoas e comunidades indígenas vivendo em contextos de violência e resistência, de disputa sociopolítica e acesso à justiça, e de construção e restabelecimento de capacidades de agência individual e coletiva. O Simpósio se desdobrou em três sessões, a saber: a) Etnografias situadas e compromissos na prática (em 01/09/2022), com a participação de Daniela Fernandes Alarcon (University of Pennsylvania), Fabio Mura (UFPB), Katiane Silva (UFPA) e Myriam Jimeno (UN Colômbia); b) Questões teórico-metodológicas e ético-políticas na produção do conhecimento antropológico (em 02/09/2022), com a participação de Joanne Rappaport (Georgetown University), João Pacheco de Oliveira Filho (MN/UFRJ), John Ernest Gledhill (University of Manchester) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA); c) Perspectivas e questões da antropologia indígena (em 03/09/2022), com a participação de Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA), Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacobsen Schild (UFSC), Luana da Silva Cardoso (Prefeitura de Belém), Rute Morais Souza (UnB) e Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB).

Recomendações à próxima gestão da CAI

Apresentamos a seguir um conjunto de recomendações de ações e procedimentos a serem tomados em conta no planejamento de ações no biênio 2023-2024, a saber:

1) Acompanhar e promover a aproximação da ABA e o CNJ. Entre os principais objetivos está a realização de atividades de sensibilização e qualificação de juízes e outros agentes operadores do Direito, sobre questões indígenas, através de reuniões sistemáticas e minicursos a serem planejados e conduzidos junto com o Comitê de Laudos. Também a indicação de antropólogos como peritos em casos específicos por demanda do Judiciário. Isso se relaciona com a Resolução CNJ n. 287/2019, que estabeleceu diretrizes para o tratamento de indígenas na área criminal, e a Resolução n. 454/2022, que estabeleceu procedimentos para efetivar o direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas.

Há uma minuta de termo de cooperação que necessita ser impulsionado e efetivada. A direção da ABA e os coordenadores da CAI e do Comitê de Laudos devem avaliar com atenção as implicações do convênio na estrutura e na dinâmica de funcionamento, p.e., da secretaria da ABA.

Dentro do possível, acompanhar os trabalhos do Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), constituído no âmbito do CNJ em 24 de fevereiro de 2023. Fazem parte do Fonepi 12 representantes de organizações governamentais e não governamentais, entre eles quatro conselheiros indígenas.²¹

2) Acompanhar o processo sobre a T.I. Ibirama-La Klãnõ (SC), no qual a ABA está como *amicus curiae*, e cuja repercussão geral diz respeito à importantíssima pauta sobre o denominado "marco temporal", em diálogo com o advogado Paulo Guimarães que nos representa no STF;

3) Acompanhar as atividades governamentais desencadeadas em janeiro passado (2023) na Terra Indígena Yanomami (TIY) e contribuir com subsídios antropológicos a fim de caracterizar a atuação e responsabilidades do governo Bolsonaro;

4) Acompanhar e contribuir com os trabalhos da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), instalada pelo MPF em 27 de outubro de 2022.²²

5) Também em relação às discussões no âmbito da Comissão de Anistia, onde serão julgados pedidos de reparação a indígenas, individual e coletivamente, foram perseguidos pela ditadura civil-militar do período 1964-1985. Pela primeira vez a Comissão contará com uma conselheira indígena para auxiliar a discussão, avaliação e julgamento dos casos apresentados. A advogada Maíra de Oliveira Carneiro, do povo indígena Pankararu.

6) Seguir no diálogo com a sexta câmara do MPF visando a efetivação do acordo de cooperação técnica firmado entre as partes, e que incluem conjunto de atividades ali indicadas;

7) Usar o espaço da TVABA na promoção dos temas atuais relacionados aos direitos dos povos indígenas;

8) Promover junto com aos Comitê de Laudos, Comitê de Inserção Profissional de Antropólogos, Comitê Quilombos, Comitê de Antropólogos Indígenas e Comitê Povos Tradicionais e Meio Ambiente e Grandes Projetos uma reunião para discutir a inserção

²¹ São integrantes do Fonepi: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), assim como com a presença de representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Ainda, a Defensoria Pública da União (DPU), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Mais informações em: <https://www.cnj.jus.br/representantes-indigenas-terao-assento-permanente-em-forum-do-judiciario/>

²² Mais informações em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-convoca-audiencia-publica-para-instalacao-de-comissao-nacional-indigena-da-verdade>

profissionais antropólogos na atual conjuntura política;

9) Promover a formação de um GT ABA/ABRASCO, com o intuito de discutir e acompanhar as políticas públicas no tocante à saúde indígena;

10) Atenção especial ao Projeto de Lei 191, e as denúncias que nos chegam sobre pressões em diversas TI assediadas por projetos denominados “etnodesenvolvimento” que na verdade visam o uso da terra para monoculturas, incluindo plantio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs);

11) Estabelecer estratégia de interlocução com a direção do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Revitalizar o termo de cooperação ABA e FUNAI;

12) Participar, colaborar e ter uma programação própria durante a semana do Acampamento Terra Livre / Abril Indígena, a ser realizado em Brasília entre os dias 26 e 28 abril 2023;

13) Estabelecer estratégia de atuação no Congresso Nacional, em particular junto à Comissão Parlamentar Direitos Indígenas.

14) Ficar atenta para a possível revitalização do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) para breve, pleiteando um assento na próxima bancada sociedade civil organizada.

15) Ficar atenta para a possível nova reestruturação da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI) do Ministério da Saúde, órgão assessor do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nas deliberações sobre as políticas públicas de atenção e promoção da saúde dos povos indígenas no país.²³ Se for o caso, fazer gestões visando garantir um assento para um representante da ABA na Comissão. Tanto a ABA quanto a ABRASCO tiveram assento na CISI dos anos 1990 até 2015.²⁴

²³ A última reestruturação aconteceu em setembro de 2022, pelo governo Bolsonaro, por meio da Resolução Nº 693, de 14/09/2022. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/resolucoes-2022/2654-resolucao-n-693-de-14-de-setembro-de-2022>

²⁴ Segundo a colega Carla Costa Teixeira (2018): “A ABA deixou de indicar representação na Cisi em 2015 uma vez que, após 20 anos de titularidade, à associação foi reservada, sem nenhuma discussão, a suplência de uma representação não identificada claramente. Assim sendo, sua direção decidiu não mais fazer parte da Cisi por discordar do procedimento e considerando o processo político de esvaziamento dos espaços formais de participação social que estava em curso – e se acentuou após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Nessa mesma oportunidade, a Abrasco também deixou de apontar representante.” Cf. Carla C. Teixeira, “Antropologia e saúde indígena – 60 anos da ABA”. In: Souza Lima, A.C. de et al. *A antropologia e a esfera pública no Brasil Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro, RJ: Editora E-papers / ABA Publicações, 2018, p. 136.

RELATÓRIO DA COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS (CELCA)

Reunidos virtualmente, no dia 17 de janeiro de 2022, das 10:00h às 11:30h, integrantes da CELCA: Carlos Alberto Steil (coordenador), Tânia Welter, Rodrigo Toniol, Nathanael Araújo da Silva e Bernardo Machado, fizeram uma discussão sobre sua atuação, com a finalidade de subsidiar a nova Direção da ABA (mandato 2023/2024). Os pontos abordados na reunião serão apresentados, em seguida, na forma de considerações.

1) Sobre o mandato dos membros da Comissão. O grupo presente foi unânime no entendimento de que seus mandatos findaram em 06 de janeiro de 2023, com a posse da nova Diretoria.

2) Sobre a natureza da Comissão. Diferentemente da maioria das Comissões e dos Comitês da ABA, a CELCA não se constitui como um órgão consultivo, tampouco deliberativo, mas como um serviço que acolhe, avalia, acompanha a editoração e publica, no formato digital, no repositório da ABA, os livros propostos por seus associados e associadas, que foram considerados aptos a receber o Selo ABA. Ainda que possa atribuir ISBN e DOI às publicações que levam o seu Selo e intermediar parcerias com editoras públicas e comerciais para produção de livros, a CELCA não é uma editora.

3) Sobre o trabalho realizado. Destacamos, aqui, de forma sucinta e telegráfica, as realizações da CELCA, no período, as quais foram detalhadas no Relatório do período, encaminhado para a Diretoria:

- a) Criação e estruturação da Comissão;
- b) Definição da política editorial (**Anexo 4**)²⁵;
- c) Elaboração das normas para publicação com o Selo ABA (**Anexo 5**);
- d) Orientação editorial individualizada para autores/ras e/ou organizadores/as dos livros;
- e) Orientação para a proposta de séries (**Anexo 6**);
- f) Implantação do DOI para os livros e para os capítulos das coletâneas;
- g) O processo de solicitação da ficha catalográfica, ISBN e DOI, que estavam ao encargo da Secretaria da ABA, foi assumido pelos membros da CELCA, que passou a contar com o serviço ABA de uma bibliotecária profissional. Esta ação foi fundamental para qualificação e agilidade nos procedimentos (**Anexos 8 e 9**);
- h) Reformulação da apresentação dos livros publicados na página digital;
- i) Participação na 33^a. RBA, com a coordenação dos lançamentos e coordenação de um Simpósio;
- j) Publicação de 09 títulos em 2021, 05 em 2022 e 7 em finalização em 2023 (**Anexo 3**).

²⁵ Os anexos podem ser encontrados no relatório da CELCA (gestão 2021/2022) disponível em: http://www.abant.org.br/files/20230303_64020cd22cfe5.pdf.

- 4) **Sobre a infraestrutura.** A CELCA conta unicamente com a infraestrutura da própria ABA, secretaria e plataforma digital, para prestar o seu serviço. Não possui qualquer dotação de recurso financeiro para realizar suas atividades. Os membros da comissão foram unânimes em apontar a necessidade de a nova diretoria da ABA considerar que o bom funcionamento da CELCA depende do aporte de infraestrutura adequada.
- 5) **Sobre a página de livros.** A CELCA, com o suporte da secretaria da ABA, reformulou e atualizou a página de livros, dentro do site da ABA. No entanto, a página não foi finalizada. O seu layout, assim como diversos dispositivos de interação com usuários e usuárias e mecanismos de busca, propostos pela Comissão, não conseguiram ser implementados dadas as condições atuais que a Comissão e a ABA possuem. Consideramos pertinente reconsiderar este ponto para os próximos dois anos.
- 6) **Sobre as Séries.** Com o objetivo de ter uma ação mais propositiva em relação às publicações de livros, a CELCA lançou um edital para a criação de Séries temáticas (**Anexo 6**). Este Edital busca estimular os Comitês e as Comissões da ABA, assim como seus associados de modo geral, a proporem Séries dentro do escopo de sua atuação. As Séries podem contar com parcerias com instituições e editoras. Na sua gestão, a CELCA conseguiu estabelecer uma parceria, com a Universidade de Coimbra, para a publicação da Série “Antropologias do Mundo” (**Anexo 7**).
- 7) **Sobre o formulário.** A CELCA propôs e foi disponibilizado, na área restrita do associado, um formulário eletrônico para a inscrição das propostas de livros. Este mecanismo, no entanto, não demonstrou eficácia em sua operacionalização. Poucas propostas foram submetidas por meio do formulário e, as que o utilizaram, não chegaram à Comissão. Há um gargalo técnico na interface que merece ser revisto e sanado.
- 8) **Sobre a divulgação dos livros.** A maioria dos livros, publicados com o Selo ABA, foi lançada, por meio de webinários na TVABA e na sua plataforma virtual. Os membros da Comissão, contudo, entendem que esta divulgação ficou muito aquém do desejado (**Anexos 1 e 2**). Identificamos um problema procedimental que vale ser avaliado. A CELCA para lançar livros, não possui o controle do calendário da TV ABA (no Youtube), assim, a Comissão não consegue garantir isonomia no lançamento dos livros (com mesmo formato) para todas as pessoas. Além de avaliar qual o papel da CELCA no lançamento de livros com Selo ABA, é urgente e indispensável o trabalho de divulgação dos livros publicados junto aos associados, associadas, aos programas de pós-graduação, aos cursos de graduação, aos institutos e grupos de pesquisa e às redes sociais. Por fim, entendemos que os livros são fundamentais não apenas para a comunidade antropológica, mas também para qualificar o debate público nacional, o que torna sua divulgação (através de newsletters e diálogo com veículos de imprensa) uma potencialidade para o futuro.
- 9) **Sobre a disponibilidade da Comissão.** Os membros da CELCA manifestaram a sua disponibilidade para permanecer, por um período de transição, na Comissão, até que sejam nomeados os membros que irão compor a nova Comissão.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Integrantes 2021-2023: Lucía Eilbaum (coordenadora), Patrice Schuch, Taniele Rui, Ana Paula da Silva, Débora Allebrandt, Flavia Melo, Flavia Medeiros, Juliane Bazzo, Helder Ferreira, Marianna Holanda, Paulo Victor Leite Lopes.

Introdução

No período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023, o contexto político de atuação da Comissão de Direitos Humanos (CDH/ABA) apresentou continuidades e desafios com a experiência de trabalho na gestão do período anterior. Primeiro, pela continuidade da pandemia Covid-19, iniciada no Brasil em março de 2020. Em especial no primeiro semestre de 2021, a população brasileira passou pelos meses mais letais da pandemia, ao mesmo tempo que começava a viver a luta pela liberação e aplicação da vacina. Como já destacado em Relatório anterior (2019-2021), as medidas de distanciamento e isolamento social como política de prevenção e cuidado impuseram a organização e intensificação das atividades por via remota, incluindo a 33 Reunião Brasileira de Antropologia. Além disso, de modo mais amplo e mais relevante, a pandemia e as formas de gestão política da mesma no Brasil afetaram a vida da população, principalmente agravando os índices de pobreza, fome, desemprego e atingindo os grupos mais vulnerabilizados no seu estado de saúde e qualidade de vida, em especial a população negra, pobre e os grupos indígenas. Evidentemente, esse cenário apresentou novos desafios e pautas de atuação para o trabalho da CDH.

Segundo, o período abrangeu a segunda metade de um governo nacional que oficializou uma frente conservadora que já vinha crescendo e se impondo no país. Esse quadro agravou o recorte de direitos e políticas sociais, a discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais, as denúncias por violações de direitos, os atos de violência institucional de racismo, bem como a constante enunciação pública de discursos políticos e de ódio que agridem direitos, movimentos sociais e conquistas já alcançadas.

Nesse quadro desafiador, a CDH teve uma composição mais diversa e ampla em termos de perfis e inserções institucionais e regionais, bem como dos temas trabalhados pelos integrantes. Mantendo a participação de Lucía Eilbaum (UFF), Patrice Schuch (UFRGS), Ana Paula da Silva (UFF) e Taniele Cristina Rui (Unicamp), presentes na gestão anterior, somaram-se ao trabalho Débora Allebrandt (UFAL), Flavia Melo (UFAM), Flavia Medeiros (UFSC), Juliane Bazzo (UFGD), Helder Ferreira de Sousa (UFPI), Marianna Holanda (UnB) e Paulo Victor Leite Lopes (UFRN). Tal composição visou uma abordagem mais completa das problemáticas e situações tratadas, bem como das formas de trabalho. Além dessa ampliação, o trabalho da CDH no período enfatizou e privilegiou a parceria e diálogo com outras Comissões e Comitês da ABA, a fim de fortalecer e complementar a visão institucional e os posicionamentos

públicos diante dos temas abordados. Destacamos em especial, a troca com os Comitês de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; de Antropólogas/os Negras/os; e de Gênero e Sexualidade; Antropologia e Saúde e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, de forma mais pontual, a Comissão de Migrações e Deslocamentos; de Patrimônio e Museus; e os Comitês de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e de Estudos Africanos. Destacamos também a parceria na gestão e organização de atividades com os Comitês de Comunicação, na organização de todos os eventos remotos e manifestação nas redes sociais; e de Divulgação Científica e Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA), na publicação dos livros resultantes do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos. Por fim, ressaltamos também que o trabalho da CDH não teria sido possível sem o apoio e colaboração da Secretaria da ABA.

Por fim, ao longo de toda nossa gestão, gostaríamos de reforçar que a CDH/ABA tem se orientado e reafirmado seu compromisso com a importância de uma antropologia em e para a ação, engajada nas suas interlocuções e formas de pensar e agir no mundo.

Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais; a organização do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos e outras ações institucionais.

Eventos:

1) Webinário: Direitos Humanos, genocídio e pandemia: + de 500 mil vidas interrompidas

14 de jul. de 2021

415 visualizações (em 30/01/2023)

Coordenação: Marianna Holanda (UnB)

Convidados/as: Daniela Alarcon (Fiocruz); Edilma Nascimento (UFRN); Felipe Tuxá (UNEB); Nadia Meinerz (UFAL); Paula Lacerda (UERJ)

<https://www.youtube.com/watch?v=a1UgfrZpSWM>

2) Webinário: Antropologia, ativismos e direitos (em parceria com os Comitês de Cidadania, Violência e Gestão Estatal, de Gênero e Sexualidade e de Antropólogas/os Negras/os)

Parte 1: Antropologia, ativismos e direitos: Controle e gestão dos corpos

08/09/2021

403 visualizações (em 30/01/2023)

Mediação: Ana Paula da Silva (UFF, CDH/ABA)

Debatedora: Natália Lago (Unicamp)

Convidadas(os): Fabio Candotti (InfoCadeia-AM - UFAM); Maria Linhares (Representante da Agenda pelo Desencarceramento-Ceará); Lia Zanotta (Unb); Elisa Aníbal (Fórum de Mulheres de Pernambuco)

www.youtube.com/watch?v=XQa6iv0pTOU

Parte 2: Antropologia, ativismos e direitos: Controle e gestão de territórios

10/09/2021

262 visualizações (em 30/01/2023)

Mediação: Flavia Medeiros (UFSC, CDH/ABA)

Debatedor: Roberto Efrem Filho (UFPB/UFPE)

Convidadas(os): Monique Cruz (UFRJ, Fórum Social de Manguinhos, Justiça Global); Eliene Vieira (Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ; Agenda Nacional pelo Desencarceramento; Fórum social de Manguinhos; ISER); Hélder Ferreira de Sousa (UFPI; CDH/ ABIA); Ivo Cípio Aureliano (Conselho Indígena de Roraima - CIR)

www.youtube.com/watch?v=X4NUXd-snJI

3) Webinário: Direitos humanos e educação sob ataque

1/10/2021

223 visualizações (em 30/01/2023)

Coordenador: Paulo Victor Leite Lopes (UFRN/CDH-ABA)

Convidados: Aline Kerber (Associação de mães e pais pela democracia); Braulina Baniwa (PPGAS/UnB; Pesquisadora Laboratório Matula); Gilson Rodrigues (IFRN); Rosiane Rodrigues de Almeida (Pesquisadora INCT-InEAC/UFF)

Debatedor: Fernando Cássio (UFABC)

www.youtube.com/watch?v=LtWJy0B67ul

4) Webinário: Aprendendo e Ensinando Antropologia durante a pandemia: dilemas, desafios e oportunidades (em parceria com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e com o Comitê Deficiência e Acessibilidade)

13/10/2021

Representação na comissão organizadora: Juliane Bazzo (UFGD/CDH-ABA)

Evento envolveu a realização de sete grupos de trabalho simultâneos, seguidos por uma plenária geral de discussão, transmitida pela TVABA.

325 visualizações (em 31/01/2023)

<https://www.youtube.com/watch?v=OC-8GfCfJn0&list=PLobe-LHB675-rtnjUaTuKaRzNBY07e3U&index=8&t=3s>

5) Semana de Antropologia e Direitos Humanos – Do 6 ao 10 de dezembro

Segunda-feira: Nota Introdutória e de Abertura

www.instagram.com/p/CXL7RRwFFxz/

Terça-feira

Webinário: Antropologia e Direitos Humanos: 20 anos em perspectiva 7/12/2021 - 478 visualizações (em 30/01/2023)

Coordenação: Flavia Melo (UFAM), Patrice Schuch (UFRGS), Patricia Birman (Mesa de abertura, ABA)

Convidados: Roberto Kant de Lima (UFF); Ana Lúcia Pastore (USP); Claudia Fonseca (UFRGS); Lucía Eilbaum (UFF)

www.youtube.com/watch?v=u0ZkVd6EdJk

Ciranda de Leitura

Nessa ocasião, indicamos os nove títulos da Série Antropologia e Direitos Humanos publicados pela ABA e todos disponíveis em PDF no site: <http://www.aba.abant.org.br/publicacoes>. Trata-se do resultado das nove edições do Prêmio do mesmo nome, promovido pela ABA desde o ano 2000.

<https://www.instagram.com/p/CXPD2MKplfD/>

Quarta-feira: #DefenderDireitosABA

20 anos da Conferência de Durban e a Luta Antri-racista: texto sobre a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da ONU. <https://www.instagram.com/p/CXRPFWopmF/>

Quinta-feira: #tbtABA: Homenagem a marielle Franco:

<https://www.instagram.com/p/CXT8zTdpi7C/>

Sexta-feira

#SextouABA: Finalizamos a Semana de Direitos Humanos da ABA compartilhando produções audiovisuais: <https://www.instagram.com/p/CXUU6W6JbLU/>

6) Lançamento do Livro Antropologia e Direitos Humanos 9

10/12/2021

289 visualizações (em 30/01/2023)

Conversa com os premiados, coordenada por Taniele Rui, Ana Paula da Silva e Gisele Fonseca. <https://www.youtube.com/watch?v=liBAoLYq38U>

Atividades organizadas durante a 33 Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)

1) SE07. Antropologia, Ciências Forenses e movimentos sociais: fazer política, fazer justiça

Coordenação: Flavia Medeiros Santos (UFSC), Lucia Eilbaum (UFF)

Sessão 1: Antropologia forense: vítimas, provas e construção de verdades

Sessão 2: Antropologia jurídica: documentos, práticas e lutas por direitos

Sessão 3: Roda de conversa: Fazer justiça, fazer política: caminhos e desafios do fazer antropológico na defesa dos direitos humanos

2) SE25. Maternidades destituídas, violentadas e violadas

Coordenação: Débora Allebrandt (UFAL), Taniele Cristina Rui (Unicamp)

Sessão 1: Maternidades destituídas

Sessão 2: Maternidades violentadas

Sessão 3: Maternidades violadas

3) Mesa redonda 20: Direitos Humanos e Educação sob ataque: neoliberalismo, conservadorismo e governo de subjetividades

Coordenador: Paulo Victor Leite Lopes (UFRN/CDH-ABA)

Debatedora: Juliane Bazzo (UFGD/CDH-ABA)

Participantes: Ana Paula Morel (UFF), Cristiano das Neves Bodart (UFAL) e Osmundo Pinho (UFRB)

4) GT27: Como morrem as políticas públicas: etnografia de transições de governo e de (des) montagens políticas

Coordenação: Taniele Rui (UNICAMP), Flávia Melo (UFAM)

5) Cerimônia de Premiação: Ensino de Antropologia e Antropologia e Direitos Humanos

Data: 30/8

Apresentação: Lucía Eilbaum (CDH/ABA)

6) Mesa do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos: conversa com os premiados/as/es

Data: 01/09

Coordenadores: Lucía Eilbaum, Flavia Medeiros, Paulo Victor Leite Lopes e Taniele Rui

Posicionamentos públicos

A CDH, em muitos casos em parceria com outras Comissões e Comitês, manifestou-se institucional e publicamente diante de situações em defesa dos direitos e em repúdio às violações e violências sofridas por populações, grupos ou pessoas, atacados política, física e/ou moralmente. As 10 notas emitidas descreveram as situações vivenciadas, bem como demandaram respostas das autoridades responsáveis. Apresentamos aqui um breve resumo, as eventuais repercussões e os links de acesso aos documentos na íntegra.

1) Nota sobre a recorrência de ataques armados a escolas brasileiras 07/12/2022

A partir dos ataques armados com vítimas fatais a duas escolas do município de Aracruz (ES) em 25 de novembro de 2022, a nota chama a atenção para a recorrência de tragédias como esta em instituições de ensino brasileiras. As mesmas caracterizam crimes de ódio fundamentados na ideologia da branquitude, na crença da supremacia racial e em ideais neonazistas, articulados com pautas discriminatórias e armamentistas de extrema direita defendidas pelo governo no poder executivo.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/12/07/nota-sobre-a-recorrencia-de-ataques-armados-a-escolas-brasileiras/>

2) Nota de Repúdio à perseguição política e profissional sofrida pela professora Maria Elisa Máximo e sua família, em Joinville/SC 13/10/2022

A Nota expressa repúdio e preocupação diante da decisão de afastamento de Maria Elisa Máximo, antropóloga e professora titular da Faculdade Ielusc (Joinville/SC), bem como da indefinição de sua situação laboral nesta instituição, resultantes de perseguição política e profissional após a professora se manifestar, na sua conta pessoal em uma rede social, sobre um evento político promovido e protagonizado por um dos candidatos à presidência da República, acontecido nas ruas da cidade no dia 01 de outubro, véspera das eleições no país.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/10/13/nota-de-repudio-a-perseguiçao-politica-e-profissional-sofrida-pela-professora-maria-elisa-maximo-e-sua-familia-em-joinville-sc/>

A nota foi encaminhada ao Diretor Geral da IELUSC, ao Diretor da Faculdade IELUSC, à Pastora Presidente da IECLB, obtendo resposta do Diretor Geral.

- 3) Nota de solidariedade diante do desastre em Petrópolis/RJ – Mais uma tragédia anunciada (em parceria com o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos)
18/02/2022

A Nota manifesta solidariedade com as famílias e moradores da cidade de Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, que foram brutalmente afetadas pelas intensas chuvas no dia 15 de fevereiro, que resultaram em pelo menos 104 pessoas mortas.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/18/solidariedade-diante-do-desastre-em-petropolis-rj-mais-uma-tragedia-anunciada/>

- 4) Nota de Repúdio ao assassinato de Moïse Mugenyi Kabagambe, ao racismo e à xenofobia, no Brasil (em parceria com o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, Comitê de Antropólogas/os Negras/os, Comitê Estudos Africanos e Comitê Migrações e Deslocamentos)
03/02/2022

A nota manifesta o repúdio institucional ao assassinato de Moïse Mugenyi Kabagambe, na noite do dia 24 de janeiro, no Rio de Janeiro. O assassinato do Moïse evidencia o racismo estrutural prevalente na sociedade brasileira desde a era escravocrata, o qual se manifesta cotidianamente, seja na ação seletiva de um Estado que protege algumas vidas em detrimento de outras, ou nas revoltas seletivas de nossa sociedade que pouco se indigna diante das mortes de pessoas negras. Imigrantes e refugiados, como Moïse, que não se enquadram no padrão estético-racial da branquitude, confrontam esse racismo estrutural e a violenta xenofobia em suas vidas cotidianas. Estão expostos à discriminação de diversos tipos, inclusive assassinatos, em especial os de origem africana e indígena.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/03/nota-de-repudio-ao-assassinato-de-moise-mugenyi-kabagambe-ao-racismo-e-a-xenofobia-no-brasil/>

- 5) Nota sobre a situação dos grupos Warao no Brasil (em parceria com a Comissão de Assuntos Indígenas e o Comitê Migrações e Deslocamentos)
17/11/2021

A Nota externa a preocupação institucional sobre a situação de abrigo das famílias da etnia Warao no DF, diante das informações graves trazidas pelo documento da Defensoria Pública Federal e da Defensoria Pública do DF. Nota-se que não há até hoje uma política consistente e adequada de abrigo e permanência em condições dignas para grupos de indígenas refugiados no território nacional, sendo que essa

situação de precariedade tem marcado as condições de abrigo no país. A Nota foi oficiada para a 6ª Câmara do Ministério Público Federal, ao Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Senado, ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/11/17/nota-conjunta-da-cai-cdh-e-comite-de-migracoes-e-deslocamentos-sobre-a-situacao-dos-grupos-warao-no-brasil/>

6) Nota de pesar pelo assassinato do professor José Acioli da Silva Filho e de repúdio à homofobia e crimes de ódio (em parceria com o Comitê de Antropologia e Saúde e o Comitê Gênero e Sexualidade)
28/09/ 2021

A Nota manifesta pesar diante do brutal assassinato de José Acioli da Silva Filho, professor do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas. A Nota soma-se às entidades da sociedade civil que exigem a investigação da motivação homofóbica do assassinato contra o professor e repudia todas as formas de preconceito, como as que circundam esse crime, que operam contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas não binárias, negando suas expressões de gênero e de sexualidades.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/09/28/nota-de- pesar-pelo-assassinato-do-professor-jose-acioli-da-silva-filho-e-de-repudio-a-homofobia-e-crimes-de-odio/>

7) Nota sobre práticas de destituição de poder familiar de mulheres em situação de vulnerabilidade social e sobre caso de violência obstétrica e retirada compulsória de recém-nascida em Florianópolis/SC (em parceria com o Comitê de Antropólogos/os Negras/os e Comitê Gênero e Sexualidade)
19/8/2021

A Nota externa a preocupação institucional com recorrentes casos de destituição de poder familiar aplicados a mulheres em vulnerabilidade social, que têm sido crescentemente notificados em diversos estados do país e manifesta solidariedade e apoio a Andrielli Amandados Santos, que teve violado seu direito à permanência e convivência com sua filha recém-nascida.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/08/19/nota-sobre-praticas-de-destituicao-de-poder-familiar-de-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-e-sobre-caso-de-violencia-obstetrica-e-retirada-compulsoria-de-recem-nascida-em-florianopolis-sc/>

Realização de *live* "A-MÃE-SER: Pelo direito à maternidade e a amamentação", trazendo o caso organizada no Instituto de Estudos Gerais da UFSC, realizada no dia 17 de setembro de 2021, atualmente com 224 visualizações.

<https://www.youtube.com/watch?v=auTBv6KbuzU>

Repercussão no Portal Catarinas, movimentos sociais: *10 organizações e parlamentares se manifestam em defesa de Andrielli*, postado em 03/09/2021, 11:32, Por Paula Guimarães <https://catarinas.info/10-organizacoes-e-parlamentares-se-manifestam-em-defesa-de-andrielli/> Publicação do artigo acadêmico "Governança reprodutiva: um assunto de suma relevânciapolítica", de Claudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis, citando a Nota, em Revista Horizontes Antropológicos, n. 61, 2021, p. 7-46 <https://journals.openedition.org/horizontes/5650?lang=es>

8) Nota Morrendo de Brasil: pandemia, genocídio e o horror de 500 mil vidas interrompidas (em parceria com o Comitê de Antropólogos/os Negras/os e Comitê de Antropologia e Saúde)
14/07/2021

A Nota manifesta publicamente a consternação e solidariedade diante da marca de 500 mil vidas interrompidas pelo coronavírus no Brasil, diante de um quadro de esvaziamento governamental. Nota-se que a pandemia, anunciada com alguma antecedência além-mar, encontrou no Brasil um país em pleno desmonte de suas principais políticas públicas e de proteção social, internacionalmente reconhecidas. Com ela, vivemos um acentuamento de nossas desigualdades estruturais e iniquidades prévias de acesso a direitos essenciais.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/07/14/morrendo-de-brasil-pandemia-genocidio-e-o-horror-de-500-mil-vidas-interrompidas/>

A Nota foi publicado em extenso como artigo: "Morrendo de Brasil: Genocídio, pandemia e o horror de 500 mil vidas interrompidas", por Marianna Assunção Figueiredo Holanda, Débora Allebrandt e Luciana de Oliveira Dias, 17 de junho de 2021, Le Monde Diplomatique – Brasil. Link: <https://diplomatique.org.br/genocidio-pandemia-e-o-horror-de-500-mil-vidas-interrompidas/>

9) Nota sobre a Chacina em Tabatinga, no Amazonas (em parceria com o Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal)
13/07/2021

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio da Comissão de Direitos Humanos e do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, vem a público demonstrar preocupações com a atuação das forças de segurança pública no estado do Amazonas. Segundo informações de reportagem investigativa publicada na [Folha de São Paulo](#), pelo menos 7 (sete) pessoas foram executadas por membros da Polícia Militar na cidade de Tabatinga/AM, entre os dias 12 e 13 de junho de 2021, não sendo essa a primeira acusação de chacina na gestão da Segurança Pública do Governo do Amazonas. A Nota manifesta solidariedade com as famílias, amigos e amigas das vítimas de Tabatinga, Crespo e Abacaxis e soma-se aos movimentos de defesa dos direitos humanos e de combate à tortura para exigir das instituições estaduais e federais de

controle uma atuação incisiva e célere na apuração das denúncias, uma rigorosa coação da violência estatal e o fortalecimento *urgente* do controle democrático da atividade policial.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/07/13/nota-sobre-a-chacina-em-tabatinga-no-amazonas/>

Repercussão na mídia nacional: 'Um mês após chacina, comandante da PM de Tabatinga é afastado. Afastamento de tenente-coronel ocorre após um mês da chacina na cidade. PM afirmou que afastamento não está necessariamente ligado às mortes'. Por G1 AM, 15/07/2021

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/07/15/comandante-da-pm-de-tabatinga-e-afastado-de-unidade.ghtml>

Repercussão na mídia local de Manaus.

10) Nota da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia em repúdio à operação policial na comunidade de Jacarezinho no Rio de Janeiro
07/052021

A Nota manifesta institucionalmente repúdio à operação policial realizada no 6 de maio de 2021, na comunidade de Jacarezinho, zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, que resultou na morte de 28 pessoas e em denúncias de mais pessoas baleadas, invasões de casas e arrombamento de portas. Pelos seus resultados, a operação se constitui como a maior chacina ocorrida no Rio de Janeiro por policiais em serviço. A denominada operação "Exceptis" foi realizada sob coordenação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com apoio de outras unidades do Departamento-Geral de Polícia Especializada (DGPE), do Departamento-Geral de Polícia da Capital (DGPC) e da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), mobilizando recursos extraordinários da Polícia Civil.

A Nota foi oficiada ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e ao Governador do Estado do RJ.

Link: <http://www.portal.abant.org.br/2021/05/07/nota-da-comissao-de-direitos-humanos-da-associacao-brasileira-de-antropologia-em-repudio-a-operacao-policial-na-comunidade-de-jacarezinho-no-rio-de-janeiro/>

Como desdobramento, em parceria com o Comitê de Cidadania, Violência e gestão estatal, foi publicado o artigo: "Passar o recado para a sociedade: Uma análise da coletiva de imprensa da Polícia Civil sobre o Jacarezinho", por Fábio Araújo, Rachel Barros, Daniel Hirata, Roberto Efrem Filho, Juliana Farias, Adriana Vianna; Gabriel Feltran; Flavia Medeiros e Lucia Eilbaum, 24 de maio de 2021, Le Monde Diplomatique - Brasil

Link: <https://diplomatique.org.br/analise-da-coletiva-de-imprensa-da-policia-civil-sobre-o-jacarezinho/>

Organização do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2022 - X Edição: “Antropologia e Direitos Humanos: cuidar, resistir e lembrar”

Comissão de Organização: Ana Paula Silva, Flavia Medeiros, Debora Allebrandt, Helder Ferreira, Juliane Bazzo, Lucía Eilbaum, Paulo Victor de Leite Lopes e Taniele Rui.

Através do Edital 2022 – “Antropologia e Direitos Humanos: cuidar, resistir e lembrar”, a CDH/ABA lançou a décima edição do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos. Nessa edição, houve um total de 30 inscrições, 3 trabalhos concorrendo na categoria graduação, 14 na categoria mestrado e 13 no doutorado. Por sua vez, participaram 35 professores/as e pesquisadores/as como pareceristas. Nesta edição o Edital contemplou também ação afirmativa nas categorias de pesquisadores/as negros/as/es, indígenas, trans/travestis e/ou com deficiência. Houve um total de 11 inscrições nessas categorias. Na categoria graduação foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, e nas categorias mestrado e doutorado um prêmio e duas menções honrosas em cada nível de formação. Os critérios de avaliação foram: originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos direitos humanos e qualidade da redação.

Os trabalhos premiados representam instituições e estados diversos do Brasil e apresentam etnografias sobre assuntos e campos empíricos diversos, mas articulados na discussão entre antropologia e direitos humanos. O resultado pode ser conferido através desse link: <http://www.portal.abant.org.br/premio-antropologia-e-direitos-humanos/>

O resultado do X Prêmio foi anunciado durante a 33 RBA, no dia 30 de agosto, e no dia 01 de setembro foi realizada a sessão de Conversa com os premiados no âmbito do evento, da qual participaram todos os autores premiados, como a coordenação de membros da comissão organizadora (como detalhado acima nas atividades da CDH na 33 RBA). Nessa fase, estamos organizando a coletânea a ser publicada com os artigos premiados, com a editora E-papers e colaboração da CELCA/ABA.

Outras atividades

Participação de Flavia Medeiros na Audiência do Supremo Tribunal Federal em relação à ADPF 635, 16/04/2021: <https://www.instagram.com/reel/COTGI7qpoDY/>

Participação de Lucía Eilbaum, Marianna Holanda e Helder Ferreira em reuniões para discussão de possíveis alterações no Código de Ética da ABA, em 2022.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em atenção ao pedido da Diretoria da ABA, segue uma síntese das atividades da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (CEC&T) que, na última gestão, foi integrada por: Alexandre Ferraz Herbetta (UFG), Carla Ramos Munzanzu (Ufopa), Edilma do Nascimento Souza (Univasf), Flávia Ferreira Pires (UFPB), Guillermo Vega Sanabria (UFBA, Coordenador), Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA), Sônia Beatriz dos Santos (UERJ), Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa).

As atividades tiveram como ponto de partida o Plano de Trabalho apresentado à Diretoria da ABA em abril de 2021. Contudo, outras atividades foram incluídas ao longo desse tempo, em virtude de demandas e situações novas. Em geral, tais atividades podem ser agrupadas conforme as seguintes linhas de ação: 1) Educação superior e ações afirmativas, 2) Impacto da pandemia de Covid-19 na educação, 3) Defesa e valorização da educação e do sistema nacional de ciência e tecnologia, 4) Ensino e aprendizagem de antropologia.

Educação superior e ações afirmativas

As atividades do primeiro semestre de 2021 iniciaram-se com a formulação da proposta e planejamento do "Ciclo de debates "A educação em movimento", que ocorreu por meio de quatro webinários, como detalhado abaixo. O Ciclo foi originalmente submetido ao edital da 2ª Campanha pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior, da Cátedra UNESCO Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina (ver documentos anexos)²⁶

Mesmo não tendo sido selecionada para fazer parte da Campanha, a Comissão levou adiante a proposta, colocando no centro da reflexão do Ciclo a educação para populações em situação de itinerância, as ações afirmativas e o racismo vivido no universo docente e no universo discente de diferentes Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. As pessoas convidadas a compor as quatro mesas virtuais estavam vinculadas aos campos da educação cigana, escolar indígena, quilombola, educação das relações étnico-raciais e educação do campo.

1) Webinário 01: "Educação para populações em situações de itinerância", realizado em 24 de setembro de 2021.

Coordenação/mediação: Suzana Cavalheiro de Jesus e Edilma do Nascimento Souza (CEC&T).

Palestrantes: Jucelmo Dantas (cigano calon, UEFS), Marcilânia Alcântara (cigano calon, professora do Ensino Básico), Isabela Camini (educadora e pesquisadora das escolas

²⁶ Agradeço a Sônia Beatriz dos Santos e Alexandre Herbetta, membros da CEC&T, sua valiosa ajuda na preparação deste relatório.

itinerantes no Rio Grande do Sul)
[https://www.youtube.com/watch?v=PB6LefPuSj0&ab_channel=TVABA]

2) Webinário 02: "Racismo e/no Ensino superior: cotidiano, experiências e desafios sob a perspectiva docente", realizado em 22 de outubro de 2021.

Coordenação/mediação: Sônia Beatriz dos Santos e Edilma do Nascimento Souza (CEC&T).

Palestrantes: Zélia Amador de Deus (UFPA), Ana Claudia Gomes (UNILAB), Rosilene Cruz de Araújo (Rosilene Tuxá, UNIFAP), Joziléia Daniza Jagso Kaingang (UFSC), Aluizio de Azevedo Silva Júnior (FIOCRUZ/MS) e Claudia Nunes Santos (UFS)
[https://www.youtube.com/watch?v=vvziHCZQp0Q&ab_channel=TVABA].

3) Webinário 03: "Relações entre os PPGAS e as ações afirmativas no Brasil", realizado em 11 de novembro de 2021.

Coordenação: Alexandre Herbetta (CEC&T).

Palestrantes: José Jorge de Carvalho (UnB), Marta Quintiliano (doutoranda UFG), Joelma Antunes (doutoranda UFBA), Felipe Sotto Maior Cruz (Uneb)
[https://www.youtube.com/watch?v=ci6uaSP0z24&ab_channel=PPGASUFGOficial].

4) Webinário 04: "Racismo e/no Ensino superior: cotidiano, experiências e desafios sob a perspectiva discente", realizado em 12 de novembro de 2021.

Coordenação: Sônia Beatriz dos Santos e Edilma do Nascimento Souza (CEC&T).

Palestrantes: Bruna Vaz (PPGA/UFPA e ABIA), Edilene Alves (Pedagogia/Unicamp), Larisse Pontes (PPGAS/UFSC), Maria Jane Soares (ASCOCIC; CEP-IR-PB; COEPIR-CE; CNPIR; CNPCT; CONSEPIR-RR), Suênia Soares (PPGSC/UFPA) e Urânia Munzanzu (PPGA/UFBA)
[https://www.youtube.com/watch?v=HaRsp8rn37Y&ab_channel=TVABA].

A propósito do teor das reflexões emanadas destes eventos, transcrevo aqui um trecho da síntese feita por Alexandre Herbetta, acerca do webinário 03:

Percebemos em primeiro lugar a complexidade das referidas políticas, o que elas acessam e como causam impactos. Falamos, então, sobre alguns dos temas afins, como o sofrimento psíquico decorrente de um espaço que permite o acesso, mas que impõe práticas ainda baseadas em um racismo epistêmico, o que dificulta a permanência de estudantes. Ressaltamos práticas como: 1) a hegemonia da escrita em detrimento da oralidade, 2) a hegemonia da língua portuguesa em detrimento de línguas originárias, 3) a hegemonia de uma matriz curricular totalmente centrada em conhecimentos eurocentrados em detrimento de um sem número de contribuições e reflexões geradas a partir de outras epistemologias, 4) a imposição de tempos e rotinas administrativas que nem tomam em consideração outros contextos, como o de estudantes que vivem em territórios originários, para dar um exemplo, 5) a falta de preparo e formação de toda a comunidade acadêmica para o tema da diferença, o que gera um sem número de situações de discriminação em relações interpessoais no âmbito da

universidade e 6) a falta de ações que criem espaços de convivência intercultural, pautados na noção de coletivo.

Note-se que em nenhum momento se foi contra a escrita, o idioma português e autores eurocentrados, de uma maneira dicotômica, mas, sim, ao contrário, se pensou nas razões por trás do fato de que há uma hegemonia de um sobre o outro, uma imposição de práticas que ainda excluem, como se pensa no campo da interculturalidade crítica. Pensamos também na possibilidade ou não de um espaço acadêmico pautado na ecologia de saberes. Propusemos um manifesto para uma ampla mudança curricular nos PPGAS. Enfatizamos bastante a violência epistêmica por trás de uma formação quer seja de graduação ou de pós-graduação que tem apenas como base saberes eurocentrados e questões distantes dos contextos locais brasileiros. Discutimos também a situação absurda de não haver docentes indígenas, negrxs, negrxs quilombolas, ciganxs nos departamentos de antropologia, sendo tais grupos sempre temas centrais do campo de saber referido.

Falamos, igualmente, da importância dos espaços dos PPGAS no contexto, ressaltamos como são os lugares que normalmente, nas universidades, propõem ações e problematizações que buscam avançar nos temas elencados acima. Identificamos mudanças interessantes no perfil discente, avanços pontuais em mudanças em matrizes curriculares, problematizações de práticas pedagógicas e métodos investigativos, ações para apoio ao longo da trajetória acadêmica, as quais têm a ver com o acesso a bolsas, mas não se esgotam aí e, falamos também, da ainda enorme dificuldade em uma mudança no perfil docente, de modo a se ter docentes provenientes de outros contingentes populacionais. Nos baseamos especialmente nas experiências apresentadas dos PPGAS da UFG, Unb, UFBA.

Ressaltamos, por fim, a relação fundamental, no momento, entre os PPGAS e os Cursos de Educação Intercultural Indígena, espaços que pensam a universidade junto a outras epistemologias. Percebemos que as propostas elencadas, os temas debatidos, e as ações propostas partem muitas vezes das dinâmicas presentes nestes cursos. Entendemos, então, a necessidade de haver ações que vinculem e articulem tais lugares para a potencialização das ações.

Por fim, nos mostramos preocupados com o cenário de ataque às políticas educacionais atuais e defendemos veementemente a manutenção, refinamento e intensificação, desde uma perspectiva epistemológica e política, das políticas de ação afirmativa. Concluimos que é necessário uma transformação estrutural da universidade, que passe a levar em consideração os modos próprios de ser de outras populações, epistemológica, cultural e socialmente diferenciadas, para um projeto de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

No segundo semestre de 2021, a CEC&T organizou e coordenou um grupo de trabalho *ad hoc* para tratar, numa série de reuniões junto a outros comitês e comissões da ABA, dos Projetos de Lei que até hoje tramitam no Congresso Nacional visando a revisão da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. O Art. 7º dessa norma, também conhecida como "Lei de cotas", estabelece que "no prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas" (redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016). O resultado dessas

reuniões, no intuito de subsidiar as contribuições da ABA neste sentido, foram oportunamente compartilhadas com os associados da ABA por meio de notícias que apareceram no Informativo da Associação como segue:

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 08 de setembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20210914_6140949c90d46.pdf].

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 24 de setembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20211028_617aa8a60da70.pdf].

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 22 de outubro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20211028_617aa8d5ed694.pdf].

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 19 de novembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20211123_619d05c8c0776.pdf].

Além da discussão coordenada, envolvendo diversas comissões e comitês da Associação, outro resultado concreto desse trabalho, foi a produção da “Nota Técnica da ABA sobre as ações afirmativas consignadas na Lei 12.711 de agosto de 2012 e atualizada pela Lei 13.409 de dezembro de 2016” [http://www.abant.org.br/files/20211210_61b385d247d26.pdf].

Esse documento subsidiou a participação da Diretora da ABA, Profa. Luciana Dias (UFG), na audiência pública convocada pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, em 10 de dezembro de 2021 [ver a íntegra da audiência em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=22528>].

Após a audiência no Senado Federal, representantes das comissões e comitês da ABA, assim como outros associados com interesse no tema, continuam, até hoje, a trocar informações a respeito deste assunto num grupo de WhatsApp, criado especificamente com este propósito, cujo link de acesso é: <https://chat.whatsapp.com/HIL8EGBRg598Y6NYILmDBxtendo>.

As reflexões acumuladas pela realização do Ciclo de debates “A educação em movimento” e no grupo de trabalho *ad hoc* sobre a revisão da chamada Lei de cotas foram consolidadas e expandidas no Simpósio Especial da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, organizado em duas partes durante a 33ª Reunião Brasileira de Antropologia. O título do Simpósio foi “10 anos das ações afirmativas no Brasil: permanência, continuidades e perspectivas na prática de uma antropologia antirracista”, realizado de 30 de agosto a 01 de setembro de 2022, sob a coordenação de Sônia Beatriz dos Santos, Suzana Cavalheiro de Jesus, Edilma do Nascimento Souza e Carla Ramos Munzanzu. As seis sessões e a roda de conversa que compuseram esta atividade foram:

Parte I:

Sessão 01: “10 Anos das ações afirmativas no Brasil: Impactos e desdobramentos na antropologia”. Participantes: Aluízio de Azevedo Silva júnior (Ministério da Saúde), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA), Gerssem José dos Santos Luciano (Gerssem

Baniwa, UnB). Debatedor: Guillermo Vega Sanabria (CEC&T) [https://www.youtube.com/watch?v=8zydYff3REA&ab_channel=TVABA].

Sessão 02: “Interfaces no ensino da antropologia na emancipação de uma educação antirracista: Educação Básica e Ensino Superior”. Participantes: Felipe Sotomaior Cruz (UNEB), Flavia Medeiros Santos (UFSC), Tatiane Vieira Barros (IFCE), Debatedor: Messias Moreira Basques Junior (ALARI – Universidade de Harvard).

Sessão 03: “Novos debates e velhos dilemas: Como pensar os avanços das ações afirmativas na popularização, ensino e aprendizagem da antropologia”. Participantes: Ana Gretel Echazú Böschemeier (UFRN), Neusa Maria Mendes de Gusmão (Unicamp), Renata Albuquerque (Faculdade Cásper Líbero), Sandra Tosta (UFOP). Debatedora: Flavia Pires (CEC&T).

Parte II:

Sessão 01: “As construções de uma Antropologia brasileira antirracista: as retomadas do fazer, aprender e ensinar antropologia”. Participantes: Alexandra Alencar (UFSC) e Antônia Gabriela Pereira de Araújo (Universidade de Harvard), Debatedora: Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (UFSC).

Sessão 02: “Antropologia no debate transversal da interdisciplinaridade na elaboração de conhecimentos”. Participantes: Célia Regina Xavier de Castro (ILÊ OMIOJUARO), Luane Bento dos Santos (SEEDUC-RJ), Marcilânia Alcântara (SEM/Sousa-PB). Debatedor: Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA).

Sessão 03: “Tessituras das antropologias brasileiras em diálogo com propostas da educação antirracista: Perspectivas sobre as graduações em Antropologia”. Participantes: Antonella Tassinari (UFSC) e Kelly Emanuely de Oliveira (UFPB). Debatedora: Flávia Ferreira Pires (CEC&T).

Impacto da pandemia de Covid-19 na educação

Dentre as atividades organizadas pela ABA durante a 73ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a CEC&T organizou e coordenou a mesa-redonda “As escolas e a COVID-19: entre o ‘novo normal’ e as velhas desigualdades”, realizada em 21 de julho de 2021. A atividade foi mediada por Guillermo Vega Sanabria e contou com a participação de Carla Ramos Muzanzu (pela CEC&T), Silvio Salej Higgins (UFMG) e Maria Elisa Máximo (Faculdade Ielusc) [<https://www.youtube.com/watch?v=qg6IMC0FOPw>].

Igualmente, sob inspiração de uma iniciativa similar levada a cabo em março de 2021 pela *Teaching and Learning Anthropology Network* da Associação Europeia de Antropólogos Sociais (EASA, pela sigla em inglês) – o webinar *Teaching and Learning Anthropology during the Pandemic. Dilemmas, Challenges and Opportunities* –,

aconteceu o evento online “Aprendendo e ensinando antropologia durante a pandemia: dilemas, desafios e oportunidades”, em 13 de outubro de 2021. A atividade foi organizada pela CEC&T, em parceria com o Comitê Deficiência e Acessibilidade e a Comissão de Direitos Humanos da ABA. O objetivo era fazer um balanço e promover a troca de vivências e reflexões, bem como de possíveis intervenções, tendo em vista o impacto da pandemia de Covid-19 nos processos pedagógicos próprios da nossa disciplina. O evento contou com comunicações em grupos de trabalho, seguidos por uma plenária, para compartilhamento das principais discussões e eventuais encaminhamentos. Participaram Guillermo Vega Sanabria e Sônia Beatriz Santos na comissão organizadora pela CEC&T [https://www.youtube.com/watch?v=OC-8GfCfJn0&ab_channel=TVABA].

Defesa e valorização da educação e do sistema nacional de ciência e tecnologia.

Esta linha de ação supôs, especialmente, um trabalho articulado com outras associações científicas, visando o monitoramento de políticas e a mobilização social perante os contínuos ataques infringidos no último Governo às instituições da ciência, da educação, da arte e da cultura, assim como diante do negacionismo oficial e do desmantelamento do sistema nacional de ciência e tecnologia. Implicou, em particular, a organização e coordenação de atividades acadêmicas numa agenda pública de defesa e valorização da educação e da ciência, destacando o papel das Ciências Humanas, em geral, e da Antropologia, em particular.

Diante do quadro avassalador dos cortes realizados no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a SBPC, em articulação com outras entidades científicas e acadêmicas nacionais, realizou no dia 15 de outubro de 2021 a “Mobilização em Defesa da Ciência”. Coincidindo com o Dia do Professor, a ABA participou da Mobilização por meio de suas redes sociais, com vídeos enviados por associadas e associados, tratando deste tema, incluindo a contribuição do coordenador da CEC&T [https://www.youtube.com/watch?v=GJwI6P08IJM&t=17s&ab_channel=TVABA].

Igualmente, a CEC&T organizou e participou da palestra “Fazer ciência e defender direitos: o valor da antropologia”, que fez parte da 3ª Jornada de Mobilização em Defesa da Ciência, coordenada pela SBPC e outras entidades científicas e acadêmicas nacionais, em 23 de novembro de 2021. Palestrantes: Luciana Dias (Diretoria da ABA) e Guillermo Vega Sanabria (CEC&T) [https://www.youtube.com/watch?v=Pq7LP71MY24&ab_channel=TVABA].

Como parte da mobilização da SBPC, no contexto do Dia Nacional de “Não aos cortes em Educação e Ciência”, em 21 de junho de 2022, a CEC&T também organizou a palestra “Contexto do financiamento da educação e da ciência no Brasil”, que teve como convidado a Gregório Grisa (IFRS) e a mediação de Guillermo Vega Sanabria (CEC&T) [https://www.youtube.com/watch?v=Yfb9KZZdwCY&t=95s&ab_channel=TVABA].

Enfim, no final de 2022, diante do recrudescimento dos cortes ao orçamento da educação e a ciência no país, a Comissão produziu duas declarações: a “Nota da Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia da ABA sobre os sucessivos bloqueios orçamentários nas Instituições Federais de Ensino Superior”, de 11 de outubro de 2022 [http://www.abant.org.br/files/20221011_6345c84be5301.pdf]; assim como a “Nota sobre os sucessivos bloqueios orçamentários nas Instituições Federais de Ensino Superior”³, de 08 de dezembro de 2022 [http://www.abant.org.br/files/20221212_63976a0231162.pdf].

Ensino e aprendizagem de antropologia

As transformações experimentadas pelas IES brasileiras nas últimas duas décadas impactam diretamente nosso diálogo sobre ensino e aprendizagem da nossa disciplina. De um lado, o aumento do número de Programas de Pós-Graduação em Antropologia e de cursos de Ciências Sociais, assim como a criação de graduação em Antropologia após a relativa expansão do sistema de ensino superior, especialmente a partir do início dos anos 2000. Por outro lado, o efeito das ações afirmativas no ensino superior em relação aos alunos provenientes de escolas públicas; no Brasil, isso significa, principalmente, procedentes das classes populares, negros e indígenas. Hoje, segundo números oficiais, mais da metade dos universitários brasileiros são negros, mesmo que as desigualdades persistam. As demandas por uma educação antirracista, atualização do cânone antropológico, pluralidade epistemológica e mais representatividade social estão intimamente associadas a essas transformações. Nesse sentido, cumpre destacar aqui pelo menos três atividades desenvolvidas pela CEC&T, relacionadas ao ensino e aprendizagem da antropologia neste cenário estimulante.

Primeiro, o lançamento, em 2020, do Prêmio ABA de Ensino de Antropologia. Existe uma categoria para o melhor trabalho ou experiência documentada; e outra pela excelência no trabalho docente. O Prêmio surgiu como uma resposta institucional às condições adversas às que nos últimos anos, especialmente durante o último governo, têm sido submetidas as IES do país e, em particular, aos ataques oficiais contra as Ciências Sociais e Humanas. Ao mesmo tempo, o prêmio reconhece os esforços realizados no sentido de repensar o cânone e as práticas pedagógicas na antropologia, em diferentes níveis e instituições educacionais. Não somente no Ensino Superior e nos em cursos de pós-graduação.

Em cumprimento dos objetivos e compromissos do Prêmio, em 2021, concretizou-se a publicação dos trabalhos premiados na primeira edição, por meio de cooperação com a revista *Novos Debates*. Por exemplo, foi publicado o texto “Neusa Gusmão e sua contribuição ao ensino de antropologia no Brasil”; homenagem à agraciada em 2020 na categoria “Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil” [<http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/09/PEDAGÓGICAS-Amurabi-Oliveira-revisto-DIAGRAMADO.pdf>].

Igualmente, foi publicado pela mesma revista o artigo “História quilombola no chão. No caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida”, de Rafael Palermo Buti,

quem obteve o prêmio na categoria “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil” [<https://novosdebates.abant.org.br/v7-n1-2021/>].

Em 2022, avançou-se na consolidação do Prêmio por meio de sua segunda edição no quadro da 33^a. RBA, conforme edital divulgado amplamente [https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=504]. Na categoria “Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil” o prêmio foi concedido a Miriam Pillar Grossi (UFSC) pela Comissão Julgadora formada por Luiz Alberto Couceiro (CEC&T, Presidente), Neusa Gusmão (Unicamp) e Andrea Ciacchi (Unila). Na categoria “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil”, o Prêmio foi concedido a Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute – Universidade de Harvard) pelo trabalho “Vozes Negras na Antropologia”. Também foram concedidas as seguintes menções honrosas: a Juliane Bazzo (UFGD), pelo trabalho “Experimentos sônicos na pandemia de Covid-19 de uma professora de antropologia nas bordas universitárias” e a Guilherme Rodrigues de Rodrigues (PPGAnt/UFPel), Renata Tomaz do Amaral Ribeiro (PGDR/UFRGS), Janice Alves Trajano (PPGAnt/UFPel) e Renata Menasche (PPGAnt/UFPel; PGDR/UFRGS) pelo trabalho “Blogueiras: ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica em Antropologia” [ver <http://www.portal.abant.org.br/premio-ensino-de-antropologia/>]. A Comissão Julgadora desta categoria foi formada por Carla Ramos Munzanzu (CEC&T, Presidente), Ana Maria R. Gomes (UFMG) e Tiago Duque (UFMS).

Em segundo lugar, a continuação dos trabalhos do Fórum das Coordenações dos Cursos de Graduação em Antropologia, criado em 2020, durante a 32^a. RBA [http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc962e076a03.pdf]. O objetivo do Fórum é partilhar experiências e os desafios da formação em Antropologia neste nível. Se até o início dos anos 2000, a formação em antropologia no Brasil restringia-se à pós-graduação, agora existe um apelo urgente para ampliar nosso trabalho e apoiar os esforços envidados nesse sentido. Como foi apontado na moção de criação do Fórum na 32^a. RBA, observamos que os cursos estão enraizados nas realidades locais dos vários campi, alguns abertos por iniciativas de interiorização do Ensino Superior, com presença numerosa de estudantes indígenas, quilombolas e negros, o que demonstra a vitalidade e importância destes cursos para contribuir para o entendimento e superação de problemas locais e contemporâneos. Infelizmente, o cenário recente de desmonte das universidades públicas e de desvalorização da pesquisa e do pensamento científico, ameaça a continuidade dos cursos, amiúde considerados “pouco produtivos” em suas universidades pelo baixo número de matrículas e formandos. A constituição do Fórum visa criar um espaço de interlocução entre coordenadores dos cursos, para pensar estratégias de valorização e visibilização da graduação em antropologia, de inserção dos egressos no campo profissional, de mobilidade estudantil entre as instituições, de revisão de propostas curriculares, de dupla titulação e de cooperação internacional.

O Fórum reúne, neste momento, 12 cursos de Universidades Públicas no Brasil, criados entre 2004 e 2014, a saber: Universidade Federal do Amazonas – Campus Benjamin Constant, Universidade Federal Fluminense – Niterói, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Universidade Federal da Paraíba – Campus Rio Tinto,

Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Universidade Federal de Roraima – Boa Vista, Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus Redenção, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Foz de Iguaçu, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Universidade Federal do Sul da Bahia – Porto Seguro e Universidade Federal do Vale do São Francisco -São Raimundo Nonato.

Em terceiro lugar, a Reunião Inaugural do Grupo de Trabalho Internacional sobre Ensino e Aprendizagem de Antropologia [*International Working Group on Teaching and Learning Anthropology*], ocorrida em 30 de agosto de 2022, durante a 33ª RBA. Essa ideia, ainda em andamento, é uma iniciativa da CEC&T, representada pelo seu coordenador, e do Grupo de Interesse em Ensino de Antropologia da Associação Americana de Antropologia, representada por Audrey Ricke (Universidade de Indiana). O grupo de trabalho visa reunir redes antropológicas, comissões e outras organizações de todo o mundo para promover conversas e troca de ideias a respeito do ensino e da aprendizagem de antropologia num contexto internacional. Tem participado das duas reuniões ocorridas até agora, membros e representantes dos seguintes grupos: Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia, Teaching Anthropology Interest Group (TAIG)/American Anthropological Association, Grupo de Trabalho Ensino de antropologia e a formação de antropólogos e antropólogas da Associação Latino Americana de Antropologia, IUAES-Anthropology and Education Commission, Teaching Anthropology Network/Easa, Network for Critical Pedagogy in Canadian Anthropology, World Anthropologies/American Anthropological Association (AAA-USA), Society for Applied Anthropology - Anthropology of Higher Education (USA) e Society for Anthropology in Community Colleges (USA).

Enfim, além das atividades acima elencadas, vale pena mencionar a elaboração da “Nota da Diretoria da ABA e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sobre a participação de portadores de diploma em Antropologia em processos seletivos e concursos públicos na área de Sociologia”, publicada em 14 de setembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20210914_6140e86c9780d.pdf]. Também, em parceria com Academia Brasileira de Ciências, a indicação e o apoio na preparação do dossiê para a candidatura de Gersem Baniwa ao Prêmio Péter Murányi 2021-2022, na área de educação.

Sem mais, aproveito o ensejo para agradecer Diretoria da ABA, nas pessoas das professoras Patrícia Birman e Cornélia Eckert, assim como à secretária e ao Comitê de Comunicação e Divulgação Científica da Associação pelo o apoio dado a nossas propostas ao longo dos últimos dois anos. Registro igualmente meu sincero reconhecimento aos colegas da Comissão pelo seu compromisso com os trabalhos até aqui realizados. Desejo, enfim, completo sucesso à nova Diretoria na gestão que se inicia.

Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria
Coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

RELATÓRIO DA COMISSÃO LAICIDADE E DEMOCRACIA

Coordenador: Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)

Vice Coordenadora: Jacqueline Moraes Teixeira (UNB)

Christina Vital da Cunha (UFF)

Emerson Alessandro Giumbelli (UFRGS)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

Fátima Weiss (UFAM)

Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)

Marcelo Tavares Natividade (UFCE)

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)

Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp/Cebrap)

Tatiane dos Santos Duarte (UnB)

No início do ano de 2022, em reunião da Comissão de Laicidade e Democracia, decidiu-se que os colegas Marcelo Ayres Camurça e Jacqueline Teixeira assumiriam a coordenação e vice, respectivamente por um mandato de um ano, cumprindo o final do mandato de Ronaldo Almeida que viajaria para um pós-doutorado nos EUA e Christina Vital que se afastaria do cargo por questões profissionais-acadêmicas.

O relatório que será apresentado abaixo aponta as atividades realizadas nos anos 2021 e 2022 fruto das decisões colegiadas da Comissão e do planejamento da mesma. Ele se comporá do informe das seguintes atividades realizadas ou em encaminhamento: 1- Publicação de dois dossiês (2021 e 2022) sobre o Dia nacional de combate à intolerância religiosa na revista "Intolerância Religiosa" e "OQ" e um dossiê sobre "racismo religioso" nas mesmas revistas, 2- Organização de uma Mesa Redonda sobre religião e questão indígena gravada em vídeo pela TV ABA, 3- Participação no Webinário Pré-33ª RBA, na Mesa Redonda "Religião, democracia e esfera pública", 4- Organização do Seminário Especial "Laicidade e Democracia" na 33ª RBA, 5- Colóquio "Os desafios da diversidade religiosa" nas XX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 6- Seminário Temático "Religião, política, direitos humanos: reconhecimento e intolerâncias em perspectiva" no 46º Encontro Anual da ANPOCS, 2022, 5- Participação de membros da CLD-ABA em Comissões e eventos na questão dos Direitos Humanos.

Além dessas atividades seguem sendo organizados dois projetos: um livro sobre Laicidade com o selo ABA e um projeto de cartografia e construção de um banco de dados sobre iniciativas de resistência e oposição à intolerância religiosa no Brasil. Segue abaixo a lista das atividades.

- 1) Revista Intolerância Religiosa, n. 3, v. 2, 2021

Dossiê – Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa: notícias e impressões de antropólogo/as

O Dossiê foi resultado de uma ação da Comissão Laicidade e Democracia, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com vistas a contribuir para o combate à intolerância religiosa em nosso país. Nele estão disponíveis textos-relatos de antropólogos e antropólogas sobre diferentes atividades realizadas no dia 21 de janeiro de 2021 em cidades de várias regiões do Brasil. A parceria com a revista Intolerância Religiosa, editada por KOINONIA, permitiu levar ao conhecimento de um público diversificado 21 contribuições, elaboradas por 30 antropólogos e antropólogas, sobre os eventos de combate à intolerância religiosa em contexto de pandemia.

Endereço virtual: <https://revistaintoleranciareligiosa.com/2022/05/03/n-3-v-2-2021/>

2) Revista Intolerância Religiosa, n. 4, v. 3, 2022

Dossiê - 15 anos de Combate à Intolerância Religiosa: notícias das(os) antropóloga/os e ativistas religiosa/os

Organização da 2ª edição do dossiê sobre o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, pelo Comitê Laicidade e Democracia, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)¹, buscando contribuir para o combate à intolerância religiosa em nosso país, dando visibilidade a pesquisas e projetos de extensão universitária, mobilizações da sociedade civil e ações políticas e governamentais no combate à intolerância religiosa, pela garantia do livre exercício de fé e culto no Brasil. A edição contou com 12 textos-relatos de antropólogas(os) e ativistas religiosas(os) sobre as atividades realizadas por ocasião do dia 21 de janeiro de 2022 em municípios de várias regiões do país, contribuindo para ampliar a visibilidade de pesquisas e projetos de extensão universitária, mobilizações da sociedade civil e ações políticas e governamentais no combate à intolerância religiosa, pela garantia do livre exercício de fé e culto no Brasil.

Endereço virtual: https://revistaintoleranciareligiosa.com/2023/01/17/n-4-2022/?preview_id=442&preview_nonce=75726c77f1&preview=true&_thumbnail_id=434

3) Revista OQ, Ano 5, n. 6, 2022

Dossiê – Racismo Religioso, cuidado e comunidades negras tradicionais

A partir de um convite da equipe de KOINONIA, o dossiê organizado por Fátima Tavares (UFBA), membro da comissão, foi fruto de uma parceria entre o Grupo de pesquisa ObservaBaía/UFBA e o Comitê Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), inaugurando a Revista OQ totalmente remodelada, uma publicação digital criada por KOINONIA em 2012, anteriormente focada em quilombos, e que ampliou a abordagem para temas relacionados às comunidades negras tradicionais. O

Dossiê, que contou com quatro artigos, um “texto opinião” e três “relatos de experiência”, buscou reunir questões de religião e saúde que atravessam diferentes segmentos da população negra no Brasil em suas pautas mais recentemente identificadas com o problema do racismo estrutural, que ganha cada vez mais visibilidade no espaço público, ainda mais no contexto de recrudescimento da intolerância religiosa e racismo religioso – como denunciado por lideranças afroreligiosas e pesquisadores.

Endereço virtual: <https://kn.org.br/oq/2022/02/04/revista-oq-dossie-racismo-religiosocuidado-e-comunidades-negras-tradicionais-ano-5-numero-6-janeiro-de-2022/>

4) Religiões e questões indígenas no Brasil: desafios e perspectivas, TV ABA

Endereço Virtual Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=5TPL71nRSZ4&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4y>

Coordenação: Christina Vital (UFF) e Tatiane Duarte (UnB). A atividade buscou refletir os significados da presença atual de várias religiões nos Territórios Indígenas diante da conjuntura de incremento de conflitos por terra e violências cada dia mais cruéis envolvendo indígenas em áreas invadidas por garimpeiros, grileiros, mineradores e do próprio Estado através do desmonte de políticas públicas e de projetos de proteção ambiental e dos povos da floresta. Para fazer o debate, foram convidadas pessoas com lugares de fala diversa desde colegas da antropologia até atores da sociedade civil e política organizada: Artionka Capiberibe (Unicamp), Paulo Ricardo (Fé no Clima), Priscilla Reis (Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito), Rute Anacé (Associação brasileira de Indígenas antropólogos/ABIA e Comissão Antropólogos Indígenas/ ABA)

5) Webinário na Pré-RBA “Reinventar o Brasil: perspectivas sobre o Bicentenário da independência”

Participação do coordenador da CLD-ABA, Marcelo Camurça na Mesa “Religião, democracia e esfera pública” com Thiago Hoshino (UFPR), Eduardo Dullo (UFRGS), tendo como debatedora a presidente da ABA, Patrícia Birman (UERJ).

6) Seminário Especial Laicidade e Democracia em perspectiva na 33ª RBA

Coordenação: Tatiane Duarte (UnB) e Jacqueline Teixeira (UnB).

Reconhecendo a centralidade de algumas modalidades específicas de engajamento político de alguns sujeitos religiosos na arena pública, o Seminário pretendeu discorrer sobre como grupos cristãos têm construído um lugar de reconhecimento público, difundindo a noção de conservadorismo cristão em diversos espaços sociais mediante a ocupação das redes sociais, a circulação das teologias fundamentalistas de modo a afirmar políticas, no âmbito do Estado. Assim, a primeira sessão discutiu alguns mecanismos de ocupação do Estado e o enfrentamento para o reconhecimento civil dos

direitos humanos, a partir do debate sobre religião, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica e questões raciais. A segunda sessão, analisou alguns desafios à democracia brasileira discorrendo sobre religiões e os direitos das populações indígenas, o perfil das candidaturas ao legislativo e a relação entre pentecostalismos e bolsonarismos.

Sessão 1

– Pautas morais e os sentidos da laicidade no Brasil.

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ), Simony Cristina Teixeira dos Anjos (USP) e Viviane Costa (ISER).

Debatedora: Tatiane Duarte (UnB).

Sessão 2 - Ação política de grupos conservadores e desafios à democracia

Participante(s): Livia Reis Santos (Museu Nacional/UFRJ), Mariana Magalhães Pinto Côrtes (UFU) Priscilla dos Reis Ribeiro (HCTE UFRJ), Debatedor(a): Jacqueline Moraes Teixeira (USP).

Segunda sessão foi transmitida pela TV ABA. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2FOAIj5HMoY>

7) Colóquio “Os desafios da diversidade religiosa” nas XX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina

Colóquio: Os desafios da convivência inter-religiosa em tempos de intolerância nas XX Jornadas Alternativas Religiosas, agosto de 2022, Rio de Janeiro.

Coordenação:

Marcelo Camurça (UFJF).

Participantes: Ivanir dos Santos (Babalawo/RJ), Fabíola Oliveira (pastora /São Gonçalo-RJ), Pedro Rebelo (Koinonia), Alejandro Frijerio (UCAConicet/Argentina). Debatedora: Tatiane Duarte (UnB)

8) Seminário Temático 29: Religião, política, direitos humanos: reconhecimento e intolerâncias em perspectiva” – 46º Encontro Anual da ANPOCS, 2022.

Organização do seminário temático no 46º Encontro Anual da ANPOCS em 2022. O “ST29: Religião, política, direitos humanos: reconhecimento e intolerâncias em perspectiva” foi coordenado pela colega Naara Luna (UFRRJ), membro da CLD e pelo cientista político Joanildo Burity (FUNDAJ e UFPE). Os debates ocorreram em três sessões virtuais nos dias 12 a 14 de outubro: “Reprodução, gênero e sexualidade: conservadorismos religiosos e resistência”; “Intolerâncias e conflitos entre religião e política”; “Política, trajetórias e laicidade em questão”. Catorze pesquisadores e pesquisadoras de instituições de três regiões do Brasil apresentaram o resultado de seus estudos, efetivados no país e no exterior. Um amplo panorama da religião no espaço

público foi descortinado, com representatividade de sujeitos e objetos contemplados, incluindo vários problemas que são foco da comissão de laicidade e democracia.

9) Participação de membros da CLD- ABA em comissões e eventos na questão dos Direitos Humanos e intolerância religiosa

Assento de Tatiane Duarte, como membro titular, representando a CLD-ABA na subcomissão de Laicidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Representação a ser recondicionada no ano de 2023.

Participação de Christina vital na CPI Intolerância Religiosa na ALERJ. No ano de 2021 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar a questão da Intolerância Religiosa no âmbito do Estado do Rio de Janeiro sob a presidência da deputada estadual Marta Rocha e relatoria do deputado estadual Átila Nunes. Foram convidados para participação na CPI especialistas e ativistas religiosos. Christina Vital, integrante da Comissão Laicidade e Democracia foi convidada como especialista a falar tendo contribuído com análises e propostas que foram contempladas no relatório final da referida CPI lançado ao final do ano de 2021.

Christina Vital atuou também como expositora na Mesa Redonda de lançamento e debate do Relatório sobre Intolerância Religiosa no Brasil, América Latina e Caribe ao lado de Ivanir dos Santos, Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, Presidente da Fundação Cultural Palmares, João Jorge e outros pesquisadores e pesquisadoras, dia 19/01, durante a Semana Nacional de Combate à intolerância Religiosa, 18 a 21 de janeiro de 2022 na CCJF.

1) Livro Laicidade – Selo ABA

O objetivo da publicação será oferecer ao público uma pluralidade de visões sobre a laicidade elaboradas por pessoas com múltiplas conexões com o tema: pesquisadores, religiosos, militantes e ativistas de diversas causas. Esta atividade foi coordenada por Emerson ;Giumbelli e Jacqueline Teixeira, com a colaboração de todas e todos membros da CLD e apoio da graduanda do curso de Ciências Sociais da Unicamp, Giovanna Colucci no apoio técnico.

Modelo da Carta convite endereçada aos colaboradores:

Escrevemos em nome da Comissão Laicidade e Democracia, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Gostaríamos de convidá-lo/a a participar de uma publicação com textos breves sobre o tema da laicidade e suas interfaces com questões candentes na vida social, política e acadêmica na contemporaneidade. Nesse projeto editorial, estarão reunidos/as pesquisadores/as e ativistas de várias regiões do Brasil, com formações em diversas áreas do conhecimento, religiosos/as e não religiosos/as. A organização dessa publicação está a cargo da Comissão Laicidade e Democracia e resultará em um e-book que ficará disponível no acervo de livros da ABA.

A formação da Comissão, em 2019, partiu do diagnóstico de que é crescente a presença da religião (instituições, atores, pautas, moralidades, controvérsias etc.) no espaço público, como resultado, em grande medida, de um contexto cada vez mais plural no país.

De modo geral, a laicidade é um valor político assumido discursivamente por diferentes atores (religiosos ou não) sendo seu conteúdo prático um campo em intensa disputa. Sua efetividade emerge, quase sempre, em face da garantia de direitos ou da denúncia de situações sociais a serem superadas. Sendo assim, há uma profunda interface entre visões de laicidade e os debates e ações em torno da liberdade de expressão, intolerância religiosa, moralidade pública, direitos sexuais, reprodutivos e de gênero, diferença cultural, representação política, conteúdos pedagógicos das escolas públicas, políticas de saúde, entre tantos outros assuntos. A Comissão se destina a atuar sobre esses e outros temas através da reflexão e valorização dos princípios da laicidade e da democracia em dois grandes eixos: a) a relação entre o Estado e as religiões e b) o respeito à diversidade dos modos de vida (religiosos ou não).

As perguntas comuns que orientarão todas as participações no livro são: Como o tema da laicidade interpela o seu campo de atuação religiosa, política e/ou de pesquisa? Na sua perspectiva, qual seria a definição mais adequada para laicidade? Quais as implicações da laicidade para questões que participam de uma agenda social e política contemporânea no Brasil? Não esperamos receber textos com caráter estritamente acadêmico, embora esse formato seja possível. Interessa-nos que cada artigo seja uma reflexão a partir da experiência e da visão dos/as autores/as.

Nome dos autores e título dos trabalhos confirmados

Alberto Jorge. **Laicidade do Estado Brasileiro: realidade ou utopia?**

André Musskopf. **Para navegar o tema da laicidade é preciso falar muitos idiomas.**

Ana Paula Miranda e Rosiane de Almeida. **As assimetrias contemporâneas da laicidade**

à brasileira: o neocolonialismo cristão e a resistência afrorreligiosa.

Fábio Leite. **Laicidade, favorecimento e a acomodação razoável no Brasil.**

Fernando Seffner. **Lili é laica. Léo lê a legislação do estado laico. Lia luta pelas liberdades laicas.**

Lina Delé Nunes e Evelyn Marcele Ribeiro Mota. **Um estudo de caso antropológico acerca dos ocidentalismos sob a cultura alimentar e a sacralização animal pelas comunidades tradicionais de terreiro.**

Luis Antônio Cunha. **Rumo ao Estado laico ou reconstrução de uma trajetória entre biografia e a história.**

Makota Celinha. **Por um estado que não reze, mas que nos permita rezar ou não rezar.**

Maxwell Azevedo e Hippolyte Brice Sogbossi. **Dinastias e confrontos: a mão dupla nos ataques aos terreiros no Brasil.**

Raphael Neves. **Laicidade: ainda um enquadramento possível?**

Thiago Hoshino. **Um amalá no STF: laicismo ressabiado e política do encantamento na comunicação entre terreiros e o estado.**

Maria José Rosado Nunes e Olívia Bandeira - **Laicidade em disputa: Centro Dom Bosco versus Católicas pelo Direito de Decidir**

2) Projeto Cartografia das resistências: Combate à intolerância religiosa no Brasil

Este projeto envolve a construção de um banco de dados que reúne informações sobre iniciativas de combate à intolerância religiosa em todo o contexto nacional. As informações são trazidas de bancos de dados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadoras/res vinculadas/os a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pretendem dar visibilidade às ações de proteção e enfrentamento do Racismo Religioso. O acesso a cartografia será via site da ABA, e sua apresentação construída mediante ao uso de uma plataforma de georreferenciamento.

COMITÊS²⁷

RELATÓRIO DO COMITÊ DE ANTROPÓLOGAS/OS NEGRAS/OS

Coordenador: Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)

Vice coordenadora: Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab)

Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)

Ana Paula da Silva (UFF)

Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ/ Harvard University)

Edilma do Nascimento Souza (Univasf)

Flavia Medeiros Santos (UFSC)

Gilson José Rodrigues Júnior (IFRN)

Juliana Cintia Lima e Silva (MN/UFRJ)

João Batista de Jesus Felix (UFT)

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Maíra Samara de Lima Freire (MN/UFRJ)

Nathália Dothling Reis (UFSC)

Introdução - Breve histórico

Criado durante a realização da 31ª RBA em Brasília, no ano de 2018, o compromisso do Comitê de Antropólogas/os Negras/os é assegurar representação e representatividade e buscar reconhecimento para antropólogas negras e antropólogos negros, no campo

²⁷ Os relatórios do Comitê de Assuntos Internacionais, do Comitê Deficiência e Acessibilidade e do Comitê Estudos Africanos constarão no site da ABA futuramente, no link do respectivo Comitê.

científico da Antropologia Brasileira. Nesta perspectiva, propomos o diálogo transparente e democrático, colaborando pedagogicamente com o processo construtivo da nossa associação, sem perder a dimensão do compromisso efetivo, com o antirracismo e o combate à invisibilização da intelectualidade negra entre a comunidade científica devido ao epistemicídio que desqualifica nossa produção.

O Comitê de Comitê de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros da ABA é composto por um grupo diversificado de profissionais, com interesses por temas diferenciados de pesquisa no campo da antropologia, atuando em diversas instituições públicas de ensino, seja nos níveis de formação e atuação: docentes em cursos de graduação e pós-graduação, ligados a instituições públicas/privadas; profissionais em diferentes órgãos públicos; consultores e a atuação autônoma. Cabe enfatizar, que o episódio ocorrido na 31ª RBA em 2018 e deu origem ao Comitê, estimulou também a identificação de um grupo com mais de 250 antropólogos e antropólogas negres, que embora nem todos sejam filiadas à ABA, apoiam esse comitê, com suas posturas críticas, empenhando seus corpos, vozes e conhecimentos, em prol da construção de uma antropologia cada vez mais descolonizada.. Esse quantitativo possibilita também, o fortalecimento a partir de diálogos e ações com outros comitês e comissões, a exemplo da Comissão de Direitos Humanos, Comitê Gênero e Sexualidade; Comitê de Antropologia e Saúde; Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia , todos nos quais há membros do Comitê de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros como membros. Também destacamos a interlocução com a ABIA (Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos) e, particularmente do Comitê de Antropologxs Indígenas da ABA. Abaixo seguem algumas atividades em destaque da atuação do comitê neste último biênio.

Atividades realizadas por integrantes do comitê

1) No dia 25 de julho de 2021, iniciamos a Campanha Yalodês: pelas lentes da antropólogas negras, que realizou uma ocupação das redes sociais da ABA (@aba_antropologia) no período de 25 a 30 de julho e depois seguiu publicando nas redes sociais do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA (@antropologia.negra), parte da biografia de antropólogas negras brasileiras. O webinar foi realizado pelo Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA, em parceria com o Comitê de Gênero e Sexualidades da ABA e com o Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, pelo canal do youtube da TV ABA, intitulada Reinvenções Patrimoniais a partir da perspectiva Afrobrasileira. Ao longo de 01 mês e 22 dias, fomos afetados pelas trajetórias emocionantes de 43 mulheres negras que nos mostraram e mostram, como as rotas entrelaçadas às raízes nos proporcionam a produção de um conhecimento científico engajado e corporificado. Ao fazer tal Campanha, temos o objetivo de reposicionar nossos corpos e vozes dentro da história da disciplina e propiciar para a sociedade como um todo, o acesso às nossas trajetórias, que se entrelaçam com nossas produções científicas. Segue o link da Nota Técnica publicada em conjunto com o Comitê de Gênero e Sexualidade e a Comissão de Direitos Humanos.
http://www.abant.org.br/files/20210728_6101d376557ed.pdf

- 2) No dia 20/09 realizamos um webinar em parceria com o Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, pelo canal do youtube da TV ABA, intitulada Reinvenções Patrimoniais a partir da perspectiva Afrobrasileira. Neste webinar debatemos aspectos do patrimônio e memória, pensando as trajetórias de coleções do sagrado de matriz afrobrasileira, a partir das questões, aproximações e provocações que são suscitadas dentro do campo de debate da museologia, antropologia e do patrimônio. Tal encontro teve como palestrantes: Mário Chagas, representando o Museu da República e membro do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA; Juliana Cintia, doutoranda do PPGAS do Museu Nacional e membro do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA; e Marco Antônio Teobaldo, representante do Ilê Omulu e Oxum e do Museu Memorial Yah Dávina. Na mediação tivemos a participação da professora Alexandra Alencar, da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA. A atividade online teve 224 visualizações até 09/12/2021.
- 3) No dia 30/07/2021 – tivemos uma atividade de webinário coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Benedito com as premiadas na 1ª edição do Prêmio Lélia Gonzalez.
- 4) 17/08/2021- Nossa integrante Edilma do Nascimento concedeu entrevista sobre povos ciganos e Covid-19, numa ação conjunta com o Comitê de Antropologia e Saúde. A pesquisadora Edilma Monteiro discorreu sobre a situação dos Povos Ciganos durante a Pandemia do Novo Coronavírus. A entrevista permitiu falar um pouco mais sobre a perspectiva antropológica e povos ciganos, apontando que a atuação da Associação Brasileira de Antropologia com Povos Ciganos, já existe há algum tempo. Abaixo segue o link da entrevista que está disponível online: <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2021/08/os-impactos-da-pandemia-da-covid-19-entre-familias-da-populacao-cigana-no>
- 5) No dia 24/09/2021, também por meio da integrante Edilma Nascimento, estivemos participando junto a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, da atividade intitulada "Educação para populações em situações de itinerância", transmitida no canal da TV ABA. Ainda em articulação com a Comissão de Educação, Ciência & Tecnologia, nossa integrante Edilma do Nascimento esteve envolvida na organização das atividades do ciclo intitolado "Educação em movimento", realizando mais dois webinários que faziam o debate na transversalidade dos Racismos e/no Ensino Superior sob as perspectivas docente e discente, eventos ocorridos, respectivamente, nos dias 22/10/2021 e 12/11/2021.
- 6) Em 22/10/21 O professor Carlos Benedito participou, na qualidade de coordenador do Comitê de Antropólogas/os Negras/os, da Reunião dos Comitês e Comissões da ABA sobre a revisão da Lei No 12.711, de 29 de agosto de 2012.
- 7) A professora Vera Rodrigues participou na qualidade de vice coordenadora do Comitê de Antropólogas/os Negras/os, do vídeo gravado por diferentes profissionais filiados à ABA, par a Campanha "ABA em defesa da Ciência".

Atividades organizadas e executadas para 33ª Reunião Brasileira de Antropologia

Atuação de integrantes do Comitê em temáticas transversais

1) Pré-eventos

Organização do pré-evento sobre o bicentenário da independência do Brasil.

2) Simpósios Especiais

SE01. 10 anos das Ações Afirmativas no Brasil: Permanência, Continuidades e Perspectivas numa prática de uma Antropologia Antirracista - PARTE 1

SE02. 10 anos das Ações Afirmativas no Brasil: Permanência, Continuidades e Perspectivas numa prática de uma Antropologia Antirracista - PARTE 2

SE07. Antropologia, Ciências Forenses e movimentos sociais: fazer política, fazer justiça

SE13. As/Às margens do Ipiranga: o bicentenário brasileiro, a construção de Nação e as existências contra-hegemônicas.

SE14. Campos de atuação da antropologia no Brasil: regulamentação, representatividades e modos de inserção profissional

SE16. "De dentro e de fora": pensando (sobre) a Associação Brasileira de Antropologia Coordenação de mesa redonda (parceria com o comitê de estudos africanos) sobre a experiência de antropólogos negres em contexto africano

SE22. Gênero e Sexualidade: desafios, transformações e agenciamentos em tempos extremos

3) MR's

MR18: Deslocamentos, apropriações e disputas ao redor dos "direitos humanos"

MR46: Povos ciganos, contranarrativas ciganas, produção de conhecimento e perspectivas comparadas.

MR49: Racializar a África: reflexões, mudanças e contribuições a partir da Antropologia negra brasileira

4) GT's

GT19: Antropologia e pesquisas no continente africano: diálogos críticos contemporâneos

GT72: Retomadas e tessituras no fazer antropológico

GT74: Ritmos da Identidade: Música, Juventude e Identidade

Notas assinadas

- 1) Nota Pública ABA/ABPN "A quem serve o racismo reverso": A quem serve o "racismo reverso"? (abant.org.br) – 20/01/2022
- 2) Nota de Repúdio ao licenciamento ambiental do projeto SRN de mineração de ferro magnético no Território Quilombola Lagoas-PI – 08/12/2022.

Outras notas foram assinadas e construídas coletivamente com outros Comitês.

Reuniões com a Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia

- 1) Reunião em 03/02/2021: reunião com a diretoria da ABA representada por Cornélia Eckert (vice-presidente), Patricia Birman (presidente) e Luciana de Oliveira Dias (diretora – ex coordenadora do comitê); João Félix Dias (ex-vice coordenador Comitê); Carlos Benedito Rodrigues da Silva (atual gestão comitê); Vera Rodrigues (atual vice-gestão comitê); Juliana Cintia, Samara Silva, Gilson Rodrigues, Edilma Nascimento e Ana Paula da Silva (participantes do comitê).

Pontos de fala:

- fortalecimento: comitê, ABA e sociedade
- Ênfases de trabalho: webinars, publicações da ABA; inserção de antropólogos negros(as) nos outros comitês por indicação do nosso comitê, internacionalização (via contatos com antropólogos e estudantes africanos da Unilab/CeiÁfrica) e Prêmio Lélia Gonzalez.

- 2) Reunião em 24/01/2022 com Luciana Dias, Vinicius Venâncio, Milton Ribeiro, Carlão e Antonia Gabriela Pereira para tratar dos encaminhamentos ao Conselho Diretor e Comitê de ética da ABA sobre atos cometidos por associados acusados de racismo.

Webinários externos e o Comitê de Antropólogas/os Negras/os

- 1) 17/03/2022 Atividade de representação da ABA e do Comitê de Antropólogas (os) Negras(os) na audiência pública sobre a Lei de Cotas.
- 2) 15/10/2022 Representação do Comitê de Antropólogas(os) Negras(os) no webinar da SBPC organizado em defesa do Dia da Ciência.

Segunda edição do Prêmio Lélia Gonzalez- 2022/ 33ª RBA.

O prêmio é um reconhecimento às contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez à Antropologia brasileira e à luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Com

a premiação, o Comitê de Antropólogas/os Negras/os visa estimular novas carreiras, dando visibilidade à produção original e de reconhecida qualidade acadêmica de pesquisas desenvolvidas na graduação e na pós-graduação, em universidades brasileiras, por discentes negras/os. da Associação Brasileira de Antropologia. O Concurso é de âmbito nacional e tem por objeto a seleção de:

a) Modalidade 1: Melhor artigo de recém-graduado/a, com resultado de pesquisa antropológica desenvolvida na graduação entre os anos de 2020 e 2022 (até a data de encerramento das inscrições no prêmio), em universidades brasileiras.

b) Modalidade 2: Melhor dissertação de mestrado, defendida entre os anos de 2020 e 2022 (até a data de encerramento das inscrições no prêmio) na área de antropologia social.

c) Modalidade 3: Melhor tese de doutorado, defendida os anos de 2020 e 2022 (até a data de encerramento das inscrições no prêmio) na área de antropologia social. As Comissões Avaliadoras são constituídas por integrantes do Comitê, que tenham domínio sobre os temas abordados pelos respectivos trabalhos concorrentes, conforme demonstrado abaixo.;

COMISSÃO AVALIADORA

Artigo/Graduação

Nathália Dothling Reis - Mestra em Antropologia pela UFSC;
Juliana Cintia Lima e Silva - Doutoranda PPGAS/MN;
Alexandra Eliza Vieira Alencar - Professora Departamento de Antropologia da UFSC

Dissertação

Edilma do Nascimento Souza (Univasf);
Antônia Gabriela Araujo (Doutora em Antropologia UFRJ - Estudante Hutchins Center/Harvard University);
Samara Lima- (Doutora em Antropologia Social/PPGAS/MN/UFRJ e professora substituta UFRB/CFP)

Tese de Doutorado

Flavia Medeiros (Professora Departamento de Antropologia e PPGAS/UFSC);
Gilson José Rodrigues Junior - professor do IFRN e pesquisador do FAGES (PPGA-UFPE);
Ana Paula da Silva (Departamento PCH e PPGJS/UFF)

As premiações procederam conforme demonstrativo abaixo:

1) Artigos de Graduação

Premiado: Danrlei de Oliveira Moreira

Artigo: "Cês acharam que eu ia morrer cedo?": Narrativas e projetos de vida de jovens homens negros em Cachoeira" - UFRB - Centro de Artes Humanidades e Letras

Menções Honrosas:

Julia Vargas Batista

Artigo: "Louça, lençol e toalha: a intimidade limitada como repertório de demarcação na relação entre diaristas e suas clientes" - Unicamp - Depto de Antropologia e Arqueologia/ Graduação em Antropologia

Elaine Borges Sousa

Artigo: "Branca é lésbica e preta é sapatona oh o erro?!": Um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador" - BA - UFRB

2) Dissertações:

1º Lugar: Keren Fonseca de Lima com a dissertação intitulada Negra Sí! Negra Soy! Os impactos do ativismo digital negro-feminista na autodefinição de mulheres negras da Universidade Federal de Alagoas sob orientação da Professora Doutora Fernanda Rechenberg.

2º Lugar: William Paulino Rosa com a dissertação intitulada Programas de ação afirmativa; Movimentos sociais; Interseccionalidade da Unicamp sob orientação da Professora Doutora Profª. Drª. Regina Facchini.

3º Lugar: Hellen Christina Araujo com a dissertação intitulada Transição capilar, autoetnografia, mulher negra da Universidade Federal de Alagoas com orientação da Professora Doutora Débora Allebrandt.

Menção Honrosa:

Juliana Silva Chagas Negritude. Moda afro. Diáspora. Afroempreendedorismo - Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia UFC-UNILAB sob orientação do professor doutor Kleyton Rattes Gonçalves.

Vinicius Venancio com a dissertação "Created in Cabo Verde: Discursos sobre a nação na produção de suvenires genuinamente cabo-verdianos na ilha de Santiago" da UNB com orientação da professora doutora Andréa de Souza Lobo.

3) Teses:

1º Lugar - Stephanie Pereira de Lima (PPG Ciências Sociais/UNICAMP). A gente não é só negro! Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários."

Menções Honrosas:

Beatriz Martins Moura (PPGAS/UNB). Mulheres de Axé e Território da Universidade: Encruzilhando Epistemologias e Refundando Pedagogias

Andressa Morais (PPGAS/UNB). AZUL PROFUNDO Etnografia das práticas de advocacia feminista e antirracista na Bahia

O biênio de 2021-2022 foi marcado pelo processo de retorno às atividades presenciais, no âmbito do Comitê de Antropólogas/os Negras/os, sentimos o acúmulo das atividades virtuais que acabaram por ser normalizadas com o retorno presencial em várias atividades, principalmente na docência. Consideramos que temos avançado nossa participação e relação entre filiados da ABA, discentes e docentes de Antropologia e a própria ABA, sobretudo buscando cumprir o papel de um processo de democratização dos espaços da Antropologia Brasileira.

Relatório do Comitê de Antropologia e Saúde

Coordenação colegiada: Ana Claudia Rodrigues (UFPE), Ceres Victora (UFRGS), Carlos Guilherme do Valle (UFRN), Martinho Silva (IMS/UERJ), Mônica Franch (UFPB) e Soraya Fleischer (UnB)

Coordenação ampliada: Cristina Dias da Silva (UFJF), Daniela Riva Knauth (UFRGS), Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (UFRN/UFPB), Ednalva Maciel Neves (UFPB), Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA), Jane Felipe Beltrão (UFPA), Jaqueline Teresinha Ferreira (UFRJ), José Miguel Nieto Olivar (USP), Marcos Antonio Pellegrini (UFRR), Maria Paula Prates (UFCSPA), Nádia Elisa Meinerz (UFAL), Octavio Andrés Ramón Bonet (UFRJ), Rozeli Maria Porto (UFRN), Sônia Weidner Maluf (UFSC/UFPB), Tatiane Vieira Barros (IFCE), Waleska de Araujo Aureliano (UERJ), Wilke Torres de Melo (SESAI/PE), Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UnB).

Reuniões

- 1) Reuniões de constituição do Comitê (29 de abril; 12 e 20 de maio).
- 2) Reunião de apresentação e boas-vindas aos membros do Comitê, 01/07/2021 (coordenação ampliada)
- 3) Reunião entre a Presidência da ABA e o Comitê de Antropologia e Saúde, 22/07/2021.
- 4) Reunião com a Comissão de Comunicação da ABA, 24/08/2021;
- 5) Reunião do Comitê Antropologia e saúde, 04/03/2022.
- 6) Reunião do Comitê Antropologia e saúde, 04/04/2022.

- 7) Reunião do Comitê Antropologia e saúde, 18/11/2022.
- 8) Reunião do Comitê Antropologia e saúde, 14/12/2022.

Eventos

- 1) Sessão Especial do Comitê na IV Reunião de Antropologia da Saúde, 23/09/2021.
- 2) Webinar TV ABA, "HIV em tempos de crise: (Re)tomando ações, (re)pensando políticas", 01/12/2021. Atividade em parceria com o Comitê de Gênero e Sexualidade – 128 visualizações;
- 3) Simpósio Especial 27 – "Morte durante a pandemia de covid19: luto e tragédias", 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, 02 e 03/09/2022. A atividade contou com 2 sessões, reunindo integrantes de mais de um comitê da ABA.

https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=481
<https://www.youtube.com/watch?v=gew6EC4I00c>

Entrevistas concedidas:

- 1) Edilma Monteiro (coordenação ampliada) para a Rádio Nacional, dia 17 de agosto, sobre saúde cigana e a pandemia de coronavirus.
- 2) O Comitê também fez a indicação de entrevistada (Daniela Manica) para matéria sobre pobreza menstrual.

Notas emitidas

- 1) Nota saúde cigana e pandemia de Covid19:
http://www.abant.org.br/files/20210713_60ede25d217d3.pdf
- 2) Nota sobre violência obstétrica e retirada compulsória de recém-nascida em Florianópolis/SC.
- 3) Mensagem de apoio do Comitê de Antropologia e saúde às pessoas inscritas para a vaga de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (Edital n.54/2020).
- 4) Nota de pesar e repúdio à homofobia e os crimes de ódio em Alagoas, assinada pelo Comitê junto da Comissão de Direitos Humanos e do Comitê de Gênero e Sexualidade;

5) Nota Morrendo de Brasil: pandemia, genocídio e o horror de 500 mil vidas interrompidas, assinada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os, em 21 de junho de 2021. <http://www.portal.abant.org.br/2021/07/14/morrendo-de-brasil-pandemia-genocidio-e-o-horror-de-500-mil-vidas-interrompidas/>

6) Nota sobre a decisão do STJ a respeito do rol de procedimentos da ANS: rol taxativo mata!, em 28 de junho de 2022, assinada em conjunto com o Comitê Deficiência e Acessibilidade.

7) O Comitê assinou a Nota de repúdio a todo tipo de preconceito e discriminação racial, elaborada pelo Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC/UFPB), 15 de julho de 2022

Levantamento preliminar das/os antropólogas/os atuando no SUS, com base no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde / CNES (ver anexo);

Pesquisa de integrante do Comitê foi divulgada em jornal:
<http://www.portal.abant.org.br/2022/08/25/informativo-no-16-2022-25-08-2022/>
<https://www.ims.uerj.br/2022/08/19/chamar-pelo-nome-leia-artigo-de-flavia-oliveira-no-jornal-o-globo-em-que-a-jornalista-cita-artigo-com-autoria-do-professor-martinho-silva-ims/>

Expectativas e sugestões para a Comissão (gestão 2023/24):

1) Atender, discutir e se posicionar sobre as demandas que chegam pela ABA, elaborando notas e outros posicionamentos institucionais bem como atentar para sua repercussão pública.

2) Propor atividades do Comitê em eventos acadêmico-científicos, dentre outros, nos anos de 2023-2024, por exemplo RAM, RAS, REACT, RBA, etc.

3) Dialogar com antropólogas e antropólogos que estejam atuando no SUS. Receber as demandas destas e destes profissionais; construir ações conjuntas; organizar eventos/cursos de capacitação com e para eles; debater o nosso lugar no SUS, etc;

4) Fazer articulações com o Judiciário (STF, CNJ etc.) e com outras instituições;

5) Mapear e dialogar com operadores das áreas da mídia, do direito e da saúde; da sociedade civil e dos movimentos sociais, associações de doentes e comunidades.

6) Estabelecer parcerias com outras comissões e comitês da ABA, tal como foi feito no biênio 2021/22.

- 7) Organizar publicações sobre antropologia da saúde, tal como a proposta dos editores da revista *Saúde e Sociedade* da Universidade de São Paulo, que foi encaminhada ao Comitê no segundo semestre de 2022.
- 8) O Comitê pode priorizar pautas regionais/locais, articulando-se aos diretores regionais da ABA para dinamizar e tocar pautas específicas conjuntamente;
- 9) Planejar atividades propositivas em diálogo com os 10 pontos de trabalho desta gestão da ABA.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE ANTROPOLOGIA VISUAL

Apresentação

O comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia foi composto por profissionais de diferentes regiões do Brasil, visando à representatividade de gênero, geração e etnicorracial.

Com intuito de consolidar as ações propostas e realizadas por comitês anteriores, apresentamos no início de nossa gestão um plano de trabalho que coadunasse nossos anseios às condições impostas pela Pandemia da COVID-19. Foram tempos difíceis nos quais lidamos cotidianamente com as angústias trazidas pela doença e pelo luto diante das perdas de entes queridos e queridas.

Além dos desafios vivenciados pela Pandemia enfrentamos, ao longo do governo do presidente Jair Bolsonaro, as dificuldades no âmbito acadêmico, pois o ataque ao conhecimento científico, os significativos cortes orçamentários e a ameaça à democracia foram uma constante.

A despeito deste cenário, superamos coletivamente e realizamos de maneira colaborativa, participativa, e com os recursos disponíveis, as principais atividades propostas por nosso comitê. O que segue é uma síntese destas ações realizadas e/ou apoiadas pelo CAV.

Eventos

Historicamente o CAV tem trabalhado em dois movimentos: 1) apoio a eventos de núcleos, grupos e laboratórios e 2) propondo mesas, grupos de trabalho e simpósios em eventos nacionais e internacionais, sempre priorizando, nestes casos, a diversidade regional, institucional, e nos diálogos com colegas. Seguimos estes movimentos e fomentamos os webinários, iniciados em contexto de isolamento social.

Eventos realizados pelo CAV:

Webinários

Durante o ano de 2020, frente a pandemia de COVID-19, a Associação criou um espaço, dentro da TV ABA para que os Comitês possam articular reflexões e debates públicos. Os webinários do CAV foram articulados pela gestão 2019-20, com o objetivo de apresentar uma agenda de debates públicos e urgentes sobre Antropologia Audiovisual e o Campo da Imagem. Seguimos, nesta gestão, a manutenção desta agenda tão necessária dentro da ABA.

1) Novembro de 2021

24 de novembro - Arquivos e Antropologia (Audio)Visual)

- Paula Morgado – Jamile Borges – João Martinho – Renato Athias

26 de novembro - Artes Visuais, Antropologia (Audio)Visual e Contracolônialidades

- Bárbara Copque – Sophia Pinheiro – Iêda Figueró – Marcelo Campos

2) Junho de 2022

01 de junho - Centenário do 'Argonautas' e 'Nanook': diálogos possíveis entre imagens e narrativas audiovisuais no campo da Antropologia

- Denise Machado Cardoso – Marco Antônio Gonçalves – Mariano Baez – Lourdes Furtado - João Martinho Braga de Mendonça

Eventos com a participação do CAV:

1) 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

GT03 – Antropologia (Audio)Visual e Ciências Sociais: experiências de Ensino e Pesquisa

Coordenação Denise Cardoso (UFPA) e Nilson Almino de Freitas (UVA)

GT38 – Arte e Política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas

Coordenação: Vi Grunvald (UFRGS) e Glauco Ferreira (UFG)

Mesa Redonda Práticas antropológicas na produção audiovisual (MR47)

Coordenação Lisabete Coradini (UFRN)

Debatedor: Alex Vailati (UFPE)

Participantes: José Ribeiro (ID+), Alfonso Palazón (URJC) e Emiliano Dantas (CRIA)

- Luis Felipe Hirano e Aina Azevedo - As grafias da antropologia e suas costuras

Exposições

Participação da organização: Anelise Gutterres

2) Reunião Equatorial de Antropologia - REA (2022) - Participação na Comissão de audiovisual – Aina Azevedo e Denise Cardoso

Após mudança de período de realização, antes previsto para ocorrer em 2021, a reunião ocorreu de modo virtual.

3) ANPOCS

– Luis Felipe Hirano/COMIS: durante a gestão 2021-2022 da ANPOCS, a Comissão de Imagem e Som, contou com dois membros do CAV. Além de Luis Felipe Hirano, fez parte da comissão Anelise Guterres. Durante o referido biênio, mantivemos a categoria de filmes de longa-metragem, um ganho do evento em modo remoto e ampliamos o edital de curadoria para além da fotografia, mas aceitando desenhos, video-arte, entre outras formas de artes visuais, bem como sonoras. O grande ganho dessa gestão foi a homenagem a Ana Maria Galano, precursora das relações entre Ciências Sociais e Imagem, que dá nome aos prêmios de longa-metragem, curta e média metragem, bem como aos ensaios fotográficos e curatoriais. A ideia é que futuras homenagens sejam feitas a pesquisadores das Ciências Sociais, que trabalham com imagens e tem uma participação na construção da ANPOCS. No 45º Encontro Anual da ANPOCS foram organizados 6 mesas com autores/as da mostra de filmes, ensaios fotográficos e curatoriais. No 46º Encontro Anual da ANPOCS, além das mesas das mostras, foram duas mesas da COMIS: 1) Cruzamentos entre os sentidos da formação nacional e as imagens nas ciências sociais brasileiras; 2) Imagens da democracia entre o passado e o futuro.

- Anelise dos Santos Gutterres (MN-UFRJ) coordenou a Mesa Redonda (MR13) Cruzamentos entre os sentidos da formação nacional e as imagens nas ciências sociais brasileiras no 46º Encontro Anual da ANPOCS. A Mesa Redonda contou com a participação de Expositores/as Michele Goulart Massuchin (UFPR), Ana Paula Cavalcanti Simioni (USP) e de Eduardo Dimitrov (UnB) como Debatedor.

4) Evento Entrelinhas UFG (2022) - Luis Felipe Hirano e Aina Azevedo "Desenhando com a fotografia"

O IV Seminário Entrelinhas é um evento organizado por discentes do PPGAS e conta com a interação entre docentes, bolsistas PNPD e servidores técnicos. Em sua quarta edição, o Entrelinhas coloca-se como plataforma de troca e aprimoramento constante das pesquisas do programa, onde articulam-se, a partir das linhas de pesquisa do PPGAS, múltiplos projetos e estudos conduzidos dentro dos quadros da Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG).

5) Ciclo de webconferências sobre trajetórias pessoais na Antropologia Visual no Brasil

Organizado por Nilson Almindo de Freitas (LABOME-UVA), Cláudia Turra Magni e Philipi Emmanuel Lustosa Bandeira. O evento contou com a participação de vários e várias colegas do CAV. A série resultou em livro lançado em formato impresso e Ebook.

FREITAS, Nilson Almino de; MAGNI, Claudia Turra; BANDEIRA, Philipi Emmanuel Lustosa (Org.). Trajetórias pessoais na antropologia (audio)visual no Brasil. Vol. 1. Sobral-CE: SertãoCult, 2022.

6) VI FCEE Festival de cinema do Equador (2021).

Participação de Lisabete Coradini como membro avaliador no Comitê do Festival. Cabe destacar que, além deste festival, Lisabete Coradini participou, com apresentação de trabalhos, do VI EMBRA Antropologías México-Brasil: El Compromiso político y epistemológico en las descolonización del conocimiento (2022), da 10ª Conferência Internacional de Cinema de Viana (2021), da ARNA 2021 - Action Research Network of the Americas. Práticas e Reflexões sobre Etnografias Audiovisuais Participativas (2021), e do Encuentro Internacional REDOC Investigación para y sobre documentales. Etnografias audiovisuais participativas (2021).

Eventos apoiados pelo CAV:

Vários foram os núcleos, grupos de pesquisa e coletivos que realizaram eventos com apoio direto ou indireto do CAV. Seja por meio de divulgação nas mídias sociais deste Comitê ou com a maior inserção nas atividades programadas, o CAV apoiou inúmeros eventos ao longo destes anos. Destacamos o seguinte:

- 1) Festival do Filme Etnográfico do Pará –UFPA (2021 e 2022) - 2021 - Homenagem a Patrícia Monte-Mor no Festival do Filme Etnográfico do Pará.
- 2) Cinema no Marajó: Projeto Audiovisual - Grupo Visagem - UFPA – 2022
- 3) I Simpósio de Ciências Sociais PPGSA/UFPA - 2022
- 4) Mostra de Filmes Etnográficos do NAVIS - UFRN – 2022
- 5) Mostra de Ensaios Fotográficos - NAVIS - UFRN – 2022
- 6) Mostra Arandu de Filmes Etnográficos - UFPB - 2020-2022
- 7) Ciclo de webconferências sobre trajetórias pessoais na Antropologia Visual no Brasil - LABOME-UVA – 2021
- 8) Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI), coordenado por Jesus Marmanillo, realizou inúmeros eventos que contaram com o apoio do CAV e com participação de membros deste comitê.

Prêmio Pierre Verger

Como é de amplo conhecimento, o Prêmio Pierre Verger (PPV) é conferido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) com o objetivo de premiar filmes, ensaios

fotográficos e desenhos que realizem diálogos/experimentações com linguagens visuais e sonoras como parte de processos e/ou resultados de pesquisa antropológica. Antropólogos/as do Brasil e de outros países submeteram suas produções.

A participação do CAV ocorreu na composição da Comissão Organizadora com Denise Cardoso (UFPA), Aina Azevedo (UFPB) e Vi Grunvald (UFRGS) como presidenta desta Comissão. A comissão é responsável, dentre outras funções, por selecionar as produções para compor as Mostras de Filmes Etnográficos, Ensaio Fotográficos e Desenhos do Prêmio Pierre Verger.

Em 2022, o Prêmio inovou ao premiar produções na modalidade Desenho e por realizar uma ampla programação com apoio financeiro da ABA e Wenner-Green Foundation.

Formação:

Foi ofertada a disciplina Seminário de Pesquisa Doutoral, coordenada por Lisabete Coradini na pós-graduação da UFRN, contando com a participação de Denise Cardoso. Nesta oportunidade de diálogo foram enfatizados os aspectos da pesquisa com aportes da Antropologia Visual.

A disciplina Antropologia Visual, foi ofertada pela primeira vez na graduação de Ciências Sociais, sob a coordenação de Denise Cardoso (UFPA).

Foi ofertada a disciplina “Imaginação, imaginário e fabulação na Antropologia e além” por Vi Grunvald no PPGS-UFRGS.

Redes

1) Redes Sociais e Comunicação do Comitê de Antropologia Visual

Durante as últimas gestões passamos a perceber a necessidade de ampliar a rede de comunicação do Comitê a partir das Redes Sociais, visando divulgar não apenas a atuação do Comitê e da rede de Antropologia Visual, como Editais do Prêmio Pierre Verger, atividades, filmes e fotos. Para sistematizar este movimento, a rede e o mapeamento empreendido na gestão de Ana Lúcia Ferraz, foram criados o site e o perfil no Facebook, e, mais recentemente, na gestão de Lisabete Coradini, o Instagram, onde eventos, chamadas e atividades têm sido postadas desde setembro de 2020.

2) Redes de cooperação

a) Seguimos em diálogo com a RIAA - Red de Investigación en Antropología AudioVisual, tendo duas oportunidades em que houve, além de reunião de membros desta rede, a participação de evento com seus e suas integrantes.

- Webnário Estudos Urbanos (2022) – UFRGS

- Webnário organizado pelo CAV (Pré-33ª RBA) unindo dois centenários: 100 anos do Argonautas do Pacífico Ocidental e de Nanook

b) Apoio para implementação de Núcleo de Pesquisa que agregue as áreas de Antropologia, Cinema e Fotografia, e afins, da UFSCar - Clarice Cohn e Leandro Saraiva (Cinema).

c) Participamos colaborativamente com o Festival internacional de Melgaço, em Portugal. O Fora do Campo é um Curso de Verão integrado do MDOC (Festival internacional de Documentário de Melgaço) que conta com a participação de integrantes do CAV desde 2019. Em 2022, Lisabete Coradini participou deste evento, cuja temática foi "Narrativas na Primeira Pessoa".

d) Participação de Denise Cardoso como coordenadora da Comissão de Organização da Exposição Fotográfica e da Mostra de Vídeo do 21º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), ocorrido em 2021.

Publicação organizada pelo CAV

Nossa proposta de publicação de um livro com artigos cujas temáticas envolvessem experiências etnográficas com a Antropologia Visual não ocorreu. Por uma série de fatores, a organização da coletânea não foi consolidada, ficando a referida obra a ser publicada futuramente, com selo ABA.

Notas conclusivas

Por meio de palestras, conferências, simpósios, mesas redondas, oficinas, webinários, entrevistas e bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso (graduação e pós-graduação) consideramos que fomos importantes formadores e formadoras no campo da Antropologia Visual. Há oportunidades que extrapolam o ambiente acadêmico ou às práticas da educação escolar, por conseguinte, a formação se faz onde atuamos como sujeitos e sujeitas que tem na Antropologia a sua expressão de trabalho.

Buscamos ao longo do período de nossa atuação no CAV fomentar o uso das boas práticas de pesquisa, sustentada na ética, na defesa da ciência, da cidadania plena e no respeito à democracia.

Sentimos a necessidade de consultar as pessoas mais velhas da ABA e daquelas e daquelas que já participaram do CAV, pois, nossos conhecimentos também estão sustentados no saber escutar afetosamente quem nos antecedeu. A ancestralidade nos fortalece quando temos pessoas precursoras destes caminhos.

A pandemia não nos intimidou e nem o negacionismo instaurado no governo federal impediu avançarmos nos nossos propósitos. Com as dificuldades próprias destes contextos adversos, buscamos alternativas para não arrefecer o ânimo inicial e nem

desmerecer o trabalho coletivo da ABA e de outras associações científicas brasileiras e internacionais. Contamos com a solidariedade e com a esperança(r) em dias melhores.

Desejamos que a próxima gestão tenha sucesso, pois, o momento é de maiores realizações e consolidação do que vem sendo construído por diferentes grupos e gerações.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Coordenadora: Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG), Carla Costa Teixeira (UnB), Carolina Parreiras da Silva (USP), Edilson Sandro Pereira (UFRJ), Eva Lenita Scheliga (UFPR), Felipe Magalhães Lins Alves (ISER), Gilson José Rodrigues Junior (IFRN), Izabela Maria Tamaso (UFG), Jesus Marmanillo Pereira (UFPB), João Frederico Rickli (UFPR), Laura Lowenkron (UERJ), Matheus Gonçalves França (UFG), Rogério Lopes Azize (UERJ)

1) Atividades específicas:

a) Pesquisa sobre setores de comunicação em diferentes associações científicas

Foram contatados os setores de comunicação da ABRASCO e da ANPOCS

ABRASCO:

Tem uma equipe de comunicação profissional e mais estruturada, composta por três jornalistas contratados (júnior, pleno e coordenador), desde 2013. Os três profissionais fazem cobertura de eventos (institucional), gestão das redes sociais, site e assessoria de imprensa (comunicação interna - com associados - é outro setor).

A Comunicação está subordinada diretamente à Diretoria Executiva e Presidência da ABRASCO, que são porta-vozes oficiais da associação (embora exista diálogo com os GTs, tudo passa pela diretoria). A equipe de comunicação reformulou o site, que tem uma área para notícias (GTs são fontes para essas notícias).

Em relação ao trabalho de assessoria de imprensa, a proposta é colaborar na consolidação do papel das entidades científicas com visão e posicionamento público. A lógica comercial (aparecer em notinhas de colunas ou busca incessante de estar em destaque nas notícias) não serve. Buscaram também construir contatos com áreas e jornalistas estratégicos. Investiram também na construção de mailing, que recebe todas as notas políticas da ABRASCO (que também são publicadas no site).

ANPOCS Pública

GT informal, composto por 6 cientistas sociais, com diversidade regional, voltado para produção de conteúdos nas redes sociais e um profissional com experiência em webdesign, que faz a gestão das redes sociais (responde direto à direção, mas em constante contato com a Anpocs Pública). É o único que recebe remuneração (bolsa de extensão). É responsável por pensar a identidade visual e organizar as publicações nas redes sociais (facebook, Instagram e Twitter).

A Anpocs Pública pauta temas e convida colegas a escreverem textos sobre pautas cotidianas para as redes sociais da Anpocs. Não produz conteúdos para as postagens, mas faz convites e aprovação de conteúdos. Não são conteúdos institucionais e nem passam pela aprovação da Direção. É a fala dos cientistas sociais e não da associação. Alimenta a face pública da associação nas redes sociais, voltada mais para os associados. Sempre destaca nas postagens que a posição não reflete a posição da Direção da ANPOCS. A proposta é mostrar que as ciências sociais estão conectadas com as agendas cotidianas e divulgação científica. A atuação é espontânea, todos os integrantes do GT vão sugerindo temas e pessoas. E com isso alimentam as redes com conteúdo a cada três dias em média.

As publicações nas redes são divididas em categorias: 1) "abre aspas" (textos de cientistas sociais sobre pautas atuais); 2) Primeiras pesquisas (um texto-chamada foi divulgado nas redes sociais com um Formulário google para mestrandos e doutorandos mandarem posts sobre as pesquisas recém-concluídas, divulgando temas e pesquisas variados - O link do formulário ficou disponível na biografia nas redes. São Textos de no máximo 1800 caracteres que passam pela aprovação da equipe da Anpocs pública); 3) Anpocs Música; 4) Anpocs Pipoca (temas mais leves, filmes, música); 4) artes visuais; 5) Anpocs Divulga (post de pedidos de divulgação de eventos, livros etc); 6) Anpocs Informa (informes mais institucionais).

Instagram - Textos e divulgações mais institucionais são publicados no feed (mais permanente) e divulgações menos institucionais são publicados nos stories.

Não tem assessoria de imprensa ou profissional de comunicação contratado. Foco na comunicação interna e mídias digitais/redes sociais.

Outra ação de comunicação foi uma parceria com o Jornal Nexo (fizeram festival com vários encontros/lives).

b) Apoio à diretoria no processo de contratação de assessoria de imprensa

Entre junho e agosto de 2021, foi contratada uma jornalista com experiência anterior na assessoria de comunicação da 32ª RBA, que tinha formação acadêmica interdisciplinar que dialogava com antropologia e ampla experiência enquanto profissional de comunicação. Foram realizadas diversas reuniões (com presidência, secretaria, comitê de comunicação e assessorias de outras associações e entidades científicas) para planejamento e elaboração de um Plano de Comunicação (que foi entregue à coordenação do comitê) que pudesse orientar o trabalho da assessoria de imprensa,

mas o contrato foi interrompido pela direção/presidência da ABA, antes que o plano começasse a ser efetivamente executado.

Quatro perguntas orientaram o trabalho de construção do plano: 1) quais os objetivos de uma assessoria de imprensa da ABA? 2) Qual o público-alvo? 3) Quais são os principais temas a serem trabalhados? 4) Quem são os porta-vozes?

O plano de comunicação apresentado tinha os seguintes objetivos: 1) fortalecer a ABA como instituição formadora de opinião pública; 2) tornar a ABA fonte de especialistas para jornalistas; 3) repercutir a atuação política da associação; 4) ampliar as fronteiras da divulgação científica.

Segundo o relatório de trabalho apresentado pela assessora, as principais ações realizadas ao longo de 3 meses foram: construção de um mailing (mapeamento de jornalistas e veículos) para apresentação da ABA para jornalistas de universidades e grande imprensa e estabelecidos primeiros contatos a fim de tornar a assessoria da ABA uma fonte para esses jornalistas; foram elaborados release de divulgação de webinários para mailing geral e de educação, foram realizados atendimentos à imprensa de pedidos de entrevistas e acompanhamento; e foram realizadas reuniões com comitês da ABA, diretoria e assessoria parlamentar para subsidiar a construção do Plano de comunicação e para o planejamento de construção de pautas.

c) Interface com os comitês de periódicos (CEPCA) e livros (CELCA)

Ambos os comitês foram convidados a produzir conteúdo para alimentar os meios de comunicação institucional. Foi aventada a possibilidade de preparar uma semana temática sobre editoração/publicações, mas a proposta não foi efetivada. Além disso:

- Contato com a Celca: houve o incentivo à divulgação dos livros editados com o selo ABA, resultando em uma série de lançamentos (a programação foi definida pela Celca), com suporte da equipe de comunicação da ABA para transmissão.

- Contato com a CEPCA: elaboração de mensagem para os editores de periódicos vinculados a Programas de pós-graduação em Antropologia informando procedimento para veiculação de chamada para publicações e divulgação de novos números, após constatação que muitas revistas não são divulgadas no boletim da ABA. Além disso, colaboramos com Eduardo Dullo na confecção de questionário para levantamento de dados sobre as revistas, de modo a produzir um diagnóstico a respeito dos periódicos da área e identificar como a ABA poderia fomentar ações indutoras da melhoria da qualidade das revistas. Embora tenha sido elaborado um primeiro esboço do instrumento de coleta de dados, a ação não teve continuidade por parte da CEPCA.

Além da interface com estes dois comitês, também buscamos estabelecer contato com o Comitê de Inserção Profissional, não tendo obtido resposta da coordenadora. Estabelecemos contato com o coordenador do Comitê de Educação, Ciência e Tecnologia e, na ocasião, eles já estavam envolvidos com a organização de eventos e

já tinham entrado em contato com a Secretaria pedindo a divulgação dos mesmos nos meios de comunicação da ABA.

d) Planejamento de linguagens para o Instagram da ABA

Após breve interrupção entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, as postagens no Instagram da Associação retornaram em março de 2021, e desde então compartilha uma postagem diária com diversos conteúdos na área de Antropologia. A programação de postagens conta com 6 diferentes linhas de conteúdo, orientadas por meio de *hashtags*, ferramenta que aumenta o alcance das publicações. São elas: a) #MaisPertoABA, cujo objetivo é postar conteúdos que aproximem a Associação de seus seguidores; b) #CirandaDeLeituraABA, que realiza dicas de leitura no campo da Antropologia no tema selecionado para a semana; c) #DefenderDireitosABA, que tem como foco publicações de cunho mais político, explicitando posicionamentos públicos da ABA sobre diversas temáticas atuais; d) #tbtABA, por meio do qual relembramos fatos históricos relacionados ao campo da Antropologia; e) #sextouABA, que compartilha produções audiovisuais no campo da Antropologia; e f) #VivênciasAntropológicas, cujo foco são postagens de utilidade pública e de interesse de antropólogos/as em formação e que giram em torno, por exemplo, de blogs e cursos que compartilham informações e dicas sobre escrita acadêmica, diário de campo antropológico, ferramentas metodológicas, entre outros.

Entre 2021 e 2022 o perfil da ABA no Instagram também lançou mão do recurso dos "stories", que são postagens que ficam disponíveis por 24 horas de forma destacada. Nos stories, privilegiamos a divulgação (sob demanda) de eventos, cursos, oportunidades, postagens, notas públicas, entre diversos outros formatos de informações que pudessem interessar as/os seguidoras/es da ABA naquela rede.

e) Elaboração das normas para realização de Webinários

- Cursos: realização por meio da plataforma Zoom, em caráter fechado (restrito a inscritos/as), podendo haver também cursos abertos com transmissão via TV ABA.

- Webinários e Eventos / Simpósios: a ABA disponibilizou o seguinte suporte para os Webinários e Eventos: 1) apoio do Comitê de Comunicação; 2) confecção dos cards dos eventos; 3) divulgação nas plataformas da ABA; 4) Plataforma Zoom e TV ABA para transmissão online; 5) Esforço contínuo de garantir a legendagem dos eventos, pelas ferramentas próprias ao Youtube; 6) em termos de acessibilidade, em especial tradução para Libras, privilegiamos os webinários do Comitê Deficiência e Acessibilidade, propostos em parceria com outros Comitês e Comissões da ABA. Estimulamos fortemente a busca de parcerias institucionais que viabilizem a tradução em Libras do maior número de atividades possíveis da Associação.

- Agendamentos: dos webinários pela área do associado no site da ABA, a partir de sistema criado por Roberto Pinheiro (secretaria da ABA). Foram estabelecidos alguns critérios para viabilizar o apoio e a qualidade dos eventos online, dentro da capacidade de pessoal da ABA, tais como: realização dos mesmos preferencialmente segundas,

quartas e sextas, até o horário das 18h; duração de cada atividade online de no máximo 2:30h;

- Diversidade: solicitamos sempre que a montagem dos eventos leve em consideração a diversidade dos participantes, nomeadamente as diversidades de gênero, étnico-raciais e regionais.

f) Webinários, Cursos e Minicursos

Conferir item 4 deste Relatório.

g) Criação da página de agendamento de Webinários no portal da ABA

h) Apoio ao Informativo (temporário)

i) Planejamento do SE RBA

Conferir **item 5** deste Relatório.

j) RBA - Proposta do Edital do Prêmio de Divulgação Científica

Conferir **item 6** deste Relatório.

k) RBA - Mesa "Bicentenário da Independência"

2) **Elaboração de Nota**

NOTA SOBRE ATAQUES DIGITAIS E SEGURANÇA DE DADOS (ABA) - Junho de 2022

<http://www.portal.abant.org.br/2022/06/02/nota-sobre-ataques-digitais-e-seguranca-de-dados/>

3) **Eventos/Webinários**

a) Fazer etnográfico, ambientes digitais e tecnologias: desafios, dilemas e possibilidades

27/05/2021

Carolina Parreiras

Ramon Reis

Laura Graziela Gomes

Letícia Cesarino

Eliane Tânia de Freitas

Jean Segata

2) Antropologias com som: podcasts, divulgação científica e educação

25/06/2021

Thiago Oliveira
Soraya Fleischer
Paula Lacerda
Carolina Parreiras
Hugo Menezes
Patricia Pinheiro
Thiago Coacci
Rafael Noleto
25/06/2021

4) **Cursos e minicursos**

a) Minicurso SBPC Divulgação Científica, Humanidades e Tecnologias: possibilidades e desafios do uso dos podcasts (ABA)

Ministrantes: Carolina Parreiras Silva (UNICAMP), Soraya Fleischer (UnB) e Patrícia Pinheiro (UFPB)
Público-alvo: Geral
Modalidade: Virtual
2022

b) Curso de extensão Metodologias, políticas, técnicas e contenciosos do digital

Ministrado por Carolina Parreiras
90 inscritos
20/10 a 17/11/2021

4) **Semanas especiais no Instagram da ABA**

a) Antropologia digital (Carol Parreiras)
Agosto de 2021

b) Podcasts (Carol Parreiras)
Setembro de 2021

c) Processos de escrita e diário de campo (Eva Scheliga)
Julho de 2021

5) **33 RBA**

a) SE04. A gente fala com quem? Desafios da comunicação e da divulgação científica no campo das Ciências Sociais brasileiras

Os últimos anos acentuaram de modo intenso um desafio já presente no campo científico há muito tempo: como comunicar e divulgar conhecimentos científicos para diferentes públicos, em plataformas variadas e utilizando diferentes linguagens. Este Simpósio Especial tem por objetivo promover uma reflexão crítica sobre projetos de comunicação e divulgação científicas desenvolvidos no campo das Ciências Sociais, e da Antropologia em particular, seus alcances e limites. Pretendemos pensar a face comunicativa e pública das Ciências Sociais a partir de suas diferentes dimensões: práticas institucionais de comunicação, presença pública de pesquisadoras/es em mídias diversificadas, usos das redes sociais como divulgação científica, reações do público aos conteúdos apresentados pelo campo das Ciências Sociais - envolvendo inclusive os riscos de ataques virtuais e ameaças -, bem como estratégias de segurança para garantir a continuidade das ações e a proteção de cientistas sociais em suas atividades públicas. Por fim, destaca-se, neste Simpósio, a intenção de promover uma troca reflexiva de experiências entre profissionais envolvidas/os em projetos diversos, valorizando as tantas ações criativas e inovadoras que existem hoje no campo, e buscando incentivar a relevância e a continuidade de práticas comunicativas de perfil público nas Ciências Sociais.

Sessão 1 - Associações científicas: práticas e desafios da comunicação institucional
02/09/2022 das 10:00 às 12:00

Participantes:

Bruno Cesar Santos Dias (Abrasco)

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

José Eduardo Leon Szwako (UERJ)

Debatedor(a):

Laura Lowenkron (IMS - UERJ)

Sessão 3 - Roda de Conversa – Redes Sociais como aliadas na divulgação científica
03/09/2022 das 08:00 às 10:00

Participantes:

Beatriz Klimeck Gouvêa Gama (IMS/UERJ)

Bernardo Fonseca Machado (Unicamp)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Matheus Gonçalves França (UFG)

Ramon Pereira dos Reis (SEDUC-PA)

Sessão 2 - Segurança digital, defesa de direitos e enfrentamentos políticos nas redes
03/09/2022 das 10:00 às 12:00

Coordenação:

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Participantes:

Carolina Parreiras (Unicamp)

David Nemer (University of Virginia)
Isabela Dias Fernandes (O Projeto Tor)

6) I PRÊMIO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA - Tema: “Divulgação científica através de meios digitais”

Coordenação do Prêmio: Carly Machado (UFRRJ), Edilson Pereira (UFRJ), Eva Scheliga (UFPR), Izabela Tamaso (UFG), Matheus França (UFG)

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Comunicação e Divulgação Científica da Associação Brasileira de Antropologia tem por objetivo principal desenvolver e aprimorar a política de comunicação da ABA. Como premissa fundamental de seu trabalho, destaca-se a relevância da intensificação e da ampliação de estratégias comunicacionais por Associações Científicas no Brasil, reafirmando assim o compromisso público destas entidades, especialmente em um momento de graves conflitos políticos que atingem o campo da produção de conhecimento no país, especialmente no que tange às Ciências Humanas. Sugerido pela gestão 2019-2020 da ABA e implementado no âmbito da gestão 2021-2022, uma das prioridades deste Comitê tem sido dar visibilidade para a produção antropológica em termos acadêmicos, intelectuais e políticos, em diferentes meios e formatos, sobretudo digitais.

Partindo dessas questões e premissas, o Comitê de Comunicação e Divulgação Científica da ABA convida a comunidade antropológica a enviar propostas para o I Prêmio de Divulgação Científica da ABA, que nessa edição terá como tema principal a divulgação científica através de meios digitais.

A ênfase nos meios digitais, nesta primeira edição do prêmio, visa dar visibilidade, destaque e reconhecimento às iniciativas que surgiram e/ou foram sustentadas durante os anos da pandemia de COVID-19, entendendo que, neste período, a comunicação digital, também no campo científico, foi a mediação privilegiada das experiências de produção de conhecimento.

Link para o edital:

https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=732

OBSERVAÇÕES

Para esta primeira edição foram propostas 4 categorias de inscrição: Blogs e sites autorais ou coletivos; Perfis/Canais em redes sociais e/ou plataformas de streaming e compartilhamento de vídeos; Séries de lives (transmissões ao vivo de áudio e vídeo em redes sociais e/ou plataformas de streaming e compartilhamento de vídeos); Podcasts (arquivos digitais de áudio transmitidos e/ou compartilhados via internet).

Ao todo tivemos 25 propostas inscritas no prêmio, com a participação de colegas das cinco regiões do país. Tais projetos envolvem pesquisadores em diferentes estágios de formação (de recém-graduados e doutores) e de vínculo institucional com 19 instituições de ensino superior, a saber: IFPA; UEMG; UFAM; UFBA; UFF; UFG; UFGD; UFPB; UFPE; UFPel; UFRGS; UFRJ; UFRN; UFSC; UnB; Unesp; Unicamp; USP; UVA).

Os critérios que nortearam a apreciação das propostas foram: a) Inovação e originalidade; b) Adequação da linguagem aos propósitos da divulgação científica; c) Qualidade técnica dos produtos; d) atenção às questões relativas à acessibilidade; e) promoção de diversidade institucional, regional, de gênero, étnico-racial e de pessoa com deficiência.

Categoria	Total de inscritos
Blogs e sites autorais ou coletivos	10
Perfis/Canais em redes sociais e/ou plataformas de streaming	04
Séries de lives	04
Podcasts	07
Total	25

A comissão de avaliação do prêmio foi composta por Karina Kuschnir, Carolina Parreiras e Eva Scheliga.

RELAÇÃO DE TRABALHOS PREMIADOS

Categoria: Perfis/Canais em redes sociais e/ou plataformas de streaming e compartilhamento de vídeos

Prêmio: *Webconferências sobre Trajetórias na Antropologia Visual no Brasil*, proposta submetida por Nilson Almino de Freitas (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Cláudia Turra Magni (UFPel) e Philipi Emmanuel Lustosa Bandeira (UFPE)

Categoria: Séries de lives (transmissões ao vivo de áudio e vídeo em redes sociais e/ou plataformas de streaming e compartilhamento de vídeos);

Prêmio: *InEAC AO VIVO: Série de Lives na Pandemia (2020-2022)*, proposta institucional submetida por Roberto Kant de Lima (UFF)

Roberto Kant de Lima, Paloma Abreu Monteiro, Claudio Salles e Thaianie Moreira de Oliveira (PPGCOM/UFF/CITe-LAB)

Menção honrosa: *ÍRÓKÒ – Formação em Ecologias Afrodiaspóricas*, proposta coletiva submetida por Emmanuel Duarte Almada (UEMG), Maurício dos Santos, Flávio Henrique de Oliveira Santos e Lucas Rafael Germano Alves

Categoria: Podcasts (arquivos digitais de áudio transmitidos e/ou compartilhados via internet)

Prêmio: *Mundaréu: Antropologias punks para 2022*, proposta submetida por Soraya Fleischer (UnB)

Menção honrosa: *Podcast Antropotretas: divulgação científica em Antropologia*, proposta submetida por Patrícia Pinheiro (UFPB)

Categoria: Blogs e sites autorais ou coletivos

Prêmio: *Vozes Negras na Antropologia*, proposta submetida por Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute, Harvard University)

Menções honrosas:

Enciclopédia de Antropologia, proposta submetida por Fernanda Arêas Peixoto (USP)

Pandemias na Amazônia: plataforma digital de narrativas e conhecimentos sobre a vida, corpo e ambiente, proposta submetida por Thiago Mota Cardoso (UFAM)

7) Planos futuros

- a) Comunicação interna: conhecimento da associação sobre ela mesma (entre comitês)
- b) Comunicação externa: para outras associações nacionais
- c) Comunicação com outras associações antropológicas internacionais: WAU, WCAA, etc
- d) Divulgação científica: para o público em geral
- e) Institucional: Segurança Digital - Curso de segurança digital para pesquisadores; Colocar a Sessão 3 do SE na RBA na TV ABA
- f) Elaboração de um dossiê sobre o tema
- g) Manutenção do prêmio de Divulgação Científica

8) Composição do comitê

2021-2022	2023-2024
<ol style="list-style-type: none"> 1. Carly Machado 2. Carol Parreiras 3. Matheus França 4. Carla Teixeira 5. Camilo Braz 6. João Rickli 7. Izabela Tamaso 8. Rogério Azize 9. Laura Lowrenkon 10. Edilson Pereira 11. Gilson Rodrigues 12. Felipe Lins 13. Jesus Marmanillo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carly Machado 2. Carol Parreiras 3. Matheus França 4. João Rickli 5. Laura Lowrenkon 6. Edilson Pereira 7. Gilson Rodrigues 8. Felipe Lins 9. Jesus Marmanillo 10. Eva Scheliga <p style="text-align: center;">Novos membros do Comitê:</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. Beatriz Klimeck (UERJ) 12. Daniela Manica (Unicamp) 13. David Nemer (University of Virginia) 14. Horácio Sívori (UERJ) 15. Thiago Oliveira 16. Messias Basques (Williams College)
<p>Observação: Tarisson Nawa (antropólogo indígena, mestre pelo MN/UFRJ, graduado em comunicação) foi apoiador do Comitê, mas não o integrou formalmente por não ser associado da ABA</p>	<p>Saídas: Carla Teixeira Camilo Braz Izabela Tamaso Rogério Azize</p>

RELATÓRIO DO COMITÊ ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE); Andrea Fachel Leal (UFRGS); Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN); Érica Quinágua Silva (UnB); Fábio Reis Mota (UFF); Hully Guedes Falcão (Fiocruz); Putira Sacuena – Eliene dos Santos Rodrigues (Povo Baré/AM,

UFPA); Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ); Rui Massato Harayama (UFOPA)

As atividades do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) referentes ao período de maio/2021 a dezembro/2022 centraram-se, principalmente, em aprofundar e traçar estratégias para modificar o texto do Projeto de Lei 7082/2017, que tem o objetivo de regular a pesquisa clínica com seres humanos e instituir o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos no Brasil. A versão aprovada em agosto de 2021 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), e que seguirá para o plenário, não possui a palavra “clínica” em seu texto, o que acaba por incluir (novamente) as Ciências Humanas e Sociais em seu escopo. Nesse sentido, a articulação junto às entidades representativas da comunidade acadêmica e científica das CHS e aos parlamentares continua em negociação. Por conta disso, elaboramos cinco notas - que serão detalhadas mais à frente-, incluindo uma nota técnica que serviu de base para a negociação da reunião com a equipe do relator do PL, Hiran Gonçalves, ABA, sob a figura de Tiago de Aragão, assessor parlamentar, e prof. Luis Roberto Cardoso de Oliveira, FCHSSALLA e SBPC.

Junto a isso, mantivemos as atividades destinadas à reflexão sobre o Sistema CEP/CONEP, reunindo esforços para a retirada e modificação dele. O relatório estruturar-se-á da seguinte maneira, primeiramente iremos descrever o PL, que foi um ator importante nas ações empreendidas pelo comitê, bem como o que foi feito para retirar as CHS de seu escopo e modificar seu texto. Após esse primeiro exercício, descreveremos as atividades referentes ao Sistema CEP/Conep, lugar por onde acontece a regulação da ética em pesquisa no Brasil.

O PL 7082/2017

Em 2017 começou a tramitar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7082/2017 (antigo PLS 200/2015), que tem o objetivo de regular a pesquisa clínica com seres humanos e instituir o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos no Brasil. Desde o início de sua tramitação já se delinearão alguns problemas com as comunidades de CHS devido à ampliação do escopo do projeto de pesquisa clínica para “pesquisa com seres humanos” através de um substitutivo. Durante a tramitação na Comissão de Seguridade e Família (CSF) houve um pedido de audiência pública em grande medida motivado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), pois a proposta desvinculava a Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep) do CNS, o que era visto como grande retrocesso.

A audiência pública ocorreu em outubro de 2019, nela estavam presentes: Luiz Fernando Dias Duarte, representando o FCHSSALLA, e Fernanda Sobral, representando a SBPC. Ambos ressaltaram o risco da ampliação e inadequação do PL para as Ciências Humanas e Sociais, e enfatizaram a necessidade de acrescentar a palavra “clínica” novamente ao texto do projeto, retornando ao escopo inicial. Naquele momento, a demanda foi acolhida e o projeto voltou a regulamentar apenas as pesquisas biomédicas. Após um período parado, o PL voltou a tramitar no parlamento, através da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) - que é o último espaço deliberativo antes da votação definitiva e onde se encontra desde a audiência pública de 2019.

Em 22/06/2021 foi publicado um Voto em Separado do Dep. Orlando Silva, que propunha uma versão contra a qual a ABA, o Fórum (CHSSALLA) e a SBPC se manifestaram, pois novamente alargava o escopo do PL para todas as "pesquisas científicas envolvendo seres humanos", trazendo sérias implicações às pesquisas das Ciências Humanas e Sociais. O PL torna a regulação da avaliação da ética da prática da pesquisa em aparato legal, nesse caso, se acrescenta ou mantém dubiedade em torno da definição de pesquisa, submetendo as Ciências Sociais e Humanas a um controle legal com diretrizes éticas, vale lembrar, oriundas da pesquisa clínica.

Sendo assim, essa proposição exigiu das entidades representativas das diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais a construção de uma nota conjunta que foi apresentada no encontro da CCJC no dia 14/07/2021. Nela, alertamos sobre as consequências da não especificação de que tipo de pesquisa o projeto versa, apoiando a proposta que preserva a delimitação original do PL (mantendo a palavra "clínica" após "pesquisa" no texto) e a necessidade das pesquisas contemplarem as especificidades sociais e culturais de comunidades tradicionais, como os povos indígenas, respeitando as diretrizes internacionais de que o Brasil é signatário.

No entanto, nós do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) identificamos alguns problemas na manutenção do parecer do relator, pois ainda há algumas modificações importantes para serem realizadas no tocante à obrigatoriedade da continuação do tratamento em estudo caso seja confirmado sua eficácia e da incorporação do possível novo medicamento ao SUS.

Ao nos depararmos com o Voto em Separado do Dep. Orlando Silva, entramos em contato com Luiz F. D. Duarte, antigo membro do CEP-ABA que esteve à frente das discussões referentes ao PL, com Fernanda Sobral e Mariana Mazza, vice-presidente da SBPC e assessora parlamentar, respectivamente. Junto a isso, informamos à Carla Teixeira e Tiago de Aragão sobre as ações de Mariana Mazza na Câmara dos Deputados.

No dia 8/07/21, Mariana Mazza entrou em contato com o chefe de gabinete do deputado, que afirmou que a apresentação do voto em separado foi solicitada pelo Conep, cujo coordenador é membro do PCdoB, mesmo partido do deputado. Ele se mostrou disposto a avaliar a substituição redacional, trocando "pesquisa científica" por "pesquisa clínica", e pediu para que enviássemos os apontamentos no texto de seu voto de onde deveriam ser realizados os acréscimos e substituições, o que fizemos. Constatamos também que havia dois capítulos problemáticos, os Capítulos X (PARTICULARIDADES DAS PESQUISAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS) e XI (PARTICULARIDADES DAS PESQUISAS COM POVOS INDÍGENAS) do voto, pois, nesse caso, não faria diferença a mudança textual. O Voto em Separado não seguiu adiante, porém, o texto após votação da CCJC, seguiu para o plenário e continua no aguardo para entrar em pauta. Como resultado da reunião negociada junto ao relator do

projeto, ele assumiu o compromisso de alterar o texto.

Como produto da reunião realizada entre comissão do relator, ABA, SBPC e FCHSSALLA foi formado um GT de Ética com participação do CEP-CH-ABA para acompanhar as próximas etapas do PL, bem como elaborar um documento com diretrizes e orientações sobre ética da pesquisa, que está em discussão no âmbito das comissões do FCHSSALLA. As reuniões ocorrem semanalmente, e após passar pela câmara do Fórum, o documento retornará para o GT de Ética, que em seguida, seguirá para consulta pública. A ideia deste documento é basear a negociação de retirada das CHS do Sistema CEP/Conep e alterar o PL 7082/2017.

As notas elaboradas foram:

- 1) Apoio de nota da SBPC - julho/21;
- 2) Nota Técnica sobre o PL 7082/2017 – 20 de agosto/21;
- 3) Nota de apoio ao DTQ 5 que retira o artigo 73 do PL 7082/2017 - 20/04/2022;
- 4) Nota sobre o Projeto de Lei 7082/2017 - 18/05/2022;
- 5) Nota sobre votação do PL 7082/2017 encaminhada ao deputado relator por meio de Ofício no 058/2022/ABA - 29/11/2022.

Por fim, destacamos as atividades de difusão científica sobre a temática da ética em pesquisa e a respeito do Sistema Cep/Conep, promovidas entre 2021 e 2022, em ordem cronológica:

- 1) Articulação com o Mestrado Profissional de Ensino na Saúde da Universidade Federal Fluminense (MPES-UFF) por meio da Aula Inaugural "A Ética Burocrática e o Espírito do Cartorialismo: uma reflexão antropológica sobre os CEP's no Brasil", realizada em junho de 2021;
- 2) Organização da sessão especial "Ética em pesquisa" na IV Reunião de Antropologia da Saúde (RAS) em setembro de 2021 para a apresentação e a discussão do PL 7082/2017;
- 3) Proposição de moção de apoio à Nota Técnica sobre o PL 7082/2017, aprovada na IV RAS;
- 4) Articulação com o Fórum de CHSSALLA para a construção de GT para a discussão do PL 7082/2017 em 2021;
- 5) Participação do GT de Ética no âmbito do Fórum desde abril/2022;
- 6) Webinar da ABA Ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: o Sistema Cep/Conep em perspectiva com participação de Martinho Braga Batista e Silva (IMS/UERJ), Angela Esher Moritz (ENSP/Fiocruz) e Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva (INCT-InEAC; CEP Humanas - UFF) maio de 2022;

- 7) Organização de Mesa-Redonda intitulada "Desafios contemporâneos sobre a ética em pesquisa: o plural em questão em tempos inquietantes!" na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia com participação de Alexandre Martins (Instituto Politécnico de Portalegre), Mônica Savedra (Linguística/UFF) e Mariano Daniel Perelman (UBA-CONICET) - palestrantes -, Hully Falcão (Fiocruz) como debatedora e Fabio Reis Mota (UFF) coordenando em agosto/2022;
- 8) Organização de Webinário intitulado "A ética e a ciência por decreto: perspectivas sobre o PL 7082/2017" em novembro de 2022 com participação de Frederico Fernandes (UEL-FCHSSALLA) e Rosana Castro (UERJ);
- 9) Realização de reuniões periódicas para o encaminhamento de proposições.

RELATÓRIO DO COMITÊ GÊNERO E SEXUALIDADE

Composição do Comitê: No biênio 2021-22, o Comitê esteve composto pelos seguintes membros: Coordenadora: Regina Facchini (Unicamp); Vice Coordenadora: Ana Paula da Silva (UFF); Alinne de Lima Bonetti (UFSC); Anna Paula Vencato (UFMG); Camilo Albuquerque de Braz (UFG); Carlos Eduardo Henning (UFG); Fátima Weiss de Jesus (UFAM); Flávio Luiz Tarnovski (UFMT); Heloisa Buarque de Almeida (USP); Isadora Lins França (Unicamp); Jacqueline Moraes Teixeira (UnB); Júlio Assis Simões (USP); Kuwawá Kapukaya Apurinã Maria de Fátima Nascimento Urruth (UFF e ABIA); Lia Zanotta Machado (UnB); María Elvira Díaz Benítez (MN/UFRJ); Michele Escoura (UFPA); Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA e UFPA); Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB); Paulo Victor Leite Lopes (UFRN); Roberto Marques (URCA e UECE); Rozeli Maria Porto (UFRN); Sérgio Luís Carrara (UERJ); Vi Grunvald (UFRGS)

Atividades:

Encontros e simpósios:

- 1) No âmbito do 45º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em 2021, o Comitê de Gênero e Sexualidade organizou a mesa redonda MR49 - Produção de conhecimento em gênero e sexualidade: perspectivas e desafios em contexto de crise sanitária e da democracia, realizada em 21/10, 13h30 às 15h15 em formato remoto, tendo como integrantes:

Organização: Regina Facchini (Unicamp) e Ana Paula da Silva UFF);
Coordenador(a): Ana Paula da Silva (UFF);
Debatedor(a): Sergio Luis Carrara (UERJ);
Expositores: María Elvira Díaz Benítez (Museu Nacional/UFRJ), Luiz Mello de Almeida Neto (Ser-Tão/ UFG), Danusa Marques (UnB).

A atividade contou com a seguinte ementa: Nas últimas décadas, os “direitos sexuais” converteram-se no centro de uma intrincada arena de disputas. Os anos 2010 foram marcados pelo crescimento de reações conservadoras e pela articulação entre pautas ultraliberais e mobilização de pânico morais em torno da categoria “gênero”. A década de 2020 se inicia com o acirramento do processo de desdemocratização e de destruição de políticas sociais e de ciência e tecnologia, o aumento da pobreza e da desigualdade na sociedade brasileira e a efetivação de políticas antigênero e LGBTIfóbicas. A crise sanitária associada à pandemia do COVID-19 agrava e é agravada pelo quadro político e econômico. Os estudos de gênero e sexualidade passaram por um adensamento ímpar nas três últimas décadas e por diversificação teórica, regional, disciplinar e temática e constituíram-se como locus privilegiado para refletir sobre os desafios que vivemos. Esta mesa, proposta pelo Comitê Gênero e Sexualidade da ABA, focaliza desafios e potencialidades éticos, teórico-metodológicas para a produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade nas Ciências Sociais brasileiras e suas contribuições para a compreensão do atual contexto.

2) No âmbito da 74ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 2022, o Comitê Gênero e Sexualidade organizou a mesa-redonda Saberes antropológicos sobre gênero e sexualidade: ciência e conservadorismos no Brasil atual (ABA), em 26/07/22 das 14h às 16h, em formato remoto com transmissão pela TV ABA, composta por:

Coordenadora: Regina Facchini (UNICAMP);

Palestrantes: Sérgio Luís Carrara (UERJ), Jacqueline Moraes Teixeira (USP/SP) e Lia Zanotta Machado (UnB).

A atividade contou com a seguinte ementa: Postos ao centro de intrincada arena de disputas que implica a própria noção de direitos, gênero e sexualidade converteram-se em lugares privilegiados de observação. Estudos de gênero e sexualidade na Antropologia são nosso ponto de partida para focalizar relações entre ciência e conservadorismos. Disponível no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=0e19IKPr7do>

3) No âmbito da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 2022, o Comitê Gênero e Sexualidade organizou o Simpósio Especial SE22. Gênero e Sexualidade: desafios, transformações e agenciamentos em tempos extremos, que ocorreu em 3 sessões nos dias 30 e 31/08 e 01/09, das 10h às 12h. A programação foi composta da seguinte maneira: Coordenação: Ana Paula da Silva (UFF), Regina Facchini (Unicamp) Sessão 1 – Backlash: “guerra ao gênero” e aos “identitarismos”. - Participante(s): Beatriz Pagliarini Bagagli (Unicamp; Blog Transfeminismos), Maria Filomena Gregori (Unicamp), Michel Gherman (UFRJ; Instituto Brasil- Israel), Debatedor(a): Paulo Victor Leite Lopes (UFRN); Sessão 2 - Transformações na Universidade em tempos extremos - Participante(s): Brume Dezembro Iazzetti (Erasmus Mundus), Heloisa Buarque de Almeida (USP; Rede Não Cala), Nilma Lino Gomes (UFMG), Debatedor(a): Vi Grunvald (UFRGS); Sessão 3 - Gênero, sexualidade e política: desafios e agenciamentos - Participante(s): Cristiano dos Santos Rodrigues (UFMG), Jacqueline Moraes Teixeira

(UnB), Milton Ribeiro (UEPA;UFPA), Thiago Coacci (Larvas Incendiadas; gabinete da vereadora Duda Salabert Belo Horizonte-MG). A programação contou com a seguinte ementa: Nas últimas décadas, lançados ao centro de uma intrincada arena de disputas, gênero e sexualidade têm atuado como linguagem capaz de articular regimes morais, políticos e formas de regulação da vida. O crescimento de reações conservadoras e a articulação entre pautas ultraliberais e mobilização de pânicos morais têm alocado, de modo privilegiado, gênero e sexualidade na reflexão sobre os desafios à democracia e aos direitos fundamentais. Dentre os ganhos teórico-analíticos, está a percepção da centralidade de gênero e sexualidade na experiência democrática, na tessitura do Estado e na própria concepção da política, confrontando lugares comuns no debate público, que lançam mão de noções como "especificidade" e "identidade". Neste Simpósio, consideramos o caráter interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade e suas articulações com outras diferenças e desigualdades, bem como a coprodução entre ativismos e conhecimento científico. Propomos olhar para o backlash a partir de categorias centrais do debate político, como "guerra ao gênero", "identitarismo" e "negacionismo"; nos debruçamos sobre a transformação do perfil discente e sobre as disputas políticas e epistêmicas nas universidades no contexto de ataques frontais às universidades e à ciência; dirigimos o olhar à política, à emergência de novas bandeiras de luta e modalidades de participação eleitoral, ao crescimento da violência política e aos diversos atravessamentos entre religião, reacionarismos e política. Atividades realizadas online e restritas aos inscritos/as no evento.

No âmbito da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 2022, o Comitê Gênero e Sexualidade contribuiu para a organização do SE25. Maternidades destituídas, violentadas e violadas, que se realizou em 3 sessões nos dias 01, 02 e 03/09, das 10h às 12h. A programação foi composta da seguinte maneira: Coordenação: Débora Allebrandt (UFAL); Taniele Cristina Rui (Unicamp). Sessão 1 - Maternidades destituídas - Participante(s): Ariana Oliveira Alves (Pagu/Unicamp), Raquel Mombelli (UFSC), Rosiane Rodrigues de Almeida (INCT-InEAC-UFF), Debatedor(a): Odja Barros Santos (Igreja Batista do Pinheiro); Sessão 2 – Maternidades violentadas - Participante(s): Ana Paula Gomes de Oliveira (Mães de Manguinhos); Luciane de Oliveira Rocha (Kennesaw Sate University), Miriam Duarte Pereira (Amparar / UFABC), Debatedor(a): Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu/Unicamp); Sessão 3 - Maternidades violadas - Participante(s): Bruna Fani Duarte Rocha (UFSC), Débora Allebrandt (UFAL), Fátima Weiss de Jesus (UFAM), Maria Paula Prates (UCL). A programação contou com a seguinte ementa: Este Simpósio Especial agrega a Comissão de Direitos Humanos e os Comitês de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; e de Gênero e Sexualidade da ABA para pensar conjuntamente o tema dos direitos sexuais e reprodutivos, enfocando situações empíricas que refletem sobre violências praticadas contra mulheres em suas diversas experiências de maternidades. Fazendo convergir pesquisadoras e militantes sociais, o simpósio está organizado em 3 seções: a primeira, maternidades destituídas, aborda casos de retirada de crianças de mulheres quilombolas, em situação de rua e de comunidades de terreiro. Alegando que seus modos de vida e/ou as condições de pobreza são inadequados, a retirada de crianças e seu envio para abrigos tem sido uma tônica presente nas decisões do judiciário brasileiro, em flagrante violação à Constituição

Federal e ao Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA). A segunda seção toca no tema das mães que tiveram as suas maternidades violentadas em decorrência da intervenção estatal em favelas e comunidades pobres, que resultaram na morte e/ou no encarceramento de seus filhos, na sua ampla maioria jovens negros e marginalizados. Sem direito ao luto, não só tiveram suas experiências de maternidade interrompidas pela violência do Estado brasileiro, como foram lançadas em condições desiguais ao labirinto jurídico. A mobilização dessas mães é crescente e representa hoje uma das vozes mais atuantes na crítica ao Estado de direito contemporâneo. A terceira seção explora a maternidade a partir da vivência da violência obstétrica. As pesquisas reunidas aqui aproximam a violência obstétrica como uma violência de gênero, atentas às facetas do racismo obstétrico e suas implicações para a governança reprodutiva, a necropolítica e a iatrogênese. Ao explicitar estas destituições, violências e violações que se atrelam à (re)produção de profundas desigualdades sociais, debateremos o lugar do Estado para tensionar contextos em que a garantia de direitos figura como objeto de luta íntima e política ou mesmo como obstáculo ao exercício da maternidade. Por fim, também será possível refletir sobre modos distintos e alternativos de exercício da maternidade, forçados pela luta e pelo luto. Atividades realizadas online, restrita aos inscritas/os.

Webinários:

1) Webinários transmitidos pela TV ABA:

Ao longo do ano de 2021, o Comitê gênero e sexualidade organizou ou co-organizou em parceria com outros Comitês e Comissões os seguintes webinários transmitidos pela TV ABA:

LGBTI+, desafios e cidadania em tempos de pandemia webinário promovido pelo Comitê Gênero e Sexualidade da ABA em parceria com o Projeto Gênero & Desigualdades (Pagu/Unicamp e Numas/USP), com o CLAM/IMS/UERJ e com o Ser-tão/UFG. O webinário foi estruturado em torno do debate de duas pesquisas em lançamento, realizadas pelas organizações #Vote LGBT e Instituto Matizes, sobre condições de vida de LGBTI+ durante a pandemia, e sobre barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização da LGBTIfobia. Para o debate foram convidados a ativista Amanda Palha (Amotrans/Antra), o antropólogo Roberto Marques (URCA e UECE), a antropóloga Silvia Aguião (Clam/UERJ e AfroCebap), o sociólogo Luiz Mello (Ser- Tão/UFG) e a pesquisadora e ativista em âmbito internacional Gloria Careaga (UNAM). A organização ficou a cargo de Regina Facchini (Pagu; PPGAS/Unicamp; Projeto Gênero & Desigualdades); Carolina Parreiras (PPGAS/Unicamp; Numas/USP; Projeto Gênero & Desigualdades) e Sérgio Carrara (IMS/UERJ). A mediação do debate foi de Regina Facchini e Sérgio Carrara, ambos integrantes do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA. A atividade foi transmitida ao vivo pela TV ABA em 30 de junho de 2021 às 18h e segue disponível no link:

https://www.youtube.com/watch?v=IS0zulh_DiQ .

Antropologia, ativismos e direitos: controle e gestão dos corpos - webinário transmitido pela TV ABA e organizado pelas seguintes comissões e comitês da ABA: Comissão de

Direitos Humanos; Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal; e, Comitê Gênero e Sexualidade. O eixo central e articulador da atividade foi discutir sobre as formas de incidência (jurídica, legislativa, política) de antropólogos/os e movimentos sociais diante de violações de direitos que atravessam diferentes campos e grupos sociais: Quais são as violações de direitos? E as iniciativas e estratégias de enfrentamento às violações de direitos? Quais articulações possíveis entre pesquisadores e movimentos sociais no cenário atual? O evento contou com a coordenação de Ana Paula Silva (UFF) e participação de Elisa Aníbal (Grupo Curumim; AMB); Maria Linhares (Agenda Nacional pelo Desencarceramento; UFC); Fábio Candotti (UFAM); Lia Zanotta Machado (UnB) e debate de Natália Lago (Pagu/Unicamp; Amparar), foi transmitido ao vivo em 08/09/2021 pela TV ABA e está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=XQa6iv0pTOU>

Antropologia, ativismos e direitos: controle e gestão de territórios - webinar transmitido pela TV ABA e organizado pelas seguintes comissões e comitês da ABA: Comissão de Direitos Humanos; Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal; e, Comitê Gênero e Sexualidade. O eixo central e articulador da atividade foi discutir sobre as formas de incidência (jurídica, legislativa, política) de antropólogos/os e movimentos sociais diante de violações de direitos que atravessam diferentes campos e grupos sociais: Quais são as violações de direitos? E as iniciativas e estratégias de enfrentamento às violações de direitos? Quais articulações possíveis entre pesquisadores e movimentos sociais no cenário atual? O evento contou com coordenação de Flavia Medeiros (UFSC), participação de Hélder Tacariju (UFDPAR/PI); Eliene Vieira (Mães de Manguinhos-RJ; ISER); Monique Cruz (UFRJ; Fórum de Manguinhos); Ivo Aureliano (Conselho Indígena de Roraima; OAB Roraima) e debate de Roberto Efrem Filho (UFPB; UFPE) e foi transmitido ao vivo em 10/09/2021 pela TV ABA e segue disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=X4NUXd-snJI> .

hiv/aids em tempos de crise: (re)tomando ações, (re)pensando políticas - webinar transmitido pela TV ABA e organizado pelas seguintes comissões e comitês da ABA: Comitê Gênero e Sexualidade e Comitê Antropologia e Saúde. A proposta desse webinar, realizado no dia 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids, é reunir tanto pesquisadoras quanto sujeitas da política e dos movimentos sociais que têm, em sua atuação, trabalhado com questões relacionadas a hiv/aids. De forma ampla, propomos uma reflexão sobre como, em tempos de crise política e sanitária, podemos mobilizar esforços para (re)tomar ações e (re)pensar políticas para pessoas vivendo com hiv/aids (PVHIVA) no Brasil, levando em conta práticas de reXistência cotidianas que seguiram ativas na luta contra a aids. A atividade contou com a mediação de Vi Grunvald (UFRGS) e participação de Veriano Terto (ABIA); Carlos Guilherme Valle (UFRN); Monica Franch (UFPB); Lucas Melo (USP-RP; RNP+) e foi transmitida ao vivo em 01/12/2021 pela TV ABA e segue disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=gew6EC4I00c>

Direitos em disputa: religião, política, gênero e sexualidade - webinar transmitido pela TV ABA e organizado pelo Comitê Gênero e Sexualidade e pelas Comissões de Direitos Humanos e de Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia. O

webnário teve como proposta refletir acerca das intersecções entre religião, direitos, gênero e sexualidade a partir da percepção de pesquisadoras/es e lideranças religiosas sobre a relação entre esses temas, seja na leitura de uma dimensão mais macro-institucional, na relação entre poderes e o Estado, mas também nas dinâmicas cotidianas, pastorais e afetivas. A atividade contou com a mediação de Paulo Victor Leite Lopes (PPGAS/UFRN) e participação de Cris Serra (IMS/UERJ); Franklin Gil Hernández (ESG/Universidad Nacional de Colombia); Iyálorixá Adriana de Nanã (Ilê Axé Omó Nanã); Jacqueline Moraes Teixeira (FE/USP); Juan Marco Vaggione (Universidad Nacional de Córdoba); Odja Barros (Igreja Batista do Pinheiro) e foi transmitida ao vivo em 13/12/2021 pela TV ABA e segue disponível pelo canal da TV ABA no YouTube.

2) Webinários apoiados pelo Comitê Gênero e Sexualidade da ABA e divulgados nas redes sociais da ABA:

Ao longo dos anos de 2021 e 2022, integrantes do Comitê Gênero e Sexualidade organizaram os seguintes webinários em parceria com o Comitê e com divulgação pela ABA:

Prostituição e trabalho em tempos de crise sanitária e da Democracia -webinário realizado em 08/06/2021 - 18h, com a parceria institucional do Projeto Gênero & Desigualdades (Pagu/Unicamp e Numas/USP), do Comitê Gênero e Sexualidade/ABA; do Observatório da Prostituição - Le Metro/UFRJ/UFF e do Coletivo PutaDaVida e com a participação de Ana Paula da Silva (PPJS/LEC/UFF/Coletivo PutaDavida/Comitê de Gênero e Sexualidade - ABA); Betania Santos (Coordenadora Geral da Associação Mulheres Guerreiras/Coletivo PutaDavida); José Miguel de Olivar Nieto (Escola de Saúde Pública/USP; ColetivoPutaDavida); Laura Murray (NEPPDH/ UFRJ/Coletivo PutaDavida); Monique Prada (Escritora/Master Love/Colunista da Mídia Ninja/Mundo Invisível); Mediação: Regina Facchini (Pagu/Unicamp; Comitê Gênero e Sexualidade/ABA); Debatedora: Carla Elísio (Mestranda em Estudos da Linguagem na UNEB/Ativista pelos direitos das prostitutas e colaboradora da Revista AzMina). O webinário foi transmitido pelos seguintes links:

<https://www.facebook.com/245059658851266/posts/4442075505816306/> ;

<https://www.youtube.com/watch?v=ruuFQ9mROwU> ;

<https://www.youtube.com/watch?v=WJxxBqpYcJg>

LGBTI+, saúde mental, violência e resistências - webinário realizado em 16/06/21, às 18h, com parceria institucional entre Projeto Gênero & Desigualdades (Pagu/Unicamp e Numas/USP) e o Comitê Gênero e Sexualidade da ABA. Contou com as participações de Thiago Teixeira (Departamento de Filosofia/PUC-MG); Cris Serra (CLAM/IMS/UERJ; Eixo Psicologia e Laicidade do CRP-RJ; Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT; Global Network of Rainbow Catholics); Héder Bello (UFRJ; eixo de Psicologia e Laicidade do CRP-RJ) ; Debate: Jeferson Batista (PPGAS/Unicamp; Vozes Pela Diversidade; Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT); Regina Facchini (Pagu/Unicamp; Comitê Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia - ABA). A transmissão ocorreu ao vivo e segue disponível pelos seguintes links:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZrW5QIBNBHM> ;

<https://www.youtube.com/watch?v=viGIL-KeSUK> e
<https://www.facebook.com/PaguUnicamp/videos/241374257355238> .

Bala, Bíblia e Boiada - webinar realizado em 12 de agosto de 2021, às 17h (Manaus)/ 18h (Brasília), pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS) da UFAM com apoio do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA, no âmbito do projeto de extensão Encontro Aberto. O objetivo é promover diálogo entre pesquisadores de temas como o agronegócio, o desmatamento, armamentos, militarização, crime organizado, cruzada antigênero e conservadorismos religiosos. A atividade contou com a participação de Caio Pompeia (PPGAS/USP), Gabriel Feltran (UFSCAR/CEBRAP) e Jacqueline Teixeira (CEM/USP) e mediação de Flávia Melo (PPGAS/UFAM) e Mayane Batista (PPGAS/UFAM). O Projeto de Extensão "Encontro Aberto" é uma realização do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Departamento de Antropologia (DAN), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS). Com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A atividade foi transmitida ao vivo e segue disponível no link:

<https://youtu.be/3Y3qBHqDQbU> .

O Movimento Negro Educador: raça, diferença e educação na obra de Nilma Lino Gomes webinar realizado em 28/07/2021, às 15h, organizado a partir de parceria institucional entre Projeto Gênero & Desigualdades (Pagu/Unicamp e Numas/USP), Larvas Incendiadas, Comitê Gênero e Sexualidade da ABA e Diretoria Executiva de Direitos Humanos/Unicamp. Teve como ementa: "O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação", de Nilma Lino Gomes, nos convida a olhar o Movimento Negro como ator político e educador e a refletir sobre as contribuições dos processos educativos e saberes produzidos nas lutas por emancipação social desse movimento para práticas pedagógicas, para os currículos e para intervir nas tensão regulação-emancipação dos corpos, saberes e conhecimentos de negras/os nas universidades. O objetivo é dialogar sobre as contribuições desta obra para pensar sobre as articulações entre relações raciais, classe, gênero e sexualidade no âmbito da produção de conhecimento, das práticas científico-políticas e no cotidiano dos ativismos e da universidade. A atividade contou com mediação de Regina Facchini (Pagu/Unicamp) e Thiago Coacci (Larvas Incendiadas) e participação de Nilma Lino Gomes (UFMG); Luciana de Oliveira Dias (UFG; ABA); Regimeire Oliveira Maciel (UFABC); Stephanie Pereira de Lima (Criola); Tayná Victória de Lima Mesquita (Unicamp). A transmissão ocorreu ao vivo e segue disponível pelos seguintes links:

<https://www.youtube.com/watch?v=NRyEzzyN03E> ;
<https://www.youtube.com/watch?v=sWJmcq-i--M> e
<https://www.facebook.com/PaguUnicamp/videos/521810039065753> .

Direitos violados: esforços de "correção" da sexualidade e da identidade de gênero no Brasil e na América Latina - webinar realizado em 30/06/22, às 17h, com parceria institucional entre Comissão Assessora de Gênero e Sexualidade/Diretoria Executiva de Direitos Humanos/Unicamp; Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Cocen/Unicamp e

Comitê Gênero e Sexualidade da ABA. Contou com as participações de Ana Andrade (All Out); Anelise Fróes (Instituto Matizes; IBI; NIEJ/UFRJ), Héder Bello (UERJ; Conselho Regional de Psicologia-RJ); Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG). A transmissão ocorreu ao vivo e segue disponível pelo link:

<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=DvGhjGrVKyE> .

Semanas especiais para o perfil de Instagram da ABA:

1) Campanha Dia Internacional da Mulher - ABA no 8M 2021 - campanha com curadoria coletiva do Comitê Gênero e sexualidade e o seguinte texto inicial:

A ABA convida a todas as pessoas para acompanharem, nesta semana (8/03- 12/03), postagens relacionadas ao 8 de março Dia Internacional da Mulher, nos canais da associação em redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter). Ao longo de toda a semana, divulgaremos materiais variados, selecionados em parceria e com a curadoria do Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA, que apontam para a diversidade, a riqueza e a relevância da produção antropológica brasileira sobre questões relacionadas ao Dia Internacional da Mulher. Assim, ganha destaque a antropologia das lutas feministas pelos direitos das mulheres, assim como a antropologia das relações de gênero e suas interseccionalidades com raça, etnia, sexualidade, classe, dentre outros marcadores de diferença e eixos de desigualdade.

Disponível nos seguintes links: <https://www.instagram.com/p/CMKRitsJ0mR/>;

<https://www.instagram.com/p/CMM9gWoJbyt/> ;

<https://www.instagram.com/p/CMPxaXCp3fY/> ;

<https://www.instagram.com/p/CMSlj22Jp6k/>;

<https://www.instagram.com/p/CMU2mZyJqWx/> .

2) Semana do Orgulho LGBTI+ 2021

Esta Semana Especial celebra a memória das lutas e dos esforços empreendidos por antropólogos e ativistas LGBTI+ no Brasil nas últimas quatro décadas. O diálogo e o compromisso com os direitos fundamentais estão presentes no webinar "LGBTI+, desafios e cidadania em tempos de pandemia", nesta quarta-feira, 30/06, às 18h. O debate tomará por base duas pesquisas em lançamento, realizadas por #Vote LGBT e Instituto Matizes, sobre condições de vida de LGBTI+ durante a pandemia, e sobre barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização da LGBTIfobia. Cards e textos veiculados ao longo da semana do dia 28 de junho de 2021 pela página da Associação Brasileira de Antropologia na rede social Instagram, contando com a curadoria de: Regina Facchini/Unicamp (<https://www.instagram.com/p/CQq0AtXpa8I/>) ; Júlio Assis Simões/USP (<https://www.instagram.com/p/CQtewXhpxTP/>); Paulo Victor Leite Lopes/UFRN (<https://www.instagram.com/p/CQwFyx-Jtke/>) ; Isadora Lins França/Unicamp (<https://www.instagram.com/p/CQzHm-Ppqqf/>) e Vi Grunvald/UFRGS (<https://www.instagram.com/p/CQ1tFmRpEbz/>) .

3) Campanha Yalodês: pelas lentes de antropólogas negras 2021

Yalodê é um termo em iorubá que, dentre tantos sentidos, refere-se a um título administrativo utilizado exclusivamente por mulheres que detêm a posição de representação feminina em determinadas esferas sociais. Então, munidas dessas ancestralidades e religiosidades que nos precedem é que viemos neste dia 25 de julho - Dia internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha - reverenciar os saberes e fazeres de antropólogas negras que ajudaram, e ajudam cotidianamente, a construir a Antropologia no Brasil. Campanha realizada pelo Comitê de Antropólogos e Antropólogas Negros/as e pelo Comitê de Gênero e Sexualidades da ABA, nas redes sociais da ABA e do Comitê de Antropólogos e Antropólogas Negros/as, entre os dias 25 a 30 de julho, com cards e textos disponibilizados nos seguintes links, com a curadoria de Alexandra Alencar/UFSC (<https://www.instagram.com/p/CRwaR-UpN4w/>); Ana Paula da Silva/UFF e Milton Ribeiro/UEPA;UFPA (<https://www.instagram.com/p/CR1-lqLpN-7/> ; <https://www.instagram.com/p/CR4xGispJ4d/> ; <https://www.instagram.com/p/CR7AkQ4JCsk/> ; <https://www.instagram.com/p/CR9GPBFLdH-/>).

4) Campanha Dia Internacional da Mulher ABA no 8M 2022

A ABA convida a todas as pessoas para acompanharem, nesta semana, postagens relacionadas ao 8 de março Dia Internacional da Mulher, nos canais da associação em redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter). Ao longo de toda a semana, divulgaremos materiais variados, selecionados em parceria e com a curadoria do Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA, que apontam para a diversidade, a riqueza e a relevância da produção antropológica brasileira sobre questões relacionadas a gênero, mulheres e feminismos. Assim, ganha destaque a antropologia das lutas feministas pelos direitos das mulheres, bem como a antropologia das relações de gênero e suas interseccionalidades com raça, etnia, sexualidade, classe, dentre outros marcadores de diferença e eixos de desigualdade. Relembraremos também importantes ações de incidência pelos direitos das mulheres produzidas pela ABA ou com sua participação. A curadoria dos posts do 8M ABA ficou a cargo das antropólogas Regina Facchini (Pagu/Unicamp; Comitê de Gênero e Sexualidade/ABA) ; Anelise Fróes (Instituto Brasil-Israel; NIEJ/UFRJ); Ana Paula da Silva (UFF; Comitê Gênero e Sexualidade; Comitê de Antropólogas/os Negras/os; Comissão de Direitos Humanos/ABA). Cards e textos veiculados nas Redes Sociais da ABA, nos dias 07, 08 e 09 de março de 2022, nos seguintes links: <https://www.instagram.com/p/Ca0Z9ErJVjL/> ; <https://www.instagram.com/p/Ca2elynpkmk/> , ; https://www.instagram.com/p/Ca5W1_7JQB9/ .

5) Dia Internacional do Orgulho LGBTI+ 2022

Neste 28 de junho a ABA reafirma seu compromisso histórico com o apoio aos direitos de LGBTI+. Do suporte às campanhas pela despatologização da homossexualidade e da transexualidade até a criação do atual Comitê Gênero e Sexualidade, a ABA tem acompanhado a trajetória do movimento LGBTI+ e o adensamento dos estudos relacionados à diversidade sexual e de gênero. O Comitê se fez presente com seminários, notas públicas, mobilização e difusão do conhecimento antropológico

quando, nas últimas -se no centro de uma intrincada arena de disputas. Enquanto emergiam reações conservadoras às políticas de promoção e garantia de direitos, ao longo dos anos 2010, ampliou-se o trabalho do Comitê, sua articulação com o movimento LGBTI+, mas também sua relação com estudos sobre religião e moralidades. O final dessa intensa década foi marcado pela articulação entre pautas ultraliberais e com o acirramento do processo de desdemocratização, de destruição de políticas sociais, e de restrições orçamentárias e técnicas que constituem sérios ataques à ciência e tecnologia, além do aumento da pobreza e da desigualdade na sociedade brasileira. Neste processo, também vemos tentativas de efetivar políticas antigênero e anti-LGBTI+. A crise sanitária associada à pandemia de COVID-19 agravou e foi agravada pelo quadro político e econômico. A ABA tem se mantido solidária e atenta ao processo de crescimento e agudização da violência contra LGBTI+, aos ataques aos direitos e também ao avanço de iniciativas que acompanhado a riqueza e pluralidade dos ativismos, celebrado conquistas e procurado apoiar ações em defesa dos direitos de LGBTI+ com pesquisas, debates e incidência pública institucional. Nas imagens, algumas das atividades especialmente preparadas para celebrar o Orgulho LGBTI+ e que contam com a participação de integrantes do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA. Texto: Comitê Gênero e Sexualidade da ABA. Os cards e o texto foram veiculados pela ABA no Instagram no dia 28 de junho de 2022, mas arquivados em meio à divulgação da 33ª RBA, o arquivo encaminhado pelo Comitê com divulgação de eventos em várias universidades do país encontra-se disponível em:

https://docs.google.com/document/d/1ILxlnjm9AxZa96sjetNE5IR8q5Su_frr0SZyMrxLhUA/edit?usp=sharing

Incidência Política

O Comitê de Gênero e Sexualidade participou das seguintes iniciativas:

- 1) Nota da ABA sobre a campanha "Yalodês – pelas lentes de antropólogas negras", publicada em conjunto com o Comitê de Antropólogos e Antropólogas Negras e Negros e a Comissão de Direitos Humanos

Desde 2019, com a criação do Comitê de Antropólogas/os Negras/os na Associação Brasileira de Antropologia, as mulheres negras desta comunidade acadêmica e profissional passaram a exercer protagonismo nas atividades burocráticas desta Associação. Hoje, contamos com a profa. Luciana Dias (UFG) como Diretora, na gestão 2021-2022. Esperamos que esse seja um caminho para que mais mulheres negras ocupem lugares e participação nos Conselhos Diretor, Científico e Administrativo das sociedades científicas e agências de fomento em geral. As estruturas se movem quando mulheres negras se movimentam, como já dizia Angela Davis. 28/07/2021- disponível em: http://www.abant.org.br/files/20210728_6101d376557ed.pdf

- 2) Nota da ABA sobre iniciativas legislativas que buscam impedir o direito a uma educação em/para os Direitos Humanos

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio de seu Comitê Gênero e Sexualidade, vem a público manifestar sua profunda preocupação frente ao crescente avanço de iniciativas legislativas que incidem sobre a educação e que visam restringir o ensino de temáticas curriculares reconhecidas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) como temas transversais, tais como educação sexual, educação sobre diversidade sexual de gênero, educação para as relações étnico-raciais e diversidade religiosa. Consideramos que o ensino dessas temáticas preconizadas pela LDB visa amparar as crianças e adolescentes dando-lhes conhecimentos de base científica que as reconhecerá como futuros cidadãos, fornecendo instrumentos no plano social, físico e também psicológico para que possam se proteger em situações difíceis que o mundo atual lhes impõe. O Estado não pode se omitir sobre esses temas educacionais em prejuízo das crianças e adolescentes, nem escolher princípios de certas religiões, em detrimento da diversidade cultural e religiosa do país. 02/07/2021 disponível em : http://www.abant.org.br/files/20210705_60e2fbfdc4d7c.pdf

3) Nota sobre práticas de destituição de poder familiar de mulheres em situação de vulnerabilidade social e sobre caso de violência obstétrica e retirada compulsória de recém nascida em Florianópolis/SC

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio da Comissão de Direitos Humanos e dos Comitês de Antropólogas/os Negras/os e de Gênero e Sexualidade, vem a público externar sua preocupação com recorrentes casos de destituição de poder familiar aplicados a mulheres em vulnerabilidade social, que têm sido crescentemente notificados em diversos estados do país e manifestar solidariedade e apoio a Andrielli Amanda dos Santos, que recentemente teve violado seu direito à permanência e convivência com sua filha recém nascida. 19/08/2021 disponível em <http://www.portal.abant.org.br/2021/08/19/nota-sobrepraticas-de-destituicao-de-poder-familiar-de-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidadesocial-e-sobre-caso-de-violencia-obstetrica-e-retirada-compulsoria-de-recem-nascidaem-florianopolis-sc/>

4) Nota de pesar pelo assassinato do professor José Acioli da Silva Filho e de repúdio à homofobia e crimes de ódio

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos, do Comitê de Antropologia e Saúde e do Comitê Gênero e Sexualidade, manifesta seu pesar diante do brutal assassinato de José Acioli da Silva Filho, professor do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas UFAL. O crime ocorreu no dia 16 de setembro de 2021, em sua própria residência, no bairro do Jaraguá em Maceió-Alagoas. De igual forma, expressamos nossa solidariedade com familiares, colegas, estudantes e ex-estudantes, amigas/es/os e toda a comunidade universitária da UFAL. 28/09/2021 Disponível em: [http://www.portal.abant.org.br/2021/09/28/nota-de-
pesar-pelo-
assassinato-do-professor-jose-acioli-da-silva-filho-e-de-repudio-a-homofobia-e-crimes-
de-odio/](http://www.portal.abant.org.br/2021/09/28/nota-de-pesar-pelo-assassinato-do-professor-jose-acioli-da-silva-filho-e-de-repudio-a-homofobia-e-crimes-de-odio/)

5) Nota Técnica da Associação Brasileira de Antropologia sobre as ações afirmativas consignadas na Lei 12.711 de agosto de 2012 e atualizada pela Lei 13.409 de dezembro de 2016

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), junto com seu Comitê de Antropólogas/os Negras/os, Comitê Quilombos, Comitê de Antropologxs Indígenas, Comitê Gênero e Sexualidade, Comitê Migrações e Deslocamentos, Comissão de Assuntos Indígenas, Comissão de Direitos Humanos, Comitê Deficiência e Acessibilidade e Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, vêm por meio desta afirmar a importância da continuidade e do aperfeiçoamento das ações afirmativas no Brasil. Desde sua promulgação, a Lei 12.711/2012 se tornou um instrumento concreto de reparação dos danos ocasionados pela negligência estatal e pelo racismo estrutural, constituintes da experiência histórica e das relações sociais no Brasil até hoje. O fortalecimento das políticas de reservas de vagas e ações afins nas instituições de ensino superior também é fundamental para a democratização das próprias instituições e, sobretudo, para a inclusão social, a justiça e a democracia. É a partir dessa compreensão, da centralidade das ações afirmativas no debate sobre a promoção da equidade, que a avaliação dos resultados alcançados até agora deve ser considerada.

10/12/21 Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2021/12/10/nota-tecnica-daassociacao-brasileira-de-antropologia-sobre-as-acoes-afirmativas-consignadas-na-lei-12-711-de-agosto-de-2012-e-atualizada-pela-lei-13-409-de-dezembro-de-2016/>

6) Nota sobre o desrespeito a normativas relativas ao uso do nome social em escolas no Brasil e sobre caso de violência contra adolescente em São Paulo

A Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê Gênero e Sexualidade manifestam sua preocupação com a garantia do direito à vida, à integridade física e mental e à educação de adolescentes trans em instituições de ensino no atual contexto de disputa política que tem negado o direito ao nome social.

14/02/22 disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2022/02/15/nota-sobre-odesrespeito-a-normativas-relativas-ao-uso-do-nome-social-em-escolas-no-brasil-e-sobrecaso-de-violencia-contra-adolescente-em-sao-paulo/>

7) Nota sobre a violência sexual e o assassinato da estudante Janaina da Silva Bezerra na UFPI

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos e do Comitê de Gênero e Sexualidade, manifesta o repúdio e a consternação em relação ao crime brutal ocorrido com a estudante de jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Janaina da Silva Bezerra, de 22 anos, que sofreu violência sexual e foi assassinada com crueldade dentro das dependências da universidade, no dia 29 de janeiro deste ano. 06/02/23 - disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2023/02/06/nota-conjuntasobre->

[a-violencia-sexual-e-o-assassinato-da-estudante-janaina-da-silva-bezerra-na-ufpi/](#)

Publicações

Está em organização, por Heloisa Buarque de Almeida (USP) e Carlos Eduardo Henning (UFG), livro, a ser publicado pela ABA, com contribuições de integrantes do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA e de antropólogos/os convidadas/os.

Estuda-se a possibilidade de publicação de artigos baseados em participações nas seguintes atividades organizadas pelo Comitê Gênero e Sexualidade da ABA no período de 2021-22: mesa redonda MR49 - Produção de conhecimento em gênero e sexualidade: perspectivas e desafios em contexto de crise sanitária e da democracia, realizada no 45º Encontro Anual da ANPOCS; Simpósio Especial SE22. Gênero e Sexualidade: desafios, transformações e agenciamentos em tempos extremos, realizado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia; mesa-redonda Saberes antropológicos sobre gênero e sexualidade: ciência e conservadorismos no Brasil atual (ABA), realizada na 74ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Diálogos com vistas à organização de dossiê(s) foram iniciados com dois periódicos que publicam sobre gênero e sexualidade e estudos antropológicos.

Relatório do Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a

Coordenação: Mariana Balen Fernandes (UFRB)
Darlan Neves da Rocha (PPGSA/UFRJ)
Diana Dianovsky (IPHAN)
Eriki Aleixo (PPGA - UFAM)
Januária Pereira Mello (INCRA)
Julia Marques Dalla Costa (INCRA)
Luís Guilherme Resende de Assis (MPF)
Renata Curcio Valente (Museu Nacional)

Introdução

O relatório que se segue apresenta as atividades e reflexões realizadas por parte dos membros do Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a, durante a Gestão 2021/2022. Envolvidos em debates a respeito de questões relativas à prática profissional e às ameaças ao exercício dos antropólogos nas diferentes esferas de atuação no país, seja estatal (no Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública), estaduais e municipais, ONGS, consultorias (licenciamentos, atividades de regularização fundiária via empresas ou instituições diversas) ou na área acadêmica, envolvendo pesquisadores de pós graduação e professores universitários, esta gestão do Comitê procurou construir diálogos com redes de antropólogos e instituições que agregam profissionais da antropologia no Brasil, e ainda com coletivos informais recentemente criados, instâncias mais flexíveis. Foram realizadas reuniões bimestrais em função de demandas e

contextos que exigiam debate e posicionamento. Do mesmo modo, promoveu a necessária articulação com demais Comitês da ABA (Laudos, Quilombos, Assuntos Indígenas e Articulação Institucional).

Os membros do Comitê participaram e organizaram atividades em eventos, como parte do trabalho desenvolvido, abaixo discriminados:

1) Elaboração e envio, à Direção da ABA, do Plano de Trabalho referente ao período 2021- 2022, a constar:

PROPOSTA DE ATIVIDADES

Cronograma semestral:

- Reuniões mensais: Todas às quintas-feiras, às 10:00
- Próximas reuniões virtuais: 01/04 - 06/05 - 03/06

Metas:

Para além das demandas espontâneas direcionadas pela Diretoria da ABA a esse Comitê, apresentamos a seguinte proposta de atividades:

Curto Prazo

- Sugerir assessoria de comunicação e jurídica para orientar e viabilizar o registro do domínio ant.br, além de acompanhar e dar suporte para efetivar a proposta.
- Acerca do recurso disponível de assessoria jurídica, tributária, legislativa e contábil disponibilizado pela Associação Brasileira de Antropologia, mencionado pela Direção, indicamos/sugerimos para as seguintes atividades a serem realizadas pelo Comitê de Inserção profissional:
 - a) Organização de rodas de conversa para consulta a categorias/instâncias profissionais já regulamentadas, a fim de contribuir com o debate sobre a proposta de regulamentação da profissão;
 - b) Apoio e orientação visando a melhor compreensão do funcionamento, estrutura e criação de Conselhos Profissionais (referente à pauta da regulamentação);
 - c) Contratação de assessoria jurídica e apoio na realização de articulação política com Ministério Público para suspensão de restrições recentemente estabelecidas pela CGU (em anexo - "Manifestação da Controladoria-Geral da União acerca do pagamento de diária a colaborador eventual vinculado à Administração Pública em apoio à FUNAI" - Ofício nº 12132/2020/CGSEG/DS/SFC/CGU) de proibição de pagamento de diárias a servidores públicos lotados em outros órgãos para realizar peças técnicas de processos de regularização fundiária (FUNAI, INCRA), tentando revertê-la.

Médio Prazo

- Agosto 2021 - Promover encontros com instâncias representativas de outras categorias profissionais e o Comitê para estreitar diálogos, tirar dúvidas, ouvir sugestões e trocas de experiências, como (arquiteto, historiador, engenheiros, sociólogos, etc);
- Novembro 2021 - Realização de uma mesa temática coordenada por esse Comitê junto

ao IUAES/2021 para troca de experiências com antropólogos de outras realidades nacionais;

- Dezembro 2021 - Encontro com a Direção da ABA e, posteriormente, entre convidados associados da ABA (restrito) para discussão da primeira versão da proposta em elaboração de regulamentação da profissão.

Longo Prazo

- 2021/2022 - Organização de reuniões e encontros para promover maior (articulação) entre o Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a e demais Comitês da ABA (Comitê Laudos, Comitê Quilombos, Comitê de Assuntos Indígenas, Comitê de Antropólogos Negros, Comitê de Ética, Comitê de Antropólogos Indígenas);

- Articulação com coletivos de antropólogos (aPROA, RABA, ABIA);

- Outubro 2022 - Encontro público entre profissionais de antropologia 33ª RBA (virtual ou presencial) para discussão pública de uma proposta de regulamentação com a possibilidade de criação de um Conselho Federal);

- Dezembro 2022 - Apresentação da Proposta final de Regulamentação à Direção da ABA visando sua Publicação.

2) 33ª RBA

a) Organização e realização, em conjunto com a Rede Autônoma Brasileira de Antropologia (RABA), do Simpósio Especial (SR-14) intitulado "Campos de atuação da antropologia no Brasil: regulamentação, representatividades e modos de inserção profissional" que contou com a participação de convidados do campo da antropologia oriundos dos Comitês da ABA, coletivos de antropologia, movimentos sociais (indígena, quilombola..), ONGS, Universidades, Instituições governamentais federais, municipais e profissionais autônomos. Abaixo, segue a programação:

Coordenação: Mariana Balen Fernandes e Darllan Neves da Rocha

Organização: Comitê Inserção Profissional: Eriki Aleixo, Darlan Neves da Rocha, Mariana Balen Fernandes; RABA: Luciano Cardenes Santos (UFG), Guilherme Bemerguy Chêne Neto (Museu Paraense Emílio Goeldi), Gabriela Crespo Gomes dos Santos (UnB)

Sessão 1

Participante(s):

Ana Elisa de Figueiredo Bersani (Unicamp)

Henyo Trindade Barretto Filho (UnB)

Leonardo Leocádio da Silva (MPF)

Debatedor(a):

Darllan Neves da Rocha (UFRJ)/ Comitê Inserção Profissional - ABA

Sessão 2

Participante(s):

Braulina Aurora (ABIA)

Clayton de Souza Rodrigues (CTI / RABA)

Widney Pereira de Lima (UFAM)

Debatedor(a):

Luciano Cardenes Santos (RABA/UFG)

Sessão 3

Participante(s):

Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF)

Gabriela Crespo Gomes dos Santos (UnB)

Lidiane Carvalho Amorim de Sousa Dourado (INCRA)

Debatedor(a):

Guilherme Bemerguy Chêne Neto (Museu Paraense Emílio Goeldi)

b) Participação no "SE30: Os ataques à Antropologia, os laudos antropológicos como instrumento para a garantia de direitos e o universo dos contralaudos: um debate";

c) Participação no "SE32. Quilombos, Meio Ambiente e Patrimônio";

3) Reuniões com a Rede Autônoma Brasileira de Antropologia para construção de diálogos acerca dos desafios envolvendo o mercado de trabalho dos profissionais de antropologia; definição de atividades conjuntas e participação de membros da RBA no Comitê Inserção Profissional;

4) Contatos e trocas informais, desde 2019, com outras categorias profissionais (historiadores, sociólogos, arqueólogos) sobre seus processos de regulamentação.

5) Elaboração da Minuta de proposta para Projeto de Lei com vistas à regulamentação da profissão, em andamento. Para tanto, o Comitê realizou, além de reuniões, seminário interno para debate e escrita da minuta, conforme registros abaixo:

Data: 15/10/2021

Horário:09:00 -11:00

Participantes: Mariana Balen Fernandes, Júlia Dalla Costa, Januária Pereira Mello, Luís Guilherme Resende de Assis, Darllan Neves da Rocha, Diana Dianovsky

Pauta:

- Elaboração da proposta de lei para regulamentação da profissão: apresentação do Glossário e minuta de texto e estruturação do Conselho (Nacional/Federal) de Antropologia – CAN – Luís Guilherme Resende de Assis
- Discussão sobre proposta de CAN

Encaminhamentos:

- Dar continuidade à discussão sobre legislação em reunião para o dia seguinte, 16/10/2021;
- Apresentação de minuta de organograma.

Data: 16/10/2021

Horário: 09:30- 12:30

Participantes: Mariana Balen Fernandes, Júlia Dalla Costa, Januária Pereira Mello, Luís Guilherme Resende de Assis, Eriki Aleixo, Darllan Neves da Rocha

Pauta:

- Continuação da discussão sobre a Elaboração da Proposta de Lei para Regulamentação da Profissão: apresentação da minuta de texto e estruturação do Conselho (Nacional/Federal) de Antropologia – CAN – Luís Guilherme Resende de Assis
- Apresentação do organograma: fluxos e competências do CAN – Julia Dalla Costa
- Discussão sobre proposta de CAN

Encaminhamentos:

- CAN: Finalizar relatoria, opinião, sumário e recomendações que couberem; complementar proposta de organograma (Luís Guilherme Resende de Assis e Julia Dalla Costa)
- Elaborar texto de Justificativa/Introdução para a proposta de Lei (Januária Pereira Mello, Eriki Aleixo, Darllan Neves da Rocha e Mariana Balen Fernandes)
- Iniciar elaboração do Estatuto do CAN: com base no estatuto do CONFEA. Iniciar após finalização da legislação (Diana Dianovsky, Renata Curcio Cavalcante e Mariana Balen Fernandes)
- Próxima reunião: entre 3 e 5 de novembro.

6) Contribuições à alteração do texto do Comitê de Ética do Antropólogo e ao Estatuto da ABA.

7) Organização de material para divulgação das atividades do Comitê a ser encaminhado à Direção da AB.

8) Reuniões internas do Comitê:

- 15/10/2021: discussão do texto da proposta de regulamentação; tipo de registro; outras categorias profissionais.
- 05/04/2022: proposta de regulamentação; coordenação do Comitê; inserção de novos membros; Simpósios 33ªRBA; audiência na Câmara; assessoria jurídica;
- 02/05/2022: produção de material de divulgação para ABA; proposta de premiação; assessoria jurídica;

9) Reuniões com a Diretoria da ABA:

- 01/04/2022: reunião envolvendo a Diretoria e os Comitês da ABA para alinhamento para proposta de audiência pública acerca da atuação e constantes ataques à antropologia e possibilidade de diálogo deputado aliado para apresentar o requerimento à Câmara;
- 30/06/2022: contratação de consultoria jurídica com vistas à regulamentação da profissão;
- 10/12/2022: organização de pauta para reunião de 16/12;

- 16/12/2022: diálogo entre as diferentes categorias de profissionais da antropologia junto à Direção da ABA (gestão anterior e atual): ABA, aPROA, RABA, etc

Atividades previstas para 2023 – 2024:

- 1) Reuniões internas mensais do Comitê Inserção Profissional;
- 2) Reuniões com a Diretoria da ABA para elaboração e discussão da proposta de Lei para regulamentação da profissão e contratação de assessoria jurídica junto à Diretoria da ABA;
- 3) Participação na XIV - Reunião de Antropologia do Mercosul, Niterói/RJ: estruturação de atividade (a definir);
- 4) Reuniões com coletivos de profissionais de antropologia para organização de atividades conjuntas (a definir);
- 5) Publicação: a definir
- 6) Nova composição e redefinição do Comitê: envio dos nomes à Diretoria.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE LAUDOS ANTROPOLÓGICOS

Coordenadora: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB);

Vice coordenador: Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

Atividades/ações em 2021

1) Janeiro

Elaboração e Envio de Ofício da ABA, ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Luiz Fux - em solicitação de estabelecimento de diálogo com os senhores conselheiros do CNJ e nos disponibilizarmos para tal fim. Ressaltou-se que

“... atuando no sentido de contribuir para a efetivação de direitos dos povos indígenas em nosso país, vale dizer que a ABA tem acumulado uma sólida e extensa reflexão sobre a importância das análises qualificadas aportadas nos laudos antropológicos e dos conhecimentos necessários para a sua produção, os quais, como em todo campo científico, conta com uma expertise específica. Entre nossos(as) associados(as), há

inúmeras experiências envolvendo laudos acerca de demarcações de territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais (que são aqueles mais conhecidos pela classe jurídica e a sociedade nacional), bem como laudos em casos envolvendo indígenas, relativos à justiça penal”.

2) Março

Reunião com a coordenação da CAI e representantes do Comitê de Antrop. Indígenas.
Assunto: Discutir e Elaborar pauta para reunião com o CNJ, referente à Resolução 287/2019 CNJ – sobre indígenas réus ou acusados.

Reunião com o CNJ a respeito da Resolução 289/2019 do CNJ.

Participantes

1) Pela ABA: Patrícia Birman e Cornélia Eckert;
Pelo Comitê de Laudos Antropológicos: Alexandra Barbosa (Coordenadora) e Andrey Cordeiro (Vice coordenador);
Pela Comissão de Assuntos Indígenas (CAI): Ricardo Verdum (Coordenador), Fabio Mura (Vice coordenador) e Elaine Moreira (Secretária)
Pelo Comitê de Antropólogos Indígenas: Brulina Aurora, Eriki Aleixo e Putira Sacuena.

2) Pelo CNJ:

Dr. Carlos Gustavo Vianna Direito - do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e auxiliar da presidência do CNJ

Dra. Natália Dino Albuquerque - Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF-CNJ).

3) Maio

Reunião com a dra. Eliana Torelly (6ª Câmara-PGR).

Participantes: P. Birman, Cornélia Eckert, Carla Teixeira, Alexandra Barbosa, Ricardo Verdum e Denise Nicolaidis (Secretária Executiva da 6ª Câmara).

Pauta Sugerida à Dra. Eliana Torelly:

1- Pensar uma possível colaboração entre a ABA e 6ª Câmara-MPF/PGR para a defesa de direitos de povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais no país, inclusive no tocante aos laudos antropológicos. Temas sugeridos:

- a. Migração e deslocamento (indígenas migrantes e/ou em deslocamento)
- b. Saúde (Efeitos da Pandemia)
- c. Comissão Nacional da Verdade Indígena
- d. “Contralaudos”;

2 - Pensar uma possível colaboração na realização de cursos e/ou oficinas para oferecer subsídios à esfera do Direito sobre a especificidade antropológica na elaboração de relatórios de Identificação e delimitação de territórios étnicos, na elaboração de perícias sobre questões e temáticas territoriais, ambientais, criminais, adoção e tutela etc.;

3 - Diálogo com procuradoras e procuradores da República e/ou com procuradores(as) da República especificamente da 6ª Câmara do MPF/PGR, para discussão sobre o Código de Ética da ABA, no que tange a suas implicações para as perícias judiciais.

Elaboração e envio de proposta, Presidência, Comitê de Laudos e CAI, para atividades com a 6ª Câmara/PGR

Conteúdo: CICLO DE DEBATES ABA – MPF 2021

1ª Atividade: Webinário “Os ataques à Convenção 169 da OIT no Brasil: efeitos e estratégias”

Objetivo

Tendo em vista o Projeto de Lei 177/2021, que ataca frontalmente os direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais em tal sentido, a partir da denúncia à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o propósito deste primeiro webinário é, a partir de reflexão de profissionais da Antropologia e o do Direito, analisar e discutir os possíveis efeitos de uma tal denúncia sobre os direitos e as condições de vida dos povos indígenas no país.

Abertura: Patrícia Birman (Presidenta da ABA) e Eliana Torelly (Coordenadora da 6ª Câmara-MPF).

Moderação: Ricardo Verdum (CAI-ABA).

Participantes

De parte da ABA: Dr. Alfredo Wagner B. de Almeida e Dr. Luiz Henrique Eloy Amado.

De parte da 6ª Câmara-MPF: Dra. Eliana Torelly.

Convidado da CAI: José Francisco Calí Tzay, Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas.

OBS: A atividade foi realizada como Seminário da 6ª Câmara/MPF - com Alfredo Wagner não podendo comparecer, e Ricardo Verdum ficando como moderador, e presença do convidado da CAI (José Francisco Calí Tzay). Presença maior de Procuradores e Juízes com atuação referente à Convenção 169/OIT.

4) Julho

Reunião com Paulo M. Guimarães (Advogado da ABA) - a respeito de construção de convênio da ABA com o CNJ.

Participantes: Fabio Mura (CAI), Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos) e Elaine Moreira (CAI).

Elaboração de minuta de Acordo de Cooperação Técnica ABA-CNJ – a ser apreciada pela presidência da ABA.

Reunião Comitê de Laudos e CAI, para avaliar duas demandas chegadas à ABA:

- 1) Demanda do MPF-PA sobre o curso da FUNAI de Antropologia - demanda do MPF-PA;
- 2)- Dúvidas quanto à habilitação dos peritos judiciais em antropologia para atender os povos indígenas, consoante edital TRF2-EDP-2022-00018 - demanda Justiça do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Reunião ABA com representantes do GT Indígena no CNJ - para tratar de pontos da nova Resolução CNJ envolvendo peritos antropólogos.

Participantes: Pelo GT: Manuela Carneiro da Cunha, Natalia Dino (CNJ) e Gustavo Menezes (FUNAI), Pela ABA: Patricia Birman, Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos), Ricardo Verdum, Fabio Mura e Elaine Moreira (CAI).

Consulta a associados e resposta a demanda da 52ª Zona Eleitoral de Ponta Porã-MS - com indicação de nomes de associados para perícia no Estado, envolvendo o povo indígena Kaiowá.

5) Agosto

Resposta a demanda do MPF/PARÁ em ação sobre o curso da FUNAI de Especialização em Antropologia.

Resposta: encaminhando o parecer que a ABA havia elaborado na ocasião da proposta original do curso pela FUNAI.

Colaboração na elaboração de “Manifestação da ABA sobre o destino das terras de povos indígenas, em julgamento no STF” – a ser divulgada no site.

6) Setembro

Reuniões das Coordenações do Comitê de Laudos e da CAI, com representante do CNJ (Natália Dino) - para análise da Nova Resolução do CNJ referente a participação de antropólogos/as em realização de perícias em processos criminais envolvendo indígenas.

Procedimento: colaboração na redação.

Elaboração, a pedido da Presidência da ABA, de curso - a ser ministrado sobre questões básicas dos laudos, para indígenas, quilombolas, representantes de povos e comunidades tradicionais.

7) Outubro

Audiências com ministros do Supremo Tribunal Federal-STF, sobre o Memorial da ABA como *Amicus curiae* no processo a ser julgado sobre o Recurso Extraordinário (RE) 1017365 (o “julgamento sobre o marco temporal”)

a) Audiência com o Min. Edson Fachin. Participantes: P. Birman (Presid. da ABA), João Pacheco e Manuela C. da Cunha (ex-presidentes da ABA e especialistas em Etnologia indígena), Alfredo Wagner (especialista sobre a discussão do conceito de “terra de ocupação tradicional”), Otávio Velho (ABC), Paulo M. Guimarães (Advogado da ABA), e os autores do Memorial da ABA: Fabio Mura (CAI), Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos) e Elaine Moreira (CAI).

b) Audiência com as assessoras do Min. Luís Barroso. Participantes: P. Birman (Presid. Da ABA), João Pacheco, Otávio Velho (ABC), Paulo . Guimarães (Advogado da ABA) e os autores do Memorial da ABA: Fabio Mura (CAI) e Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos).

c) Audiência com o Min. Dias Toffoli. Participantes: P. Birman (Presid. da ABA), Otávio Velho (ABC), Paulo Guimarães (Advogado da ABA), e os autores do Memorial da ABA: Fabio Mura (CAI) e Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos).

Consulta a associados e resposta a demanda do MPF-RS (Passo Fundo) - solicitando indicação de peritos para processo criminal envolvendo indígena.

Reunião com Comissão de Comunicação da ABA (Carly, Roberto, Carol e Matheus), para logística do curso sobre laudos.

OBS: Remarcou-se a necessidade de pôr a ressalva de que o curso não habilitava para a realização de laudos, com sua colocação já no formulário de inscrição dos/as interessados/as.

8) Novembro

Reunião com a coordenação da CAI para elaboração de parecer conjunto (CAI e Comitê de Laudos) - a pedido do Conselho diretor da ABA, para subsidiar decisão sobre o caso do associado pastor evangélico Marcos Flávio P. Veras.

Parecer: pela não aprovação de seu pedido de mudança de categoria de sócio pós-graduando para sócio efetivo.

Consulta a associados e Resposta a demanda da Justiça de Manau -, com indicação de nomes de associados para perícia no Estado.

Reunião da coordenação com a CAI para avaliar e responder demanda da Justiça de Mato Grosso para perícia no caso da Terra Indígena Kawahiva de Rio Pardo-MT.

Encaminhamento: solicitação de reunião com o juiz responsável, para mais esclarecimentos sobre o caso.

Consulta a associados e resposta a demanda da justiça de Ilhéus/BA, para indicação de nomes em ação penal envolvendo os Tupinambá de Olivença.

Realização do CURSO ABA “Questões fundamentais nos laudos antropológicos”

Ementa:

Os laudos antropológicos constituem uma modalidade de produção etnográfica com certas particularidades, sendo avaliada e acionada dentro de uma arena de atores em disputa. O objetivo do presente curso, voltado para um público de antropólogos/as indígenas, é aportar elementos introdutórios imprescindíveis para a compreensão deste fazer antropológico atualmente no país.

Programa

1) - Dia 12 de novembro/ 2021

16:00h-18:00h –

Introdução aos laudos: Laudos sobre Povos e Terras indígenas

- Ministrantes: Fabio Mura, Alexandra Barbosa da Silva e Estêvão Martins Palitot
(Comitê de Laudos e CAI da ABA / UFPB)

- O que é laudo antropológico e seus agentes e agências;
- Laudos sobre povos e terras indígenas;
- A identidade indígena: problemas e questões;
- Processos de *territorialização* e suas consequências;
- Definição de uma *Terra Indígena*: problemas e questões;
- Casos emblemáticos no Judiciário;
- Análise de quesitos;
- Discussão: dúvidas e questões.

2) - Dia 16 de novembro/ 2021

16:00h-18:00h –

Laudos tendo indígenas como acusados/as ou réus

- Ministrantes: Jorge Eremites de Oliveira, Antonio Hilario Aguilera Urquiza e Elaine Moreira

(Comitê de Laudos e CAI da ABA; UFPEL, UFMS e UnB)

- A lei 6001/ 1973 (o “Estatuto do Índio”), tutela e *integração* (problemas e falácias para as perícias criminais);
- Conceitos e paradigmas obsoletos: “aculturação”, “integração” e “assimilação”: a ideia de perda cultural e identitária;
- Resolução 287/2019 – CNJ;
- Cultura X organização social;
- Conduta delituosa e imputabilidade;
- Análise de quesitos;
- Discussão: dúvidas e questões.

3) Dia 24 de novembro/ 2021

16:00h-18:00h –

Os impactos ambientais de projetos de infraestrutura e/ou de exploração econômica

- Ministrante: Henyo Trindade Barreto Filho

(Comitê Povos tradicionais, Meio ambiente e Grandes projetos da ABA; UnB)

- Os EIA/RIMA: as normas legais, sua aplicação e alcance;
- Pontos sobre os Impactos, consequências e possíveis reações;
- Casos emblemáticos;
- Discussão: dúvidas e questões.

4) Dia 02 de dezembro / 2021

16:00h-18:00h –

Laudos de identificação territorial de comunidades de quilombo

- Ministrantes: Eliane Cantarino O'Dwyer e Ana Paula Comin de Carvalho

(Comitê de Laudos e Comitê Quilombos da ABA; UFF e UFRB)

- O campo de aplicação dos direitos constitucionais às comunidades de quilombo;
- Construções identitárias e o critério de autoatribuição;
- Formas de organização social e processos de territorialização;
- Território: usos, sustentabilidade e definição dos limites na relação com o Estado;
- Análise de quesitos;
- Discussão: dúvidas e questões.

5) – Dia: 07 de dezembro / 2021

16:00h-18:00h –

O direito de autodeterminação e à consulta livre, prévia e informada

- Ministrantes: Andrey Cordeiro Ferreira e Bruno Walter Caporrino

(Comitê de Laudos da ABA; UFRRJ e UFAM)

- Convenção 169/OIT: Definição e questões gerais sobre a consulta;
- Sua aplicação e alcance (em medidas e decisões relativas a políticas públicas ou projetos de infraestrutura e/ou exploração econômica);
- Debates e casos mais significativos (em processos administrativos e nas cortes judiciais);
- Discussão: dúvidas e questões.

Atividades/ações em 2022

1) Fevereiro

Consulta a associados e resposta a demanda do Gabinete do 1º Ofício da PRM Altamira-PA, para indicação de nomes para análise, em conflito envolvendo os Kayapó, em processo de licenciamento ambiental.

Reunião com P. Birman e Lia Zanotta – conduzida pela última, como comitê de Ética ABA, sobre reformulação do Código de Ética e do Estatuto da ABA. Demais

Participantes: Henyo Barreto (secretário de Lia Zanotta), Bela Feldman, Representantes dos Comitês/Comissões: de Laudos; CAI; Antropólogos Negrxs; Antropólogos Indígenas; Direitos Humanos; Comitê Migrações e Deslocamentos, e Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal - num total de 25 participantes.

2) Maio

Consulta a associados e resposta a demanda do MPF-RS (Passo Fundo) com indicação de nomes para caso de perícia criminal envolvendo indígena Kaingang.

Reunião do GT sobre reformulação do Código de Ética e do Estatuto da ABA.

Participantes: Henyo Barreto (secretário de Lia Zanotta), Alexandra (Comitê de Laudos), Fabio Mura (CAI), Adriana Viana (Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal), Cynthia Martins e Aderval (Comitê Quilombos).

Resposta a demanda do TJ/DF.

Assunto: a respeito de informações sobre intérpretes no âmbito da ABA especializados nas línguas faladas pelas etnias características da região do Distrito Federal, e sobre peritos antropólogos, que possam fazer cadastro no TJ/DF.

Resposta: no sentido de que a ABA não tem intérpretes especializados e não é sua prática a disponibilização de nomes de antropólogos para a formação de cadastros.

Consulta a associados e Resposta à Justiça Federal do MT (Subseção Judiciária de Juína/MT) - solicitando indicação de peritos em caso criminal envolvendo indivíduos do povo Cinta Larga.

Consulta a associados e Resposta a demanda do Fórum da Comarca de Manoel Ribas/PR, para indicação de nomes em caso envolvendo adoção de criança, entre o povo Kaingang.

3) Junho

Resposta a demanda da Justiça do Estado do PA (2ª Vara Criminal de Altamira), solicitando à ABA a elaboração de laudo em caso criminal, em 60 dias.

Resposta no sentido de esclarecer que a ABA não tem por incumbência a realização de laudos, e sim de possivelmente indicar nomes para realizá-los.

4) Julho

Resposta a demanda do Núcleo da Política Criminal e da Execução Penal (NUPEP) da Defensoria Pública do Estado do Paraná

Assunto: Solicitação à ABA do envio de lista de profissionais da Antropologia inscritos como peritos perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e auxílio na composição do cadastro.

Resposta no sentido de que a ABA não mantém lista de profissionais inscritos em cadastros da Justiça e que não é prática da ABA a disponibilização de nomes de antropólogos para a formação de cadastros.

Resposta a demanda do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ERECHIM/RS sobre peritos antropólogos, que possam constituir cadastro.

Resposta no sentido de que não é prática da ABA a disponibilização de nomes de antropólogos para a formação de cadastros.

5) Agosto/setembro

Reunião com Paulo M. Guimarães – sobre reformulação do Código de Ética e do Estatuto da ABA. Participantes: Henyo Barreto, Alexandra (Laudos) e Fabio Mura (CAI).

Reunião com Deborah Duprat – sobre reformulação do Código de Ética e do Estatuto da ABA. Participantes: Henyo Barreto, Alexandra (Laudos) e Fabio Mura (CAI).

Reunião com José Godoy Bezerra – sobre reformulação do Código de Ética e do Estatuto da ABA. Participantes: Henyo Barreto, Alexandra e Fabio Mura.

Consulta a associados e Resposta a demanda do Foro Central/1a Vara da Família de Joinvile – SC com indicação de nomes para perícia em comunidade do povo Xokleng.

Atividade na 33ª. RBA (Simpósio Especial do Comitê): "Os ataques à Antropologia, os laudos antropológicos como instrumento para a garantia de direitos e o universo dos contralaudos: um debate"

Ementa:

Tendo em vista um acumulado de ataques a antropólogas e antropólogos realizadores de laudos antropológicos, bem como à própria Antropologia como área de produção de conhecimento e aos próprios direitos étnicos e/ou socioculturais específicos, o presente simpósio visa a instaurar um debate sistematizado acerca dos conteúdos, agentes e agências que fomentam tais ataques. Trata-se de perquirir quais são os pressupostos, interesses, estratégias e discursos formulados, bem como as redes que os sustentam. Neste movimento, serão também abordadas questões de natureza ética e teórico-metodológica basilares da nossa disciplina e, portanto, dos laudos, buscando apontar a construção, no país, de princípios de indução de juízos contrários à garantia de direitos étnicos e/ou socioculturais estabelecidos em diversos dispositivos jurídico-legais brasileiros e internacionais.

Sessão 1:

Participantes:

Alexandra Barbosa da Silva (Coord.)

1- Alexandra Barbosa da Silva

- 2- Eliane Cantarino O'Dwyer
- 3- Jorge Eremites de Oliveira
- 4- Fabio Mura (Debatedor)

Sessão 2: Os contralaudos e/ou contralaudistas

Participantes:

Eliane Cantarino (Coord.)

- 1- Pablo Antunha Barbosa (UFSB)
- 2- Estevão Palitot (UFPB)
- 3- Vinícius Fonseca (INSEA-MG)

Roda de Conversa:

- Alexandra Barbosa (Coord.)

- 1 - Antonio Carlos de Souza Lima (Ex-presidente da ABA)
- 2- Dr. Carlos Ayres Britto (Ex-ministro do STF) – substituído por José Godoy Bezerra (Procurador da República - MPF-PB)
- 3- Eliana Torelly (6º Câmara-PGR) – substituída pela Procuradora Maria Luíza Grabner (Suplente 6º Câmara-PGR)
- 4- Eliane Cantarino
- 5- Jorge Eremites de Oliveira
- 6- Mariana Balen Fernandes

6) Outubro

Resposta à 2ª. Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes do Poder Judiciário do AM, em consulta sobre situação de antropólogo (Harold Martin Wright) para realização de perícia.

Resposta: no sentido de que a pessoa não é associada à ABA, e encaminhando o link onde se encontram o Estatuto da ABA e a sua Resolução de Laudos, onde constam os requisitos considerados pela ABA como qualificação para a realização de laudos.

7) Novembro

Participação no Seminário da 6ª Câmara-PGR - "A atuação do Ministério Público Federal nos conflitos envolvendo povos indígenas e demais comunidades tradicionais" – na Mesa Redonda "Demarcação e Proteção Territorial das Terras Indígenas".

8) Dezembro

Reunião com representantes do CNJ - a respeito de proposta de honorários de peritos antropólogos em processos criminais envolvendo indígenas.

Participantes: pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF): Dr. Jonatas Andrade, juiz auxiliar da Presidência, Natália Dino, Diretora Executiva, e a assessora

Isadora Brandão; pela ABA: Alexandra Barbosa (Comitê de Laudos), Fabio Mura (CAI) e Elaine Moreira (CAI).

Resposta a demanda sobre pedido de indicação de perito particular por interessado não sócio da ABA.

Resposta: no sentido de que a ABA não tem atuação como um banco de peritos a serem indicados.

Colaboração da elaboração de parecer técnico no "Estranhamento da Sentença (PROCESSO Nº: 0800221-22.2017.4.05.8101) de Nulidade da Certidão de Autodefinição e processo de Regularização fundiária pelo INCRA da Comunidade de Cumbe, Ceará" – pelo Comitê Quilombos da ABA.

RELATÓRIO DO COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS

Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

Coordenador- Adjunto: Igor Machado (UFSCar)

Membros:

Adriana Piscitelli (Pagu/Unicamp)

Alexandre Branco-Pereira (UFSCar)

Ángela Facundo (UFRN)

Denise Jardim (UFRGS)

Handerson Joseph (UFRGS)

Liliana Sanjurjo (UERJ)

Marcia Anita Sprandel (Senado Federal)

Natália Corazza Padovani (Pagu/Unicamp)

Rosamaria Loures (UnB)

Tonico Benites (UFRR).

Este Comitê adota uma perspectiva global das migrações e deslocamentos para a compreensão, teorização e ação social concernentes a uma variedade de tipos, escalas e espaços de mobilidades e imobilidades - seja no que se refere às migrações transnacionais, migrações internas, solicitantes de refúgio político e ambiental, tráfico de pessoas, remoção ou eliminação de populações ou territórios por interesses imobiliários e grandes projetos de desenvolvimento ou assassinatos, prisões e militarização nas periferias (Feldman-Bianco 2015, 2017, 2018). Nosso objetivo é compreender como, por meio de diferentes espacialidades, temporalidades e interseccionalidades de raça, gênero, classe e geração, esses deslocamentos de diferentes tipos se relacionam com a produção de dominação, expropriação e violências estruturais e de Estado, no presente ou no passado.

Organização de webinários, grupos de trabalho, mesas-redondas e seminário especial

1) Rodas de Conversa e Webinários (TV ABA)

Roda de Conversa "Fronteiras militarizadas: Criminalização e racialização de imigrantes e populações/povos transfronteiriços" org. Bela Feldman-Bianco (Comitê Migrações e Deslocamentos) e Fabio Mura (CAI), <https://www.youtube.com/watch?v=4Lf5ShU3680>
Expositores: Paulo Illes (por uma cidadania universal e red sin fronteras), Handerson Joseph (UFRGS), Jobana Moya (Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas, , Pablo Quintero, João Chaves (Defensoria Pública Federal e Marco Antonio Delfino deAlmeida (Procurador MPF/MS)

Webinário Criminalização e Desumanização de migrantes e refugiados na fronteira México-Estados Unidos. 14/10/2021 <https://www.youtube.com/watch?v=LGiGVpbGeNA>
Mediação e Apresentação da Temática: Bela Feldman-Bianco
Debatedor: Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)
Expositores: Eduardo Domenech (Univ. Nacional de Córdoba, Argentina), Handerson Joseph (UFRGS), Bruno Miranda (UNAM/México) e Amarela Varela Huerta (UAM).

Webinário Garimpo em Terra Indígena: caso Munduruku. Lançamento da coletânea O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku, uma realização do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração que conta com o apoio do Comitê Deslocamentos e Migrações da ABA. Transmissão realizada no dia 21 de outubro de 2021 pelo link https://www.youtube.com/watch?v=t4_B2T4eFo&t=4519s
Organização: Rosemaria Loures (Museu Nacional)
Mediação: Bela Feldman-Bianco
Expositores: lideranças do povo Munduruku que vivem no Tapajós, autoras do O cerco do Ouro -Ailen Vegas, Laize Silva, Luísa Molina e Rosamaria Loures - e de uma representante da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB).

Webinário 29 anos do massacre do Carandiru e a vida que pulsa
<https://www.youtube.com/watch?v=JPZyvHuQW2w>

Org Natalia Corazza Padavoni (Comitê Migrações e Deslocamentos) e Fabio Mallart(Comissão de Direitos Humanos)
Expositores: Maurício Monteiro e Mary Jello, dois sobreviventes do cárcere.

2) Grupo de Trabalho

GT Desdobramento etnográficos sobre as dinâmicas contemporâneas da figura do refúgio (org. Ángela Facundo e Natalia Corazza Padovani, VII REA entre 25 e 29 de abril.

3) Mesas-Redondas

Migração, fronteira e racialização: Do Orientalismo ao Racismo, 45ª Reunião da ANPOCS, 22/10/2021
Org e Coordenação: Handerson Joseph (- UFRGS)

Debatedor: Leonardo Cavalcanti (Universidade de Brasília – UnB, Brasil)
Expositores: Edileny Tomé da Mata (Universidad Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha)
Mônica Conrado (UFPA), Denise F. Jardim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil)

Todos no mesmo barco? Saúde e migração no contexto da Covid-19, 33º RBA, 2022
Organização: Alexandre Branco-Pereira
Coordenação: Ângela Facundo
Expositores: Alexandre Branco-Pereira (UFSCar), Fanny Longa Romero (UNILAB), Elaine Moreira (UnB), Mwewa Lumbwe (UFSC)

Simpósio Especial Migrantes (In) Desejáveis, Regimes De Fronteira E Movimentos Sociais: Pesquisadores e Ativistas Em Diálogo, 33º RBA, 2022
Organização e Debate: Bela Feldman-Bianco
Coordenação: Natalia Corrazza Padovani
Expositores: Alexandre Branco-Pereira (UFSCar), João Chaves (Defensoria Pública), Jobana Moya (Equipe de Bas Warmis- Convergência de Culturas), Juan Melquiades Arellano (Emaus Piura/ Peru), Letícia Calderón Chelius(, Instituto Mora, : México), Natalia Gavazzo (San Martin, Argentina) , Natalia Corrazza Padovani, Paulo Illes (Organização Para Uma Cidadania Universal e Rede Sem Fronteiras). Material interessante para realizar uma publicação ou um podcast.

Pronunciamentos, notas, ofícios, moção e proposta para a equipe de transição do Governo Lula

NOTA SOBRE A CRISE HUMANITÁRIA ENVOLVENDO MIGRANTES RETIDOS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PERÚ (04/03/2021)
<http://www.portal.abant.org.br/2021/03/04/nota-do-comite-migracoes-edeslocamentos-da-aba-sobre-a-crise-humanitaria-envolvendo-migrantes-retidos-nafronteira-entre-o-brasil-e-o-peru/>

NOTA SOBRE AS IMIGRANTES VENEZUELANAS SUBMETIDAS A PROCESSOS ILEGAIS DE DEPORTAÇÃO EM MASSA EM RORAIMA (22/03/2021)_
<http://www.portal.abant.org.br/2021/03/22/imigrantes-venezuelanas-submetidas-aprocessos-ilegais-de-deportacao-em-massa-em-roraima/>

NOTA DE SOLIDARIEDADE (NOVO TERREMOTO NO HAITI (19/08/2021)
<http://www.portal.abant.org.br/2021/08/19/nota-de-solidariedade/>

NOTA CONJUNTA DA CAI, CDH E COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DOS WARAO NO BRASIL (17/11/2021)
<http://www.portal.abant.org.br/2021/11/17/nota-conjunta-da-cai-cdh-e-comite-demigracoes-e-deslocamentos-sobre-a-situacao-dos-grupos-warao-no-brasil/>

NOTA DE REPUDIO CONJUNTA (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, COMITÊ CIDADANIA, VIOLÊNCIA E GESTÃO ESTATAL, COMITÊ DE ANTROPÓLGOA/OS NEGRAS/OS, COMITÊ ESTUDOS AFRICANOS E COMITÊ MIGRAÇÕES E

DESLOCAMENTOS) AO ASSASSINATO DE MOISE MUGENYII KABAGAMBE, AO RACISMO E À XENOFOBIA, NO BRASIL (03/02/2022)

<http://www.portal.abant.org.br/2022/02/03/nota-de-repudio-aoassassinato-de-moise-mugenyi-kabagambe-ao-racismo-e-a-xenofobia-no-brasil/>

NOTA CONJUNTA DA CAI E COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DOS WARAO FRENTE À OPERAÇÃO ACOLHIDA EM RR (21/03/2022)

<http://www.portal.abant.org.br/2022/03/22/nota-warao-rr-nova-versao/>

NOTA DE APOIO EM DEFESA DAS ADOLESCENTES, DE SUAS FAMÍLIAS E DE TODA A COMUNIDADE VENEZUELA NO BRASIL (21/10/2022)

<http://www.portal.abant.org.br/2022/10/21/nota-de-apoio-e-em-defesa-dasadolescentes-de-suas-familias-e-de-toda-comunidade-venezuelana-no-brasil/>

MOÇÃO APROVADA DURANTE A 33ª RBA

<https://drive.google.com/file/d/1HKTunROvewcx2zeDqKQ7eSMkhUsfJ3F6/view?usp=sharing>

Moção de apoio à Carta Compromisso pela Saúde de Migrantes e à garantia de equidade no SUS para as populações migrantes, refugiadas e apátridas residentes no Brasil. Dirigida para a Frente Nacional pela Saúde de Migrantes; aos organizadores da 1ª Plenária Nacional Saúde e Migração; aos movimentos sociais organizados de migrantes; às candidaturas ao pleito eleitoral de 2022; e à Comissão Mista de Migrações e Refúgio do Congresso Nacional. A Carta Compromisso pela Saúde de Migrantes é um documento produzido pela Frente Nacional pela Saúde de Migrantes com o objetivo de garantir o comprometimento na elaboração de ações que garantam a equidade do SUS para as populações migrantes, observando as propostas aprovadas pela 1ª Plenária Nacional Saúde e Migração. A Carta obteve a assinatura de 73 candidaturas em 12 diferentes estados. Dos signatários, foram eleitos 18 deputados federais e 15 deputados estaduais. Dois ministros de Estado são signatários da Carta: Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Sônia Guajajara (Povos Originários).

CARTA COMPROMISSO PELA SAÚDE DE MIGRANTES:

<https://www.fenami.org/post/fenami-coleta-assinaturas-para-carta-compromissopela-sa%C3%BAdede-migrantes>

Vale mencionar que, através de Alexandre Branco-Pereira, o nosso comitê teve uma atuação importante na organização da 1ª Plenária Nacional Saúde e Migração. A Plenária realizou 5 etapas regionais e a etapa nacional, registrando 383 participações entre migrantes, profissionais e gestores de saúde, acadêmicos, organizações da sociedade civil e executores de políticas públicas. Estiveram representadas 94 organizações que atuam em todas as regiões do país, o que representou uma mobilização inédita. Foram 172 propostas aprovadas e consolidadas neste longo processo, todas apresentadas neste documento. A partir da Plenária, foi criada a Frente Nacional pela Saúde de Migrantes (FENAMI), também coordenada por Alexandre, que tem atuado nos níveis municipais, estaduais e federal para garantir o encaminhamento as propostas aprovadas. Parte das propostas foi inserida na minuta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas que tem

sido desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

POLITICAS DIRIGIDAS AOS MIGRANTES TRANSNACIONAIS, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

Propostas do Comitê foram encaminhadas pela ABA para: Gabinete de Transição Governamental / Direitos Humanos – Migrantes e Refugiados; Sub-Grupo Migrações; Grupo Cidades; Grupo Relações Internacionais; e Cooperação Judiciária Internacional.
http://www.abant.org.br/files/20221128_6384abb971a3d.pdf

Publicação

Boletim do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA no.1 ISSN 2764-2585

<https://www.bcmid.ufscar.br/index.php/bcmid>

Publicado em 26/08/2021, edição Igor Machado, com textos de Alexandre Branco-Pereira (UFSCar), Igor Machado (UFSCar) e Natalia Corazza Pandovani(Pagu/Unicamp)

Representações em atividades/eventos

Dialogo Virtual de la Comisión de la Verdad de Colombia y el refugio de colombianos y colombianas en Brasil. La comisión de la Verdad de Colombia y el refugio (jan. 2021)
Ângela Facundo

Encontro de Nodos e representantes de organizações de vítimas em condições de exílio de apoio à Comissão da Verdade nas Américas, Bogotá Maio de 2022, (Ângela Facundo)

Tecendo diálogos que abram caminhos: Vítimas e conflito armado, no marco do relatório final da comissão da Verdade da Colômbia. São Paulo, agosto 2022 (Ângela Facundo)

Participação à convite, no " conversatorio" de cunho institucional sobre o relatório final da Comissão da Verdade, evento organizado pela **Colmepaz. Brasil e Roda a Palavra Paz** na defensoria pública de são Paulo. São Paulo, 24 de agosto de 2022 (Bela Feldman-Bianco)

1ª Plenária Nacional Saúde e Migração, realizada em 2021. O Comitê Migrações e Deslocamentos foi representado por Alexandre Branco-Pereira na Comissão Organizadora.

Grupo de Trabalho entre ABA (CAI e Comitê Migrações e Deslocamentos), lideranças indígenas Warao, Secretaria de Saúde do Distrito Federal, organizações internacionais (OIM e ACNUR) e organizações da sociedade civil (Caritas Brasileira no DF) para avaliação e intervenção no caso das crianças Warao vítimas de tuberculose em abrigos da Caritas Brasileira. O Comitê Migrações e Deslocamentos foi representado por Alexandre Branco-Pereira em reuniões online destinadas a avaliar o caso, promover a mediação entre poder público, OIM, ACNUR e Cáritas e a promover capacitação de gestores e agentes de saúde do Distrito Federal.

Participação em reuniões convocadas pela diretoria da ABA com representantes de comissões e comitês, a saber:

1) Participamos (e enviamos contribuições logo após a primeira reunião) do GT Código de Ética (e Estatuto da ABA), muito embora a coordenação deste comitê julgue que a formação de um GT composto por representantes de Comissões e Comitês da ABA não tivesse sido o procedimento mais adequado. Questões relacionadas ao Código de Ética deveriam ser discutidas primeiramente na Comissão de Ética da ABA. Por outro lado, eventuais mudanças no Estatuto da ABA deveriam ser da alçada do Conselho Diretor. Por isso, sugere-se que a nova diretoria siga esse procedimento, solicitando que as contribuições enviadas para esse GT sejam encaminhadas para a Comissão de Ética e aquelas relacionadas ao Estatuto ao Conselho Diretor. Eventuais propostas de mudanças tanto do Código de Ética quanto do Estatuto da ABA devem ser apresentadas, discutidas e votadas em assembleias e não decididas por comissões e comitês.

2) Também participamos de uma reunião convocada para se discutir proposta da diretoria para a realização de uma possível "audiência pública sobre o trabalho técnico antropológico e demais profissionais em laudos e relatórios". Essa proposta foi corretamente julgada prematura pela maioria dos participantes.

RELATÓRIO DO COMITÊ PATRIMÔNIOS E MUSEUS

Coordenação: Renata de Sá Gonçalves e Luciana Carvalho
Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/Iphan)
Francisco Reginaldo da Silva Santos (Unilab)
Geslline Giovana Braga (UFPR)
Izabela Maria Tamaso (UFG)
José Maria da Silva (Unifap)
Juliana Cintia Lima e Silva (MN)
Julie Antoinette Cavnac (UFRN)
Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi)
Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)
Mario de Souza Chagas (Museu da República)
Neivalda Freitas de Oliveira (UNEB)
Patricia Silva Osorio (UFMT)
Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)
Renato Monteiro Athias (UFPE)
Simone Pondé Vassallo (UFF)

Atividades diversas de comunicação/difusão nos canais da ABA

1) Semana de Museus (maio 17 a 21 de maio 2021): live e postagens nas redes da ABA com curadoria de membros do CPM (curadoria: Adriana Russi, Daniel Reis, Geslline Braga e Regina Abreu)

Webinário "Museu Nacional: um presente para o futuro das exposições antropológicas".

Data: 5ª. Feira, dia 20/05/21

Horário: 15h-17h

Coordenação: Regina Abreu (UNIRIO) - Comitê Patrimônios e Museus- ABA

Convidados:

Renata Valente - Antropóloga, Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

Rafael de Andrade - Antropólogo, Doutorando PPGAS e pesquisador colaborador do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

Thais Mayumi Pinheiro - museóloga, doutoranda PPGMS/UNIRIO, Coordenadora do Projeto de Novas exposições do Museu Nacional/UFRJ

Mediação com o público: Adriana Russi (UFF/ UNIRIO) - Comitê Patrimônios e Museus- ABA

2) Webinário Mineração, Patrimônio Cultural e Direitos Coletivos no Serro/ MG realizado dia 11/06/2021

<https://youtu.be/aVnBI8fG38o>

Com a participação de Luciana Carvalho.

Debate com representantes da sociedade civil, comunidades locais, os possíveis impactos da implantação de um empreendimento minerário no município, cujo projeto vem sendo contestado por ambientalistas, pesquisadores e moradores.

3) Webinário "Museus, acessibilidade e inclusão em tempos de pandemia"

07/07/2021

15h - 17h

<https://youtu.be/tFyl8L5ePYs>

Coordenadora

Renata de Sá Gonçalves - Comitê Patrimônios e Museus/ABA; UFF

Debatedora: Regina Abreu - Comitê Patrimônios e Museus/ABA; UNIRIO

Expositores/ Expositoras

Anahí Guedes de Mello - Comitê Deficiência e Acessibilidade/ABA; Anis - Instituto de Bioética

Katia Fonseca - Rede do Movimento Brasileiro de Vida Independente (RMVI-Brasil)

Diego Bevilaqua - ICOM Brasil; Fiocruz

Mário Chagas - Museu da República (MR) e Comitê de Patrimônios e Museus da ABA

4) Webinário "Quilombos e estratégias de mobilização e inclusão em tempos de pandemia"

Data: 6ª feira, dia 09/07/2021

Horário: 15h - 17h

<https://youtu.be/uU7qqF24Xlo>

Coordenação:

Luciana Carvalho - Ufopa - Comitê Patrimônios e Museus- ABA

Cynthia Carvalho Martins - UEMA - Comitê Quilombos - ABA

Expositores:

Magno Nascimento - Malungu

Vanda Gomes Pinedo - MNU/SC

Valdecir Amorim - FNAQ/MS

José Alex B. Mendes - CONAQ/RS

5) Semana: Antropologia, os estudos de folclore e os patrimônios culturais
(de 23 a 27 de agosto de 2021)

Curadoria de textos no Instagram da ABA - Renata Gonçalves e Daniel Reis (Comitê de Patrimônios e Museus)

Webinário "Antropologia, os estudos de folclore e os patrimônios culturais", sexta-feira, dia 27 de agosto de 2021 de 10h às 12h:

<https://youtu.be/iQxeHGjLsss>

As expressões consagradas como folclóricas são dinâmicas, sempre atualizadas e ressignificadas no curso da ação social. Ao abrigar diversas artes e ofícios, saberes e fazeres valiosos, revelam grande capacidade de permanência ao longo do tempo. Nesta Semana em que se comemora o dia nacional do folclore, o Comitê de Patrimônios e Museus da ABA propõe refletir sobre pesquisas etnográficas voltadas para o universo das culturas populares, com foco na leitura renovada dos estudos de folclore e na relação com as políticas de preservação do patrimônio cultural, reconhecendo a heterogeneidade disciplinar e o interesse pelas diferentes trajetórias nacionais de configuração da antropologia.

Coordenação:

Renata de Sá Gonçalves (UFF / Comitê de Patrimônios e museus ABA)

Mediação:

Daniel Reis (CNFCP / Comitê de Patrimônios e museus)

Palestrantes:

Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA)

João Miguel Sautchuk (UnB)

Maria Laura Cavalcanti (UFRJ)

6) Semana: Afro Patrimônios - Comitê de Patrimônios e Museus em articulação com Comitê antropólogos/as negros/as da ABA
de 20 a 24 de setembro de 2021

Curadoria de: Juliana Cintia, Mário Chagas e Alexandra Alencar - Comitê antropólogos/as negros/as

Com Webinário na segunda-feira, dia 20 de setembro no horário de 15h às 17h.

7) Semana: Patrimônios culturais e decolonialidades (de 25 a 29 de outubro de 2021)
Izabela Tamaso, Patricia Osorio, Simone Vassallo
Curadoria de Izabela Tamaso, Patricia Osorio e Simone Vassallo
Webinário dia 25 de outubro de 2021 às 15h.

8) Semana: Patrimônio e Museus LGBTQIA+
de 8 a 12 de novembro de 2021
Curadoria de Thiago Soliva, Rita Colaço e Hugo Menezes, com apoio de Luciana Carvalho.
Webinários nos dias 8 e 10 de novembro.

Publicações lançadas no biênio ou em andamento e previsão

1) Patrimônios e museus: inventando futuros

Livro da gestão anterior, organizado por Julie Cavignac, Regina Abreu e Simone Vassallo, publicado em 2022 pela ABA e EDUFRRN.

O livro tem contribuições de membros do CPM/ABA: Adriana Russi, Antônio Motta, Geslline Giovana Braga, Julie A. Cavignac, Lucia H. van Velthem, Luciana Gonçalves de Carvalho, Manuel Ferreira Lima Filho, Regina Abreu, Renata de Sá Gonçalves e Simone Pondé Vassallo.

Disponível gratuitamente em: <<http://repositorio.ufrn.br>> e <<http://www.portal.abant.org.br/>>

2) Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios

Livro sobre os 20 anos da política de patrimônio cultural imaterial, completados em 2020. O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro apoiou esta publicação, em forma de livro, dos textos que comporiam o nº 41 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O livro foi organizado por Marcia Sant'Anna e Hermano Queiroz e publicado em 2021 pela Editora Milfontes. Os membros do CPM/ABA, Antônio Augusto Arantes e Luciana Carvalho, integraram o grupo de trabalho do Fórum responsável por apoiar diretamente os organizadores.

Entre os textos, há contribuições de membros do CPM/ABA: Antonio Arantes, Antonio Motta e Luciana Gonçalves de Carvalho.

O livro foi lançado em 14/10/2021, às 18:30, o vídeo do lançamento está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gf7A0jG0e8A>.

Em versão PDF, está disponível gratuitamente em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2021/10/14/livro-em-defesa-do-patrimonio-cultural-percursos-e-desafios/>

3) Livros organizados por membros do CPM/ABA no biênio

Cuidando da vida: relatos da vacinação contra a covid-19 no Museu da República. Rio de Janeiro: Museu da República, 2022. Organização: Mario Chagas, Renata Gonçalves, Simone Vassallo.

Tesouros Iny - Karajá. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Organizador: Manuel Lima Filho. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/tesourosIny-Karaja.pdf>.

Os Museus e a Cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada. Niterói: Espirógrafo Editorial/UFF, 2021. Participação na organização: Mário Chagas.

Inventário: quintais da cultura popular cuiabana. Cuiabá: INCA, 2022. Participação na organização: Patrícia Osório.

A falta que a festa faz: celebrações populares e antropologia na pandemia. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Série Livros Digital, 2021, v. 23. Participação na organização: Renata de Sá Gonçalves.

Histórias encantadas dos quilombos de Oriximiná. Oriximiná: ARQMO, 2021. Participação na organização: Luciana Carvalho.

4) Dossiês de periódicos organizados por membros do comitê no biênio

Katxuyana, Kahyana: perspectivas europeias sobre os povos (yanas) dos rios Cachorro e Trombetas, Oriximiná/PA. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. <https://www.revistas.usp.br/revmae/issue/view/12235>. Participação na organização: Adriana Russi.

Patrimônio, Diversidade Sexual e de Gênero e Poder. ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 9 n. 19, 2022. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/issue/view/701>. Participação na organização: Daniel Reis.

Festas na pandemia de Covid-19: experiências sociais em ação. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 54, p. 14-21, 2022. Participação na organização: Renata de Sá Gonçalves.

Notas técnicas e pareceres

1) Parecer técnico sobre projeto de mineração no Serro (MG)

Uma ação conjunta dos Comitês de Patrimônio e Museus; Quilombos; e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA, o parecer técnico sobre projeto de mineração no Serro, Minas Gerais, foi assinado pelos três comitês e divulgado no site e nas redes sociais da ABA no dia 21 de abril de 2021.

<http://www.portal.abant.org.br/2021/04/20/parecer-tecnico/>
http://www.abant.org.br/files/20210420_607ed57c90942.pdf

2) Em defesa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Elaborada pelo CPM/ABA, a nota manifesta preocupação quanto à continuidade das ações institucionais do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e foi divulgada em 4 de outubro de 2021. Disponível em:

<http://www.portal.abant.org.br/2021/10/05/em-defesa-do-centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/>

3) Pelo respeito ao patrimônio e aos direitos culturais das populações afro-brasileiras

Nota elaborada pelo CPM/ABA, divulgada em 10 de janeiro de 2022. Disponível em:
<http://www.portal.abant.org.br/2022/01/10/pelo-respeito-ao-patrimonio-e-aos-direitos-culturais-das-populacoes-afro-brasileiras/>

Atividades em congressos/ Seminários nacionais e internacionais em 2021 (IUAES, SBS, REA, ANPOCS) e em 2022 (ANPOCS, RBA)

1) Reunião do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociedade Brasileira de Sociologia (12 a 17 de julho de 2021) Universidade Federal do Pará (UFPA) - Online

MESA REDONDA: 16 de julho de 2021 - 9:30 - 11:00

Patrimônios e museus em rebelião: desafios para pensar ações e políticas culturais na atual conjuntura. Antonio Motta (UFPE) - coordenação, Julie Cavnac (PPGAS – UFRN), Gabriel da Silva Vidal Cid (UERJ), José Maria da Silva (UNIFAP) e Maurício Barros de Castro (UERJ)

Resumo: Com a disrupção da institucionalidade democrática no Brasil, encerrou-se um ciclo, que havia sido criado pela chamada Constituição-Cidadã de 1988, e um outro marcado pelo retrocesso, intolerância, repressão e censura, restritivo a todos os avanços e conquistas no campo da cultura, principalmente no que diz respeito aos direitos fundamentais e as políticas identitárias que até então pautaram as políticas culturais direcionadas aos museus e patrimônio culturais. Uma das primeiras medidas foi a extinção do Ministério da Cultura que abrigava o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram). No âmbito do patrimônio cultural há um desmonte violento que atinge frontalmente o Iphan, ameaçando suas políticas de memória, preservação e salvaguarda de patrimônios culturais. Portanto, a proposta da mesa é refletir sobre essas recentes transformações, discutindo as condições, implicações e impactos dessas mudanças para as representações e práticas museológicas e dos patrimônios culturais, contemplando, na medida do possível, o campo das artes. Com isso, espera-se entabular um exercício crítico que permita compreender os processos pelos quais os patrimônios culturais e os museus vêm resistindo e superando os atuais obstáculos, recorrendo a estratégias de

reinvenção e ressignificação de suas ações, criando novas formas de subjetividades e resiliências aplicadas a novos modelos de governança e enquadramentos políticos.

2) IUAES 2021 (9 a 13 de novembro de 2021) - Online

<https://www.iuaes2021yucatan.org/>

COORD. ROUND TABLE Adriana Russi

Museums and ethnographic collections - Local and global interconnections: from inventories and mappings to participation

COORD. ROUND TABLE Lucia van Velthem

Museums, ethnographic collections and indigenous peoples: Intercultural dialogue and collaborative museology

COORD. ROUND TABLE Renato Athias

Refocusing Objects and Ethnographic Collections: Collaborative Projects between Indigenous People and Museums

COORD. PANEL Renata de Sá Gonçalves (UFF), Julieta Infantino (UBA) e Hernán Morel (UBA)

Cultural Heritage dynamics, performances and artistic expressions in urban contexts

3) ANPOCS - 45º Encontro Anual da ANPOCS - 19 a 27 de outubro de 2021 - online

<https://anpocs2021.sinteseeventos.com.br/>

MR 45 - Patrimônio Cultural, comunidades tradicionais e direitos civis: as potencialidades de novos dispositivos da sociedade civil no Brasil e em Portugal

Coordenador(a): Luciana Gonçalves de Carvalho (UFPA/ Ufopa)

Debatedor(a): Simone Pondé Vassallo (UFF)

Expositores: Paulo Peixoto (Universidade de Coimbra), José Maurício Arruti (Unicamp/ Afro-Cebrap), Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (Unirio)

MR 47 - Políticas de patrimônio: para além das fronteiras

Coordenador(a): Rogério Proença Leite (UFS)

Debatedor(a): Antonio Augusto Arantes (Unicamp)

Expositores: Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ), Nivaldo Vieira (UFBA/FNDPC - Fórum Nacional), Renato Athias (UFPE)

4) Atividades de integrantes do Comitê de Patrimônios e Museus na 33ª RBA – 2022

REUNIÕES DE TRABALHO

30/08 | 8h às 10h

RT06. Comitê de Patrimônios e Museus

02/09 | 8h às 10h

RT09. Fórum das entidades em defesa do Patrimônio

GRUPOS DE TRABALHO

GT34: Direitos e Patrimônios culturais em tempos extremos

Coordenação

Renata de Sá Gonçalves (UFF), Patricia Silva Osorio (UFMT)

GT34- Sessão 1 - 29/08/2022 das 13:30 às 16:30 - Direitos em disputa, lutas e patrimônios

GT34- Sessão 2 - 30/08/2022 das 13:30 às 16:30 - Agendas, leis e políticas culturais: salvaguarda de patrimônios e museus

GT42: Experiências contra-hegemônicas em Memória Social e Patrimônio Cultural
Coordenação
Regina Abreu (UNIRIO), José Maria da Silva (UNIFAP)

GT42 - Sessão 1 - 30/08/2022 das 13:30 às 16:30 - Memoração, Patrimonialização, Decolonialidade e Culturas populares

GT42 - Sessão 2 - 31/08/2022 das 13:30 às 16:30 - Políticas de Memórias, Tradições e Saberes

GT42 - Sessão 3 - 01/09/2022 das 13:30 às 16:30 - Patrimônios arqueológicos e memórias

GT42 - Sessão 4 - 02/09/2022 das 13:30 às 16:30 - Encenações, exposições e tessituras de memórias

GT56: Museu Afro-Digital, Cultura e Educação
Coordenação
Marilande Martins Abreu (UFMA), Julie A Cavnac (UFRN)

GT56 - Sessão 1 - 02/09/2022 das 13:30 às 16:30

GT61: Patrimônios, diversidade sexual e de gênero e poder
Coordenação
Fabiano Gontijo (UFPA), Daniel Reis (CNFCP)

GT61 - Sessão 1 - 02/09/2022 das 13:30 às 16:30 - Patrimônios, Diversidade Sexual e de Gênero e Poder

GT62: Perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios
Coordenação
Izabela Tamaso (UFG), Simone Vassallo (UFF)

GT62 - Sessão 1 - 01/09/2022 das 13:30 às 16:30 - Que dores carregam os patrimônios?

GT62 - Sessão 2 - 02/09/2022 das 13:30 às 16:30 - Identidades e emoções no contexto da decolonialidade patrimonial

GT73: Risco, patrimônio e catástrofe socioambiental
Coordenação

Edmundo Pereira (MN/UFRJ), Manuel Lima Filho (UFG)

MESAS

MR05: Acervos de antropologia: experiências institucionais e possibilidades de uso
29/08 | 17h às 19h

Coordenação:

Celso Castro (FGV CPDOC)

Participantes:

Amurabi Oliveira (UFSC)

Renato Athias (UFPE)

Silvia Monnerat (FGV)

Celso Castro (FGV CPDOC)

MR21: Do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil aos desafios de uma rede nacional de colaboração

30/08 | 17h às 19h

Coordenação:

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)

Debatedor/a:

Marília Xavier Cury (Museu de Arqueologia e Etnologia USP)

Participantes:

Lucia van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi)

Alexandre Gomes (UFPE)

Geslline Giovana Braga (UFPR)

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)

MR45: Patrimônios mundiais em perspectiva comparada

01/09 | 17h às 19h

Coordenação:

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Participantes:

Izabela Tamaso (UFG)

Celeste Jiménez de Madariaga (Universidad de Huelva)

Ema Cláudia Ribeiro Pires (Universidade de Évora)

SIMPOSIOS ESPECIAIS

SE06. Antropologia nas encruzilhadas: O descarte das políticas públicas e pautas autoritárias no atual contexto político

Coordenação:

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE), Lia Zanotta Machado (UnB)

SE06 - Sessão 1 - Dia 30/08/2022 das 10:00 às 12:00 - Questão de gênero, sexualidade e raça. Aborto e violência contra mulheres

SE06 - Sessão 2 - Dia 31/08/2022 das 10:00 às 12:00 - Questões ambientais, indígenas e educacionais

SE06 - Sessão 3 - Dia 01/09/2022 das 10:00 às 12:00 - Questões étnicas, territoriais e patrimônio cultural

SE32. Quilombos, Meio Ambiente e Patrimônio

Coordenação:

Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB), Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

SE32 - Sessão 1 - Dia 02/09/2022 das 10:00 às 12:00 - Quilombos e práticas patrimoniais

SE32 - Sessão 2 - Dia 03/09/2022 das 08:00 às 10:00 - Quilombos e conflitos ambientais e territoriais

SE32 - Sessão 3 - Dia 03/09/2022 das 10:00 às 12:00 - Roda de Conversa - Panorama quilombola

MINICURSO

03. Ritual, performance e etnografia: abordagens contemporâneas

Luciana Carvalho (UFOPA)

John C. Dawsey (USP)

Maria Laura Cavalcanti (UFRJ)

Sessão 1 - Dia 30/08/2022 - das 8h00 às 10h00

Sessão 2 - Dia 31/08/2022 - das 8h00 às 10h00

Sessão 3 - Dia 01/09/2022 - das 8h00 às 10h00

Cursos e outros eventos com apoio da ABA

1) Curso UFRN "Memórias indígenas no Seridó e no sertão" - o curso organizado pela UFRN sob a coordenação de nossa colega Julie Cavnac e que conta com a participação de colegas do comitê de patrimônios e museus da ABA, bem como colegas do Fórum de Patrimônio RN.

2) Evento Goyaz 2001+20 coordenado por Izabela Tamaso, com participação de colegas do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA

Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural

Formalização dos/das representantes da ABA nos estados e no fórum nacional

Uma reunião foi promovida pela Coordenação do comitê em 13 de abril de 2021 para apresentação de todos os membros representantes da ABA nos fóruns estaduais, visando à proposição e ao alinhamento de ações de interesse da entidade.

Uma carta de apresentação dos representantes foi emitida pela ABA e encaminhada aos coordenadores regionais no âmbito do Fórum.

Regina Abreu e Luciana Carvalho são as representantes da ABA no Fórum Nacional

Definimos que cinco colegas do Comitê acompanharão as pautas e ações em andamento promovendo trocas a partir de reuniões regionais ao longo desta gestão. São mediadoras regionais as colegas Luciana Carvalho (Norte), Julie Cavnac (Nordeste), Patricia Osorio (CO), Regina Abreu (SE) e Geslline Braga (S).

Para apreciação da próxima gestão, realizamos o levantamento de quem tem interesse em continuar representando a ABA nos fóruns (em anexo).

1) Manifestações do Fórum assinadas pela ABA

Contra a decisão do Governo Federal de se desfazer de parte dos acervos da Comissão da Verdade, de 3/10/2022. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/10/03/contra-a-decisao-do-governo-federal-de-se-desfazer-de-parte-dos-acervos-da-comissao-da-verdade/>

Carta às candidatas e aos candidatos – eleições 2022, de 17/08/2022. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/08/17/carta-as-candidatas-e-aos-candidatos-eleicoes-2022/>

Sobre o perímetro de tombamento da Serra do Curral, de 21/06/2022. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/06/21/sobre-o-perimetro-de-tombamento-da-serra-do-curral/>

Em defesa do tombamento estadual da Serra do Curral, de 27/5/2022. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/05/27/em-defesa-do-tombamento-estadual-da-serra-do-curral/>

Em defesa do Solar Visconde de São Lourenço, de 17/2/2022. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/02/17/em-defesa-do-solar-visconde-de-sao-lourenco/>

Em defesa do Mestrado Profissional do Iphan, de 7/1/2022. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2022/01/07/em-defesa-do-mestrado-profissional-do-iphan/>

Notas do Fórum sobre exonerações e nomeações espúrias no Iphan, de 17/12/2021. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2021/12/17/notas-do-forum-sobre-exoneracoes-e-nomeacoes-espurias-no-iphan/>

Pela lisura no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 10/12/2021. Disponível em:
<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2021/12/10/pela-lisura-no-premio-rodriogo-melo-franco-de-andrade/>

Nota de repúdio às ações que estão ocorrendo no Estado da Bahia: Palácio Rio Branco e Arquivo Público do Estado da Bahia, de 10/11/2021. Disponível em: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2021/11/10/nota-de-repudio-as-acoes-que-estao-ocorrendo-no-estado-da-bahia-palacio-rio-branco-e-arquivo-publico-do-estado-da-bahia/>

2) Eventos do fórum com participação do CPM

Mesa: carta às candidatas e aos candidatos à Presidência da República – Eleições 2022, com participação de Gesline Braga, em 17/8/2022. Disponível em: <https://youtu.be/a7bMzqGfZ0M>

Em defesa da cultura brasileira: o Palácio Capanema é nosso – mesa redonda, com participação de Antônio Arantes, em 17/8/2021. Disponível em: https://youtu.be/_NZPtuj2DZ8

Live Pequi: um patrimônio disputado, com participação de Izabela Tamasso, em 13/5/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ORC_UU6kyA&ab_channel=ForumdeEntidadesemDefesadoPatrim%C3%B4nio

Mesa – Propostas e ações do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Sergipe, com participação de Regina Abreu, em 3/5/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MaYVOsTEYTU&ab_channel=ForumdeEntidadesemDefesadoPatrim%C3%B4nio

Mapeamento de coleções e objetos etnográficos

- Continuidade de trabalho de mapeamento de coleções e objetos etnográficos, na atual gestão (2021-22) sob coordenação de Adriana Russi Lucia van Velthem e Marília Xavier Cury e participação de integrantes do Comitê.
- A equipe é composta por profissionais de antropologia, museologia e outras áreas de conhecimento, na maioria vinculados à ABA. São pesquisadores, técnicos e estudantes de todas as regiões do Brasil, que atuam junto à coordenação geral do projeto e aos articuladores responsáveis por dinamizar as ações regionais.
- Uma carta de apresentação do projeto e dos articuladores regionais foi emitida pela ABA para facilitar os contatos com as instituições onde o mapeamento está sendo ou será realizado.
- Fichas de coleta de informação: foram produzidas duas fichas para registrar as informações coletadas junto às instituições. A "Ficha A" foi revisada e atualizada recentemente, e está em utilização. Uma equipe está trabalhando no processo de revisão da "Ficha B".
- Atualização de vídeo de apresentação do projeto, com inclusão de novos participantes e informações.
- Proposta de cooperação técnica entre os parceiros

- O projeto **Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil** foi aprovado na Chamada CNPq nº 40/2022 - Linha 5B - Projetos em Rede - Políticas públicas para a promoção da cultura, coordenado por Adriana Russi Tavares de Mello.

RELATÓRIO DO COMITÊ QUILOMBOS

Coordenação: Cynthia Carvalho Martins

Vice-Coordenação: Raquel Mombelli

Integrantes:

Aderval Costa Filho (UFMG)

Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB),

Cíntia Beatriz Muller (UFBA),

Davi Pereira Júnior (UT- Austin)

Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA),

Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES),

Ricardo Cid Fernandes (UFPR),

Sandro José da Silva (UFES)

Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Consultores:

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA UEMA-UEA/UFAM),

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA, UEMA)

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) Ilka Boaventura Leite (UFSC)

INTRODUÇÃO

Através do presente relatório, objetivamos apresentar um resumo das atividades realizadas pelo Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no período da gestão 2020/2022, assim como levantar os principais problemas vivenciados pelos quilombolas em face aos atos de estado, além de apresentar sugestões a serem discutidas como desdobramento para a gestão seguinte.

No início da gestão 2020-2022, enviamos à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) um planejamento das atividades contendo as principais ações planejadas para o período de gestão. Nesse planejamento, informávamos sobre a atual composição do Comitê, e sobre a relevância em mantê-lo com dezessete integrantes. Desta composição, quatro professores permanecem na condição de consultores por deterem vasta e importante experiência de pesquisas que permitiram a construção do próprio comitê. Destacamos que o pesquisador e doutor Davi Pereira Júnior, quilombola de Itamatatua, Alcântara, formado na Universidade do Texas, passou a compor o Comitê, tornando-se o primeiro quilombola a integrar o comitê quilombos.

Destacamos que o Comitê Quilombos atuou em estreita relação com as Assessorias Especiais de Apoio à Presidência da ABA, notadamente com o Comitê Povos Tradicional, Meio Ambiente e Grandes Projetos, Comissão de Direitos Humanos, Comitê de Antropólogas e Antropólogos (as) Negros (as), Comitê de Patrimônio Cultural, com a Comissão de Assuntos Indígenas – CAI e Comitê Laudos Antropológicos.

No período em questão, a continuidade das atividades realizadas nas gestões anteriores concentrou-se na elaboração de pareceres técnicos, manifestações e notas, diante de um contexto extremamente hostil e declaradamentepositor aos direitos quilombolas, exigindo intensos esforços para responder às diversas e graves situações de violação de direitos que se apresentavam para o comitê.

A partir dos eventos de 2016, que levaram ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, vem ocorrendo um processo acentuado de desmonte da política de regularização fundiária quilombola, culminando com a sua total paralização nos últimos dois anos de governo e uma escalada desenfreada de omissões e irregularidades, no que diz respeito aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. A mudança do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), da Casa Civil para o MAPA (Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento), sob o comando de expoentes vinculados ao agronegócio e opositores à política de titulação quilombola solapou totalmente a política de regularização quilombola no país. Estes eventos se somaram às sistemáticas edições de legislações voltadas declaradamente à exploração dos territórios por grandes projetos de desenvolvimento. Como efeito concreto deste processo, ocorreu a total paralização do INCRA e o desvio de função da Fundação Cultural Palmares (FCP), estrangulando os processos de regularizações dos territórios quilombolas, permitindo o avanço incontrolável de projetos de desenvolvimento, agronegócio, mineração, construção de obras de infraestrutura, grilagens, entre outros, sobre as comunidades tradicionais e seus territórios. Este quadro intensificou-se desde o início da Pandemia da Covid 19 no Brasil, em março de 2020, prolongando-se até o presente com atos cada dia mais violentos contra as comunidades quilombolas.

A vulnerabilidade das famílias quilombolas no período pandêmico foi acentuada diante dos atos institucionais, através de dispositivos como Decretos, Resoluções, Portarias e violências diretas praticadas contra quilombolas. Soma-se às mortes causadas pela Pandemia Covid 19, os assassinatos por conflitos territoriais, responsáveis pelo aumento ainda mais alarmante das estatísticas de morte. Em um momento em que o Estado deveria assegurar as condições de vida das famílias, protegendo-as a partir de subsídios, inclusive alimentares, assiste-se a despejos, ameaças de remanejamento e invasões dos territórios por fazendeiros vinculados ao agronegócio e garimpeiros. As obras de infraestrutura que garantem o “escoamento” das matérias primas permaneceram em plena construção, gerando conflitos de diferentes dimensões, com ameaças, incêndios de casas e conflitos internos nas comunidades.

Parte das experiências vivenciadas e os efeitos diferenciados da pandemia Covid 19 nos territórios quilombolas foram registradas na coletânea Pandemia e Territórios, assim como as ações de autodefesa diante de mecanismos e dispositivos de controle de poder

do Estado. Esta experiência foi transformada no curso PANDEMIA E TERRITÓRIOS: a nova cartografia social em face do acirramento dos conflitos vividos por povos e comunidades tradicionais, organizado pela Direção Norte e Comitê Quilombo (ABA), Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA) e Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia (PNCSA). O curso de extensão ocorreu durante dez semanas, com uma carga horária de 30 horas, reunindo pesquisadores de diferentes instituições e contou com a participação de agentes sociais que contribuíram e participaram da produção do livro “pandemia e território”. As aulas foram expositivas e dialogadas, no sentido que os participantes e representantes de povos e comunidades tradicionais pudessem compartilhar seus relatos sobre suas experiências, apresentar suas reflexões e dúvidas a respeito dos temas debatidos. O curso foi coordenado pelas professoras Patrícia Portela, Cynthia Martins e Raquel Mombelli e o professor Alfredo Wagner. O curso recebeu mais de 100 inscrições de pessoas interessadas na temática que, ao final do curso, solicitaram a continuidade do mesmo. Essa experiência de cursos promovidos pelo Comitê Quilombos se mostrou fecunda e pensamos na possibilidade de realizar outros cursos, com gestores públicos e agentes do poder judiciário. Uma das principais reclamações dos quilombolas, principalmente no período pandêmico, se referiu ao total desconhecimento por parte das prefeituras dos direitos quilombolas.

O presente relatório está organizado em 3 partes. Na primeira partes destacaram algumas das situações acompanhadas pelo comitê durante a gestão 2020 e 2022 que consideramos importante dar continuidade nas ações de monitoramento científico e jurídico pela ABA. Na segunda parte apresentamos uma relação das atividades realizadas pelos integrantes do Comitê (manifestações, participação em eventos científicos, reuniões e produção de relatórios antropológicos). Na terceira parte constam as sugestões de continuidade e acompanhamento sistemático dos trabalhos realizados pelo Comitê para a nova diretoria da ABA. Destacamos que os documentos produzidos pelo Comitê Quilombos tiveram ampla circulação e subsidiaram reuniões institucionais realizadas com o Ministério Público; Comissão de Direitos Humanos, Defensoria Pública da União e 6ª Câmara do MPF.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer o apoio recebido da diretoria em todas as ações do Comitê Quilombos e desejamos sucesso à nova diretoria. Agradecemos, especialmente, o apoio recebido, no último momento da gestão à publicação do livro do Comitê, intitulado “QUILOMBOS: DIREITOS E CONFLITOS EM TEMPOS DE PANDEMIA”, organizado por Ana Paula Comin Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira e Raquel Mombelli, com artigos sobre diferentes perspectivas em relação à questão quilombola.

I PARTE

Acompanhamento da Recomendação pela ABA para o Plano de Vacinação contra a COVID 19

Diante da grave situação vivenciada pelos quilombolas em plena pandemia, o Comitê Quilombos emitiu um documento exigindo a inclusão dos quilombolas no plano de

vacinação, e, posteriormente, à inclusão, elaborou uma Recomendação, enviada às prefeituras, pontuando as principais reivindicações quilombolas no período das vacinações.

Após a inclusão dos quilombolas no Plano de Vacinação, outras situações problemáticas se colocaram, atualizando o debate relativo a “quem é” e “quem não é quilombola”. Esse debate se tornou um impasse para as prefeituras, responsáveis pela vacinação, que queriam definir os critérios de pertencimento étnico de modo externo, gerando denúncias e mobilizações. Em relação a essa situação o Comitê Quilombos realizou reuniões on line, recebeu documentos de associações e de antropólogos, e tomou conhecimento dos problemas relativos à vacinação. Nas reuniões com os quilombolas, conversas com pesquisadores, observamos um desconhecimento das instâncias municipais sobre os direitos quilombolas e a situação dos quilombos do Maranhão.

Diante da gravidade da situação o Comitê Quilombos elaborou um documento com o título “Recomendações para o Plano de Operacionalização de Vacinação contra a COVID 19 nas Comunidades Quilombolas”, recomendando às prefeituras uma ação mais eficaz. Esse documento foi enviado às prefeituras municipais e outros órgãos, responsáveis pela vacinação dos designados povos e comunidades tradicionais. Dentre as recomendações, destacam-se as seguintes:

- a) A imediata aplicação da Vacinação nas comunidades quilombolas como grupo prioritário, conforme determinada na ADPF- 742, já definidos no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19;
- b) A adequação de um Plano de Operacionalização de Vacinação considerando o que determina a Convenção 169 da OIT, a partir do diálogo com os representantes das comunidades quilombolas sobre a aplicação de procedimentos compatíveis com os modos de vida, tais como a construção de calendários apropriados às realidades das comunidades;
- c) Tomar como referência para o Plano de Vacinação os dados fornecidos pelos cadastros das associações comunitárias e, na ausência destes, as listagens fornecidas por seus representantes. Esse trabalho resultará em informações de maior amplitude e mais qualificadas para ampliar a cobertura de imunização nos territórios quilombolas;
- d) Considerar os dados disponibilizados nos sites oficiais da Fundação Cultural Palmares (FCP) e INCRA e necessária revisão da relação de comunidades quilombolas fornecida no Quadro 2 – da N.IM n. 41/2021 – CGPNI/DEIDT/SVS/MS, para cálculo das disponibilizações das doses a serem fornecidas;
- e) Considerar as territorialidades quilombolas na campanha de vacinação sem excluir as comunidades que se autodefinam como quilombolas, independentemente do reconhecimento oficial já obtido do governo brasileiro;

- f) Realizar imediatamente campanhas educativas de esclarecimentos sobre a vacinação, sobre a importância da imunização, da continuidade do uso de máscaras, e sobre os cuidados necessários pós-vacinação para a redução dos riscos de adoecer, principalmente para os mais jovens, os maiores afetados neste novo contexto pandêmico;
- g) Estabelecer e manter os planos de combate ao Covid-19, com a promoção de condições para ações de isolamento, quarentena, para requisições de equipamentos diante da precariedade do sistema de saúde na maioria dos territórios quilombolas, já que esses não contam com postos de saúde 24 horas e nem com agentes de saúde. O que é da máxima relevância para enfrentar os casos em que o vírus da Covid-19 possa ser confundido com o de uma gripe comum, podendo levar à óbito.
- h) A formação de equipes de saúde preparadas para atuar nas comunidades quilombolas, prioritariamente agentes de saúde da própria comunidade, para receber, higienizar e distribuir os alimentos e kits de produtos de higiene, assim como colaborar no monitoramento dos casos, nos moldes que vem sendo realizado pela SESAI para os indígenas;
- i) A criação de um sistema de monitoramento dos casos com estudos periódicos para avaliar o estado da pandemia nas comunidades;
- j) Criação de estratégias de segurança quanto ao acesso à vacinação in loco, quando necessário, haja vista: a) o agravamento da violência em locais mais distantes dos centros urbanos; b) a impossibilidade de muitas pessoas não disporem de condições, principalmente de saúde, para o deslocamento até os postos de vacinação.

As denúncias e reuniões realizadas pelo Comitê Quilombos resultaram em uma invasão da mesa redonda intitulada "Sociobiodiversidade, Territórios e Lutas Sociais em Contexto de povos quilombolas", organizada pelo Comitê Quilombos e a UFPA. A invasão da live anulou a possibilidade de realização do debate. A mesa redonda foi organizada pela Universidade Federal do Pará, após a divulgação da Carta de Recomendações, que citava as arbitrariedades cometidas em quilombos do Pará.

Compuseram a mesa redonda quilombolas das localidades citadas na Carta de recomendação, dentre elas Noemi Barbosa, do quilombo Mangueiras, Salvaterra (PA); Silas da Cruz, do quilombo Bocaina, Porto Estrela, Mato Grosso. Participaram da mesa as professoras Sueyla Malcher do PPGAA/UFPA e Cynthia Carvalho Martins, do Comitê Quilombos e do PPGCSPA/UEMA. Essa mesa resultou de uma articulação do Comitê Quilombo com os pesquisadores Flávio Bezerra Barros, Noemi Miyasaka e Leonaldo de C. Brandão, que procuraram o Comitê para solicitar orientações sobre os conflitos que estavam ocorrendo nos quilombos que eles pesquisavam. Os conflitos estavam ocorrendo em função da vacinação dos quilombolas. Dentre os quilombos citados destaca-se Quilombo de Monte Alegre-Olho D'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga, Maranhão; Quilombo de Médio Itacuruçá, rio Itacuruçá município de Abaetetuba, Pará e o quilombo da Bocaina, no município Porto Estrela, Mato Grosso.

Acompanhamento da Comunidade Quilombola do Gurutuba/MG no período pandêmico:

O antropólogo Aderval Costa Filho, esteve envolvido entre os anos de 2020 a 2021, na implementação do Projeto Social N’Golo Gurutuba, que buscou articular rede interinstitucional para dar suporte nas áreas de saúde pública e segurança alimentar às localidades do quilombo do Gurutuba, diante do contexto de vulnerabilidade agravada pela pandemia da Covid-19. A iniciativa envolveu também as Promotorias de Justiça de Porteirinha, Monte Azul, Janaúba e Jaíba; a UNIMONTES; a UFMG; o CAA-NM; o Mesa Brasil/SESC; a SEDESE; a EMATER; além dos municípios mineiros de Pai Pedro, Jaíba, Monte Azul, Janaúba, Gameleiras, Catuti e Porteirinha.

Considerando a extensão do território quilombola, bem como a urgência das ações, a iniciativa foi desenvolvida de forma a potencializar e qualificar a atuação em prol da efetivação dos direitos fundamentais dos quilombolas do Gurutuba, resultando na construção e desenvolvimento cooperativo de plano de trabalho conjunto.

Foram produzidos dados socioeconômicos relevantes sobre a realidade quilombola, compartilhados com os municípios. O projeto também fez uso de tecnologias de informação e comunicação, como vídeos educativos com lideranças quilombolas, boletim informativo sobre os casos de Covid-19 e aplicativo de gerenciamento de pesquisas; além de fomentar a produção agroecológica e de material de proteção (sabões e detergentes, álcoolis, máscaras, e produtos agrícolas), bem como sua distribuição.

Denúncia internacional da ação da Agropalmas no alto Rio Acará – Pará

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através do Comitê Quilombos, denunciou a ação da empresa Agropalmas no Alto Rio Acará através da produção de um documento intitulado “Denúncia de violação de Direitos Humanos dos quilombolas do Alto Rio Acará/PA (Balsa, Turi- Açú, Palmares e Gonçalves) pela empresa Agropalma S/A. 14 de fevereiro de 2022”. A referida denúncia foi encaminhada a diferentes instâncias de defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais, assim como para as empresas que compram o óleo de palmas da Agropalmas. A denúncia, traduzida para o inglês, teve ampla circulação e, apesar de ter sido enviada para todas as empresas que compram o óleo de Palma, não ocorreu qualquer resposta à ABA por parte dessas empresas.

Realizamos um levantamento das empresas internacionais que compram o óleo da AGROPALMAS; dos bancos que dão subsídios à empresa e outras instâncias, com o objetivo de encaminhar o documento/denúncia. Enviamos o documento denúncia para as seguintes empresas: Centro de Recursos de Negócios e Direitos Humanos; Business & Human Rights Resource Centre; Univelor/ Eua (Dove, Omo, Knorr E Hellmann’ S); Ferrero/ Italia (Ferrero Rocher, Tic Tac, Nutella, Kinder); Mondelez/ Eua (Lacta, Tang, Club Social Oreo, Halls); Bunge/ Eua (Soya, Delicia, Primot); Pepsico/ Eua (Quaker, Toddy, Mabel, Pepsi, Elma Chips); Nestle /Suiça (Nescafé, Nesfit, Moca Nescau, Maggi); General Mills/Eua (Yoki); Danone/ França (Nissin Lamem, Talharim); P&G/ Eua (Pantene,

Always, Pampers, Ariel e Oral B, Natura (Brasil); Sodasan (Alemanha). A Carta-Denúncia foi enviada para agências internacionais que comercializam o óleo de Palmas, tais como a Rountable On Sustainable Palm Oil (Rspo) e Palm Oil Innovation Group (Poig). O Documento foi encaminhado ainda para as seguintes instâncias: Greenpeace, Plataforma Parceiros Pela Amazônia (Ppa), Wwf, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, Instituto Ethos, Usaid, Centro Internacional de Agricultura Tropical (Ciat), Aliança pela Restauração da Amazônia, Amazônia Possível, Instituto Peabiru, dentre outras.

O documento/denúncia teve ampla circulação junto a movimentos sociais nacionais e internacionais, agências multilaterais, órgãos ambientais estaduais, nacionais, internacionais. No que diz respeito aos órgãos públicos do Pará, o documento foi encaminhado para os seguintes: Instituto de Terras do Pará (ITERPA); Ministério Público Estadual do Pará; Defensoria Pública do Estado do Pará, Defensoria Agrária de Castanhal, que acompanha a demanda de titulação dos territórios quilombola, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS – PARÁ, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Diretoria de Fiscalização Ambiental – DIFISC, Gerência de Atividades Poluidoras – GERAD, Coordenador de Fiscalização Ambiental – COFISC, Núcleo de Estudos Legislativos – NEL, Prefeitura de Tailandia, Prefeitura do Acará, Comissão de Direitos Humanos da OAB/Pará . A denúncia das situações de violência praticadas pelos seguranças da empresa AGROPALMAS foi encaminhada no dia 14 de fevereiro de 2022 para o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública da União (DFU), Defensoria Estadual do Pará (DEP), Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) (anexo e disponível no site

<http://www.portal.abant.org.br/2022/02/15/denuncia-de-violacao-de-direitoshumanos-dos-quilombolas-do-alto-rio-acara-pa-balsa-turi-acu-palmares-egoncalves-pela-empresa-agropalma-s-a/>), a qual registra e solicita providências sobre situação de violação de Direitos Humanos e Territoriais promovidos pela empresa AGROPALMA S/A

contra comunidades quilombolas da região do Alto Rio Acará, estado do Pará, Brasil. A empresa é fornecedora de derivados de palma para a indústria de alimentos no Brasil.

As práticas citadas no documento/denúncia, dentre elas o cerceamento de liberdade de ir e vir, ameaças e agressões morais ferem a legislação brasileira e dispositivos internacionais sobre Direitos Humanos, entre eles a Convenção 169 da Organização internacional do Trabalho (OIT), além de se contrapor a valores, códigos de conduta e melhores práticas de empresas social e ambientalmente responsáveis.

De fato, este quadro de acirramentos de conflitos e tensionamentos exigiram também do Comitê Quilombos intensos esforços à produção de peças técnicas voltadas a subsidiar a defesa e afirmação dos direitos quilombolas violados, desconsiderados ou ignorados pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, quanto pelos grandes empreendimentos e de infraestrutura. Algumas peças técnicas produzidas, sequer obtiveram resposta oficial. Neste sentido, destacamos a situação do Alto Acará (PA), diante da situação de violência enfrentada com a Agropalma. E a situação de Rio dos Macacos na Bahia, em disputa com a Marinha em torno do livre acesso à água.

Ambas as situações, apesar das denúncias realizadas pela ABA, e principalmente na reunião no dia 13 de agosto de 2021 com a 6ª Câmara do MPF, permanecem enfrentando a violação de seus direitos.

O Comitê quilombos realizou duas denúncias internacionais de violação: uma sobre os direitos dos quilombolas do Alto Acará, Pará, praticados pela empresa AGROPALMAS S.A. e a outra denúncia das ações dirigidas ao líder antirracista senegalês Mamadou Ba. A primeira denúncia foi encaminhada para empresas suíças e americanas, compradoras do óleo de Palmas da AGROPALMAS, com o objetivo de dar visibilidade às arbitrariedades cometidas contra os quilombolas em uma situação de tentativa de retomada do território pelos mesmos. Essa situação conflitiva é acompanhada diretamente pela pesquisadora Rosa Elizabeth Acevedo Marin e por Elielson Pereira da Silva. Esses pesquisadores encaminharam um documento ao Comitê Quilombos solicitando uma ação da ABA e, diante desse documento passamos a acompanhar essa situação de violação dos direitos quilombolas.

A Nota da ABA em solidariedade a Mamadou Ba, publicada no dia 9 de novembro de 2022, dia Internacional de Luta contra o fascismo e o anti semitismo, ressalta que a acusação e ameaça sofridas pelo líder senegalês antirracista atenta contra os valores democráticos, violando tratados de organismos internacionais.

Auditagem dos laudos antropológicos

O Comitê Quilombos teve atuação diante de ações deliberadas para deslegitimação de direitos resguardados pela CF de 1988 e pelo Decreto 4887/2003, através do questionamento dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas, que sequer foram minimamente efetivados pelo Estado brasileiro.

Assistiu-se nestes últimos anos ações de auditorias dos relatórios antropológicos concluídos pelo INCRA, que visam o revisionismo e paralização dos processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas. Estas situações estão em sintonia com os objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) FUNAI INCRA, criada ainda em 2015 pela bancada ruralista, que visava criminalizar movimentos sociais e os profissionais/ antropolog@s que atuam no cumprimento de sua profissão.

Algo já denunciado pela ABA, conforme registrado em manifestação da ABA em: <http://www.portal.abant.org.br/2017/05/03/cpi-funai-e-incra/>). Neste caso, o Comitê realizou várias reuniões com a RENAP do Rio Grande do Sul, para colaborar na defesa dos direitos da comunidade de Morro Alto (RS), atingida fortemente por esta ação.

Estas auditorias ocorreram também na Superintendência Regional do Estado de Sergipe – SR 23, onde foram instauradas comissões internas para averiguar supostas irregularidades nos processos de regularização fundiária referentes às comunidades Pontal da Barra, município de Barra dos Coqueiros, e Maloca, quilombo urbano,

município de Aracajú. Estas situações foram denunciadas pela ABA (ver site) e permanecem sendo monitorados pelo Comitê.

Solicitação de suspensão imediata da Instrução Normativa n. 111/2021 e seus efeitos: licenciamento ambiental em terras quilombolas, 26 de janeiro de 2022. Comitê Quilombos da ABA.

No dia 22 de dezembro de 2021, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), publicou a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº.111 que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo INCRA nos processos de Licenciamento Ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

A ABA e seu Comitê Quilombos questiona a publicação da referida IN em pleno contexto de acirramento da pandemia de COVID 19, desmanche institucional da Fundação Cultural Palmares (FCP) e INCRA e a consequente paralisação dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas no país. Este ato administrativo simplifica os processos de licenciamento ambiental em conformidade com o interesse de dar maior celeridade à implementação de empreendimentos em terras quilombolas, destituindo desta forma, direitos conquistados e garantidos através da Constituição Federal de 1988 e acordos internacionais.

MANIFESTAÇÃO DIANTE DA SUSPEIÇÃO E ANULAÇÃO DOS PROCESSOS (Quilombo Salinas - BA, Quilombo Ubaranas – CE e Quilombo do Cumbe – CE)

O Comitê emitiu documentos em relação à ação anulatória da certificação administrativa da comunidade Conceição de Salinas, na Bahia (Processo nº. 1035763-30.2021.4.01.3400); manifestou repúdio às auditagens dos relatórios técnicos de Identificação e delimitação de territórios quilombolas; manifestou-se contra o Decreto Nº 10.673, (13 De abril de 2021), que pretende investir na desestatização de nove Unidades de Conservação; e solicitou revogação imediata da Instrução Normativa N. 111/2021. Esta última facilita a expansão dos megaempreendimentos em territórios quilombolas por simplificar os processos de licenciamento, repassando a responsabilidade da produção de documentos à própria empresa, cujos interesses concentram-se na expropriação das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades. Aos quilombolas restava somente se manifestar através de "oitivas" em relação aos documentos produzidos pelas empresas e validados pelo INCRA. A referida Instrução findou por ser revogada, diante de diferentes manifestações da sociedade civil organizada.

a) Quilombo Córrego de Ubaranas, no município de Aracati/Ceará (CE)

O comitê emitiu manifestação de solicitação de verificação da conformidade da decisão judicial-Ação de Sentença de NULIDADE do processo administrativo de identificação, reconhecimento e demarcação, delimitação do territorial do Quilombo Córrego de Ubaranas, no município de Aracati/Ceará (Processo: Ação ordinária de pedido de nulidade do processo administrativo do INCRA Nº 54130.003129/2010-01).

A Sentença de Nulidade nos provoca desconcerto por apresentar em seu conteúdo argumentos em dissonância com a atualização dos debates conceituais como a noção de quilombo, quanto desarrima as etapas do processo de regularização fundiária. Segundo consta na Portaria n. 135 de 27/10/2010, a comunidade quilombola Córrego de Ubaranas obteve a Certificação de "Comunidade Remanescentes de Quilombos" pela Fundação Cultural Palmares (FCP). No mesmo ano, entrou com pedido de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), processo N° 54130.003129/2010-01. Todo o processo de regularização decorre do artigo 68 do ADCT/CF de 1988, cuja implementação foi regulamentada pelo Decreto 4.887/2003. O processo encontra-se em etapa final do procedimento de regularização fundiária com a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) no Diário Oficial da União nos dias 30 e 31 de março de 2015.

Ademais, este processo foi baseado na Instrução Normativa INCRA nº 57/2009, de forma a auxiliar na composição do (RTID) elaborado pelo INCRA, tornando possível identificar as terras quilombolas de direito da comunidade quilombola de Córrego de Ubaranas. Portanto, todos os trâmites legais previstos foram rigorosamente cumpridos, sem ocorrer qualquer tipo de arbitrariedade, como quer suspeitar o conteúdo da Ação de Sentença.

b) Quilombo Cumbé (CE)

No final da nossa gestão, em dezembro de 2022 produzimos o documento intitulado "Estranhamento da Sentença de Nulidade (derivada da Ação Ordinária 81010800097-05.2018.4.05.8101) do processo de Regularização Fundiária pelo INCRA da Comunidade de Cumbe, Ceará, embasado no Laudo Contestatório produzido por Edward M. Luz". Os argumentos defendidos no documento referem-se à fragilidade argumentativa do relatório que propõe a nulidade da regularização, produzida por um antropólogo desligado da ABA. Destacamos que o trabalho confeccionado por Edward M. Luz distancia-se de um rigoroso arcabouço teórico-conceitual antropológico, de uma substantiva pesquisa de campo e documental, imprescindíveis aos trabalhos de perícia antropológica que têm por finalidade justamente tornar inteligível estas situações para a esfera pública e jurídica.

6) QUILOMBO ALCÂNTARA - BASE DE LANÇAMENTO

O acompanhamento da situação referida à implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, assim como o último acordo Brasil-EUA, foi realizada de forma sistemática por este Comitê. A gravidade dessa situação vem gerando documentos da ABA, tais como cartas denúncias e manifestações. A última manifestação, de março de 2020, tratou da Resolução nº. 11, com previsão para remanejamento compulsório das famílias quilombolas. Tal medida, associada ao processo de privatização e ao acordo de salvaguarda assinado entre Brasil e Estados Unidos, define o remanejamento de pelo menos 4 comunidades do território étnico de Alcântara. Essa Resolução, assinada em plena pandemia, colocava em suspenso os direitos quilombolas. As reações das unidades de mobilização contra esse ato foram intensas, resultando na suspensão

provisória da resolução nº.11. Ressaltamos que o território étnico de Alcântara é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e possui laudo antropológico concluído e publicado.

PARTE II - relação das atividades realizadas

Eventos científicos

Destacamos a participação dos integrantes do Comitê Quilombos nos eventos científicos, dentre eles a 45º Encontro Anual da ANPOCS/2021; A VII REA/2022 e a 33º Reunião Brasileira de Antropologia, RBA/ 2022. As mesas e Grupos de Trabalhos, realizadas nos eventos citados, serviram para divulgarmos as situações de conflito, inclusive, em algumas ocasiões, convidamos os quilombolas diretamente atingidos para proferirem seus depoimentos, como ocorreu na VII REA, quando o senhor Raimundo proferiu um depoimento sobre a situação vivida no Alto Acará.

Relação dos documentos de denúncias, notas técnicas, moções, manifestações, cartas e ofícios

NOTA PÚBLICA PELA IMEDIATA INCLUSÃO DOS QUILOMBOLAS NO PLANO DE VACINAÇÃO DA COVID -19, Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 26 de janeiro de 2021;

MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO ROQUE (SC) DIANTE DA PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES "APARADOS DA SERRA" E "SERRA GERAL". Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 18 de janeiro de 2021;

PARECER TÉCNICO PROJETO DE MINERAÇÃO NO SERRO – MINAS GERAIS, em abril de 2021. juntamente com os Comitês "Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos" e "Patrimônio e Museus".

RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID 19 NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 20 de maio de 2021;

CONTRA A DEMOLIÇÃO ARBITRÁRIA DA ESCOLA DO QUILOMBO INVERNADA DOS NEGROS (SC). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA), Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 20 de maio de 2021;

NOTA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA SOBRE O DECRETO Nº 10.673, DE 13 DE ABRIL DE 2021. Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seus Comitês "Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos" e "Quilombos", publicada aos 08 de junho de 2021.

NOTA DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS E DE TENTATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO DE LIDERANÇAS QUILOMBO DE SANTA ROSA

DOS PRETOS – ITAPECURU-MIRIM (MA). Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Comitê Quilombo da ABA. 11 de junho de 2021;

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DE SALVATERRA (PA), 23 de junho de 2022. Lideranças das comunidades quilombolas de Salvaterra (PA) e estudantes da UFPA estão sendo criminalizadas por Calúnia, Injúria Difamação na Vara Única de Salvaterra por reagirem a uma postagem de cunho racista (processo n. 0800110- 51.2022.8.14.0091). Tal criminalização é feita em meio ao contexto comemorativo nas redes sociais do resultado do Processo Seletivo Especial da Universidade Federal do Pará, destinado a estudantes Indígenas e Quilombolas.

MANIFESTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA), SOBRE O PROCESSO N. 1035763-30.2021.4.01.3400, AÇÃO ANULATÓRIA DA CERTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE REMANESCENTES DE COMUNIDADE QUILOMBOLAS EMITIDA PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES À COMUNIDADE CONCEIÇÃO DE SALINAS (BA). Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Comitê Quilombo da ABA, Brasília, 15 de julho de 2021.

MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO SOBRE A AUDITAGEM DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Quilombos. Brasília, 03 de setembro de 2021.

SOLICITAÇÃO DE SUSPENSÃO IMEDIATA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 111/2021 E SEUS EFEITOS: licenciamento ambiental em terras quilombolas, 26 de janeiro de 2022. Comitê Quilombos da ABA. No dia 22 de dezembro de 2021, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) publicou a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº.111, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo INCRA nos processos de Licenciamento Ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas. Este ato administrativo simplifica os processos de licenciamento ambiental em conformidade com o interesse de celeridade da implementação de empreendimentos em terras quilombolas, destituindo desta forma, direitos conquistados e garantidos através da Constituição Federal de 1988 e acordos internacionais. A ABA e seu Comitê Quilombos questiona a publicação da referida em pleno contexto de acirramento da pandemia de COVID 19, desmanche institucional da Fundação Cultural Palmares (FCP) e INCRA e a consequente paralisação dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas no país.

DENUNCIATION OF QUILOMBOLA HUMAN RIGHTS VIOLATIONS OF ALTO RIO ACARÁ/PA - BRAZIL (BALSA, TURI-AÇU, PALMARES AND GONÇALVES) BY THE AGROPALMA S/A COMPANY Brasilia, February 14, 2022. Brazilian Association of Anthropology (ABA) and its Quilombos Committee. 14 de fevereiro de 2022.

DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DOS QUILOMBOLAS DO ALTO RIO ACARÁ/PA (BALSA, TURI- AÇU, PALMARES E GONÇALVES) PELA EMPRESA AGROPALMA S/A. 14 de fevereiro de 2022.

MANIFESTO EM SOLIDARIEDADE À VIOLÊNCIA SOFRIDA NO QUILOMBO ALVES, PORTO ALEGRE (RS) A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através do Comitê Quilombos, solidariza-se com a situação de violência vivenciada pelos moradores Quilombo dos Alpes, diante da tentativa de invasão de suas casas, por homens armados. A invasão ocorre em meio ao avanço desenfreado do interesse de empreendimentos imobiliários dos territórios quilombola na cidade de Porto Alegre. O quilombo dos Alpes, localiza-se no bairro Glória/Cascata, área urbana em valorização pelas empresas imobiliárias com interesse em negociar a liberação de terras para construção de novos empreendimentos. Com este propósito registra-se a articulação das milícias com os grileiros no sentido de intimidar lideranças do quilombo Alpes e dos outros dez (10) quilombos localizados na cidade de Porto Alegre.

“ESTRANHAMENTO DA SENTENÇA DE NULIDADE (DERIVADA DA AÇÃO ORDINÁRIA 81010800097-05.2018.4.05.8101) DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELO INCRA DA COMUNIDADE DE CUMBE, CEARÁ, EMBASADO NO LAUDO CONTESTATÓRIO PRODUZIDO POR EDWARD M. LUZ”. OS ARGUMENTOS DEFENDIDOS NO DOCUMENTO REFEREM-SE À FRAGILIDADE ARGUMENTATIVA DO RELATÓRIO QUE PROPÕE A NULIDADE DA REGULARIZAÇÃO, PRODUZIDA POR UM ANTROPÓLOGO DESLIGADO DA ABA, dezembro, 2022.

NOTA DA ABA EM SOLIDARIEDADE COM MAMADOU BA em 9 de novembro de 2022 – Dia internacional da Luta contra o Fascismo e o Anti Semitismo, Brasília, 09 de novembro de 2022. Realizamos uma manifestação em apoio ao líder antirracista Mamadou Ba no dia internacional de combate ao fascismo e antisemitismo. Através do documento, manifestamos nossa solidariedade ao ativista antirracista e tradutor Sr. Mamadou Ba, nascido no Senegal, residente e com nacionalidade portuguesa há vários anos, por ocasião da acusação contra sua pessoa proferida em queixa crime aceite em tribunal português por um conhecido representante de gruponeonazista, que o acusa de ter sua honra ferida por este ativista. Entendemos que fazer parte de grupos que incitam a violência e proferem juízos racistas, em tudo assemelhados a práticas fascistas e nazistas, não condiz com o Estado democrático de Direito e não provê a nenhum cidadão a possibilidade de uso da palavra “honra”, ainda menos em tribunal. O sistema judiciário de um país em democracia deve espelhar a democracia vigente nesse mesmo país, e, por isso, não faz sentido que aceite tal queixa contra o sr. Mamadou Ba, cuja coragem para defender valores democráticos condizentes com direitos humanos e direitos de migrantes já foi exposta a público mais de uma vez.

Reuniões institucionais

- 1) Reunião com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF:

Ocorreu no dia 13 de agosto de 2021 uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) com a Sexta Câmara, com a seguinte pauta: Proposta de um seminário do Comitê Quilombo / 6ª Câmara; questão do licenciamento, especialmente o PL 490; a situação do quilombo Rio dos Macacos, na Bahia e a situação referida à produção dos chamados contralaudos que têm afetado gravemente diversas comunidades no país. Estiveram presentes na reunião a Dra. Eliana Torelly (presidente da Sexta Câmara); Dra. Patrícia Birman (presidente da Associação Brasileira de Antropologia); Andrea Zhouri, Deborah Bronz, (Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos); Alexandra Barbosa e Andrey Ferreira (Comitê Laudos Antropológicos) Cynthia Carvalho Martins, Raquel Mobelli (Comitê Quilombo da ABA). Recentemente foi expedida uma resposta ao Ofício nº 369/2021/6ªCCR/MPF encaminhado a procuradores da República na Bahia, com providências referidas ao Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia.

2) Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos com INCRA e Comitê Quilombos.

No dia 14 de setembro de 2021 integrantes do Comitê Quilombos da ABA participaram de uma reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos, presidida pelo defensor público federal Yuri Costa. A reunião tinha como objetivo discutir as ações do INCRA no que se refere aos pareceres, relatórios e laudos antropológicos. Participaram dessa reunião, além do defensor público, Lidiane Carvalho Amorim de Sousa, Amorim (INCRA) e as integrantes do Comitê Quilombo, Ana Paula Comin de Carvalho, Raquel Mombelli, Cynthia Carvalho Martins e Mariana Balen Fernandes.

3) Participação na audiência pública do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

No dia 24 de agosto de 2021, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) organizou uma audiência pública com o objetivo de discutir as políticas de regularização fundiária. A audiência pública ouviu quilombolas de todos os estados brasileiros sobre a situação de regularização dos territórios quilombolas. Os integrantes do Comitê Quilombo participaram como ouvintes da referida atividade.

4) Participação do evento da 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A atuação do MP nos conflitos envolvendo povos indígenas e demais comunidades Tradicionais. Dias 17 e 18 de novembro de 2022. Apresentação das atividades do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), coordenados pela antropóloga Cynthia Martins e Raquel Mombelli. Brasília.

5) Rodovia ES Itaúnas – necessidade de Licenciamento em atenção a Convenção 169 da OIT – Ministério Público Federal, IEMA, empreendedor (virtual). Sandro José da Silva (UFES).

6) Ministério Público Federal - Comissões de Gênero e Raça das Procuradorias da República no Espírito Santo (PR/ES) e Regional da República na 2ª Região (PRR2) Sandro José da Silva (UFES)

Divulgação científica: curso, congressos científicos, eventos e lives

1) Webinário intitulado “Quilombos e estratégias de mobilização e inclusão em tempos de pandemia”. A ABA organizou, no dia 9 de julho de 2021, um webinário intitulado “Quilombos e estratégias de mobilização e inclusão em tempos de pandemia”, reunindo quilombolas e pesquisadores. Participaram da mesa Francisco Júnior, quilombola de Coqueiros, Ceará Mirim (RN); Magno Nascimento da MALUNGA; Valdecir Amorim, da FNAQ/MS; José Alex B. Mendes da CONAC e as pesquisadoras Raquel Mombelli e Luciana Carvalho.

2) Mesa redonda intitulada “Sociobiodiversidade, Territórios e Lutas Sociais em Contexto de povos quilombolas. Participação da coordenadora do Comitê Quilombo na mesa redonda intitulada “Sociobiodiversidade, Territórios e Lutas Sociais em Contexto de povos quilombolas”. A mesa redonda foi organizada no âmbito da Universidade Federal do Pará. Compuseram a mesa redonda Noemi Barbosa, do quilombo Mangueiras, Salvaterra (PA); Silas da Cruz, do quilombo Bocaina, Porto Estrela, Mato Grosso; Sueyla Malcher do PPGAA/UFPA e Cynthia Carvalho Martins, do Comitê Quilombos e da UEMA. Essa mesa resultou de uma articulação do Comitê Quilombo com os pesquisadores Flávio Bezerra Barros, Noemi Miyasaka e Leonaldo de Brandão, que procuraram o Comitê para solicitar orientações sobre os conflitos que estavam ocorrendo nos quilombos que eles pesquisavam, em função da vacinação dos quilombolas. Dentre os quilombos citados destaca-se o Quilombo de Monte Alegre-Olho D’Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga, Maranhão; Quilombo de Médio Itacuruçá, rio Itacuruçá município de Abaetetuba, Pará; e o quilombo da Bocaina, no município Porto Estrela, Mato Grosso.

3) Participação do Comitê Quilombos na 45º Encontro Anual da ANPOCS, ocorrida entre os dias 19 a 27 de outubro de 2021. Mesa Redonda Nº 42. “Os Quilombos e a intensificação dos conflitos em tempos de pandemia”. Coordenador: Osvaldo Martins. Debatedora: Cynthia Martins. Expositora: Cíntia Beatriz Muller, Raquel Mombelli e Rosa Acevedo.

4) Realização do Curso “PANDEMIA E TERRITÓRIOS: a nova cartografia social em face do acirramento dos conflitos vividos por povos e comunidades tradicionais”. Curso de extensão de dez semanas e carga horária de 30 horas, reunindo pesquisadores de diferentes instituições, que contribuíram e participaram da produção do livro “pandemia e território”. As aulas foram expositivas e dialogadas, no sentido que os participantes e representantes de povos e comunidades tradicionais pudessem compartilhar seus relatos sobre suas experiências, apresentar suas reflexões e dúvidas a respeito dos temas debatidos. Coordenação Geral: Patrícia Portela, Cynthia Martins e Raquel Mombelli e Alfredo Wagner. REALIZAÇÃO: Direção Norte e Comitê Quilombo (ABA), Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA),

Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia (PNCSA). Objetivos Geral: Abordar, a partir das experiências registradas na coletânea Pandemia e Territórios, os efeitos diferenciados da pandemia de COVID 19 nos territórios e para os diferentes agentes sociais identificados como povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, pescadores, extrativistas) e as ações de autodefesa mediante mecanismos e dispositivos de controle de poder do Estado. Objetivos específicos: Analisar o conceito polissêmico de território (território tradicional, território da morte, território da cultura, territórios de guerras, etc); Identificar as dimensões de conflitos mediante dispositivos da biopolítica nos territórios dos povos tradicionais; Refletir sobre as formas de construção das barreiras sanitárias locais, as subnotificações dos contágios e sobre os saberes tradicionais referidos aos cuidados de si; Discutir os diferentes significados e apropriações por agentes sociais de termos decorrentes da pandemia, tais como: quarentena, isolamento, distanciamento social, imunização, dentre outros; Identificar as ações e omissões do Estado, o cerceamento das comunidades pelo evento epidemiológico e os dispositivos de regulamentação para “combater” a pandemia; Analisar leis, projetos de lei, decretos, medidas, provisões, instruções normativas e resoluções com efeito em face aos direitos territoriais; Reflexão sobre a ciência da vida, como parte do trabalho de investigação em tempos de pandemia; Compreender os obituários como registro necrológico reverso da biografias como instrumento para refletir sobre “territórios da morte”; Analisar iconografias como formas de registros de resistências no enfrentamento da pandemia; Descrever o processo de produção de dados pelos próprios agentes sociais como sujeitos na produção sobre a versão destes fatos. Público: Associados da ABA; Estudantes de graduação e pós-graduação, Comunidade acadêmica, pesquisadores, profissionais, Procuradores e operadores do MPF e DPU, Representantes indígenas, movimentos sociais e comunidades tradicionais.

5) Participação do Comitê Quilombos no Grupo de Trabalho sobre as Cotas Raciais no Brasil. A antropóloga Mariana Balen está compondo um grupo de trabalho sobre as Cotas Raciais no Brasil, juntamente com outros Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia e tem realizado reuniões e discussões.

6) Participação do Comitê Quilombos no GT de revisão do Estatuto e do Código de Ética da ABA. O antropólogo Aderval Costa Filho (acrescentar outras participações) está compondo um grupo de trabalho para revisão do estatuto e código de ética da Associação Brasileira de Antropologia e tem realizado reuniões, discussões e produções a respeito.

7) “VII Reunião Equatorial de Antropologia – REA: migrações, deslocamentos e diásporas: violações de direitos”. Coordenação de Grupo de Trabalho 4 - Quilombos, Pandemia, Conflitos e produção antropológica face aos retrocessos dos direitos territoriais: Raquel Mombelli e Osvaldo Martins . 2022. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Mesa Redonda: Direitos Ameaçados e Mobilização Política Quilombola . 2022. Participantes: Cynthia Carvalho Martins (UEMA); Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB); Elielson Pereira da Silva (UFPA); Raimundo Serrão– Alto Acará. Mesa Redonda nº 04 – Atos do Estado e intensificação dos conflitos nos territórios quilombolas. Participantes: Raquel Mombelli (UFSC), Emmanuel de Almeida Farias

Junior (UFMA), Cíntia Beatriz Müller (UFBA) (Coordenadora), Aderval Costa Filho (UFMG) (Debatedor).

8) Participação na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) – Defender Direitos e Fazer Antropologia em Tempos Extremos. Grupo de Trabalho (GT) – Atos de Estado, Conflitos e Resistências Quilombolas em Tempos Extremos. Coordenação: Raquel Mombelli e Osvaldo Martins de Oliveira. Debatedora: Cynthia Carvalho Martins. Mesa Redonda nº. 12 Atos de Estado, Grandes Projetos e Conflitos Territoriais. Participantes: Ana Paula Comin Carvalho; Cynthia Carvalho Martins; Osvaldo Martins de Oliveira; Raquel Mombelli. Mesa Redonda nº 38 – Mobilização Política e Resistência Quilombola face aos Direitos Ameaçados. Coordenação: Cíntia Beatriz Müller (UFBA); Participantes: Aderval Costa Filho (UFMG), Emmanuel Farias Júnior (UEMA), Mariana Balen (CECULT/UFRB). Participação do antropólogo Aderval Costa Filho no Simpósio Especial SE 06 – Antropologia nas encruzilhadas: O descarte das políticas públicas e pautas autoritárias no atual contexto político, coordenado por Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE), Lia Zanotta Machado (UnB)

9) "Encontro Etnográfico com as mestras de saberes quilombolas - 1ª Edição". Protocolo: 041120221319061641 (Sistema de Extensão Universitário) UFMT. Resumo: O projeto visou realização de um encontro etnográfico com as mestras de saberes quilombolas de Mato Grosso na Universidade Federal de Mato Grosso. A realização do encontro etnográfico estava prevista para acontecer durante os anos de 2020 e 2021, como um dos objetivos do projeto de pesquisa "Cosmopolíticas Quilombolas: a relação afroindígena, a terra e os territórios", projeto financiado pelo CNPq. Com o retorno das atividades presenciais de pesquisa de campo, a ação de extensão ficou vinculada ao novo projeto de pesquisa "Cosmopolíticas Quilombolas em Zonas Críticas: os quilombos entre-lugares e os modos de existência entre o território e a casa nas cidades" (PROPEq, registro n. 257/2022), com a participação de duas orientandas do curso de Mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFMT), que desenvolvem pesquisas em comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso. O encontro foi realizado no dia 25 de novembro de 2022, dividindo as atividades em duas partes. Na primeira parte, reuniu as mulheres quilombolas dos quilombos de Poconé, Chapada dos Guimarães, Cáceres e Mata Cavalo, para troca de experiências e saberes relacionados à produção de doces e remédios, horta comunitária, coleta de sementes, raízes e plantas, práticas de autoatenção e participação nas associações comunitárias. Na segunda parte, realizou a Oficina de Projetos Culturais e Políticas de Fomento, ministrada por uma docente do Departamento de Antropologia, com o apoio de duas discentes pós-graduandas em Antropologia (PPGAS/UFMT) e uma discente da graduação da UFMT. No final do encontro, foi deliberado pela realização de outro encontro para a elaboração de um plano de trabalho que possa ser desenvolvido entre a UFMT e as comunidades quilombolas, delineando as principais ações e metas a serem alcançadas para o ano de 2023 e 2024: a construção de uma selo quilombola para a produção artesanal das mulheres, a promoção de uma rede de mestras de saberes quilombolas e o desenvolvimento de projetos culturais e fomento para os quilombos, fortalecendo o reconhecimento dos saberes desta população tradicional e a continuidade de práticas socioculturais por eles

consideradas como fundamentais para os seus modos de existência, nas conexões com as cidades.

- 10) Webinar: "Racismo e os Direitos dos Quilombolas". 17/11/2022. Sandro José da Silva (UFES)
- 11) Defensoria Pública Do Estado Do Espírito Santo - Escola Superior Da Defensoria Pública) "Comunidades Tradicionais e Protocolo de Consulta - Experiências Práticas, Desafios, Lutas e Conquistas" - 25 de novembro de 2022 - Sandro José da Silva (UFES)
- 12) UFES- PROEX - X Jornada Integrada de Extensão e Cultura da UFES
- 13) "Saberes tradicionais e Universidade: Povos Originários – Diálogos Necessários para o fortalecimento da Democracia" - 23 de novembro de 2022 Sandro José da Silva (UFES)
- 14) University of Minnesota - Common Ground Consortium (CGC) certifies that Annual Conference titled "Advancing Black Intellectualism: Lifting as we climb" on May 19th & 20th, 2022. Sandro José da Silva (UFES)
- 15) Quilombos e estratégias de enfrentamento do racismo no Brasil - 19 e 20 de maio 2022 – evento online. Sandro José da Silva (UFES)
- 16) 45ª. ANPOCS – 2021 GT35 - Retomadas e Re-existências Indígenas e Quilombolas Coordenação: Cauê Fraga Machado (UFRGS) e Sandro José da Silva (UFES)
- 17) IV EMBRA Encontro Mexicano Brasileiro de Antropologia. 5 a 8 de setembro de 2022. UFSC/Brasil. Compromisso político e epistemológico na descolonização do conhecimento. Participação na Mesa: Descolonização do conhecimento na Antropologia, coordenada por Gustavo Lins Ribeiro (UAM-México). Conferencistas: Alcida Rita Ramos (UnB-Brasil); Raquel Mombelli (UFSC-Brasil) Alicia Barabas (INAH-Oaxaca-México)
- 18) 2º Encontro Memórias e Direitos humanos: direitos humanos e democracia em SC: lutas e protagonismos Mesa redonda: Direitos linguísticos, direitos culturais e comunidades tradicionais. 7 e 8 de dezembro de 2022. Raquel Mombelli – Dra em Antropologia Social

Publicação de livros, dossiês, artigos e anais de eventos e relatórios antropológicos

- 1) Publicação do Livro: Quilombolas: Direitos e conflitos em Tempos de Pandemia. Os membros do Comitê Quilombos da ABA publicaram artigos em livros, revistas e em anais de eventos abordando a questão quilombola. Produziram relatórios antropológicos. É possível consultar a produção nos currículos dos membros do Comitê. Destacamos, entretanto, o investimento coletivo na publicação do livro do Comitê Quilombos intitulado QUILOMBOS: DIREITOS E CONFLITOS EM TEMPOS DE PANDEMIA, Organizado por

Ana Paula Comin de Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira e Raquel Mombelli.
Publicação da ABA.

2) Outras publicações: LOURENÇO, Sonia Regina Lourenço; MACHADO, Cauê Fraga Machado; SILVA, Sandro José.. Dossiê Temático: Retomadas e reexistências indígenas, negras e quilombolas. Aceno Revista de Antropologia, v. 8 n. 17 (2021): Maio a Agosto de 2021.

3) Produção de 03 (três) Relatórios Antropológicos por LOURENÇO, Sonia Regina - Termo de Execução Descentralizada (TED) Nº 03 de 16/10/2017, Processo nº 54000.001042/2017-43 (SEI), celebrado entre a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Coordenação: Sonia Regina Lourenço (Departamento de Antropologia da UFMT).

4) Entrega do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola Lagoinha de Cima, em 19/07/2019;

5) Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Morro do Cambambi: previsão de entrega 31/03/2023.

6) Elaboração do Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola e Apanhadora de Flores Sempre Vivas, pelo antropólogo Aderval Costa Filho, através de Contrato nº 9318437/2021, celebrado entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHAMG, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa – FUNDEP (Pesquisa em curso).

7) Projeto de pesquisa. Maternidades destituídas, violadas e violentadas: construção de redes de pesquisa. Edital Universal do Cnpq (2022). A participação do Comitê Quilombos neste projeto decorre das ações realizadas no âmbito da Ação de Destituição do Poder Familiar do mãe Gracinha, a mãe quilombola de SC que teve suas filhas retiradas violentamente do seu convívio. Situação denunciada pelo Comitê quilombo em 2015 e que vem sendo acompanhada até o momento. Resumo da proposta: Acolhimento e formação em torno ao direito às maternidades. O presente projeto aborda o tema dos direitos sexuais e reprodutivos, enfocando situações empíricas envolvendo violências praticadas contra mulheres em suas experiências de maternidades, em diferentes estados e regiões do Brasil. Reunindo pesquisadoras, gestores públicos e militantes sociais, a proposta aborda três eixos: o primeiro, "maternidades destituídas", debruça-se sobre casos de retirada de crianças de mulheres quilombolas, em situação de rua e de comunidades de terreiro. Tendo suas maternidades moralizadas pelo sistema de justiça, a destituição de guarda tem operado, não raramente, para violar direitos de mulheres e crianças.²⁸

²⁸ Verificar tabela com informações sobre execução de lideranças quilombolas no relatório do Comitê Quilombos, disponível no site da ABA.

Considerações finais e recomendações

O Comitê Quilombos acompanhou as diferentes situações de conflitos, assim como se manifestou, muitas vezes a partir de pedidos vindos das próprias comunidades quilombolas, com relação à promulgação de Atos Institucionais - Decretos, Portarias, Resoluções e Acordos – restritivos dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e facilitadores dos projetos de mineração, agronegócio e obras de infraestrutura nos territórios quilombolas. Tais atos institucionais foram consolidados com a nítida intenção de favorecer a política ultraliberal e a desestatização do patrimônio público. Não se trata somente do descumprimento da legislação em vigor, mas de ações que desatualizam e ameaçam os pactos democráticos firmados a partir de garantias constitucionais.

A paralização dos processos de desapropriação dos territórios quilombolas; as medidas institucionais de favorecimento às iniciativas de mercado, ocasionaram conflitos de diferentes tipos, desde criminalização de quilombolas (situação de Itapecuru Mirim); queima de escolas (invernada dos negros); impedimentos de ir e vir no território (Alto Rio Acará); ameaças de remanejamento compulsório (Alcântara). Sobre esses conflitos o Comitê Quilombos da ABA já havia, em outras gestões, se pronunciado, e continuou se pronunciando, denunciando e atualizando as formas de violência praticadas aos quilombolas.

Diante da gravidade da situação quilombola no país, referida, principalmente aos conflitos territoriais, com desdobramentos em situações violentas, de ameaças e assassinatos, faz-se necessário medidas de acompanhamento sistemático do Comitê Quilombos, no sentido de denunciar e exigir providência dos aparatos institucionais. As cartas, manifestos, moções de apoio, cartas de recomendações e exigência de reformulação de dispositivos institucionais se constituíram em mecanismos eficazes de ação. Entretanto, entendemos ser urgente exigir providências, principalmente se considerarmos os novos momentos políticos que estamos vivendo, com ações mais coadunadas com os direitos quilombolas.

É preciso que se pense estratégias a partir das diferentes situações sem perder de vista as especificidades de cada um dos conflitos. Essas ações e estratégias do Comitê precisam ser discutidas e amadurecidas.

Pensamos, em um primeiro momento, em sistematizar as denúncias recebidas, detalhando as situações mais graves, e montar um dossiê, a ser encaminhado aos órgãos que tratam da questão quilombola no atual governo. Sabemos que as instâncias institucionais estão passando por reformulações e certamente as atribuições e vínculos dos órgãos públicos serão alterados. O trabalho consiste justamente em acompanhar essas mudanças institucionais e dar visibilidade às situações que estamos acompanhando, a partir de uma articulação com os quilombolas de cada uma das situações. Esse é o desafio a ser enfrentado, e, diante de tal quadro apresentamos na próxima parte deste relatório, algumas sugestões de continuidade dos trabalhos para a nova gestão.

PARTE III

Sugestões

Diante do recrudescimento das ações do MPF na defesa dos direitos territoriais e culturais, - vem sendo observado pelas comunidade quilombolas, que o tema parece ter perdido força e vitalidade que teve no passado. Diante do quadro de retrocessos de direitos, com graves violações de direitos humanos, direitos territoriais, direitos culturais, desmanche institucionais das políticas de regularização quilombola, acirramento dos conflitos socioambientais avaliamos como fundamental a retomada urgente do debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que têm comprometido a efetivação dos direitos das comunidades quilombolas previstos na Constituição Federal de 1988.

Para tanto sugerimos a realização de reuniões entre a ABA e Fundação Cultural Palmares, Ministérios da Promoção da Igualdade Racial, INCRA, ICMBIO, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, DPU, CNJ, CNDH, OAB entre outros, com o objetivo de retomar os espaços públicos de diálogos institucionais e a promoção de avaliações críticas dos instrumentos legais e dos marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos das comunidades quilombolas, principalmente daquelas situações de conflitos territoriais e socioambientais acirradas pela pandemia e desmonte das políticas de regularização fundiárias. Entre os temas a serem abordados destacamos ainda:

- a) Debate sobre as resoluções e regulamentações dos procedimentos dos Licenciamentos ambientais em vigor, e as situações em andamento que exigem atenção especial. Avaliação dos processos que desconsideram direitos quilombolas, sobretudo o direito a Consulta Livre, prévia e informada. E a atuação de profissionais contratados nestes contextos e se qualificação para a elaboração dos EIA/RIMAs;
- b) A política de privatização de gestão das Unidades de Proteção Integral no país, realizada pelo governo anterior, que tem afetado várias comunidades quilombolas;
- c) Avaliação dos casos de regularizações territoriais em áreas afetadas por Unidades de proteção Integral criadas pelo ICMBIO, diante da desativação da Câmara de Conciliação pelo governo anterior;
- d) Promover debate crítico em torno da proposta do ICMBIO de emitir CCDRU para áreas quilombolas afetadas pelas Unidades de proteção integral como forma de "regularização" dos territórios quilombolas. A comunidade de Tambor (PA) já recebeu esta modalidade de titulação;
- e) Divulgar amplamente o importante documento Protocolo de Brasília (2015) e a Resolução da ABA para laudos Antropológicos, que contem as balizas e as orientações relevantes acerca do trabalho e expertise antropológicos no processo de análise das

situações vividas e do reconhecimento dos direitos dessas comunidades, principalmente nos processos de licenciamento ambiental de grandes projetos.

f) Consultar junto à FCP sobre o retorno das políticas de reconhecimento, políticas públicas e o acesso ao acervo dos relatórios antropológicos, bem como a assessoria jurídica para as comunidades quilombolas.

g) Elaborar cursos de formação de direitos quilombolas. Sugestão encaminhada por pesquisador da UFPA para que a ABA promovesse cursos de formação sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, direcionando esses cursos a funcionários das prefeituras. Essa é uma questão a ser pensada, pois a demanda não partiu das prefeituras. Isso nos leva a pensar na existência de um total descaso das instâncias municipais, estaduais e federal com a questão desses povos e comunidades tradicionais. É um desconhecimento funcional às instâncias de poder.

h) Elaborar um dossiê reunindo as situações mais urgentes de violação dos direitos das comunidades quilombos do Brasil, de forma a dar visibilidade aos casos com sugestões de medidas institucionais a ser encaminhado aos diferentes órgãos do poder público, cuja missão tenha relação com a questão quilombola.